

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARGIT ARNOLD FENSTERSEIFER

**MOINHO MELATTI: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM BUSCA DE
RECONHECIMENTO - FAGUNDES VARELA, RS**

CAXIAS DO SUL

2024

MARGIT ARNOLD FENSTERSEIFER

**MOINHO MELATTI: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM BUSCA DE
RECONHECIMENTO - FAGUNDES VARELA, RS**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Ensino de História.

Orientadora Profa. Dra. Eliana Rela

CAXIAS DO SUL

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

F341m Fensterseifer, Margit Arnold

Moinho Melatti [recurso eletrônico] : patrimônio industrial em busca de reconhecimento - Fagundes Varela, RS / Margit Arnold Fensterseifer. – 2024.
Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

Orientação: Eliana Rela.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Fagundes Varela (RS) - História. 2. História - Estudo e ensino. 3. Patrimônio cultural. 4. Cultura. I. Rela, Eliana, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 94(816.5FAGUNDES VARELA)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

MOINHO MELATTI: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL EM BUSCA DE RECONHECIMENTO – FAGUNDES VARELA, RS

Margit Arnold Fensterseifer

Trabalho de Conclusão de Doutorado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em História, Área de Concentração: História. Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História.

Caxias do Sul, 08 de outubro de 2024.

Banca Examinadora:

Dra. Eliana Rela
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Daniela Pistorello
Universidade Univille

Dra. Francisca Ferreira Michelin
Universidade Federal de Pelotas

Dr. Roberto Radünz
Universidade de Caxias do Sul

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação Profissional em História da Universidade de Caxias do Sul, linha Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Ensino de História. A tese tem como produto validado o registro do Inventário do Moinho Melatti com o Decreto-Lei 2048, de 3 de julho de 2024, Estado do Rio Grande do Sul, Cidade de Fagundes Varela. Para tanto realiza-se um fichamento do Moinho Melatti com o levantamento de dados pois a edificação é um patrimônio industrial e não possuía proteção legal municipal. O moinho está em posse da família de Egidio Melatti que o conserva completo com os maquinários do processo de moagem de grãos, mesmo sem funcionamento desde o ano de 2012. Para o aporte teórico são apresentadas as conceituações da temática de patrimônio cultural e em especial do industrial, alicerçados em especial nas cartas de Nitzny Tagil, Dublin e Sevilha. Também estão descritas as metodologias utilizadas para os levantamentos históricos e técnicos. A salvaguarda dos patrimônios ocorre também pela atribuição de valores que a comunidade reconhece, por isso são descritos os aspectos relevantes de valoração. Para a narrativa da história do Moinho são analisados documentos, fotos e equipamentos existentes. Para o melhor entendimento da história da família e dos processos traz-se informações coletadas nas diversas entrevistas com a família Melatti e os parentes. Na análise do local e seu entorno são utilizadas metodologias específicas que trazem traços característicos da ocupação. A seguir, são apresentadas as características construtivas, os processos de moagem (milho, trigo e arroz) com seus maquinários. Também se apresentam os ambientes que existem nos espaços fechados e abertos. Na análise das leis municipais percebe-se que o Moinho não está inventariado e que existem alguns imóveis tombados. O convencimento da família para inventariar o Moinho exige uma explicação teórica do que é um inventário de interesse público e um processo de tombamento. A fim de organizar os dados coletados são apresentadas três fichas preenchidas para inventário a nível municipal, a nível estadual e um exemplar de fichamento da prefeitura municipal de Bento Gonçalves cujo decreto lei de 2016 foi elaborado com base na dissertação de mestrado desta autora. Finalizando a pesquisa são sugeridas as principais formas de restauro e de requalificação, baseadas nas principais cartas patrimoniais, nos cadernos técnicos do IPHAN e nas diretrizes abordadas pela Doutora e Professora Beatriz Kühl. Este conjunto de ações resulta na solicitação e consequente aprovação do inventário de interesse municipal do Moinho Melatti, com a intenção futura do tombamento a nível nacional desta edificação.

Palavras chaves: história, ensino de história, patrimônio industrial, moinho, cultura.

ABSTRACT

This study was developed within the Professional Graduate Program in History of the University of Caxias do Sul, Cultural Heritage, Heritage Education and History Teaching line. The thesis has as its validated product the registration of the Melatti Mill Inventory with Decree-Law 2048, of July 3, 2024, State of Rio Grande do Sul, Fagundes Varela. For this purpose, Melatti Mill is registered with the data collection because the building is an industrial historical heritage and did not have municipal legal protection. The mill is in the possession of Egydio Melatti's family, who keep it complete with the machinery of the grain milling process, even without operation since 2012. For the theoretical contribution, the conceptualizations of the theme of historical-cultural heritage and especially of the industrial heritage are presented, based in particular on the letters of Nitzny Tagil, Dublin and Seville. The methodologies used for historical and technical surveys are also described. The safeguarding of heritage also occurs through the attribution of values that the community recognizes, so the relevant aspects of valuation are described. For the narrative of the history of the Mill, existing documents, photos and equipment are analyzed. For a better understanding of the family history and processes, information collected in the various interviews with Melatti family and relatives is brought. In the analysis of the place and its surroundings, specific methodologies are used that bring characteristic features of the occupation. The following are the constructive characteristics, the milling processes (corn, wheat and rice) with their machinery. The environments that exist in closed and open spaces are also presented. In the analysis of municipal laws, it is clear that the Mill is not inventoried and that there are some listed properties. Convincing the family to inventory the Mill requires a theoretical explanation of what a public interest inventory is and a declaration of historical interest process. In order to organize the collected data, three completed forms are presented for inventory at the municipal level, at the state level, and a copy of a file from the municipal government of Bento Gonçalves whose law decree of 2016 was prepared based on the master's thesis of this author. At the end of the research, the main forms of restoration and requalification are suggested, based on the main patrimonial letters, IPHAN technical notebooks and the guidelines addressed by Doctor and Professor Beatriz Kühl. This set of actions results in the request and consequent approval of the inventory of municipal interest of Melatti Mill, with the future intention of listing this building at the national level.

Keywords: history, teach history, industrial historical heritage, mill, culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Moinho e residência Egydio Melatti.....	14
Figura 2 - Traçado da Buarque de Macedo - BR 470.....	28
Figura 3 - Mapa regional COREDE Serra	52
Figura 4 - Municípios vizinhos de Fagundes Varela	53
Figura 5 - Mapa Topográfico de Fagundes Varela- altitude de 555 m até 664 m	54
Figura 6 - Mapa hidrográfico de Fagundes Varela	55
Figura 7 - Recorte de mapa do Anexo 7 do plano diretor	57
Figura 8 - Mapa Turístico de Fagundes Varela	59
Figura 9 - Regiões e datas de colonização	61
Figura 10 - Ponto de partida e chegada dos imigrantes a Fagundes Varela	62
Figura 11 - Travessões lindeiros a Fagundes Varela - RS	63
Figura 12 – Frigorífico (1930) e atual Casa de cultura (2023) de Fagundes Varela.....	64
Figura 13 - Árvore genealógica da família Melatti	66
Figura 14 - Retratos de família na residência de Egydio Melatti.....	68
Figura 15 - Annunciata Bochi Melatti e netos	69
Figura 16 - Mapa dos travessões e lotes mais aproximados: linhas Conde de Porto Alegre e Visconde de Pelotas	70
Figura 17 - Lotes 77 a 80 da Linha Visconde de Pelotas	72
Figura 18 - Parte da lista de compra de lotes pelos imigrantes	73
Figura 19 - Lotes 95 a 100 da Linha Conde de Porto Alegre.....	73
Figura 20 - Trabalhadores do moinho Melatti.....	77
Figura 21 - Localização do moinho Melatti junto ao Rio Retiro.....	79
Figura 22 - Percurso de um moinho Melatti a outro.....	80
Figura 23 - Transposição do mapa hidrográfico de Fagundes Varela ao de Rigo (1999)	81
Figura 24 - Moinho atual com as três etapas de construção visíveis.....	84
Figura 25 - Construção da atual residência da família.....	85
Figura 26 - Residência atual de Egydio Melatti	86
Figura 27 - Crianças, carroça e cavalo.....	88
Figura 28 - Bernardete, Terezinha, Egydio e Icléia Melatti.....	90
Figura 29 - Terezinha Marca e Egydio Melatti.....	90
Figura 30 - Moinho Melatti: planta baixa do andar térreo	91
Figura 31 - Máquinas descascadoras de arroz.....	92
Figura 32 – Mó no espaço da expedição, e em detalhe, com funil	93
Figura 33 - Depósito de resíduos e Egydio manipulando a chapa metálica que fecha e abre a armazenagem.....	97
Figura 34 - Espaço para farelos e alçapão.....	98
Figura 35 - Máquinas de refino de farinha.....	98
Figura 36 - Máquinas antigas na construção de madeira	100
Figura 37 - Máquina de refino de farinha e rolos	101
Figura 38 - Vista geral do depósito um.....	102
Figura 39 - Dutos de madeira para ensacamento direto e depósito dois - térreo.....	103
Figura 40 - Balanças históricas do moinho.....	103
Figura 41 - Seladora e mesas de apoio para expedição	104

Figura 42 - Anotações de pedidos.....	105
Figura 43 - Carimbos em chapa de metal perfurada	106
Figura 44 - Embalagem plástica "Del Nono Cristófolo".....	107
Figura 45 - Turbina, máquina de arroz e máquina de refino de farinha de trigo.....	108
Figura 46 - Santos de devoção da família Melatti.....	109
Figura 47 - Parede de acesso do moinho, oração e licenças	110
Figura 48 - Sócios da capela São João em 1933	111
Figura 49 - Capela São João e itinerário capela-moinho.....	112
Figura 50 - Acessos: escritório, depósito e varanda.....	113
Figura 51 - Antigo depósito de alimentos e acesso ao moinho pela residência.....	113
Figura 52 - Escritório: lado esquerdo, direito, e escrivaninha	114
Figura 53 - Egydio Melatti, escritório e parede de quadros	115
Figura 54 - Salão no segundo pavimento.....	116
Figura 55 - Argola, registro de água e garagem sobre plataforma.....	120
Figura 56 - Mesa de ferraria e ferramentas	121
Figura 57 - Mesa de marcenaria e mesa de apoio	122
Figura 58 - Prédio da Agroindústria Q'Delícia, fonte de água e área de serviço.....	123
Figura 59 - Sistema em sequência de geração de energia	124
Figura 60 - Motor a diesel	125
Figura 61 - Porão da parte de madeira	129
Figura 62 - Ernesto, Arlindo e Vitório em frente ao moinho	130
Figura 63 - Fundo norte, centro e fachada sul.....	132
Figura 64 - Galpão e base de tijolos.....	133
Figura 65 - Edificação em madeira: antes e depois.....	133
Figura 66 - Madeira gradeada e aplicação de assoalho sobre caibros.....	134
Figura 67 - Assoalho com larguras de 30 a 40 cm, totalmente planas	136
Figura 68 - Alçapão fechado e aberto, e escada de acesso ao porão.....	137
Figura 69 - Pisos: depósito de lenha, escritório e sala dos gatos	138
Figura 70 - Escada geral e vista do pavimento superior.....	138
Figura 71 - Escada para sótão e detalhes.....	139
Figura 72 - Escada da expedição, paleta de cores e detalhe aproximado.....	140
Figura 73 - Escada externa e soleira.....	141
Figura 74 - Estrutura e tábuas com mata juntas sobrepostas.....	142
Figura 75 - Fachada frontal e interior em madeira (guias e tábuas)	143
Figura 76 - Externo da estrebaria e varanda.....	144
Figura 77 - Viga de araucária inserida na alvenaria e detalhe construtivo.....	144
Figura 78 - Parede interna de alvenaria	145
Figura 79 - Escritório e circulação entre escritório e depósito	146
Figura 80 - Paredes e pinturas.....	147
Figura 81 - Janelas: comparativo entre vidro e tampões	148
Figura 82 - Esquadrias de madeira na edificação em madeira.....	149
Figura 83 - Esquadrias de madeira e araucária: depósito dos fundos do moinho.....	150
Figura 84 - Janelas da fachada frontal sul.....	151
Figura 85 - Fachada Norte: esquadrias.....	152
Figura 86 - Portas do moinho.....	153
Figura 87 - Corte e vista da esquadria com almofada	154
Figura 88 - Porta interna tripla.....	155
Figura 89 - Porta entre moinho e residência	156

Figura 90 - Imagens comparativas da estrutura das edificações em madeira e alvenaria . 15,	
Figura 91 - Circulação e pilares com fiação de luz	158
Figura 92 - Fios de luz e eletricidade na edificação.....	159
Figura 93 - Telhado interno no sótão	160
Figura 94 - Telhado: estrutura e parte interna	161
Figura 95 - Oitões, abas e estrutura em aluzinc	162
Figura 96 - Análise da fachada marginal, principal no lado Sul	164
Figura 97 - Demarcação das estações.....	167
Figura 98 – Estações de 1 a 11	168
Figura 99 - Trevo sentido Sul - Norte	169
Figura 100 - Estação 2: Acesso ERS 355 em direção a Fagundes Varela:	170
Figura 101 - Estação 6: estrada e colinas	171
Figura 102 - Estação 7	172
Figura 103 - Estação 8: propriedade rural	173
Figura 104 - Estação 9	174
Figura 105 - Estações de 12 a 20	175
Figura 106 - Estação 13	175
Figura 107 - Estação 15	177
Figura 108 - Estação 16	178
Figura 109 - Estação 19	179
Figura 110 - Estação 20	179
Figura 111 - Estações de 21 a 30	180
Figura 112 - Estação 21	180
Figura 113 - Marco visual da estação 21.....	181
Figura 114 - Mapa das proximidades da Capela São João	182
Figura 115 - Estação 24	183
Figura 116 - Estação 26	184
Figura 117 - Colina em frente ao moinho	184
Figura 118 - Estação 27	185
Figura 119 - Estação 27: marco visual	186
Figura 120 - Arroio Vicente Rosa a norte do moinho.....	187
Figura 121 - Percurso natural do arroio Vicente Rosa.....	188
Figura 122 - Arroio e mata ciliar (visual Sul-Norte; fundos do moinho).....	189
Figura 123 - Parte Norte, colina atrás do moinho	190
Figura 124 - Pórtico e entorno.....	190
Figura 125 - Visuais do centro de Fagundes Varela.....	192
Figura 126 - Estação 29.....	192
Figura 127 - Estação 30	193
Figura 128 - Varanda que une o moinho à residência da família Melatti	195
Figura 129 - Caramanchão: bem tombado no centro urbano de Fagundes Varela	199
Figura 130 - Ficha de inventário, anexo 9 do Plano Diretor de Fagundes Varela	201
Figura 131 - Quadro de atributos - anexo do Plano Diretor	210
Figura 132 - Processo de produção: localização da turbina	230
Figura 133 - Pessoas no arroio Vicente Rosa (1967).....	238

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo dos atributos de valores	47
Quadro 2 - Cronologia da Igreja de Santo Antônio, em Fagundes Varela	74
Quadro 3 - Moinho Melatti junto ao Rio Retiro	78
Quadro 4 - Imagens do arroio Vicente Rosa	82
Quadro 5 - Entrada do trigo, silos e serpentina de transporte até o sótão	94
Quadro 6 – Espaços e máquinas para descasque, separação e transporte do trigo dentro do moinho	95
Quadro 7 - Localização e plantas baixas do moinho	117
Quadro 8 - Cortes e fachadas	127
Quadro 9 - Ficha de inventário municipal preenchida.....	203
Quadro 10 - Inventário do IPHAE-RS.....	215
Quadro 11 - Levantamento de edificação.....	219
Quadro 12 - Ficha de inventário da turbina	231
Quadro 13 - Manifestações patológicas, investigação e soluções iniciais	246

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	24
2.1 HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	26
2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.....	30
2.3 ATRIBUTOS DE VALORES.....	38
2.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	50
3 MOINHO MELATTI: LOCALIZAÇÃO, HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS.....	51
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, SOCIAL, POLÍTICA E HISTÓRICA DE FAGUNDES VARELA.....	51
3.2 A FAMÍLIA MELATTI E SUA INSTALAÇÃO EM FAGUNDES VARELA.....	64
3.3 O FUNCIONAMENTO DO MOINHO E A RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA.....	82
3.4 PROCESSOS DA MOAGEM DE GRÃOS.....	91
3.4.1 A energia que move o moinho.....	122
4. O ESPAÇO DO MOINHO.....	126
4.1 ASPECTOS CONSTRUTIVOS.....	126
4.1.1 Fundações.....	128
4.1.2 Pisos.....	134
4.1.3 Escadas internas e externas.....	138
4.1.4 Paredes.....	141
4.1.5 Esquadrias.....	147
4.1.6 Estrutura.....	156
4.1.7 Coberturas.....	159
4.2 MEDIDAS E SIMETRIA.....	162
4.3 ANÁLISE DO ENTORNO.....	166
5. RESTAURO E INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.....	196
5.1 IMPASSE INVENTÁRIO E TOMBO.....	196
5.2 FICHA DE INVENTÁRIO DE FAGUNDES VARELA.....	200
5.3 ANÁLISE E PROBLEMAS DE PREENCHIMENTO DESTA FICHA MUNICIPAL.....	209
5.4 DIRETRIZES A SEREM ADOTADAS NO RESTAURO E INTERVENÇÃO DO MOINHO.....	233

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	255
REFERÊNCIAS	261
APÊNDICES.....	267
APÊNDICE 1 - RELATO DAS ATIVIDADES REALIZADAS	267
APÊNDICE 2 - DIA DAS GRAVAÇÕES COM EGYDIO MELATTI.....	277
APÊNDICE 3 - JUSTIFICATIVA ENTREGUE AO PREFEITO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE FAGUNDES VARELA.....	280
ANEXOS.....	282
ANEXO 1 - REQUERIMENTO ASSINADO POR EGYDIO MELATTI.....	282
ANEXO 2 – DECRETO-LEI 2048, DE 3 DE JULHO DE 2024	283
ANEXO 3 - DECRETO LEI BENTO GONÇALVES-RS FOLHA 01	284
ANEXO 4 – DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O MOINHO MELATTI.....	289
ANEXO 5 - PAGAMENTO PELO LOTE 78 - 1896	291
ANEXO 6 - ESCRITURA LOTE 77 DE 1906	292
ANEXO 7 - ESCRITURA MANUSCRITA DE 1943 - ERNESTO MELATTI	293
ANEXO 8- CONTRATO DE ENERGIA 1934	294
ANEXO 9 - FICHA DE INVENTÁRIO ELABORADA PELA ALUNA GISELE GUSBERTI (2020)	296
ANEXO 10 - FICHA DA MICRO INDÚSTRIA JUNTO AO MOINHO MELATTI - ELABORADO PELA ALUNA GISELE GUSBERTI (2020).....	298

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da recuperação de fontes para a criação do inventário de um moinho histórico da cidade de Fagundes Varela, no Estado do Rio Grande do Sul, que ainda não consta como patrimônio reconhecido pelo município. Com o propósito de justificar a minha escolha em relação ao tema de pesquisa desta tese de doutorado, gostaria de começar este texto com um comentário sobre a minha trajetória profissional, em especial enquanto professora de Ensino Superior, missão à que me dedico, hoje há mais de quinze anos, e que caminha lado a lado com os conceitos mesmos de patrimônio, de história e de espaço vivido.

Em 1985, concluindo meu primeiro ciclo de estudos acadêmicos, formei-me no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e comecei a atuar na profissão de forma autônoma, abrindo um escritório dedicado a projetos individuais, em sua maior parte para ambientes internos. No ano de 2003, com o intuito de estender a minha atuação à formação universitária como professora, ingressei em um curso de pós-graduação da Universidade de Caxias do Sul, nível *lato sensu*, intitulado “Design de produto com ênfase em mobiliário”. Depois, em 2007, fui convidada para ministrar aulas no curso de design de produto no Campus de Bento Gonçalves - CARVI (Campus da Região dos Vinhedos) da UCS. Entretanto, como não possuía habilitação didático-pedagógica para a docência, participei desde então de vários cursos de formação oferecidos pela instituição, movida igualmente pelo interesse em pesquisa. Tal interesse me levou, em seguida, a um curso de mestrado.

Para essa segunda pós-graduação, contudo, preferi optar por uma área diferente do meu campo primeiro de atuação profissional, uma vez que entendia que uma pesquisa no campo da arquitetura ou do design limitaria, de certa forma, possíveis desafios profissionais e acadêmicos, e também a oportunidade de explorar os inúmeros diálogos interdisciplinares que a Arquitetura, por si mesma, estabelece.

Após a visita à cidade histórica de Colônia de Sacramento, no Uruguai, soube pelo site da UCS sobre o lançamento, naquele mesmo ano, do curso de Mestrado Profissional em História. Eu já havia trabalhado no restauro de patrimônios históricos, e essa me pareceu a oportunidade ideal para aprofundar conhecimentos em uma segunda área de interesse, que caminha de mãos dadas com a arquitetura e seus elementos. O interesse por história foi também alimentado pela minha dedicada

participação aos conselhos de preservação do patrimônio histórico de Bento Gonçalves, como representante da Universidade de Caxias do Sul, Campus da cidade de Bento Gonçalves.

Minha dissertação de mestrado profissional gerou como produto uma ficha técnica de inventariado para patrimônios históricos a preservar. O caso utilizado como pesquisa foi o de uma vila militar que pertencia à Rede Ferroviária Federal, e que teve sua seção de estrada férrea desativada junto com as moradias dos funcionários. A pesquisa resultou em dois fichamentos: o primeiro direcionado ao conjunto urbano (sítio histórico) e o segundo focado na edificação histórica. Essa ficha de inventário tornou-se anexo de um decreto-lei municipal de Bento Gonçalves e deve ser preenchida cada vez que um profissional da área de construção civil pretende interferir na construção ou no seu entorno imediato, configurando-o um sítio histórico.

Hoje, como mestre em História, já professora universitária, ministrando as disciplinas de Técnicas Retrospectivas, Atelier IV (de intervenção em sítios e patrimônios históricos), e Estágio (que tem como objetivo gerar um relatório de iniciação científica sobre um problema real de mercado), e orientando trabalhos de conclusão de curso, tive e tenho a oportunidade de experimentar esse fichamento. Na aplicação do método, percebo que há conceitos importantes a acrescentar, em específico os que foram trabalhados nesta tese: os *atributos de valores* na visão de Riegl (2016), Curtis (2003) e Barranha (2016); a *percepção do espaço*, o *percurso* e a *proposta de roteiro*, que será versada através das teorias de Lynch (1998) e INCEU (2001) e o mais recente o olhar sobre a *identidade local*, de Aguiar (2002).

A propósito de literatura, e considerando a temática da pesquisa que apresento aqui, cito os principais trabalhos passados que, dialogando com esta minha proposta, ao mesmo tempo a ancoram e facilitam sua aplicação. Em publicações brasileiras que versam sobre moinhos, há recorrentemente associação ao início da produção de pães na história da humanidade e após na história do país, associado com os moinhos de refino de farinha de trigo como no artigo escrito por Guerra (1997) para a Revista Perspectiva, em Florianópolis, ao qual faço referência em diferentes momentos deste texto. Também o livro intitulado *Saberes e sabores da colônia*, organizado pela pesquisadora Renata Menasche, da UFRGS, e publicado em 2011, apresenta quinze artigos direcionados aos fazeres culinários e à manipulação do alimento, dos quais ao menos um cita o uso do moinho, de forma a explicar que a produção industrial de

farinhas acabou por fechar os moinhos artesanais na região da Serra dos Tapes, no Rio Grande do Sul.

Já a pesquisa de Luis Alberto Ferreira Garcia (1997), cuja publicação intitula-se “A organização industrial da moagem de trigo no Brasil”, explica e analisa as estratégias de crescimento e competição de mercado utilizadas por diversos moinhos presentes a nível nacional face à modernização. Em Portugal, a dissertação de mestrado “O moinho de meu avô! reabilitação dos moinhos hidráulicos em habitações de turismo rural em Sanfins (Valpaços)” descreve a existência do moinho familiar do pesquisador, César Miguel do Adro Tacheiro. Seu objetivo foi contar a história do moinho, com foco direto na intervenção e restauro para a reutilização do espaço com fins turísticos.

A ideia deste trabalho, que é também a narrativa de um moinho, contada com o objetivo final da valorização de um espaço histórico do Rio Grande do Sul, nasceu durante uma visita, prevista como atividade por uma das minhas alunas da disciplina de estágio obrigatório¹, à cidade de Fagundes Varela, que dista de Bento Gonçalves quase 50 km e é um antigo distrito da cidade vizinha de Veranópolis. Pouco antes de adentrar no perímetro urbano municipal, se é surpreendido por uma edificação imponente, em meio à zona rural, conhecida como Moinho Melatti (Figura 1), colocada após uma ponte sobre o arroio Vicente Rosa.

Figura 1 - Moinho e residência Egydio Melatti



Fonte: elaborado pela autora (2023)

¹Egressa: Tatiane Frare da Silva. Trabalho: levantamento de patrimônio cultural edificado do município de Fagundes Varela, RS.

A construção chama à atenção pelo comprimento e por ser única em meio a colinas verdes que se seguem. Além disso, a porta na lateral esquerda está frequentemente aberta, como um convite do proprietário do moinho, Egydio Melatti, que está sempre disponível para discorrer sobre a história da família e do maquinário do moinho, que está todo exposto no interior do imóvel. O moinho foi desativado em 2013, mas as máquinas usadas na época, em companhia das que as precederam desde final do século XIX, continuam a ocupar o espaço da casa-museu.

Pelos dados levantados através dos relatórios de estágio daquela disciplina, e pela leitura do plano diretor existente em Fagundes Varela, percebe-se que a edificação histórica, como outras no Estado do Rio Grande do Sul, não é inventariada, e, portanto, tampouco protegida por lei a nível municipal ou estadual. Sobre isso, é importante afirmar que a curiosidade pela história do Moinho, e a sua transformação em objeto de pesquisa, caminha junto com outras iniciativas profissionais. Estas são fomentadas não apenas por uma constante busca pessoal de conhecimento, mas especialmente por um interesse compartilhado com outros colegas e discentes pela pesquisa em patrimônios históricos da região onde a UCS está inserida. Sabemos que esse tipo de estudo tem mostrado potencial para ir além dos limites acadêmicos: em direção à mesa de trabalho do poder público; à atenção do setor privado; e à conscientização patrimonial pela comunidade, alimentada também pela divulgação dessas pesquisas em congressos nacionais e internacionais.

Em relação ao moinho Melatti, como afirmado anteriormente, a valorização do espaço é felizmente também um esforço familiar. Os proprietários são o senhor Egydio e a sua esposa, Terezinha, que moram junto com a irmã dele, Marta. O casal tem duas filhas, Icléia, que também divide com eles a residência junto ao moinho, e Bernadete, que é moradora de Bento Gonçalves. Eles fornecem, quando solicitado, todo o material necessário para as pesquisas sobre o moinho e sempre estão disponíveis para as visitas técnicas no local. Mantêm o espaço industrial constantemente conservado, mas estão com dificuldades financeiras de realizar uma intervenção de conservação maior.

A primeira solicitação das filhas a esta pesquisadora foi elaborar um vídeo-registro contando a história do moinho, uma vez que o Sr. Egydio ainda pode contribuir de modo presencial às gravações. No entanto, o projeto cultural submetido não foi aprovado, com a justificativa de não se tratar de um imóvel de interesse social, por não ter sido inventariado a nível municipal. Os planos futuros incluem, em breve,

introduzir uma atividade econômica que sustente a conservação, preservando todo o maquinário existente como acervo histórico vivo. Há também a possibilidade de reativar as máquinas para uma pequena produção com fins turísticos, autorizada pela administração pública, garantindo que o maquinário não se deteriore. Isso não seria uma novidade, pois já é o caso de dois moinhos da região: Bertarello e Tondo, cuja produção de farinha de milho é voltada apenas ao turismo e ao consumo local.

Para ações como essas, de conservação, restauro e intervenções, trago nesta pesquisa uma seção final de orientações, com base nas cartas e teorias de restauro, em especial nas indicações para recuperação de patrimônios industriais da Dra. Beatriz Kühn (2008). Entendo que a questão essencial para o moinho é a necessidade de inventariar a edificação a nível municipal, que permitiria captar os recursos culturais disponíveis anteriormente negados ao vídeo-registro, e outros com vistas ao restauro e a nova utilização. Após a aprovação a nível municipal, será solicitada a salvaguarda também a nível estadual, o que facilita ainda mais as captações de recursos financeiros iniciais.

Estabeleço, assim, o produto desta pesquisa de doutorado profissional em história, qual seja, a reunião de documentos sobre o moinho Melatti, a serem encaminhados à prefeitura de Fagundes Varela (através do poder executivo, com envolvimento indireto do judiciário), de forma que seu inventário seja elaborado e anexado, por decreto lei, ao plano diretor já existente (2019), transformando o imóvel em edificação histórica de interesse público.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente, e como parte última desta introdução, descrevo os objetivos geral e específicos desta pesquisa. O recorte deste trabalho apresenta-se como uma história local, com conexões a nível regional. Entender o espaço geográfico e a sua apropriação, bem como suas características culturais, resultam em particularidades diferenciadas que através da memória coletiva revelam sua identidade, que é o objeto mesmo da narrativa.

Os referenciais teóricos e bibliográficos, apresentados no segundo capítulo, que se segue a este introdutório, apoiam os conceitos necessários a fim de atender a esses objetivos. Preliminarmente, explico, à luz da escola de Annales, os conceitos de narrativa que se estendem a vivências, saberes, processos e técnicas. Importam também as questões multidisciplinares, de história local e familiar, arquitetura, economia, política, geografia, entre outras.

Após, ainda como parte do referencial teórico, apresento as características da história, problema que leva o pesquisador à imparcialidade e ao equilíbrio nas narrativas. Pelo olhar de Bloch (2001), importa entender o presente junto ao passado e, por esse viés, analisar documentos, incentivando depoimentos das personagens ainda presentes, cujas memórias auxiliam, neste caso, na construção da história do moinho. Nesse sentido, é fundamental esclarecer pontos com as entrevistas que não estão descritos nas documentações, ampliando a narrativa histórica do local.

Vinculado a essa ideia, elaboro um comentário sobre os conceitos de patrimônio material e imaterial, uma vez que é crucial para este trabalho a ideia de que os bens preservados inserem em sua materialidade traços de saberes, modos de fazer, celebrações e práticas culturais coletivas. A seguir, apresento um breve histórico da salvaguarda com relação especial aos significados desses patrimônios com as cidades e as comunidades como caráter cultural, o que se justifica uma vez que as ações de preservação dependem de normatizações legais, mas somente serão protegidas com a anuência da comunidade, única capaz de assegurar a cautela dos bens. As narrativas, as práticas e os inventários auxiliam como registros de memórias individuais e coletivas.

Face à alusão à memória, torna-se importante, então, discorrer sobre o conceito mesmo de memória e suas implicações na identidade de um grupo social. Comento, assim, os pontos de contato entre memória, identidade e patrimônio, em especial o patrimônio industrial, representante das atividades do trabalho no seu tempo. Discorro, a partir do entendimento de patrimônio industrial, sobre os reveses dessa modalidade de preservação, tendo em vista que esses imóveis sofrem com as questões de inovações tecnológicas que ameaçam encerrar suas atividades. Além disso, são edificações de recente salvaguarda e atenção especial pela memória do trabalho.

A ocupação de um espaço físico e sua integração no meio ambiente também retratam pontos do patrimônio cultural, de que trato na sequência, assim como os modos de construir, e a matéria prima local, que, neste caso em especial, é a madeira de pinho extraída da araucária. A intervenção humana é harmônica quando alia a paisagem cultural ao ambiente natural, corroborando com o conceito de “enquadramento envolvente”. Estabelecer critérios para esse equilíbrio do construído com seu entorno é atribuição do plano diretor dos municípios.

A partir destes critérios, apresento, finalmente, os atributos de valor sob o olhar de três autores: Riegl (2016), Curtis (2003) e Barranha (2016). A atribuição desses pontos explicitados auxilia as comunidades a reconhecerem e avaliarem os valores intrínsecos ao patrimônio a preservar. As ponderações de cada autor são complementares entre si e trazem em sua temporalidade as novas demandas que advém. Aguiar (2002) complementa a discussão ao trazer os conceitos de identificação de valor do local, com uma visão de pluralidade de formas nos conjuntos.

Como última parte do segundo capítulo, voltado à fundamentação teórica e metodológica, descrevo os pormenores dos métodos de pesquisa utilizados e suas diretrizes. Em especial, são utilizadas as cartas direcionadas a patrimônios industriais nos conceitos e nas indicações de restauro do moinho. Busco apoio também em definições da autora Beatriz Kühl que, de modo pioneiro no Brasil, descreveu as primeiras orientações da preservação de patrimônios industriais. Para a análise de entorno e em um roteiro de pontos atrativos, as imagens e percepções estão apresentadas conforme os critérios do inventário de configuração do espaço urbano (INCEU) indicado, em especial, para auxiliar a encontrar características diferenciadas em vários pontos interessantes dos trajetos até o ponto histórico estudado: o moinho Melatti.

Dedico o terceiro capítulo à narrativa do moinho e à sua caracterização arquitetônica. Foram essenciais os depoimentos de Egydio Melatti (85 anos), que nasceu no moinho e viveu toda a vida trabalhando nele, junto com o avô Cristoforo, o pai Ernesto e os irmãos, tios e primos. Início essa narrativa por uma minha percepção geral das primeiras visitas, e com uma foto do casal Egydio e Terezinha Marca Melatti. Depois, descrevo a localização do município com suas interações regionais, e trago informação de áreas urbanas e rurais circundantes, bem como seus aspectos geográficos, econômicos e sociais.

A nível municipal, apresento as principais diretrizes do Plano Diretor (2019) de Fagundes Varela, relacionadas ao patrimônio histórico a preservar. Por esta análise, verifico que o moinho está fora da área de preservação selecionada (Anexo 7) e que conseqüentemente não está inserido em mapas turísticos ilustrativos. O significado afetivo do moinho é lembrado constantemente na página Facebook, intitulada “Eu nasci em Fagundes Varela”, em que o arroio Vicente Rosa, por exemplo, é carinhosamente chamado de “Rio Melatti”.

Na sequência, trato da ocupação dos imigrantes italianos na região, inicialmente denominada de Colônia de Alfredo Chaves, e posteriormente Veranópolis, da qual Fagundes Varela era distrito. Também são mencionados os travessões e a pujança econômica que neles se instalou nos primeiros anos de ocupação, da qual participou ativamente a família Melatti. Sua árvore genealógica traz os descendentes do primeiro casal de imigrantes, Carlo e Giuseppa Melatti que imigraram ao Brasil com os dois filhos, Francesco e Cristoforo (fundador do moinho). A partir dela, ligo todos os depoimentos de descendentes às linhas geracionais.

Na sequência, esclareço os lotes que foram adquiridos pela família Melatti em Bella Vista, atual Fagundes Varela. Os lotes são listados em registros de compra e venda nas escrituras, que datam desde o ano de 1906. A história da família inicia com a compra de lotes e evidencia-se, no texto, uma entrevista de Ernesto já idoso, em que descreve o cotidiano e as atividades sociais e religiosas de sua vivência. Entende-se que Cristoforo interessou-se pelos moinhos ainda jovem e que o filho Ernesto foi quem gerenciou o moinho por vários anos. Após a descrição de vários documentos, menciono a existência de o outro Moinho Melatti, gerenciado por Santo Melatti e distante 15 km de Fagundes Varela.

Comento, em seguida, sobre o arroio que acompanha o moinho, fonte inicial de energia com rodas d'água de outros moinhos nos arredores. Para que se possa entender o processo de moagem de grãos, explico as etapas do trabalho através das palavras de Egydio Melatti, que esclareceu o processo de forma detalhada em entrevista. Como todas as máquinas e equipamentos estão em seus locais nos processos de produção, essa explicação pode ser ilustrada com fotos captadas no local. O ciclo de atividade fabril pode ser organizado de modo a trazer informações históricas aos visitantes. Todos os equipamentos e processos estão representados em croquis de plantas baixas com legenda específica.

Após a apresentação dos processos, falo das marcas e símbolos presentes nas máquinas e espaços do moinho, dentre eles os de devoção religiosa, presentes na capelinha, quadros e santinhos expostos. Analiso os ambientes simbólicos do moinho com suas características diferenciadas que revelam a imaterialidade presente.

Além dos maquinários, os móveis soltos, que também são bancadas de trabalho, são especificados em sua função, materialidade e localização. A geração de energia elétrica disponível para contrato de venda também é um diferencial do espaço

fabril e fez parte dos depoimentos de Egydio, corroborando com contratos, em documentos também disponibilizados.

Os aspectos construtivos do moinho estão associados aos saberes e às técnicas utilizadas no início do século XX, por isso, foram por mim detalhados para que em um futuro restauro e intervenção possam auxiliar nas escolhas projetuais, sempre com respeito a história e identidade do local. A necessidade de profissionais habilitados para os trabalhos tanto de manutenção quanto de novas inserções é imprescindível para que não haja descaracterização do espaço físico. Início a descrição pelas fundações, e sigo tratando dos pisos, estruturas, paredes, entrepisos, esquadrias e demais elementos construtivos presentes no local.

Na seção seguinte, menciono as melhores percepções visuais até o moinho, desde a rótula de acesso pela BR 470 em encontro com a ERS 355. Analiso os visuais pela metodologia do Inventário de Configuração Urbana (INCEU, 2001). Essas estações selecionadas trazem aspectos relevantes da paisagem e que precisam ser acentuados como diferenciais da identidade do local. O roteiro que segue até o moinho pode ser enriquecido evidenciando os pontos positivos e disfarçando os negativos com elementos paisagísticos predominantes, como as araucárias. No trajeto também se percebe que não há placas indicativas dos lugares e das estradas em chão batido que podem levar a sítios históricos interessantes.

Como última parte do terceiro capítulo, analiso os conceitos de bem inventariado e bem tombado. As comunidades e os proprietários são privilegiados com esse tipo de proteção legal, que, além de permitir o acesso público, também consentem solicitar recursos a nível estadual e federal para a conservação, que abrange manutenção, restauro, intervenções, consolidações, entre outros. Fica evidente, no entanto, que toda a intervenção a ser realizada precisa ser orientada por um profissional especializado da área de Arquitetura e Urbanismo, com aporte multidisciplinar de historiadores, geógrafos, biólogos, químicos e arqueólogos, quando necessário. Essa é uma restrição exigida do proprietário de bem imóvel protegido, seja inventariado ou tombado e que, se infringida, pode incidir penalizações.

Com a história e as características pesquisadas e elencadas anteriormente foi possível preencher as lacunas exigidas pelo Plano Diretor de Fagundes Varela, que limitaram o avanço da proposta em outros momentos. O quarto e último capítulo desta tese é, portanto, dedicado à restauração e intervenção do bem imóvel. Apresento os

documentos envolvidos na solicitação de inventário e tombamento, e detalho a dificuldade no preenchimento das fichas disponibilizadas pela prefeitura. Tal dificuldade ocorre pois não há instruções no plano para este anexo de inventário, além de este trabalho ser a primeira proposta apresentada à prefeitura desde a instauração do Plano Diretor vigente, em 2019.

Cabe ressaltar que a principal dúvida nesse sentido se instaurou no preenchimento de atributos de valores. O documento pronto, junto a um requerimento de solicitação assinado pelo proprietário Egydio, e a uma justificativa escrita por esta autora, foram encaminhados para apreciação da Câmara de Vereadores (poder legislativo) e também para o Prefeito Municipal (poder executivo). O relatório das reuniões e dos impasses está no Apêndice 1 desta pesquisa.

Na sequência, apresento o inventário do IPHAE-RS, Instituto de patrimônio histórico e artístico estadual do Rio Grande do Sul. Este é um documento que contém os atributos de valores descritos e que será futuramente encaminhado para a aprovação a nível estadual. O preenchimento desse formulário foi produto da defesa da minha dissertação de mestrado em 2016, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (PPGHIS-UCS). Junto a essas fichas do moinho, também é apresentada uma ficha de um equipamento do moinho, a turbina, que faz parte dos bens integrados.

Para as primeiras indicações de restauro, menciono as principais cartas patrimoniais que orientam os procedimentos de conservação, manutenção e restauro das edificações históricas. Descrevo a relação direta com o moinho na medida em que explico as cartas e as diretrizes de Beatriz Kühl. A carta de Sevilha (2018) é a mais recente delas e contém uma reflexão detalhada dos rumos da preservação dos patrimônios e sítios históricos industriais no mundo. Descrevo as manifestações patológicas e sugiro uma solução inicial conforme o Manual do Programa Monumenta (IPHAN, 2008) que possui vários cadernos técnicos que tratam de cada material em específico como o “Manual de Conservação e intervenção em argamassas e revestimentos a base de cal, madeira uso e conservação, conservação de telhados entre outros”.

Para concluir esta introdução, como mencionado anteriormente, listo o problema de pesquisa, que é plural, o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho, para que acompanhem a leitura do seu desenvolvimento, e sejam respondidos por ele.

Problema(s) de pesquisa

O questionamento que orienta esta pesquisa é: quais são as fontes que narram a história e a importância do moinho Melatti na cidade de Fagundes Varela que devem fazer parte da documentação para a solicitação do inventário do imóvel e de seu consequente tombamento e valorização?

Na busca de resposta a essa primeira pergunta, esta tese também buscou saber: *por que o moinho Melatti, edificação de importância histórica industrial da cidade de Fagundes Varela, RS, não faz parte do plano diretor do município elaborado em 2019?* E considerando a contraposição do poder público e privado: *como um bem privado pode ser incluído nos interesses da comunidade, sem perder o título de propriedade?* E ainda: *por que nos fichamentos não são listados os maquinários que com frequência são vendidos para antiquários ou ferros velhos por necessidade financeira das famílias proprietárias?*

Objetivo geral

Guiada pelo problema de pesquisa, este trabalho pretende: *dar entrada, na prefeitura de Fagundes Varela, RS, do fichamento do Moinho Melatti necessário ao inventário do imóvel e a seu consequente tombamento.* A ficha de inventário será elaborada a partir de coleta de dados e depoimentos dos proprietários e vizinhos e de documentos referentes à história do moinho. Consequentemente, espera-se o processo de validação pelo poder público, primeiramente o legislativo e, em seguida, o executivo a nível municipal. Quando o decreto lei estiver aprovado, espera-se poder encaminhar a ficha a nível estadual (já preenchida incluída nesta pesquisa), facilitando as futuras captações culturais.

Objetivos específicos:

- a) Conceituar patrimônio cultural e industrial. Com aporte teórico nas cartas patrimoniais e leis a nível nacional, estadual e municipal;
- b) levantar e organizar dados históricos e técnicos para preencher o fichamento de inventário solicitado pelo plano diretor do município, incluindo uma justificativa pois é um imóvel de propriedade privada;
- c) atribuir Valores, com aportes teóricos, que irão auxiliar na defesa da salvaguarda desta edificação;

- d) entrar com processo na prefeitura (poder executivo) e na câmara de vereadores (poder legislativo) com a solicitação de inventário do Moinho Melatti;
- e) elaborar um roteiro de visitação educativa e turística que instigue a explorar o local que culminaria no Moinho e após no espaço urbano de Fagundes Varela;
- f) redigir diretrizes de restauro e intervenção na edificação histórica.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para construir a narrativa que conta a vida e a importância do moinho Melatti, alguns autores foram visitados, em especial aqueles que orientam o fazer História a partir de vieses (e vozes) plurais, e que lançaram a base para que, neste trabalho, diferentes e importantes aspectos pudessem ser considerados. Particularmente no caso desta tese, a história do moinho nasce na expressão das vivências dos imigrantes italianos na região sul do Brasil, nas motivações do dia a dia do trabalho dos proprietários e de seus colaboradores, na manutenção de saberes e tradições aprendidos na Itália, e na revelação dos processos de produção e manufatura de grãos, alimentos essenciais para a sobrevivência das famílias que ocuparam a Região de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

A elaboração de narrativas a partir de novas fontes de pesquisa, como essas recém-elencadas, permite leituras diferentes e complementares da história anteriormente divulgada. A partir dos princípios da escola de Annales, historiadores do início do século XX criaram um novo modelo para escrever a História, para conceber o tempo, para representá-lo e utilizá-lo, possibilitando novas acepções e temporalidades (BARROS, 2012). Essa observação, inédita para a historiografia oficial até então, que se pode chamar de história problema, desloca o ponto de apoio da narrativa do fato objetivo ao agente subjetivo, tornando-se, assim, indissociável da perspectiva e das motivações do próprio historiador, que descobre novos fatos alicerçados em fontes diversas (BARROS, 2012).

Bloch (2001) trata desse aspecto multidisciplinar de narrar a história, em que o historiador precisa atentar não somente a fontes documentais ou a materialidades expostas, mas também a outros múltiplos fatores, dentre eles a economia, os costumes, as linguagens, a política, o território e a cultura aos quais um fato ou evento se relaciona, esta última incluindo vestimentas, danças, rituais, religião, alimentação e modos de convívio. Essa abordagem inclusiva permite contemplar grande parte dos vestígios do passado, e evita que se limitem as informações ao que comunicam os registros documentais. O cunho de interdisciplinaridade da história problema, que busca ferramentas na sociologia, geografia e antropologia, por exemplo, é suporte para fundamentar novas visões da narrativa histórica, mais amplas e fieis à complexidade da ação humana no tempo. Em relação ao Moinho, tornou-se de fundamental valor analisar a relevância social que teve no decorrer dos anos, suas

bases políticas, a interação com a comunidade e as implicações de sua posição geográfica.

A história problema coloca-se, além disso, como campo científico, que tem a dualidade da “imparcialidade histórica: o da história como tentativa de reprodução ou como tentativa de análise” (BLOCH,2001, p.125). A neutralidade na elaboração do narrar histórico é mais um dos elementos conquistados pelo movimento iniciado na escola de Annales, e é necessária para evitar a dicotomia entre certo e errado ou falso e verdadeiro, que responderia de forma insuficiente às múltiplas facetas que se apresentam para análise pelo historiador. O historiador é um cientista que interpreta e equilibra os dados, e não o detentor de uma verdade absoluta e imutável, dado que a História, como a ciência no geral, sempre pode ser objeto de questionamento, e receber novas descobertas.

Bloch afirma que esse modo de pesquisa tem várias particularidades, uma delas é trabalhar “a observação histórica”, que estuda o tempo presente em concomitância com o passado. Para essa prática, Bloch incentiva recolher depoimentos, através de perguntas à comunidade, de quem tem ou teve contato com o objeto de pesquisa. Depoimentos são, nesse caso, fontes orais, que frequentemente demonstram ser valiosos para o estudo da história em perspectiva. De fato, sendo a história uma ciência que estuda as variadas experiências humanas, poder registrar a impressão dessas experiências nos sujeitos do tempo e espaço que se quer recortar é uma oportunidade a ser abraçada sempre que possível.

A necessidade de ser fraternal, nesses encontros com seres humanos que partilham de um mesmo tema, é uma aptidão do pesquisador, assim como o é entender o papel da subjetividade nesse contexto. Pode acontecer, por exemplo, quando se recolhem testemunhos sobre um mesmo tema ou tempo, de se obterem discursos divergentes. Isso acontece por diversos motivos, como o caráter mesmo da memória, cujo entendimento, por si só, é capaz de “acomodar” o desencontro. Em outros casos, as documentações escritas e a análise dos objetos materiais podem responder ao que se questiona pelas diferenças, alicerçar as conexões e diminuir a distância entre os discursos. De qualquer modo, a História é também encontro de perspectivas, e estudá-la exige considerar muitos pontos, mesmo que opostos, sobre um mesmo recorte, e ser capaz de encontrar o lugar de cada um na narrativa que se constrói.

A propósito, também vale dizer que, na medida em que o historiador se limita a estudar, no tempo, cadeias de fenômenos aparentados, o problema é, em suma, simples. O desafio está no estudo de recortes, em tempo e espaço geográfico, estabelecendo a escala que a problemática irá abordar (REVEL, 2010) e as muitas relações, de caráter vário, que se estabelecem a partir desse enfoque.

2.1 HISTÓRIA LOCAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Neste trabalho, a escolha do espaço a ser analisado não poderia ser outra que a do município de Fagundes Varela, onde está localizado o Moinho. O município é novo, tendo sido emancipado de Veranópolis em 1987, e ocupa uma área urbana de 1,56 km², inserida em um espaço territorial de quase 135 km², caracterizado, portanto, em sua maior parte, como área rural. Possui atualmente 2.566 habitantes (IBGE,2022). O município nasce, segundo o site da Prefeitura, no final do século XIX, mais precisamente em 1888, quando uma leva de imigrantes italianos chega no território onde hoje se situa o município, colonizado também por famílias de alemães, poloneses e franceses (PREFEITURA de Fagundes Valera, 2023).

Trata-se, aqui, do que se pode chamar de história local, em que o caráter local, segundo Bourdin, é caracterizado por grupos de pequenas dimensões que possuem “grau de pertença, de organização, de ordem das relações sociais e das econômicas e políticas” (BOURDIN, 2001, p. 14), como o que se observa na cidade de Fagundes Varela e é também objeto desta tese. O local é configurado pela proximidade e distância do território ocupado e pode localizar-se em espaços geográficos amplos, desde que possua características sociais e culturais similares. Nesse sentido, o local seria reconhecido mais no estilo de vida, na experiência individual e nos modos de funcionamento normativo e moral (BOURDIN, 2001) e menos na dimensão espacial que ocupa, ainda que mais frequentemente e facilmente identificado em pequenas localidades, como Fagundes Varela.

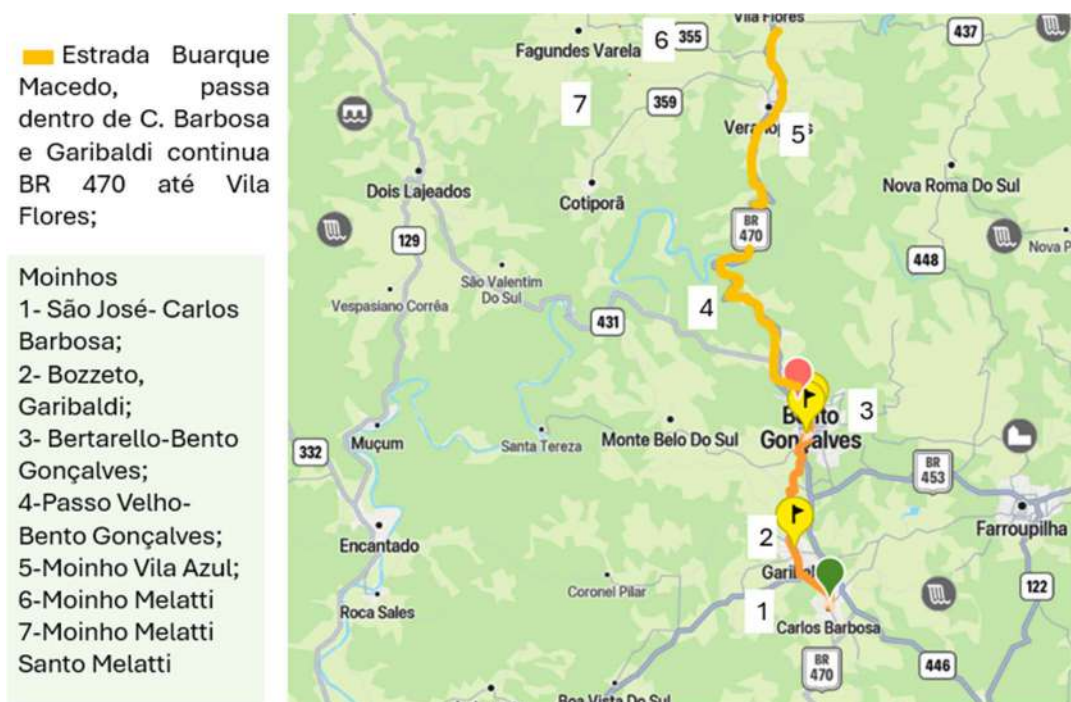
Goubert (1988), todavia, afirma que a história local é aquela que diz respeito a um pequeno espaço de habitação, uma aldeia, uma pequena cidade, e que um grande centro urbano ou uma capital estariam além desse âmbito. De toda forma, também defende que analisar um determinado espaço é estabelecer suas características específicas, que possuem padrões antropológicos e são associadas a culturais similares. O local é o primeiro espaço da atuação do homem (BARROS,

2012), onde ele habita, trabalha, pode socializar-se e organizar-se politicamente. Com efeito, a normatização de um grupo pode ser diferenciada das formas do município-sede a qual ele pertence, e está também nos modos de se organizar, nas leis e regras morais e sociais.

Bourdin (2001) estabelece três possibilidades, usadas como ferramentas de identificação do espaço local: primeiro, a ocorrência com um processo reflexivo e social, em que são definidos os limites territoriais; em segundo lugar, existe um ambiente localizado, que produz um sentimento coletivo; em terceiro e último lugar, esse espaço, quando não definido por escala ou por medidas rígidas, pode ser delimitado por um fator geográfico, como um lago ou uma montanha (BOURDIN, 2001). Esse local também pode ser específico; pode ser temático, como quando é característico de uma atividade humana específica. Por exemplo, pode se formar devido a uma ação industrial, como é o caso do Moinho Melatti, ao redor do qual se conservou a homogeneização do grupo e os espaços geográficos ocupados por uma maioria de imigrantes italianos.

Especificamente em relação à atividade profissional, é interessante notar a existência de outros moinhos na rota da imigração italiana, representada no mapa da Figura 2. Sabe-se que as conexões e ligações entre as colônias foi, dentre outras coisas, uma forma de facilitar o manejo e transporte dos grãos. O mapa evidencia a Estrada Buarque Macedo, desde Carlos Barbosa até Vila Flores, que dista cerca de 20 km de Fagundes Varela. O moinho Melatti está identificado pelo número sete:

Figura 2 - Traçado da Buarque de Macedo - BR 470



Fonte: Wikiloc: trilhas-trekking (2024), adaptado pela autora.

Transcender a história local é, porém, em alguns casos necessário e muitas vezes importante para compreender bem esse recorte, e envolve considerar o entorno e a região em que se situa. Por isso, neste trabalho, a área analisada não se limita aos confins do município, mas abrange a rota que se inicia na rótula da BR 470, em Vila Flores, seguindo pela ERS 355 até Fagundes Varela. As histórias vinculadas, a nível regional e global, interferem no espaço geográfico do recorte. É importante assumir a transcendência das tradicionais fronteiras onde transitam grupos sociais e identidades étnicas, de gênero e classes minoritárias ou até categorias profissionais (BARROS, 2019). As facilidades de acesso também criam locais e podem abrir espaços para as diferenciações e alteridades.

Atualmente, é possível conhecer algumas histórias locais a partir das narrativas dos domiciliados. Para Anheim (2018), arquivos são registros de narrativas, tão importantes para que se possa conhecer mais facetas do patrimônio cultural por meio de testemunhas vivas que, com seus depoimentos, podem corroborar acontecimentos históricos. As narrativas precisam estar ao alcance de todos, o homem comum e em especial de pesquisadores e historiadores. Por meio dessas memórias vivas, tem-se um novo olhar sobre a história, que abrem caminho para outras fontes ainda, como cartas, fotografias e processos judiciais (THOMPSON, 1965); por esses elementos,

desenha-se uma trama de várias linhas que se cruzam. O levantamento desses dados permite, então, desarticular o paradigma indiciário².

A propósito de memória, algumas considerações sobre o tema são importantes para esclarecer seu papel enquanto fonte de interesse histórico. Entende-se a memória enquanto propriedade de armazenar informações, a faculdade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas (LE GOFF, 1996). É uma característica intrínseca ao ser humano, subjetiva, e anda lado a lado com o esquecimento; daí a importância de interpretar seus registros, e armazená-los. A memória revela os sentimentos e os pensamentos que fundamentam como se enxergam as circunstâncias individuais e sociais. Neste último caso, há um compartilhamento da memória: o sujeito lembra a partir de um ponto de vista, que é inevitavelmente influenciado pelo grupo com o qual divide tempo e espaço; há influência do contexto social em seu entendimento particular. Essa circunstância cria o que é chamado de memória coletiva, cuja percepção se dá pelos muitos pontos de contato entre discursos individuais, criando um fundamento comum. (HALBWACHS, 2006).

Candau (2012) afirma que existem três tipos de memória. A primeira, chama de memória de baixo nível ou protomemória, que inclui saberes e experiências ocorridas no grupo social, que podem ser também um hábito ou uma memória social incorporada. A segunda é a memória de alto nível, que, segundo o autor é a evocação, a recordação voluntária, relacionada a lembranças autobiográficas, podendo ser suportada por fotografias e documentos que a corroboram. A última é a metamemória, construção explícita da identidade, uma memória reivindicada e que vai além das particularidades individuais, para uma representação comum ao grupo. A metamemória, que interessa especialmente neste trabalho, formada quando a maior parte dos membros lembra dos detalhes, é “uma descrição de um compartimento hipotético de lembranças” (CANDAU, 2012, p.25). Suas problemáticas integrativas podem trazer traços reais de pertencimento: quanto maior for a comunicação dos indivíduos em relação ao coletivo, mais eficiente será a construção da memória coletiva e, em consequência, a identidade do grupo social.

² Paradigma Indiciário:” possibilita interpretar a realidade, algumas vezes opaca, em busca de características menos vistosas, de indícios que permitam decifrá-la e compreendê-la.” Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/hk9sxtYY6BCfcHxwYm3Q8zB/>. Acesso em: 20 abr. 2024. Leandro, Everaldo G. & Passos, Cármen L. B. (Scielo, 2021)

Com efeito, as características da identidade, segundo Candau:

São produzidas e se modificam com o quadro de situações, contexto, circunstâncias de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de visões do mundo identitárias ou étnicas. Processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diversos atores criam recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados (CANDAU, 2012, p. 27).

No estudo da História, a memória coletiva é matéria do patrimônio cultural, representativo portanto da identidade social enquanto conjunto de bens que integra à materialidade os saberes, as práticas, os modos de viver e as ações humanas sobre o espaço, em determinada temporalidade.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Conceituar o patrimônio cultural, porém, extrapola a dualidade entre materialidade e imaterialidade; envolve sentimentos, símbolos e significados característicos de uma comunidade. Salvadori (2008) define que o patrimônio é “capaz de estabelecer relações de continuidade, de ruptura, de permanência ou mudança entre várias dimensões do tempo” (2008, p. 11).

Interessa também aprofundar o conceito de cultura, fundamental para situar a ideia de patrimônio cultural, e entender o papel da materialidade e da imaterialidade nesse contexto. Poulot classifica a cultura em três termos, a partir das definições que dá a cada um, e relaciona a ideia de patrimônio, vista tradicionalmente, ao que chama de cultura corpos. Para ele:

A cultura estilo designa o conjunto dos modelos de representação e das práticas que orientam a organização das formas da vida social. A cultura declarativa, que é o comportamento declarativo, correspondente a reivindicação de uma identidade de grupo, são as relações entre valores entre o homem e o mundo. A cultura corpos que são as obras simbólicas de um grupo social e que acaba ao privilegiar um reduzido número de objetos culturais como outros tantos de seus símbolos favoritos, Esta última configuração que de forma tradicional coincide com a definição canônica de patrimônio (POULOT, 2006, p.20).

Patrimônio, para Poulot (2006, p.13) define-se, então, pelos bens materiais dos objetos e por “seu valor estético, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental”. Quando essas atribuições de um bem são consenso coletivo, pode ser solicitada uma proteção legal. Os bens

preservados, atualmente, ainda dependem de uma classe erudita, mas precisam ser alicerçados na opinião pública. Poulot (2006) também observa que o senso do patrimônio é dominado pela divulgação educativa e precisa revelar pontos de identidade ligados a pessoas públicas representantes do coletivo. Ainda é importante salientar que a prática erudita elabora inventários, classificações e arquivos dos bens materiais. No entanto, somente a apropriação desses objetos pelo coletivo é que acolhe e auxilia a sua preservação. Por isso, esses bens necessitam ser representativos da identidade e memória das comunidades, criando e mantendo laços de pertença, e sendo efetivamente “dotados de valor” (POULOT, 2006). Para Knauss, com efeito, são dois mundos – “o tangível e o intangível” – que compõem o todo (2014, p. 17).

As primeiras ideias de preservação do patrimônio estão, contudo, ligadas aos monumentos³ e não a qualquer um, mas especialmente aos associados ao discurso da nação, que por muito tempo considerou unicamente os indivíduos ligados às conquistas do Estado, marcando a sua perpetuação na forma material. Essa é uma conotação de salvaguarda que se quer ultrapassar, porque é limitada e alusiva às elites, desprezando o cotidiano e os saberes dos homens e das mulheres comuns (SALVADORI, 2008).

Ainda segundo Knauss (2014, p. 25), “o patrimônio não é uma leitura do passado simplesmente, mas uma elaboração do presente que deixará um legado para o futuro, trazendo um significado atual”. Desconstrói-se, portanto, a ideia de que objetos que persistem no tempo, como um moinho, não podem representar o contexto local: essa materialidade, junto da imaterialidade que carrega, pode ser representativa de aspectos culturais que caracterizam um coletivo, uma temporalidade e um momento vivido. No entanto, para que isso se dê efetivamente, precisam ser estudados e analisados, comprovando estarem transbordantes de significados culturais e históricos (IPHAN, 2021).

Se a cultura é preservada no tempo presente, sua manutenção passa pela busca por arquivos vivos existentes nos locais, porque são representativos da

³ Monumento segundo o autor Riegl (2016) é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino.

identidade e da memória de uma comunidade (DOMÍNGUEZ, 2020). Domínguez (2020) afirma que a cidade do presente precisa ser “um receptáculo das culturas ligadas à nossa existência”; querendo dizer que, se as cidades da atualidade preservarem seus bens culturais (e sua história), tornar-se-ão “um cenário que educa” (p.4), que comunica por si somente, pois ali estão armazenados valores culturais que permitem experiências educativas e de aprendizado, assim como de contemplação.

Autores como Salvadori (2008) e Knauss (2014), quando consideram a responsabilidade da administração pública nesse contexto, defendem que a preservação do patrimônio depende de normatização a nível municipal, estadual e federal. Para eles, se inexistirem leis que regulem a valorização e manutenção do patrimônio, haverá embates entre interesses do mercado imobiliário, e até de indivíduos desinteressados, e a cultura. Além da patrimonialização legal, é necessário assegurar a conservação, pesquisa e produção de novos acervos e arquivos, como já mencionado anteriormente, e, em especial, conscientizar os grupos sociais sobre a importância de proteger esses bens e de cultivar a imaterialidade, que não é vista, mas sentida, e está presente no contexto social. A salvaguarda dos bens precisa ser, então, suportada pelas leis, e levada adiante pelo consciente coletivo. A comunidade precisa reconhecer e auxiliar a preservar os bens representativos da história local, que, portanto, também expressa elementos da sua identidade.

O inventário (narrativa tabulada de dados) que aproximou a família Melatti do poder público, é a ferramenta para estabelecer o interesse histórico da comunidade municipal, e eventualmente estadual, vinculado ao moinho. E esse processo só se justifica porque se entende que esse espaço é veículo de memória, e que o conjunto dessas memórias revela a identidade do grupo social em que está inserido. Sendo assim, não é apenas a materialidade a ser preservada, mas principalmente a memória individual e coletiva que a atravessa, e não está registrada de modo material. O olhar que não se enxerga, os saberes orais, as tradições são reveladas através da pesquisa histórica e de depoimentos nos espaços físicos são aportes pelos quais se preserva também o objeto. O patrimônio material a ser preservado é fundamentado na imaterialidade representada pelos saberes, os hábitos, os costumes, alguns rituais modos de alimentação, linguajar, festividades, religiosidade e outras formas de manifestação popular (IPHAN, 2020).

Os espaços geográficos e as edificações, portanto, trazem entre suas paredes muitas histórias de vidas, de ações sociais, de atitudes e de ações humanas

características de um tempo ou de um período histórico próprio. Poulot (2009) descreve, por exemplo, a intenção inicial dos franceses em 1906 afirmando que as ruínas são testemunho não só da mão de obra de operários e arquitetos, mas refletem os sentimentos de uma comunidade, de uma nação e em especial sua vivência em determinada época. De fato, a ideia de patrimônio engloba a memória coletiva de seu tempo e produz identidades sociais, pois explica como as comunidades apropriam-se da realidade nesse período e lutam por suas ideias, identidade étnica e cultural. O grupo cria fronteiras sociais quando são determinadas as suas representações, crenças, recordações, ideologias, religião popular, consciência ou memória coletiva, em elementos reais ou imaginários. Essa comunidade também determina sua normatização natural (legitimação informal de ritos, crenças e fantasias) e formal (leis que regem a vida do grupo). Quem está inserido em um coletivo acredita que a identidade faz parte da sua própria natureza. (IPHAN,2024).

Os patrimônios são conservados, então, porque valorizam a identidade representada por um grupo. Essa identidade precisa estar alicerçada em vários indivíduos, e não apenas determinada por um grupo dominador. As relações culturais similares são encontradas em agrupamentos sociais que ocupam espaços urbanos, nas cidades e nas vilas. É nesses espaços comunitários que acontecem os vínculos sociais e de pertencimento. A preservação de edificações e sítios históricos com vias de salvaguarda é alicerçada na identidade formada pelas memórias coletivas, o conjunto de saberes e técnicas, enfim, o patrimônio material e imaterial que compõem o caráter cultural local (IPHAN, 2020).

Há diversos tipos de patrimônio cultural. No caso desta pesquisa, que estuda a história de um moinho, entra-se na subcategoria de patrimônio industrial, inicialmente arqueologia industrial na Inglaterra em 1950. É importante elucidar o conceito dessa modalidade, assim como entender de que forma essa tipologia foi inserida nas leis e recomendações de salvaguarda mundiais. As normatizações de preservação de patrimônios históricos iniciaram na França em 1837 com a criação da Comissão de Monumentos Históricos, interessada na salvaguarda de três tipologias de patrimônio: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da idade média e alguns castelos (CHOAY, 2001). Não havia, portanto, ainda, um olhar dedicado às práticas do trabalho enquanto manifestações sociais e culturais. A revolução industrial iniciada no final do século XVIII na Inglaterra muda esse panorama, constituindo “o início de um fenômeno histórico que marcou profundamente uma grande parte da

Humanidade, assim como todas as outras formas de vida existentes no nosso planeta, o qual se prolonga até os nossos dias” (TICCIH BRASIL, 2003, p. 2). Não obstante, o debate sobre os bens industriais iniciou bem depois, na Inglaterra dos anos de 1950 sob o termo “arqueologia industrial” (KÜHL, 2008). Essa é uma temática ampla, que engloba não somente a edificação das fábricas e o seu maquinário, bem como as muitas questões imateriais envolvendo “as vertentes da historiografia”, como as relações sociais de trabalho, econômicas, científicas e as técnicas de manufatura. A preservação do patrimônio industrial auxilia, portanto, na reflexão sobre estes processos, apoiada sob o olhar dos operários, que são os grandes atores desse cenário de transformações.

Com o intuito de estabelecer princípios para a sua preservação, a Carta de Nizhny Tagil (2003) sistematizou e universalizou o conceito de patrimônio industrial, e passou a ser referência para a identificação, compreensão e proteção dessa modalidade patrimonial. Ela descreve que:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH BRASIL, Carta de Nizhny Tagil, 2003).

A identificação, o registro e a proteção para as gerações futuras dos territórios que possuem vestígios industriais passam a ser, então, de grande importância para o entendimento da História.

O patrimônio industrial compreende, como se sabe, dimensões imateriais igualmente relevantes. A mesma Carta de Nizhny Tagil (2003, p. 2) inclui, dentre elas, “o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral”. Contudo, e apesar do significado do patrimônio imaterial industrial para a coletividade, nota-se, ainda hoje, que esses bens se encontram vulneráveis e frequentemente em risco, sendo esquecidos pela falta de consciência, conhecimento, e reconhecimento dos benefícios da sua proteção, vítimas, ademais, da extrema mudança econômica dos últimos anos e de questões ambientais complexas. Com a conscientização da ideia

de prolongamento da vida de estruturas existentes, é possível alcançar um desenvolvimento sustentável a nível local, nacional e internacional, fazendo da conservação do patrimônio uma influência positiva para aspectos sociais, físicos e ambientais (IPHAN, 2022).

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) juntamente com o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) reconheceram o patrimônio industrial e os problemas e ameaças que afetam no resultado de sua relação com os contextos econômicos, legais, culturais e ambientais do mundo contemporâneo. Através desse reconhecimento, adotam e promovem princípios que auxiliam na percepção, proteção, conservação e valorização do patrimônio industrial como parte do patrimônio das sociedades humanas em todo o mundo.

Dentre os princípios da Carta de Dublin (2011), redigida pelo ICOMOS para a conservação do patrimônio industrial, está a afirmação de que para uma melhor avaliação desse patrimônio, é necessário o estudo de competências e conhecimentos humanos envolvidos nos processos industriais antigos, além de investigações sobre documentações de estruturas, sítios, paisagens industriais, maquinaria, equipamentos, arquivos e suas dimensões imateriais.

Tal investigação requer um procedimento interdisciplinar e educativo, devendo abordar dimensões históricas, tecnológicas e socioeconômicas locais, nacionais e internacionais, a fim de proporcionar uma boa integração para a conservação e a gestão do patrimônio industrial. Torna-se necessária uma diversidade de fontes e de informação, incluindo o inventário e o registro do sítio, a investigação histórica e arqueológica, a análise de materiais e paisagens, a pesquisa histórica oral ou arquivos públicos, empresariais ou privados. Vale atentar, ainda, ao meio natural que produz em várias situações a energia para os processos (ICOMOS, 2011). No caso do Moinho Melatti, o Arroio Vicente Rosa é personagem indispensável: através de um represamento e após queda livre, abastece as turbinas para a geração de energia propulsora dos processos do moinho, além de fornecer energia elétrica para todo o centro urbano de Fagundes Varela.

As tecnologias, os modos de construir, o maquinário e a evolução deste também compõem o acervo a ser preservado. A documentação existente também auxilia nas análises históricas, e sua avaliação deve ser realizada por especialistas capazes de determinar o significado e a importância do patrimônio em questão. Em

relação à arquitetura, vale atentar às características tipológicas e construtivas mais significativas, evidenciando a particularidade de cada edificação como representativa da concepção científica de uma época e de uma dada cultura arquitetônica, desta forma respeitando suas características gerais, seus processos técnicos e seu uso (KÜHL, 2008). Finalmente, a participação da comunidade e outros setores também constituem parte integrante da pesquisa, auxiliando a reconhecer as técnicas e dimensões econômicas e sociais do trabalho, e suas influências para além do espaço de produção,

Embora haja a importância de salvaguardar tenha sido discutida e comprovada nos setores mais diretamente interessados a esse movimento, o valor dos bens históricos industriais pontos é ainda objeto de discussão, pois, em alguns casos, não são considerados legados e nem pertencentes ao patrimônio cultural de uma sociedade. Outrossim, são edificações que sofrem com a acirrada especulação imobiliária, que frequentemente ocupam grandes áreas, muitas vezes inseridas no perímetro urbano, sendo factíveis de demolição e esquecimento. Afirma-se, Princípios de Dublin (2018, p. 1), que, de fato:

O patrimônio industrial é extremamente vulnerável e está em risco constante, sendo frequentemente perdido não só pela falta de conscientização, documentação, reconhecimento ou proteção, mas também pelas mudanças de tendências econômicas, percepções negativas, questões ambientais ou por sua grande dimensão e complexidade.

Vale dizer que esses imóveis também padecem com a constante modernização de processos. Quando não é possível comprar novos maquinários (às vezes devido a altos investimentos) ou então substituir materiais (como é o caso do Moinho Melatti, onde era necessário trocar todos os dutos de madeira por dutos de aço inoxidável), os edifícios são relegados ao abandono. Em diversos casos, inclusive, as famílias precisam vender os maquinários com fins de sobrevivência (para antiquários ou como sucatas) ou até para liberar espaços tomados por objetos obsoletos sem valor econômico (ICOMOS, 2011).

Os complexos industriais não são apenas materialidade, como anteriormente explicitado, mas também revelam traços culturais. As organizações de trabalho e os trabalhadores envolvidos, assim como as pessoas direta e indiretamente beneficiadas pelo consumo do produto e dos serviços prestados são objetos valiosos de estudo na

preservação do patrimônio. No caso do Moinho Melatti, a mão de obra era essencialmente familiar, no entanto, o local prestava serviços a vários agricultores que necessitavam da moagem de seus grãos produzidos, e essas relações são parte fundamental da história do moinho e do seu entorno, município e região⁴.

Beatriz Kühn (2008) evidencia a memória do trabalho, lida através de inventários e registros, depoimentos, análise de documentação, levantamentos métricos e fotográficos, estudo de implantação da edificação e sua articulação com o bairro, assim como a importância industrial no contexto regional onde está inserida. A Carta de Nizhny Tagil dispõe que “as memórias das pessoas são um recurso único e insubstituível, e devem ser registradas sempre que existirem” (2003).

Por fim, ainda sobre os muitos elementos implicados no estudo do patrimônio industrial ainda cabe ressaltar o conceito de paisagem cultural, determinada diretamente pela relação dos indivíduos com o meio ambiente onde ele se encontra inserido. É a combinação dos elementos da intervenção humana e do território geograficamente definido com sua topografia e limites. São vestígios físicos resultantes na ação do homem na utilização da terra e de seus recursos naturais. Uma paisagem cultural resulta da “relação evolutiva das comunidades no meio ambiente” (Carta de Cracóvia, 2000). É considerada histórica quando transcende a ocupação atual incluindo “a topografia, a geomorfologia, a hidrologia, as infraestruturas superficiais e subterrâneas, os espaços abertos e jardins”, enfim caracterizando as diferentes formas de uso do solo pelos usuários (Barranha, 2016, p. 64).

Em relação à salvaguarda, uma paisagem é considerada “protegida” quando possui uma relação harmônica do homem com a natureza e que resulta em “grande valor estético, ecológico ou cultural” (Barranha, 2016, p. 64). A partir das paisagens e do patrimônio cultural são conceituados os itinerários culturais ou rotas que estabelecem pontos de interesse comum e que podem ocorrer por vias terrestres ou fluviais. Nos itens de proteção também estão os jardins históricos que são

⁴ O envolvimento regional é também destaque tanto na logística de transportes quanto na aquisição de máquinas e equipamentos que são fornecidos para a melhoria dos processos. No caso do Moinho Melatti, algumas máquinas vieram do município vizinho de Estrela (RS), assim como algumas do estado de São Paulo e outras importadas da Europa. Melatti também informou que alguns maquinários foram idealizados por eles e, depois, fabricados em diferentes municípios do RS.

composições arquitetônicas cujo elemento principal é a vegetação trabalhada com arte e seleção⁵.

Em um mesmo sentido, focalizando o entorno imediato, está a importância de valorizar os monumentos a partir do que se chama de “enquadramento envolvente”, que enfoca não apenas o objeto em primeiro plano, mas também as suas adjacências. É necessário que no planejamento urbano das cidades sejam arrolados seus monumentos e os locais que os hospedam, e que tenha legislação específica a ser cumprida. Além disso, preza-se pelo respeito⁶ na observação e visitação desses espaços que, às vezes, possuem memórias dolorosas e difíceis e não podem ser escarnecidas por atitudes constrangedoras.

Para que trabalhos de salvaguarda sejam colocados em prática, relacionados a monumentos, edifícios históricos, complexos industriais, narrativas de memória e outras materialidades e imaterialidades do patrimônio cultural, discutem-se os atributos de valores que são de grande utilidade para a classificação e proposta dos bens a serem preservados com o auxílio administração pública e da comunidade, e que neste trabalho orientaram a criação do inventário do moinho Melatti. Apresenta-se a sua definição e os fins para que servem, como ponto de convergência e orientação para o trabalho prático dos conceitos discutidos até aqui.

2.3 ATRIBUTOS DE VALORES

Atributos de valores para patrimônio históricos são as peculiaridades arroladas tanto dos bens materiais como dos imateriais. A utilização desses parâmetros está diretamente ligada a obras de arte, a edificações e monumentos arquitetônicos e, mais recentemente, também a sítios históricos a preservar. Os atributos são tabulados para que o poder público e as comunidades consigam avaliar a importância social da salvaguarda desses bens. Le Goff (1984) descreve que esses atributos se referem a determinada história, identidade e memória que se quer avaliar, entendendo que esse arbítrio pode entrar em conflito com interesses nas

⁵ Jardins exemplo são os do Arquiteto e Urbanista Roberto Burle Marx que além de trabalhar formas orgânicas nos espaços, evidencia o uso de plantas nativas tropicais brasileiras; igualmente, existem jardins centenários nas proximidades de Bento Gonçalves, conservados até hoje pelos herdeiros;

⁶ Exemplo de respeito aos jardins e inclusos os cemitérios é a polêmica atual das visitas divertidas e displicentes aos monumentos de guerra como no Memorial aos judeus mortos na Europa e aos Campos de Concentração na Alemanha.

comunidades que desconhecem o valor dos bens avaliados, o que os torna ferramenta no serviço de orientação à importância da salvaguarda. Os autores mais utilizados para conceituar os valores são Alois Riegl (2014), que redigiu caracteres iniciais de avaliação. Na sequência, o autor Júlio Curtis (2003) acrescentou modalidades que atualmente são as mais utilizadas nas ponderações. Recentemente, a professora Helena Barranha (2016) incluiu novas particularidades que também determinam estes juízos.

Riegl (2014) era um curador e historiador de arte e que em 1903 escreveu o livro *O culto dos monumentos: a sua essência e a sua origem*, com a intenção de se “debruçar [sobre] a problemática dos processos que levam um determinado período histórico a atribuir certo tipo de valor ao monumento” (2014, p. 11). É relevante esclarecer que esse manual foi reproduzido diversas vezes, tamanha a importância dos conceitos por ele elaborados. A noção de monumento descrita pelo autor é a de “uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)” (RIEGL, 2014, p. 11).

Nos anos de 1963, Cesare Brandi (2004) corrobora com as ideias de Riegl (2014) afirmando que obra de arte é o produto da atividade humana é reconhecido pelos indivíduos e representativo da essência de um projeto criativo, não importa se ela é clássica ou antiga, se esta subsistir ao tempo. Por isso, ocorre um juízo artístico quando ela é qualificada para ser preservada. Também é evidente que um objeto possui valor artístico à medida que atende parâmetros estéticos que são vigentes na época de sua criação (RIEGL, 2014). Para esses valores é importante ressaltar que a análise é realizada pelos valores *dados* aos objetos e não intrínsecos a eles.

A primeira classificação determinada por Riegl (2014) abrange os valores de memória, subdivididos em não intencionais e intencionais, de antiguidade e históricos. Por intencionais entendem-se os produtos gerado pelo desejo de um criador, de modo subjetivo, lembrando um momento do passado. Os não intencionais – em que o autor inclui monumentos da antiguidade elaborados sem propósito imediato – são os que sobrevivem no tempo pela revelação de facetas da época em que foram desenvolvidos.

Para entender o valor de antiguidade, é interessante compará-lo ao valor histórico. O invocar do passado precisa estar presente em qualquer objeto a ser avaliado, que pode possuir significados históricos, sociológicos e religiosos, porém o

valor de antiguidade é determinado pelo espaço temporal do monumento, que não necessariamente tem valor histórico. A diferença entre o valor de antiguidade e o valor histórico é que todo objeto que pertence ao passado é antigo, mas nem todo é pertencente aos padrões estabelecidos pela ciência histórica. O que é considerado histórico deve ser representativo de um período da humanidade. O valor documental, que está contido no valor histórico, por exemplo, não é intencional, e não precisa ser necessariamente antigo, desde que reflita um momento histórico.

Para Riegl (2014), são consideradas antiguidades os monumentos do renascimento. É de fato, a partir desse período, que começam a existir diretrizes⁷ para a produção de obras de arte. A característica de antiguidade é também fortemente respaldada pelas marcas do tempo, e por elas é reconhecida pelo público leigo; tornar-se antigo é um fenômeno natural, que tem vida própria, característico do que se deteriora com o tempo (Riegl chama de “Pátina do Tempo”). Há nesse ínterim o valor comemorativo, que se insere na classe de valor de memória, que são as obras que almejam a eternidade desde a sua criação. Esse valor é outorgado pelo criador, artista, seja por encomenda ou por simples intenção (volúveis).

O valor de atualidade faz parte da segunda classificação de Riegl (2014), e está contido na arte e nos bens conservados, lembrando os episódios memoráveis. Como exemplo desses símbolos, há, entre outros, os brasões, as bandeiras, as esculturas e as ruínas que representam momentos históricos marcantes para as nações. O valor de atualidade é subdividido em valor de uso, arte e espirituais, e valor de novidade e de arte relativo.

O valor de uso é um aspecto identitário, quando o monumento ainda está apto para receber a função pela qual ela foi gerada. No entanto, em alguns casos, a continuidade de uso pode não ser benéfica ou conveniente, como acontece com muitos moinhos de grãos, que não puderam se adaptar a normativas sanitárias atualmente vigentes. Para Riegl, se for possível, o interessante é conservar os edifícios em seu uso, não colocando em risco os usuários do local. O autor descreve que:

Em geral pode-se dizer que para o valor utilitário a forma de conservação a que é submetido um monumento é indiferente, desde

⁷ Dois manuais da época do renascimento muito difundidos ainda na atualidade são: *Tratado de Arquitetura* de Vitruvius (1414) e o posterior *Da arte de construir, tratado de arquitetura e urbanismo* (1452), do autor Leon Battista Alberti.

que não se comprometa sua existência e de que concessões não sejam feitas, em absoluto, ao culto de antiguidade. (RIEGL, 2014, p. 74)

Inserido na classificação de atualidade está o valor de novidade, oposto ao valor de antiguidade, mas que precisa apresentar aspectos diferenciados no contexto atual. Toda a obra de arte que se diferencia, por exemplo, tem um valor de novidade no seu tempo, a exemplo do pintor Caravaggio⁸, conhecido como o criador de sombras e luzes de um modo realista. Uma obra também pode ser relacionada ao valor de novidade quando se contrapõe à antiguidade e traz uma conotação que exprime a época vigente.

A última classificação de Riegl (2014) é o valor de arte relativo, inerente à apreciação, tanto das gerações anteriores como atuais, da concepção da forma e da cor. Nesse caso, as obras são apreciadas pelo seu valor estético e não como representativas de sua época.

Com essa classificação, Riegl (2014, p. 20) traz uma inquietação no seu campo de atuação, que é a história da arte. Sua teoria propõe um diagnóstico que auxilia nas “propostas de atuação e de políticas de prevenção”. Esses conceitos resultam em um legado para os dias atuais sobre a vocação dos bens para salvaguarda, e “antecipa as propostas do restauro crítico” (RIEGL, 2014, p. 20) de Cesare Brandi nos anos de 1997, quase um século após.

Classificando as obras de forma mais minuciosa a partir da proposta de Riegl, o autor Júlio Curtis⁹ seleciona novos itens para a valoração de bens a serem preservados. A sua metodologia leva em consideração os pontos citados anteriormente e amplia as avaliações. Estabelece parâmetros e limites que somados determinam o valor preservável (CURTIS, 2003).

⁸Caravaggio: cujo nome era Michelangelo Merisi (1571 — 1610) foi um pintor que à época do estilo Barroco, foi o criador do “tenebrismo, uma técnica que combina um fundo escuro com pontos de luz estrategicamente colocados em primeiro plano, principalmente nos rostos”. É notório neste valor a integralidade formal que precisa aparentar uma obra, atualmente, contemporânea. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/caravaggio-obras-e-biografia/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

⁹Curtis, Júlio. Professor, arquiteto e urbanista, foi responsável pela salvaguarda de bens na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e os valores por ele abordados são os mais utilizados por todo estado e talvez também a nível nacional. Essa valoração é utilizada atualmente, determinando com o plano diretor os imóveis a serem preservados na capital. No período de 1970 até 1974, diversas comissões municipais auxiliaram na compilação desses critérios. Os pontos elaborados são direcionados a avaliação de espaços abertos e edificações históricas e que resumem as aspirações das vivências urbanas (CURTIS, 2003).

A seleção listada a seguir, tem uma hierarquia que avalia de forma gradativa os valores subsequentes; Curtis (2003) denomina-a “grau de prioridade”. Esse grau, indicador de referencial para a intervenção do poder público sobre o que se pretende proteger, é obtido por uma somatória de valores. Os valores iniciam então com:

a) **Valor arquitetônico:** Atribuído às suas “frontarias” externas (p. 334), à sua relação e composição com o espaço e a paisagem urbana e, sobretudo, à sua predominância sobre as outras edificações. Esse valor está ligado ao valor estético, de estilo arquitetônico e de monumentalidade em relação ao local onde está inserido.

b) **Valor tradicional ou evocativo:** É concedido aos patrimônios que representam a memória coletiva; são factíveis de salvaguarda quando possuem o aspecto imaterial social em sua história e materialidade. A história local tem a ver com esse caráter, e a comunidade é quem o atribui. Um presídio, por exemplo, pode conter uma memória coletiva, mas a comunidade pode escolher não preservar suas memórias.

c) **Valor ambiental:** É outorgado aos patrimônios inseridos em ambientes naturais e que, se forem demolidos, irão descaracterizar o entorno imediato. Pense-se ao Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, que já está consolidado na paisagem natural da cidade e pertencente também ao patrimônio paisagístico cultural local.

d) **Valor de uso atual:** Atribuição dada aos patrimônios que não necessitam de reciclagem e que mantêm a utilização inicial. A exemplo dessa característica, há Palácio do Piratini, em Porto Alegre, que sempre foi sede de governo e mantêm, mesmo com as tecnologias atuais, a utilização tanto política como pública. Esse item está relacionado ao **valor de uso** estabelecido por Riegl.

e) **Valor de acessibilidade com vistas à reciclagem:** Essa característica é relativa às facilidades de adaptação do imóvel ao sistema urbano atual, de lazer e culturais da cidade. “Também se inclui neste valor o prédio que ofereça espaço capaz de acolher e possibilitar funcionamento eficiente e órgãos da administração pública” (CURTIS, 2003, p. 334).

f) **Valor de conservação:** Concedido, em especial, a edificações que estejam bem conservadas e não necessitem de intervenções imediatas. Essa avaliação

precisa ser realizada por um profissional capacitado que mensure a frontaria (aspectos externos), assim como os ambientes internos do imóvel.

g) **Valor de recorrência regional e/ou raridade formal:** A esse valor, relacionam-se edificações que sejam características do local e que representem a arquitetura vernacular. Essa arquitetura, segundo o pesquisador Júlio Posenato, utiliza técnicas que vêm de gerações anteriores e materiais locais como madeiras, pedras e tijolos de argila local (POSENATO, 2015).

h) **Valor de risco de desaparecimento:** Esse fator é relevante quando o patrimônio construído está em zona de risco, como quando se encontra em uma zona urbana altamente valorizada, onde é possível construir uma área muito maior do que ela possua. Possuem o mesmo valor de risco edificações em ruínas e “carentes de conservação” (CURTIS, 2003, p. 335).

i) **Valor de antiguidade:** Diferentemente do que propõe Riegl, o caráter antigo, para Curtis, é relacionado em especial à cidade de Porto Alegre: são as edificações construídas antes de 1930, ano de revolução no âmbito das artes com a Semana de Arte Moderna Brasileira, que trouxe um despojamento de adornos e formas nas edificações. É válido afirmar, no entanto, que esse olhar pode acabar destruindo ícones do ecletismo e do neoclassicismo¹⁰ que ainda perduraram até os anos 1950 no Rio Grande do Sul.

j) **Valor de compatibilidade com a estrutura urbana:** é relativo às edificações que apresentam facilidades quanto à estrutura urbana e às diretrizes do plano diretor municipal. Em geral são patrimônios que não são construídos no alinhamento de calçadas e que possuem recuos laterais e de fundos, permitindo a inserção de passeios públicos amplos e adições contemporâneas.

A partir destes novos itens, apresentados por Curtis, foi possível introduzir, no IPHAE-RS (Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural do estado do Rio Grande do Sul), os quesitos que auxiliam a valoração dos patrimônios a serem preservados. No entanto, de forma recente, com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, foi

¹⁰ O ecletismo é caracterizado pela arquitetura ornamentada com molduras, cornijas e colunas clássicas e perdurou no Brasil até os anos de 1950. Os proprietários e construtores (assim como a mão de obra era especializada) continuaram a edificar esta arquitetura rebuscada. Durante a semana de arte moderna (1922) inicia-se no país a adoção do modernismo, a partir de arquitetos e artistas que adotam a arte e a arquitetura despojada despojada de adornos de linhas geométricas, que demora a ser assimilada e instituída. Disponível em <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/ZvSvqjTtvM5BytzBb4rK3LL/> Acesso em 20 de junho de 2024.

necessário um novo olhar para os atributos de valores. Por isso, estão descritos a seguir os conceitos elaborados pela professora portuguesa Helena Barranha (2016).

Em primeiro lugar, no manual que tem título de *Patrimônio Cultural*, a autora, junto a mais pesquisadores, apresenta os conceitos e critérios fundamentais; na segunda parte do texto, explica os valores e o reconhecimento de registros e proteções. No capítulo de categorias de proteção, encontram-se aspectos a serem analisados nos patrimônios, e o último capítulo trata de intervenções.

A princípio, os valores fundamentais são baseados na “Carta de Cracóvia” (2000). Para identificar e conservar o patrimônio, é necessária uma “seleção de valores”. Os parâmetros a serem apresentados possuem a “premissa de que a diversidade cultural deve prevalecer” (Barranha et al, 2016, p. 43). Junto a esses critérios, a autora propõe conceituações e metodologias de aplicação:

a) **Identidade e diversidade cultural:** É referente ao significado, ao simbolismo do patrimônio arquitetônico. Tem a ver também com preservar a história mantendo os ambientes e a volumetria, de forma que o indivíduo consiga identificar no espaço as características que ele apresenta. Segundo a carta de Cracóvia, identidade é uma referência de memória coletiva que possui “valores autênticos ao passado” (Barranha et al, 2016, p. 44). A identidade cultural são os modos, os saberes, as etnias, os fatores políticos e religiosos pelos quais um grupo se diversifica do outro, assim como a diversidade cultural é a forma como se aproximam. Esse é um aspecto diretamente ligado ao conceito de Patrimônio Cultural, adicional aos valores de Riegl e Curtis.

b) **Significado e valor patrimonial:** É a característica que possuem os aspectos culturais, como “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras” (Barranha et al, 2016, p.45). Esse aspecto é intrínseco ao próprio sítio histórico, com suas conexões, sua documentação e artefatos próprios. Pode-se observar nesse aspecto uma continuidade histórica no tempo presente. A análise desses dados gera aspectos culturais diferenciados de uma comunidade a outra, por isso, pode haver estudos comparativos. O significado cultural de um patrimônio envolve as paisagens e as qualidades culturais, e suas conexões com as macrorregiões a que pertence, por isso é importante destacar todos os elementos desta valoração.

c) Autenticidade: o patrimônio cultural é “testemunho vivo” de uma sociedade, por isso é atribuição desta assegurar que os patrimônios sejam conservados de modo autêntico para o futuro. Autenticidade é um valor qualitativo segundo a “Carta de Veneza” (1964) e garante a “credibilidade das fontes” (Barranha et al, 2016, p. 47). O valor é bem explicado pelo significado mesmo do termo, isto é, quanto mais o patrimônio manter suas características sem intervenções, mais alto é seu grau de confiabilidade histórica.

d) Integridade: Esse aspecto é relativo ao sítio histórico e seu entorno imediato, compreendendo “o significado cultural e o sentido do lugar” (Barranha et al, 2016, p. 48); é o foco de intervenções atuais para que não destruam a integridade física do local e do entorno. A integridade também é relevante diante da tendência fachadista atualmente vigente (Aguiar, 2002), que não conserva o interior dos bens. Além disso, diz respeito aos conjuntos (internos e externos) incorporados em um sítio histórico. Se houver intervenções contemporâneas neste local, é necessário que o novo respeite os patrimônios com harmonia e sem chamar mais atenção que o objeto histórico.

Cabe salientar que, pelas convenções mundiais, “são considerados patrimônio cultural, os monumentos, os conjuntos e os sítios” (segundo a Convenção da UNESCO em 1972). Para além dos bens culturais, estão os patrimônios naturais. No capítulo de “Categorias e níveis de proteção”, da mesma autora, o texto explica as diferentes tipologias:

a) Bens imóveis: Incluem os sítios históricos, arqueológicos e científicos que possuem além dos particulares os caracteres artístico ou arquitetônico, religioso ou secular. Esses bens podem ser tanto espaços urbanos, compostos também por bairros e centros históricos, como as áreas rurais. Podem ser um monumento, ou também jardins, parques, praças e caminhos. O bem imóvel pode ser de interesse local, regional, nacional ou internacional, desde que a sociedade reconheça o seu valor.

b) Monumento: Para Barranha et al (2016, p. 57), o monumento é uma “criação arquitetônica isolada”, bem como um sítio rural ou urbano, que constitua um testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Podem ser também documentos, obras de arte, e objetos com significado cultural. Os

monumentos têm um suporte na identidade e na memória de uma cultura e, como outros bens, podem ter diferentes níveis de interesse de salvaguarda.

- c) Conjunto:** Grupos de construções similares que constituam um povoamento, seja no meio rural ou urbano, e que tenham alguma característica em termos sociais, culturais ou religiosos. Podem até ser constituídos de grupos homogêneos ligados a atividades de trabalho, por exemplo. Barranha (2016) subdivide os conjuntos em arquitetônico e urbano; o primeiro, ligado a construções com delimitações topográficas, o segundo, ligado à tipologia de assentamentos urbanos. Em suas diferentes escalas de organização como vilas, cidades e aldeias, precisa se relacionar às fragmentações específicas do tecido urbano, como o centro histórico, administrativo, político ou econômico, as vias, parcelas territoriais, quadras e lotes.
- d) Sítio:** Segundo o ICOMOS, Barranha cita o que está conceituado na Carta de Florença (1981):

Um sítio histórico é uma paisagem definida, e de um fato memorável: local de um acontecimento histórico relevante, origem de um mito importante ou de um combate épico, tema de um quadro célebre, etc. (Barranha et al, 2016, p. 60)

É, portanto, espaço que concentra características culturais únicas, possuindo vários indícios e que, preferencialmente, seja delimitado em área específica. Além dos sítios, ainda são arroladas as cidades e centros históricos a elas pertencentes.

Os valores elencados por Barranha (2016) são centrados nos aspectos culturais e no patrimônio imaterial que os objetos ou espaços possuem, que, quando avaliados de modo relevante, são representantes dos fatores culturais da comunidade estudada.

A seguir apresenta-se um quadro comparativo, que elenca as similaridades entre as propostas de avaliação e análise construídas pelos três autores, Riegl, Curtis e Barranha.

Quadro 1 - Comparativo dos atributos de valores

Riegl (2014)	Curtis (2003)	Barranha (2016)	Comentário
<p>Valor de memória:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intencional (monumentos comemorativos) ou - Não intencional (gera memória coletiva) 	Valor tradicional ou evocativo	Identidade e diversidade cultural	Valores semelhantes, de representação da memória coletiva.
Valor de antiguidade	Valor de antiguidade	Significado e valor patrimonial: científico, social ou espiritual de gerações passadas	Para Riegl, classificável a partir do Renascimento; para Curtis, atribuível a edificações anteriores a 1930; Barranha inclui, ao mesmo valor, sítios históricos e paisagens culturais.
Valor de arte relativa	Valor arquitetônico	Significado e valor patrimonial: inclui valor estético	Trata-se, nos três autores, da evocação de uma estética, de um estilo arquitetônico de uma época.
Valor histórico, valor documental, momento histórico, não intencional	Valor tradicional ou evocativo de uma época	Significado e valor patrimonial histórico, com continuidade no tempo presente	São conceitos similares que remetem à representação do passado; do que possui marcas do tempo.
Valor de atualidade - uso	Valor de uso atual, sem necessidade de modernização; conservação, sem necessidade de intervenções	Autenticidade: quando o objeto não mudou o uso desde sua existência, sendo um testemunho vivo de sua época	Em todos os autores, referem-se ao uso atual. Barranha evidencia o termo “testemunho vivo”, para ilustrar a manutenção de uma atividade que perdura no tempo e nos modos.

[continua]

[continuação]

Valor de atualidade - arte	Valor tradicional ou evocativo /raridade formal	Identidade e diversidade cultural / monumentos	Aqui, há a arte como representação da memória coletiva, abrangendo o material e o imaterial. Os monumentos são raridade construída para determinados fins ou de uma cultura específica.
----------------------------	---	--	---

Valor de atualidade espiritual	Valor evocativo com significado e identidade	Identidade e diversidade cultural, significado e valor patrimonial	Em todos os autores, valores relativos à história, documentação e qualidade cultural.
Valor de atualidade - arte relativa, obras apreciadas	Valor tradicional	Identidade e diversidade cultural, significado e valor patrimonial;	Este valor corresponde a obras que não tem intenção artística mas que foram atuais em seu tempo e portanto valorizadas na atualidade.
Valor de atualidade – novidade /vanguarda	-	-	Presente em Riegl, referente a obras inovadoras na sua época, mesmo no presente.
-	Valor de recorrência regional	Significado e valor patrimonial	Riegl não menciona o entorno. Para Curtis e Barranha, relativo a outras obras similares que se encontram na região ou no estado e que expressam mesmos caracteres culturais.
-	Valor ambiental	Integridade e bens imóveis, conjunto e sítio histórico	Relacionam-se ao bem de salvaguarda dentro de seu entorno, que também funge de representante cultural
-	Valor de acessibilidade com vistas à reciclagem e compatibilidade com a estrutura urbana	-	Característica que se aplica aos centros urbanos que, de forma integrada, precisam conservar os sítios e edificações com harmonia
-	Risco de desaparecimento	-	Atribuído quando o patrimônio encontra-se em zona de alto risco climático e de especulação imobiliária

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Chega-se à conclusão que, para a análise do Moinho Melatti, é interessante que se tabulem os valores de modo a listar metodologicamente e de forma esclarecedora todos os pontos que são favoráveis a um futuro tombamento, inicialmente a nível municipal. A valoração descritiva irá auxiliar o poder público, junto à comunidade de Fagundes Varela, a entender a importância de salvaguardar esse patrimônio industrial para as gerações futuras.

Para identificar valores do local, do sítio histórico, é preciso trazer as ideias do professor português José Aguiar¹¹, para quem a cidade histórica tem pluralidade de formas e não somente uma leitura de aspectos fragmentados. O autor faz uma crítica a Kevin Lynch (1988), que primeiro propôs as leituras de um espaço, e o fez a partir de aspectos isolados. Segundo Pier Luigi Cervellati (apud AGUIAR, 2001) a identidade é sempre a expressão do caráter de um lugar construído, organizado e integrado, e concentra-se no caráter da cidade do passado e de seu construído histórico.

Nesse sentido, Aguiar (2001) utiliza os autores Fielden e Jokilehto para avaliar os valores do patrimônio urbano, dividindo-os em quatro categorias.

- a) **valores de âmbito cultural:** relativos à identidade, arte, técnica e raridade;
- b) **valor contemporâneo:** âmbito socioeconômico, ligado ao uso atual;
- c) **valores culturais:** identidade, valores da idade, tradições e lendas, simbologias;
- d) **valores político-religiosos:** de caráter nacionalista, patriótico ou místico;

Esse sondar da identidade de um sítio histórico é fundamental, uma vez que ela pode “mudar com o tempo, encaminhando-se para o esquecimento ou ao contrário para a valorização extrema de preservação” (Aguiar, 2002, p. 118). Baseado nesses princípios, então, Aguiar aponta as oito identidades a serem estabelecidas na análise: Identidade como fato formal, como *genius loci* ("espírito do lugar"), como resultante de um modelo produtivo, como expressão de um desenho ou de uma vocação, como reconhecimento cultural, como pertença, como expressão das diferenças, como estilo.

Interessa esclarecer que a identidade, para Aguiar (2001), é um conceito evolutivo, não sendo possível de ser “congelada” através de conceitos de conservação. Para ele, cada geração tem e faz seus valores artísticos, estéticos e arquitetônicos e, nesse sentido, a identidade também pode ser um fator de desenvolvimento. Em relação à sua difusão e manutenção, o autor entende que “Quanto mais frágil é a capacidade econômica e cultural de uma comunidade, menor

¹¹ José Aguiar tem uma vasta experiência no campo da conservação, do restauro e da reabilitação do patrimônio arquitetônico, sendo responsável pelo Grupo de Unidades Curriculares de Conservação, Restauro e Reabilitação e coordenador dessa Especialização no Curso de Doutorado em Arquitetura da FAU Lisboa. Disponível em <https://arquitetura.ufba.br/pt-br> Acesso em: 3 jul. 2024.

é a capacidade de propagar no tempo as formas dessa sua identidade” (AGUIAR, 2001, p. 128).

Os principais problemas ligados à perda da identidade são: a apropriação das identidades da cidade histórica para oportunismos comerciais; o novo culto ao patrimônio que leva algumas cidades a serem turísticas mais do que históricas e por final o fachadismo como perversão da autenticidade e da identidade urbanas, pois segundo a semiológica da Arquitetura, o significado do edifício está em seu interior, e as formas externas são apenas o seu invólucro. Segundo Levi (apud Aguiar, 2001, p. 138), com efeito, “tudo o que tem no espaço interno é arquitetura, sendo o espaço externo de natureza urbana”. Esse conceito inclui fachadas e coberturas e pormenores arquitetônicos que se expressam pelos adornos, materiais, revestimentos, texturas e cor, os quais precisam ser portadores dos significados do seu interior, junto com os elementos externos, permitindo uma análise completa e abrangente.

2.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para que sejam entendidos os conceitos principais da pesquisa no capítulo anterior foram descritos os temas pertinentes, já aportados em bibliografia específica, inclusive no quesito de atribuição de valores. A pesquisa traz uma abordagem qualitativa que busca pesquisar em material já escrito sobre a temática de moinhos de moagem de grãos. Estão também descritos o funcionamento e uma breve história dos moinhos de grãos, bem como suas possibilidades de geração de energia. Relata-se, ainda, a história da região desde a chegada dos italianos e sua ocupação territorial, chegando ao local de Fagundes Varela e seus arredores. Abordam-se, finalmente, conexões comerciais e principais vias de acesso ao local. A cidade de Fagundes Varela foi tratada a partir de dados do IBGE e bibliografia do historiador Argel Rigo (1999), morador local.

Para desenvolver o trabalho de pesquisa da história do Moinho foi empregada a metodologia do livro *Métodos de pesquisa*, elaborado e organizado pelas pesquisadoras Tatiana Gerhardt e Denise Silveira e publicado pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2009. A interpretação de documentos disponibilizados pela família baseou-se no livro *O historiador e suas fontes*, das autoras Carla B. Pinsky e Tânia R. de Luca (2009). Para os levantamentos técnicos a

campo foram utilizadas as diretrizes de Júlio Posenato (2016), pesquisador de patrimônios históricos do Estado do Rio Grande do Sul há mais de 50 anos, e também o *Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural, cadernos técnicos* um do programa Monumenta (IPHAN,2022), elaborado pelo ministério da cultura no ano de 2005, além das orientações para patrimônio industrial contidas nas Cartas patrimoniais de Nizhny Tagil (2003) e nos “Princípios de Dublin” (2011) e “Carta de Sevilha” (2018).

O capítulo final sobre as principais orientações para o restauro e intervenções no moinho são baseadas nas cartas patrimoniais e nas ações indicadas pela Arquiteta e Urbanista, Dra. Beatriz Mugayar Kühl (2008). As diretrizes dos levantamentos fotográficos são as indicadas pela historiadora porto-alegrense Zita Possamai, descritas em sua tese de doutorado em 2005. A análise do entorno e complexo construído como sítio histórico utilizou as diretrizes do INCEU (2001) - Inventário de Configuração de Espaços Urbanos, que foi elaborado por um grupo de pesquisadores liderados pela Professora, Arquiteta e Urbanista, Maria Elaine Kohlsdorf.

3 MOINHO MELATTI: LOCALIZAÇÃO, HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS

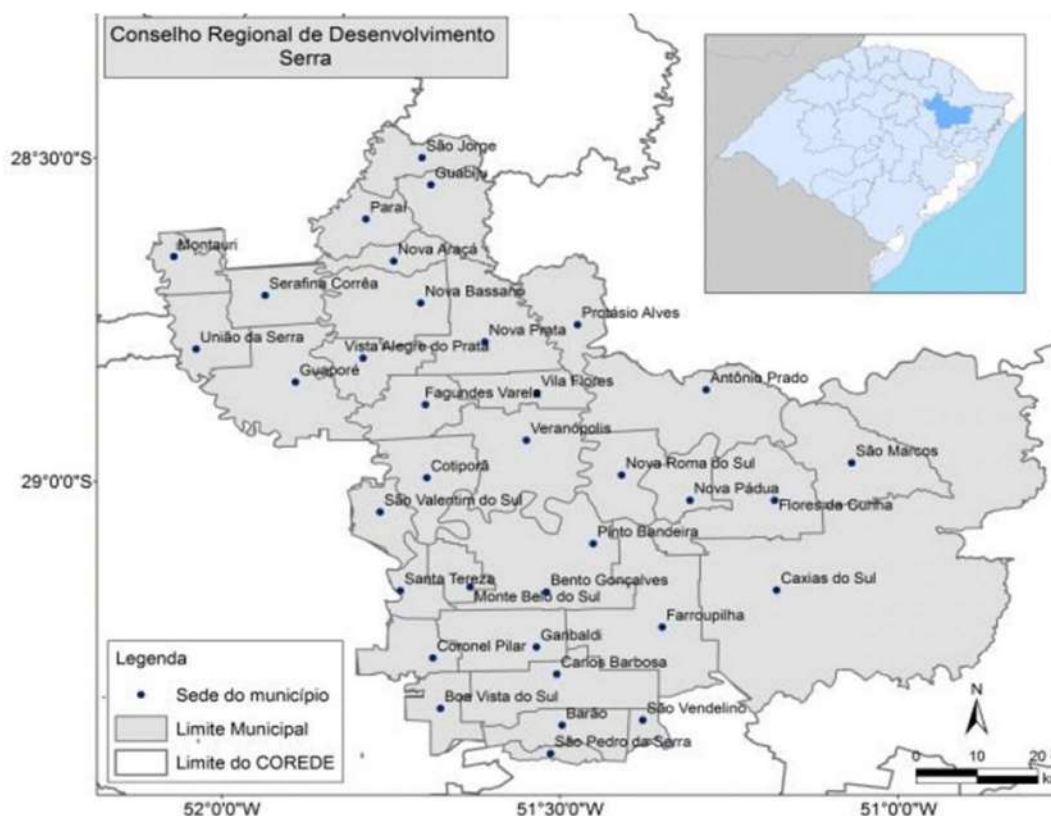
Esta narrativa do Moinho inicia com uma síntese de bibliografia existente, e se segue através de depoimentos que elucidam o local, os saberes, as tradições, o maquinário e as características que o diferenciam e que fazem parte da sua identidade. Para compreender a edificação industrial foram realizados levantamentos fotográficos e técnicos. Ademais, os proprietários do moinho (desativado em 2012 pela vigilância sanitária) disponibilizaram vários documentos e fotos, dentre os quais há escrituras, livro-caixa, notas fiscais e partes de livros. Todo o material levantado será registrado em fichas de inventário.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, SOCIAL, POLÍTICA E HISTÓRICA DE FAGUNDES VARELA

O Moinho Melatti encontra-se localizado na zona rural, próximo ao perímetro urbano de Fagundes Varela. O município localiza-se na Serra Gaúcha e é parte integrante da Região Funcional de Planejamento 3- RFP3, a qual engloba os COREDE (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) da Serra, das Hortênsias e dos

Campos de Cima da Serra. Fagundes Varela pertence ao COREDE SERRA, e é associado da AMESNE (Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul). No mapa a seguir, podem ser vistos os municípios que pertencem a este conselho de desenvolvimento, junto com a cidade de Fagundes Varela.

Figura 3 - Mapa regional COREDE Serra

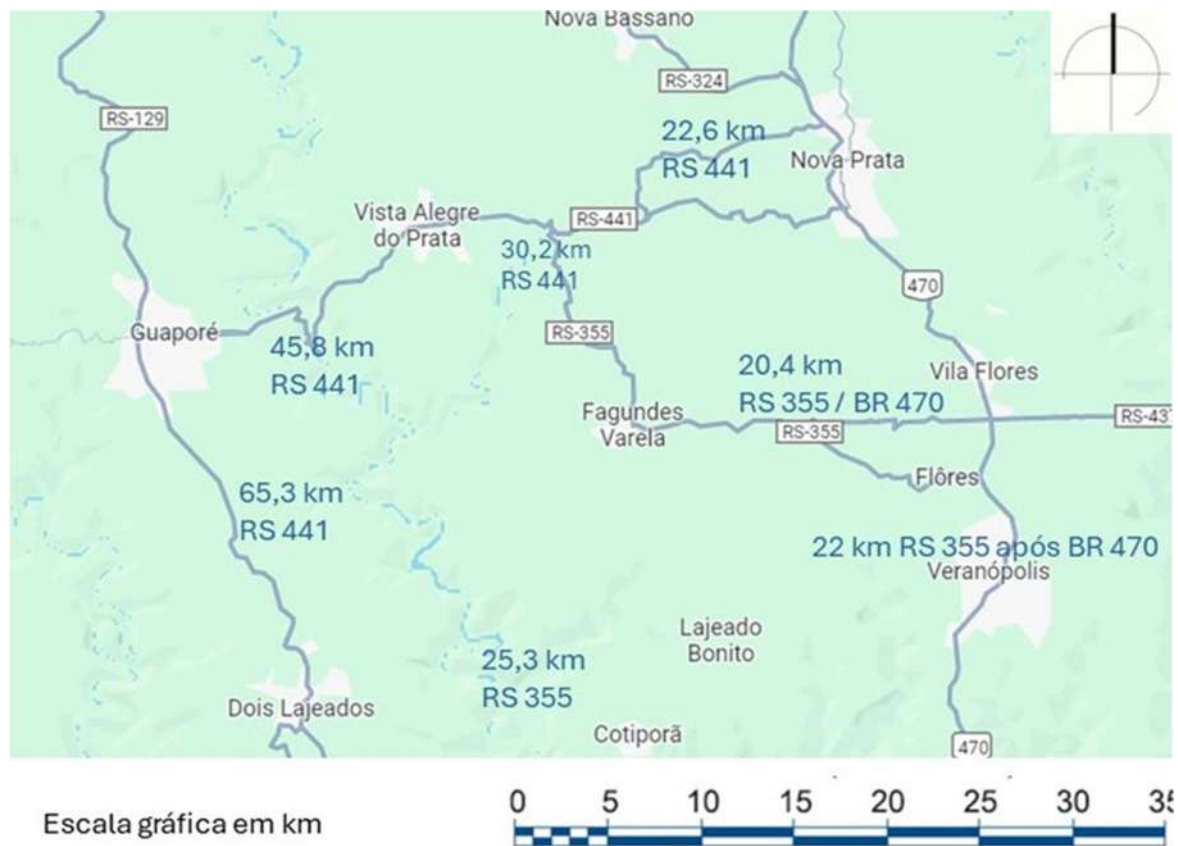


Fonte: COREDE SERRA (2023)

O município pertence à região da encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se a uma latitude 28°52'51" sul e a uma longitude 51°41'51" oeste, estando a uma altitude média de 610 metros, tendo o ponto mais alto a 699 m. Possui uma área de 1,56 km². São municípios vizinhos: a norte, Nova Prata (dista a 22,6 km, via RS 441) e Vista Alegre do Prata (dista a 30,2 km, via RS 441), a leste, Veranópolis (dista a 22 km, via RS 441 e BR 470) e Vila Flores (dista a 30,2 km via ERS 355 e BR 470), a oeste, Guaporé (dista a 45,8 km, via RS 441), Vista Alegre do Prata e Dois Lajeados (dista a 65,3 km via RS 441), e, ao sul, Cotiporã (dista a 25,3 km via ERS 355). Localiza-se a uma distância de 180 km de Porto Alegre e de 100 km de Caxias do Sul, sendo o acesso principal realizado primeiro pela BR 470 e

posteriormente pela ERS 355 (PMFV – Prefeitura Municipal de Fagundes Varela, 2020). O mapa a seguir mostra os municípios vizinhos com as distâncias em km até Fagundes Varela:

Figura 4 - Municípios vizinhos de Fagundes Varela



Fonte: Google Maps, 2024. Adaptado pela autora

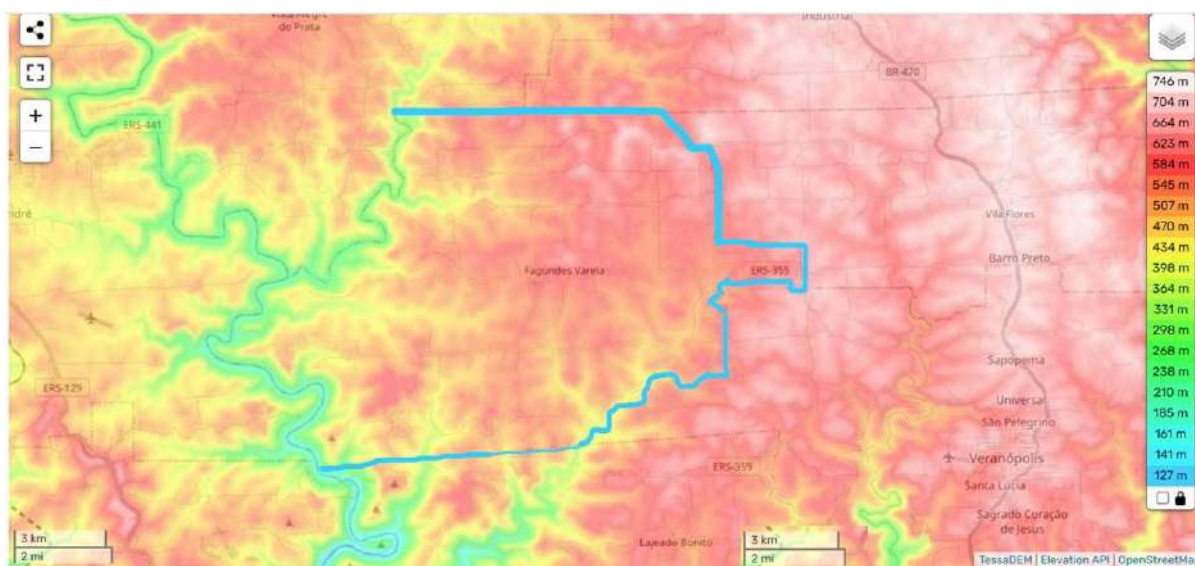
Na análise desse mapa, verifica-se a centralidade de Fagundes Varela, entre o antigo traçado da estrada Buarque de Macedo (aberta por tropeiros e agrimensores) a leste (atual BR 470), e a importante via de escoamento RS 441. O moinho se localiza às margens da ERS 355¹², em que “E” indica o domínio estadual e “RS” a sigla do Rio Grande do Sul. A logística, por esses caminhos, proporcionou vida útil ao Moinho Melatti por mais de 100 anos de existência, pois as produções de grãos familiares que ali chegavam dependiam da moagem para que pudessem ser usados na alimentação e, conseqüentemente, vendidos (MELATTI, 2020). Os espaços evidenciados em verde no mapa (áreas brancas são os municípios) são as áreas de

¹² A EERS 355 é atualmente, desde 2017, a Estrada Nadyr Peruffo em homenagem a um ex-prefeito de Veranópolis realizada na inauguração da ponte entre Veranópolis e Fagundes Varela no distrito de São Francisco do Bom Retiro. Disponível em <https://daer.rs.gov.br/inaugurada-ponte-entre-veranopolis-e-fagundes-varela-na-serra>, Acesso em: 30 jun. 2024.

cultivos e também algumas áreas íngremes que ainda possuem vegetação nativa, além de alguns paredões de pedra basáltica.

Os atributos geográficos do local são similares às características da Serra Gaúcha, com clima temperado, invernos rigorosos, formação de geada e eventuais precipitações de neve. Geologicamente, a região possui, precisamente, rocha basáltica em sua formação. Nota-se no mapa a seguir que a região tem altitude constante em torno de 600 metros, e que as áreas mais baixas estão no entorno, mas não descem mais do que 419 metros (IBGE,2024). Por isso, as paisagens são permeadas de colinas de alturas médias e constantes, características do local, sem apresentar acentuados picos. O perímetro marcado em azul marca os limites do município. A área de Fagundes Varela possui um território constantemente marcado por colinas, que variam de cerca de 470 a 600m de altitude:

Figura 5 - Mapa Topográfico de Fagundes Varela- altitude de 555 m até 664 m



Fonte: Topografic-map.com (2024)

Em relação à hidrografia, o local pertence à bacia hidrográfica do Rio Guaíba e sub-bacia Rio Taquari-Antas, e possui o Rio Carreiro como afluente principal com diversos arroios, entre os quais está o arroio Vicente Rosa, conhecido pelos moradores como Rio Melatti, que ladeia o moinho. Pelo mapa a seguir, pode-se observar que os dois arroios principais são o Vicente Rosa e o Moinho. Os dois ligam-se, inicialmente, ao arroio Não Sabia e, depois, ao Rio Carreiro. É importante salientar que o Arroio Vicente Rosa nasce em um ponto geográfico mais alto que o local do

moinho e desce em leito basáltico, formando uma corredeira em queda livre entre pedras (imagens no Quadro 4 a seguir), que produz energia para a propulsão do moinho.

Figura 6 - Mapa hidrográfico de Fagundes Varela



Fonte: Mapas IBGE- Fagundes Varela, RS (2024) adaptado pela autora.

É interessante observar que atualmente a economia é essencialmente de produção agrícola, diversificada entre mercadorias, tendo como principais produtos rurais: aves, leite, suínos, uva, soja, bovinos e milho. Essa variedade de segmentos garante a sustentabilidade das propriedades rurais (Prefeitura Municipal de Fagundes Varela, 2022). Entre os cultivos, ainda predominam as parreiras de uva e cultivos de subsistência. Ainda, são cultivados trigo, milho e arroz. Tais plantações serviram, historicamente, de subsistência às famílias numerosas que possuíam em média dez filhos no período da chegada dos imigrantes italianos no Brasil, no final do século XIX. A necessidade de moagem dos grãos remonta, portanto, às últimas décadas dos anos 1800, em que efetivamente se inicia (Rigo, 1999).

Quanto à legislação municipal de Fagundes Varela, em termos de planejamento urbano, existe um plano diretor elaborado e aprovado no ano de 2019, com objetivo de traçar diretrizes de organização do território. Segundo o “Estatuto das cidades”, nos artigos 39º e 40º, o plano diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”. É ele quem deve promover o diálogo entre os

aspectos físicos/territoriais e os objetivos sociais, econômicos e ambientais que se pretende para a cidade.

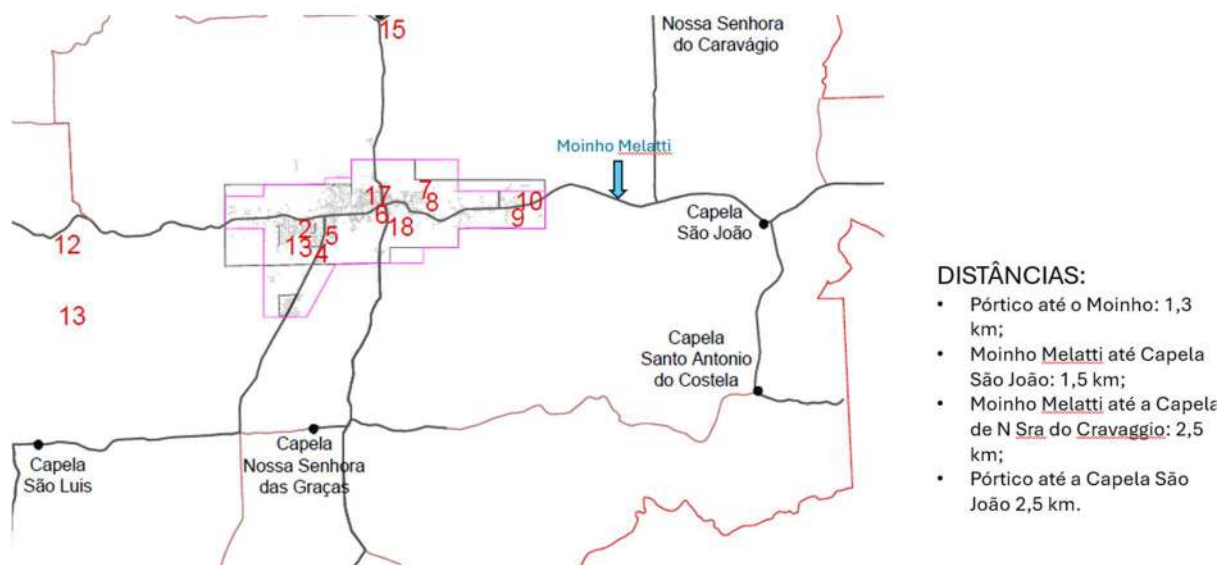
Entre as leis municipais, contidas no plano diretor, específicas para esta pesquisa, estão artigos relacionados a patrimônio histórico tombado ou inventariado. Apresentam-se, aqui, os artigos selecionados e sua relação com o inventário do moinho, com interpretações da autora e citações diretas do plano. Na seção I, p.7, do Plano Diretor Municipal, com o título de: “Da Conceituação e dos Princípios”, o artigo 2º diz que “observadas as disposições pertinentes da constituição federal e estadual, da Lei Orgânica do Município do estatuto da cidade e da legislação agrária e ambiental, a promoção do desenvolvimento econômico e social do município de Fagundes Varela se rege pelos seguintes princípios: [...] Inciso VI - a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, como recurso a ser usado para o desenvolvimento [do município]”.

Na seção II, artigo 3º com o título de “Das Diretrizes Gerais” também está descrito, no inciso VI, p.8, o seguinte: “A preservação do patrimônio natural e o patrimônio cultural, material e imaterial, como fonte de desenvolvimento, de atividades produtivas, estudo e pesquisa, [são] considerados como elementos fundamentais da identidade histórica e cultural do município”. Nessa mesma seção em parágrafo único, tem-se que “As diretrizes previstas [...] serão sempre adequadas à realidade local e usos harmônicos do espaço urbano e rural, garantindo a consonância dos direitos individuais com a função social da propriedade e o desenvolvimento sustentável do município”.

Interessa, ainda, para inventariar o Moinho Melatti, que se encontra na zona rural do município, em terreno junto à rodovia, o capítulo III que versa “Da política de zoneamento de usos”. Na seção I “do zoneamento”, Art. 6º, p.9, fala-se d’ “as possibilidades e limitações reais do município”, em que este visará ao “Estímulo à ocupação desse espaço preferencialmente junto às rodovias de acesso, com atividades mistas, preferencialmente de grande porte” (Inciso I, letra b). Também no inciso II, “Preservar as características ambientais, fundiárias e culturais com estímulo à expansão e consolidação das atividades produtivas primárias e ao desenvolvimento do Turismo”.

O Moinho Melatti está localizado na seta azul, neste recorte do mapa (anexo sete do plano diretor): “Áreas municipais de Interesse público”:

Figura 7 - Recorte de mapa do Anexo 7 do plano diretor



Fonte: Plano Diretor de Fagundes Varela, 2019, adaptado pela autora.

Percebe-se, na análise deste mapa, que o Moinho Melatti está fora da área de preservação selecionada pelo Plano Diretor. É interesse do proprietário, Sr. Egydio Melatti, que este local sirva de espaço turístico cultural, como um Museu de Antigos Moinhos de Grãos, possuindo uma atividade lucrativa que sustente a manutenção deste local. A submissão de um processo de inventário auxiliará na captação de recursos públicos para viabilizar as ações necessárias para preservar e conservar o moinho, cujas atividades cessaram em 2013. Atualmente a família tem seu sustento na fábrica de biscoitos “Agroindústria Q’Delícia” instalada atrás da edificação histórica, o que já é um atrativo para os visitantes, mas não produz o suficiente para custear as intervenções urgentes no Moinho e o maquinário existente.

Diante da pretensão de inventário municipal pelo proprietário Egydio Melatti, foi solicitada, conforme o plano diretor, uma audiência com o Conselho Municipal da Cidade, criado, segundo o Art. 57, p. 21 e 22, com as seguintes atribuições: “Inciso 1 - Emitir orientações e recomendações sobre aplicação da lei federal nº 10.257 - Estatuto da Cidade, e sobre os demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano”. Conforme os incisos IV e VI:

Apresentar, apreciar e avaliar propostas de revisão e adequação da legislação urbanística e do presente plano diretor; propor, apreciar e avaliar

projetos de lei e medidas administrativas que possam ter repercussão no desenvolvimento sustentável do município.

Ainda segundo o que consta no Capítulo IX, o poder público irá “promover a preservação e recuperação e o acesso público aos atrativos e bens históricos culturais relacionados no anexo 07”. Vale dizer que o moinho Melatti está fora desse recorte, mas tem uma significância regional já reconhecida e atualmente já permite o acesso público para a visita (com narrativas presenciais do proprietário Sr. Egidio Melatti). A inclusão no inventário de preservação é mandatória para que futuras gerações também possam usufruir da história viva representada pela edificação histórica e seus bens móveis, que são os maquinários da moagem de grãos. Corrobora com a salvaguarda, ainda, o artigo 67, p.22 e 23, item II do inciso 1º, que fala em “efetivar cooperações público privadas”, o que, no caso do moinho Melatti é possível entre o município, proprietário e as empresas que poderão auxiliar por incentivos culturais a investir na edificação histórica. O artigo 69, p.24, finalmente, descreve a ação de “Inclusão de novos atrativos e bens históricos culturais”. Embora, novamente, o local do Moinho Melatti não esteja na área do anexo 07, mas sim na Zoneamento Rural do mapa anexo 2, junto ao documento de solicitação foi anexada a ficha de inventário do patrimônio histórico e cultural, para apreciação do Conselho Municipal da cidade.

Sabe-se, por experiências anteriores e similares, que o incentivo ao turismo cultural traz fomentos para economias locais, o que se acredita ser plenamente possível através do inventário e consequente restauro Moinho Melatti. Não obstante, além do plano diretor não mencionar o moinho como patrimônio, é curioso que o mapa turístico de Fagundes Varela não o inclui em seu roteiro atual. Para a maioria dos visitantes é o local mais apreciado pela sua magnitude. A seguir o atual mapa de pontos turísticos de Fagundes Varela:

Figura 8 - Mapa Turístico de Fagundes Varela



Fonte: Prefeitura Municipal de Fagundes Varela (2023), sem escala.

Na determinação dos pontos principais de turismo no mapa percebe-se a preferência aos monumentos religiosos como capelas, grutas, capitéis, entre outros. O poder público tem alguns projetos educacionais para explorar os potenciais locais, como o projeto “Descubra as belezas de Fagundes Varela”, onde estudantes são instigados a ver os potenciais turísticos da cidade. No entanto, ainda são reduzidas as ações de valorização do patrimônio histórico local.

Embora se saiba que Fagundes Varela foi colonizada por poloneses, os italianos foram a maioria dos estrangeiros estabelecidos na localidade, que mantém sua cultura em supremacia. Os imigrantes italianos instalaram-se em colônias por toda a região nordeste do Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX. Na atualidade, os moradores ainda são cotidianamente influenciados pelos costumes, tradições e saberes, herança da sua descendência. Essas características culturais estão expressas no livro *História de Fagundes Varela, 1888-1999*, onde Rigo (1999) escreve:

O povo de Fagundes Varela caracteriza-se pelo grande valor que atribui a sua terra natal e o apego à cultura do imigrante italiano. Isolados pelo Rio Carreiro e afastado

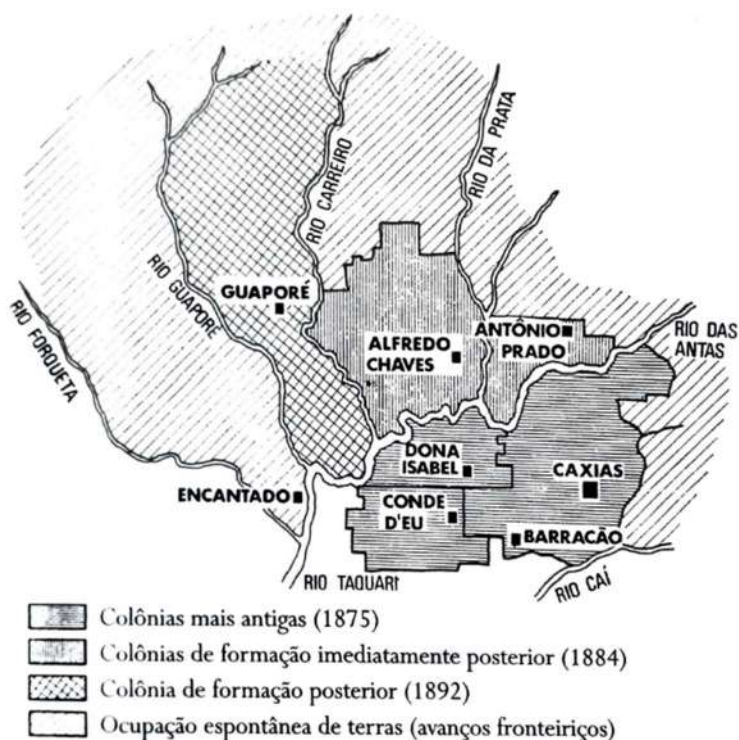
da RST 470, manteve-se longe da influência de outras culturas. Prova está nos costumes ainda existentes: o uso do dialeto vênето, as cantorias, os jogos a religião, a culinária, as festas religiosas, os costumes (p. 153).

A imigração italiana iniciou no Brasil nos anos de 1874 com a chegada e instalação inicial em São Paulo. A partir de então e até 1900, um milhão e quatrocentos mil imigrantes italianos vieram para o Brasil (FARINA, 1990). Esse deslocamento de italianos foi propiciado por um acordo entre o Brasil e a Itália: à população migrante interessava fugir da opressão e da miséria em seu país natal; por outro lado, o Brasil empenhava-se no povoamento de grandes áreas, na conquista de mão de obra para lavouras de café, e em uma política de branqueamento da população.¹³

No Rio Grande do Sul, a lei das terras de 1850 destinou a demarcação por agrimensores e engenheiros das colônias traçadas por travessões. No entanto, a ocupação iniciou com a chegada dos imigrantes a partir dos anos de 1875, devido a problemas de estradas que ligassem as colônias aos centros populacionais. As duas zonas de povoamento foram as terras as do nordeste do Estado, outras próximas ao município de Santa Maria, e as terras da região norte que se situavam entre o Rio das Antas e as colônias alemãs já ocupadas, no baixo do Taquari e bacia do Rio Caí. Nota-se também que os colonos alemães, chegados anteriormente nos anos de 1824, ocuparam as planícies do RS; já os italianos, vindos quase no final do século XIX, foram locados na serra, com topografia muito acidentada. Os primeiros imigrantes fixaram-se em Nova Milano e, posteriormente, nas Colônias de Dona Isabel e Conde D'Eu, conforme o mapa esquemático a seguir, de Frosi e Mioranza (1975):

¹³ Branqueamento da população: A teoria do embranquecimento ou branqueamento no Brasil fez parte desse projeto criado pela elite brasileira no século XIX e meados do XX ao perceber que, devido à grande parte da população brasileira ser composta de negros e indígenas, isso enegreceria a sociedade, o que para eles seria algo tido como negativo, já que os colonizadores só consideravam “normais” somente as pessoas de origem europeia. Autores: Eduardo, Domingos e Sá Neto, Clarindo Epaminondas. Disponível em <https://periodicos.uesc.br/index.php/dike/issue/view/226> acesso em 10 de junho de 2024.

Figura 9 - Regiões e datas de colonização



Fonte: Mapa das colônias - Sec. Agr. do RS, Porto Alegre (FROSI, 1975, p.57)

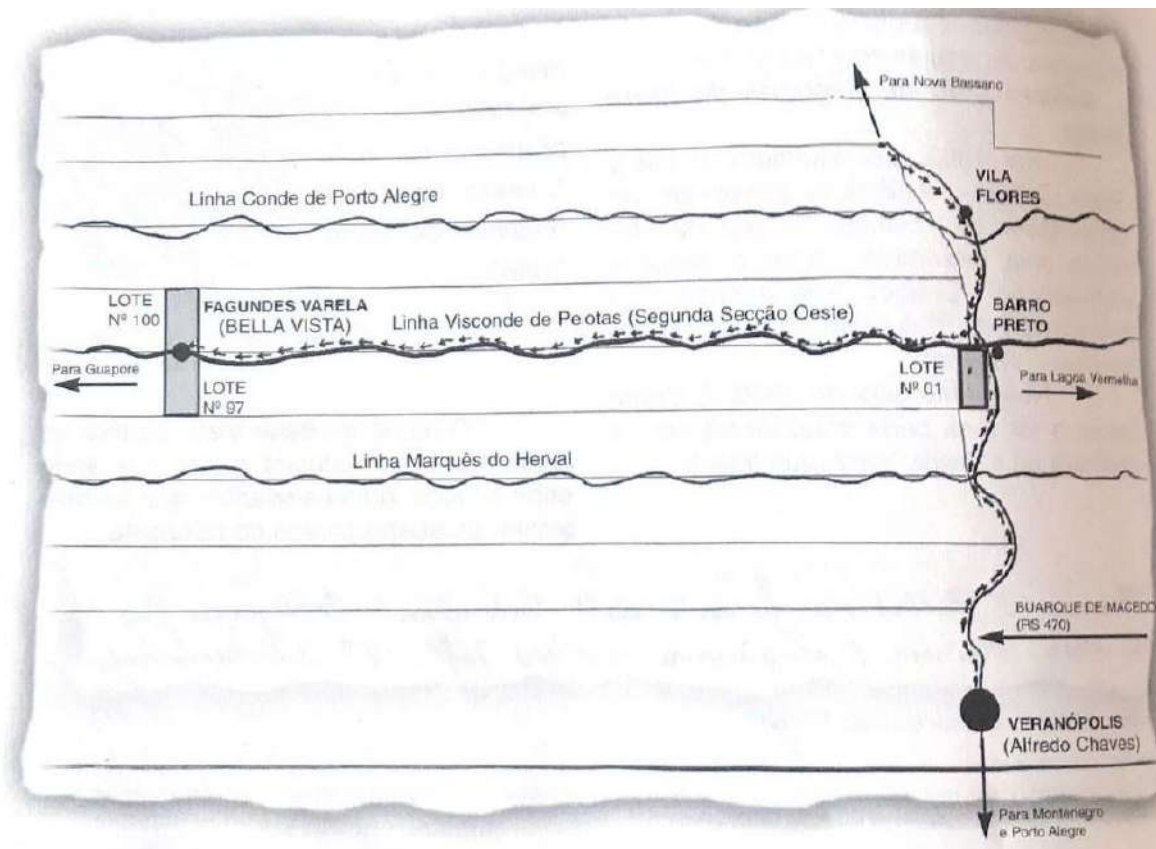
Em 1884, 10 anos depois da fundação das primeiras colônias do Rio Grande do Sul, estabelece-se, na região, a colônia de Alfredo Chaves, que abraça municípios próximos à Fagundes Varela, como Veranópolis, onde existia a comissão de terras (BARBOSA, 1961). Nas terras ainda não desbravadas, adentram imigrantes italianos e alguns poloneses, e se estabelecem gerando alguns povoados como Monte Veneto (atual Cotiporã), Nova Bassano, Bella Vista¹⁴ (atual Fagundes Varela) e Protásio Alves. Cultivaram, nessas colônias, plantios de subsistência, parreirais e forjaram-se ferramentas de trabalho para o manejo da madeira. Surgiram, ali, também as primeiras capelas, salões comunitários e cooperativas, dentre estas, os primeiros moinhos.

Fagundes Varela, então, estava inserida na colônia de Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis). Os migrantes partiram de Barro Preto (lado direito do mapa da Figura 11 a seguir, atual Sapupema) e recebiam do governo “alimento para alguns dias, uma foice, facão, machado e o título provisório da colônia” (RIGO, 1999, p. 31). Os primeiros chegaram em Bella Vista, no mês de fevereiro do ano de 1888.

¹⁴ Bella Vista é, segundo Rigo (1999), o terceiro nome da localidade. O primeiro foi Cento, depois Barro Preto e depois Número Cem da Segunda de Barro Preto;

No mapa esquemático a seguir, pode-se ver o trajeto que os imigrantes realizavam para chegar até a atual Fagundes Varela.

Figura 10 - Ponto de partida e chegada dos imigrantes a Fagundes Varela



Fonte: RIGO (1999, p.18).

Nota-se que, no mapa anterior, está demarcado o lote 100, centro urbano atual de Fagundes Varela, dentro dos travessões que organizavam os diversos lotes das colônias. Outro ponto importante é a via principal, chamada de Buarque de Macedo (neste recorte do RS, desde os anos 2019 é a atual BR 470, que liga o estado ao vizinho de Santa Catarina): além de levar os migrantes a suas colônias, também servia de transporte de mercadorias, e era via de comunicação entre as colônias, permitindo, inclusive a retirada e entrega de correspondências com a Itália. No mapa, também se pode reconhecer a atual ERS 355, que é o acesso marcado pela linha Visconde de Pelotas, hoje asfaltada e com a presença de pontes que atravessam os arroios.

No mapa a seguir, são desenhados os travessões lindeiros a Fagundes Varela e seus lotes. Nota-se que os agrimensores estabeleceram uma malha retilínea, e

muitos dos lotes se tornaram inacessíveis devido a topografia existente – a qual o autor Rigo (1999) chama de picada – que não foi considerada nas divisões.

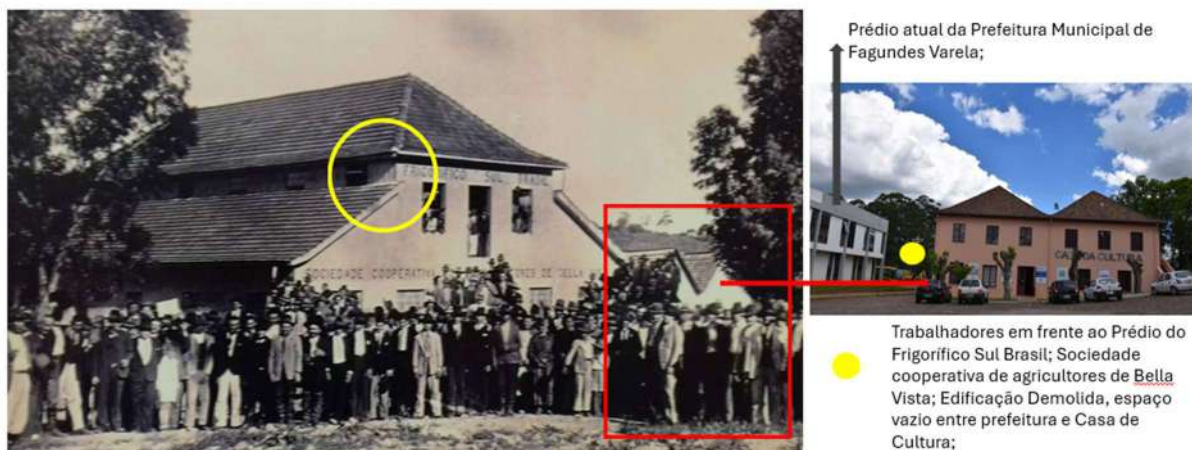
Figura 11 - Travessões lindeiros a Fagundes Varela - RS



Fonte: Rigo (1999, p. 25), adaptado pela autora

A comunidade que ocupou esse espaço geográfico, a exemplo da grande maioria dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, empenhou-se no trabalho e no desenvolvimento econômico das novas terras. Além de possuir moinhos, como no caso da família Melatti, deu espaço a um grande frigorífico (criação de porcos), cantinas de vinho, alambiques, uma atafona (fábrica de farinha e polvilho de mandioca), serrarias, olarias, pedreiras, curtumes e produção mais recentes de laticínios. No âmbito comercial, a localidade contava com venda de secos e molhados, armarinhos, produtos alimentícios, ferramentas e comércio de madeiras. Na vida social, reunia-se em torno das edificações religiosas (católicas), em salões paroquiais comunitários e várias pequenas capelas perto das comunidades rurais. Também foram famosos os gaiteiros, times de futebol e corridas de cavalos (RIGO, 1999). Na imagem a seguir, vê-se o frigorífico com os funcionários. Parte do prédio foi demolida; o que sobrou é, hoje, a Casa de Cultura de Fagundes Varela:

Figura 12 – Frigorífico (1930) e atual Casa de cultura (2023) de Fagundes Varela



Fonte: Facebook: “Eu nasci em Fagundes Varela” Autor desconhecido, adaptado pela autora;

Pela leitura das escrituras e contratos do Moinho Melatti disponibilizados, o espaço do Moinho pertencia ao distrito de Bella Vista na Linha Visconde de Pelotas. Inicialmente o nome dado pelos imigrantes, já trazia características de como seria o local. Rigo (1999, p. 17) explica que o “nome Bella Vista se justifica pelas belezas naturais e pela sede que, está situada numa elevação que permite avistar os quatro cantos do horizonte”. O município pertencia a Veranópolis, e o nome Fagundes Varela foi adotado a partir da emancipação em 1987.

3.2 A FAMÍLIA MELATTI E SUA INSTALAÇÃO EM FAGUNDES VARELA

Segundo os autores Sabbatini e Peliegrini (1975), o primeiro casal Melatti vindo da Itália instalou-se na Colônia Alfredo Chaves – Picada: David Canabarro, Lote 44 (evidenciado em verde na Figura 12). Carlo Melatti e Giuseppa Guareschi chegaram ao Brasil com dois filhos: Francesco e Cristoforo, com, respectivamente, 21 e 12 anos à época da imigração. Essa informação está descrita no livro de Registro dos imigrantes, folha 87, do Ministério da Justiça e Segurança (*Familysearch*, 2024). Na Itália, os pais de Carlo (e de mais quatro filhos) eram Francesco Melatti, nascido em Motta Baluffi, província de Cremona, região da Lombardia, e sua esposa Grazia Garavelli, que era natural de Drizzona, na mesma província e região. Carlo e Giuseppa também nasceram em Motta Baluffi, de onde iniciaram a viagem, embarcando em seguida no navio a vapor Áquila, que atracou no Brasil em 29 de

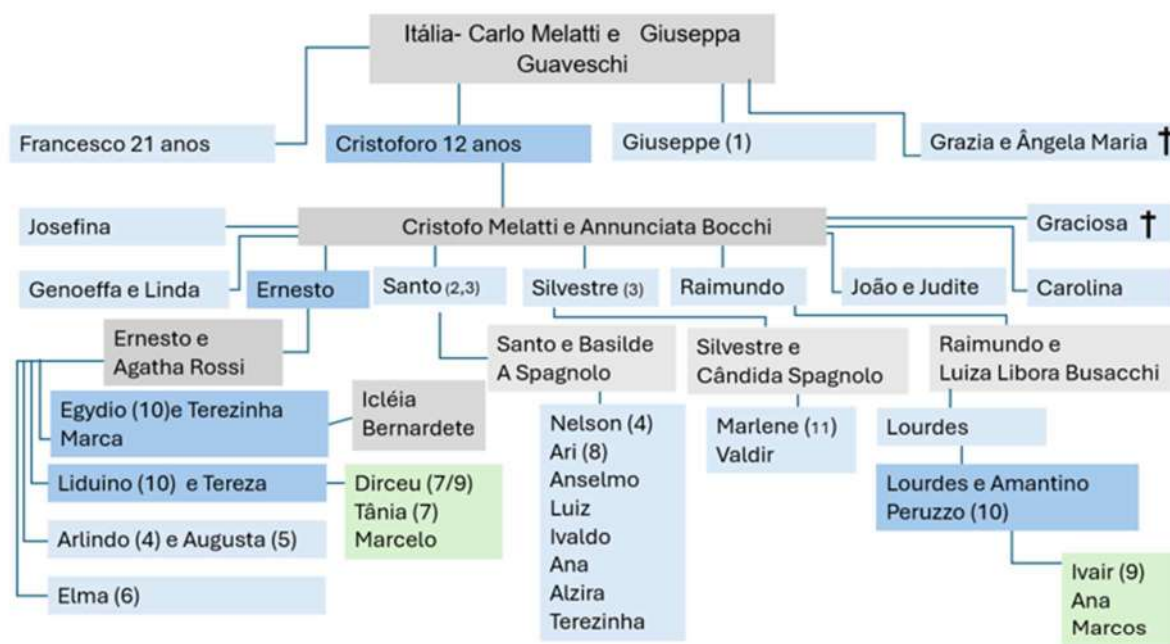
dezembro de 1891.¹⁵ O casal e os dois filhos foram destinados, então, à hospedaria Vila das Flores¹⁶, no RJ. Um terceiro filho, Giuseppe, ficou na Itália e veio posteriormente ao Brasil. O casal teve mais duas filhas na Itália, que faleceram ainda crianças. Somente após dois anos no Brasil, em 1892, Giuseppa faleceu (descreve-se que por falta de atendimento médico nas colônias).

A árvore genealógica, na Figura 14, construída para esta pesquisa, direcionou a família Melatti para os descendentes de Cristoforo, que foi o proprietário do Moinho Melatti. A seguir, apresenta-se a árvore genealógica da família, com uma legenda contendo informações obtidas sobre alguns indivíduos e núcleos, até os proprietários atuais do moinho, a família de Egidio Melatti:

¹⁵ As datas são contraditórias com a aquisição de terras, o site Familysearch é alimentado pelas famílias e podem possuir incoerências;

¹⁶ Hospedaria Villa das Flores: de acordo com os registros do Arquivo Nacional, apenas nos anos iniciais de funcionamento, entre 1883 e 1914, teriam estado na hospedaria cerca de 500 mil imigrantes. O segundo maior movimento aconteceu mais tarde, de 1946 a 1960, com aproximadamente 50 mil refugiados da Segunda Guerra Mundial, que aportaram no Rio de Janeiro. Em 1966, a hospedaria fechou e passou a pertencer à Marinha do Brasil.

Figura 13 - Árvore genealógica da família Melatti



- 1- Giuseppe veio da Itália depois de Carlo, e família e após o falecimento da mãe Giuseppa em 1892; (entrevistada Rosângela Melatti, que é neta de Francesco do primeiro casamento de Giuseppe com Stefana)
 - 2- Instalou-se no Moinho ao lado do Rio Retiro;
 - 3- Tiveram uma ferraria em Fagundes Varela;
 - 4- Tiveram uma empresa de ônibus;
 - 5- Não tiveram filhos;
 - 6- Solteira (mora no Moinho);
 - 7- Entrevista em 2024 (venderam a parte deles no Moinho);
 - 8- Mora no Moinho Melatti junto ao Rio Retiro;
 - 9- Iam juntos ao Moinho trabalhar;
 - 10- Trabalhavam no Moinho em 1999 (RIGO, 1999)
 - 11- Entrevista concedida em 2024
- † Morreram crianças;

Fonte: elaborado pela autora (2024)

A construção dessa árvore genealógica foi possível graças ao auxílio de vários familiares. Foram realizadas entrevistas com os sobrinhos de Egidio, Dirceu e Tânia Melatti (filhos de Liduino), e Marlene Melatti Benedetti. Alguns dados foram cedidos por Rosângela Melatti, historiadora responsável pelo Museu Municipal de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. O acesso ao site *Familysearch* permitiu que as informações fossem corroboradas, sobretudo em relação a dados mais antigos, como os referentes à chegada ao Brasil do casal Carlo e Giuseppa, em 1897, com os filhos. A partir desse diagrama também se entendem algumas relações geradas entre os familiares, que são milhares, espalhados por todo o Brasil, onde os Melatti e Melati foram migrando.

Como o objetivo dessa representação era traçar a linhagem familiar desde os italianos imigrados até os proprietários atuais do Moinho Melatti, algumas descendências não foram continuadas no diagrama. No entanto, sua descoberta e

elaboração permitiu amplo acesso a informações sobre a história da família como um todo. Carlo, pelo que sabe, não se casou novamente no Brasil após a perda da esposa. O filho Francesco casou-se com Josefina Bordin Parisotto, também imigrante italiana; juntos, tiveram onze filhos. Francesco trabalhou em Fagundes Varela com um sapateiro e empreendeu diversas atividades, como preparos em couro, tamancos e cadeiras de madeira; sabe-se que era muito habilidoso com tecidos, dedicava-se à alfaiataria e fez o próprio enxoval. Mudou-se para Getúlio Vargas, no norte do Rio Grande do Sul, onde ainda moram vários descendentes, ainda que alguns tenham-se deslocado ao estado de Santa Catarina¹⁷.

Outro filho de Carlo, Giuseppe, chegou ao Brasil mais tarde, em 1892, no mesmo ano do falecimento da mãe Giuseppa, porém meses depois. Giuseppe casou-se duas vezes: primeiro com Stefane Michelotti, com quem teve 9 filhos; seu segundo casamento foi com Cesira Cortelini, com quem teve mais 6 filhos. Destes, os dois últimos, Pedro e Bimbo¹⁸, optaram em mudar-se com os filhos pequenos para a periferia da cidade de Guaporé, e ocuparam-se como operários, prestadores de serviço e fornecimento de alimentos (leite) para a área urbana de Guaporé.

Foi Cristoforo, pelo que se conclui com as escrituras analisadas, quem se interessou pelo moinho que já existia no lote 78, terreno ocupado pela imigrante Clementina Lunardi em 1888¹⁹, no lado direito do Arroio Vicente Rosa, ao sul da estrada geral. O primeiro arrendamento, porém, ocorreu com os 3 irmãos, Giuseppe, Francesco e Carlo, quando tomaram posse de um moinho existente em uma área perto de um açude. Pelas escrituras, Cristoforo instalou o moinho onde se encontra até hoje, quando adquiriu o lote 80, por volta dos anos de 1910 a 1917. Os filhos que deram continuidade ao moinho, junto com Cristoforo, foram Ernesto, Santo e Raimundo, e o genro Amantino Peruzzo, esposo da filha Lourdes, e suas famílias.

A Figura 15 mostra quadros em uma parede da atual moradia de Egydio e família, com retratos dos avós Cristoforo e Annunciata (à direita) e dos pais Ernesto e Agatha (Agueta em algumas descrições) (à esquerda).

¹⁷ Por exemplo, Rosângela Melatti, entrevistada desta pesquisa, mora em Jaraguá do Sul.

¹⁸ Site: Colônia Heuser.

¹⁹ Há controvérsias em relação a essa informação. Em outra escritura do moinho, fala-se em lote 77, ocupado por Maria Lunardi.

Figura 14 - Retratos de família na residência de Egydio Melatti



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Como Ernesto ficou viúvo de Agatha, em 1944, com quatro filhos pequenos, primeiro a avó Annunciata (Figura 16), e depois a irmã solteira Josefina auxiliaram no cuidado das crianças. Na foto a seguir, datada provavelmente de 1945, veem-se Egydio com a mão no bolso e Arlindo, em pé à direita; sentados estão Liduino e Elma. No lado esquerdo, há as crianças Terezinha, que cedeu a foto à autora, e Nelson, filhos de Santo e Basilde.

Figura 15 - Annunciata Bochi Melatti e netos



Fonte: acervo da família Melatti (ano provável: 1945)

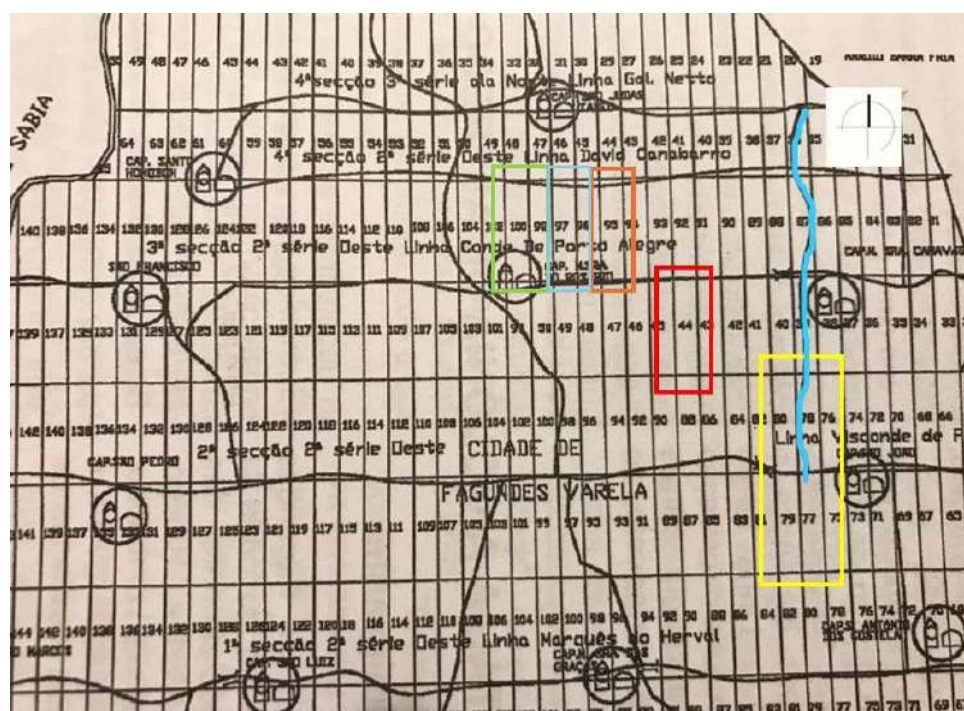
A partir do casal Carlo e Giuseppa Melatti, são bem conhecidos os assentamentos de lotes que foram sendo ocupados e adquiridos pela família, na região de Fagundes Varela. Através de informações do site Colonias Heuser²⁰ foi possível chegar ao primeiro assentamento em que foram locados, na Colônia de Alfredo Chaves, na Picada: Conde de Porto Alegre – Lote: 95 (em laranja na Figura 17) com a seguinte concessão: de 1891 até 1897, no valor de 0,62\$000 Réis, com área concedida de 220.000m². A informação confere, em parte, com o registro de lotes do livro intitulado *Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul* (SABBATINI & PELIEGRINI, 1975 p.284), que diz terem ocupado o lote 95, no ano de 1885, Sante Melatti e, em 1887, Carlo Melatti, na linha Conde de Porto Alegre. Pelos dados contidos na obra de Sabbatini e Peliegrini, o lote tinha uma área de 151.250 m². O preço se iguala em 0,62 Réis, tendo sido quitado, segundo dados obtidos pelos autores, no ano de 1897.

Na mesma imagem da Figura 17, nota-se que ao sul também tem um lote numerado 95, que todavia não pertence à Picada Conde de Porto Alegre. Não ficou

²⁰ Disponível em <https://colonias.heuser.pro.br/> Acesso em maio de 2024

claro, nas informações do site Colônia Heuser se o imigrante Sante Melatti, de fato adquiriu um lote na mesma data de Carlo Melatti, como referido por ele, ou depois. Pelo livro de Rigo (1999), Sante comprou o lote 44, de 1885 até 1897, no valor de 0,62\$000 réis, com área concedida de 151.250 m², e a compra de Carlo aconteceu dois anos mais tarde.

Figura 16 - Mapa dos travessões e lotes mais aproximados: linhas Conde de Porto Alegre e Visconde de Pelotas



Legenda:

- Lote 95 – primeiro lote Carlo Melatti e família;
- Lote 77/78/79 e 80 (onde está instalado o Moinho Melatti);
- Lote 44
- Lote 100 (cento, primeiro espaço urbano)
- Lote 97- Atual Igreja Matriz;
- ~ Arroio Vicente Rosa.

Fonte: Rigo (1999, p. 25), legenda da autora.

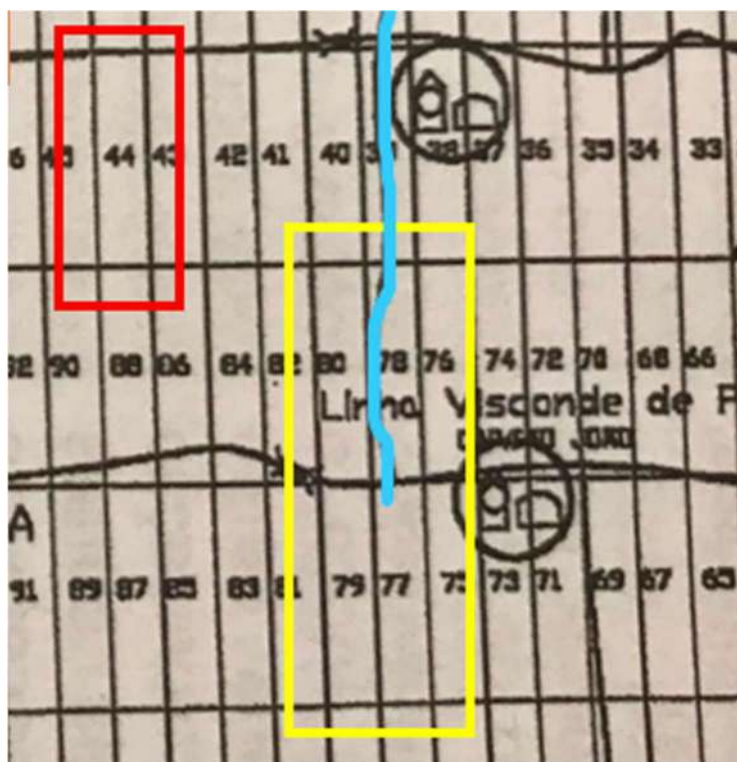
Nos documentos cedidos pela família de Egydio Melatti, constam vários manuscritos em português do século XIX, além de outros, mais recentes, redigidos em máquinas de escrever. São originais que estão guardados pela família no moinho, e são, neste texto, descritos ordem cronológica (todos foram escaneados e guardados em arquivo digital). Em um deles, do ano de 1896, tem-se que Francisco Melatti e o

irmão trabalharam na construção da Via férrea de Barro Preto, sendo pagos com 1/4 do lote 78 (dentro do quadro amarelo na Figura 17). O uso desse tipo de pagamento é corroborado por outras fontes, que dizem que vários imigrantes trabalhavam na construção das vias férreas para conseguir pagar pelos seus lotes, e comprar e arrendar outros (SABBATINI & PELIEGRINI, 1975).

Pela escritura de 1906, arquivada no moinho, Basílio Formem e a esposa Vittoria Merlim passaram o lote 77, no lado sul da Linha Visconde de Pelotas, para os três irmãos Melatti, Francisco, Giuseppe e Cristoforo, em março do corrente ano (o detalhe da localização desse e de outros lotes da família está na Figura 18). Em seguida, na escritura de 1910, Francisco e sua mulher Elisabetha Bottini, outorgados, e Cristoforo Melatti, outorgante, estabelecem o arrendamento do lote 78 (no lado oposto ao lote 77), que tem um açude e um moinho hidráulico (com roda d'água). Pelo documento, aos locatários (Francesco e Elisabetha), era permitido acessar o arroio (canal) que abastece o açude dentro do lote.

Os documentos confirmam as declarações de Dirceu Melatti, de que o primeiro moinho de Cristoforo Melatti foi arrendado da terra do irmão Francesco, e não era o atual. No lote 78, do lado direito do Arroio Vicente Rosa, o moinho era uma construção de madeira com mós acionadas por uma roda d'água. Não existem dados de que Francesco e Elisabetha tenham construído este moinho. Atualmente, o moinho Melatti está localizado no lote 80, ao lado do Arroio Vicente Rosa.

Figura 17 - Lotes 77 a 80 da Linha Visconde de Pelotas



Fonte: Rigo (1999, p. 25), adaptado pela autora

No mapa anterior, também está marcado, em vermelho, o lote 44, pertencente a Sante Melatti. Segundo informação de Bernardete Melatti, filha de Egydio, o nome de Sante está escrito em monumento, em Fagundes Varela, como um dos primeiros imigrantes do local. Na imagem a seguir, há uma lista que se encontra no livro de Rigo (1999, p.35), referente à compra de Sante Melatti, em 1885, e de Carlo, em 1887²¹, de um mesmo lote, de número 95. São os lotes pertencentes à linha Conde de Porto Alegre.

²¹ Aqui está uma incorrência com a data da chegada do casal, em 1892 e a compra do terreno em 1887. É provável que haja este equívoco pela chegada posterior de Giuseppe ao Brasil;

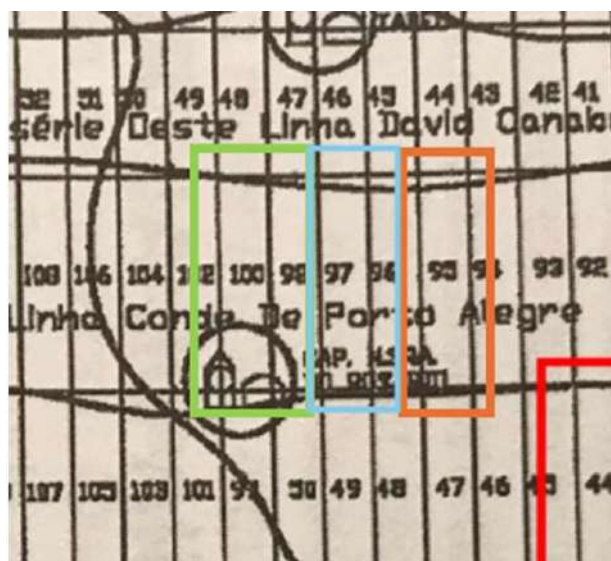
Figura 18 - Parte da lista de compra de lotes pelos imigrantes

87	Marafon Ambrosio	1887
88	Marafon Marco	1887
89	Marafon Alessandro	1887
90	Cella Luigi	1888
91	Zopas Antonio	1887
92	Franchini Francesco	1887
92*	Franchini Ferdinando	1887
93	Franchini Sperandio	-----
94	Cavalli Bortolo	-----
95	Melatti Sante	1885
95*	Melatti Carlo	1887

Fonte: Rigo (1999) p.35, adaptado pela autora

O Lote 95 está localizado próximo ao aglomerado urbano, que ocupava o lote 100, conforme a mapa a seguir (Figura 20):

Figura 19 - Lotes 95 a 100 da Linha Conde de Porto Alegre



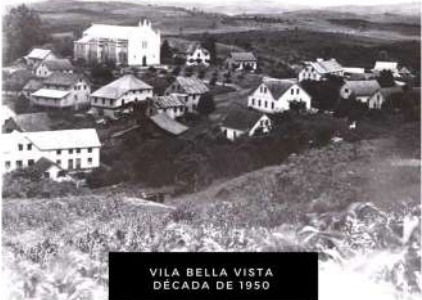





Fonte: Rigo (1999), adaptado pela autora.

No centro da cidade (lote 100), foi construída a capela Nossa Senhora do Rosário, como acontecia muito frequentemente nas comunidades italianas, cujas famílias se expandiam na adjacência do lugar religioso. No lote 97 (marcado em azul do mapa da Figura 20) está a expansão da área urbana de Fagundes Varela. Em 1886, foi construída a atual Igreja Matriz, em honra a Santo Antônio, padroeiro de Pádua. A igreja foi colocada sobre uma capela, e feita inicialmente em madeira,

depois em alvenaria e, depois, demolida para dar lugar à atual. Na tabela a seguir as três igrejas de Santo Antônio, a primeira construída para ser sede do curato²²:

Quadro 2 - Cronologia da Igreja de Santo Antônio, em Fagundes Varela

<p style="text-align: center;">1914</p>  <p>Fonte: Rigo (1999) Distrito de Bella Vista, em 1922. Na indicação da seta, a igreja construída em 1914 para ser sede do curato.</p>	<p style="text-align: center;">1950</p>  <p>Fonte: Foto de Olavo Ghiggi (1950), arquivada no Museu Municipal de Veranópolis (2024)</p>
<p style="text-align: center;">1950 - Vista geral com a igreja à esquerda</p>  <p>Fonte: Foto de Olavo Ghiggi (1950). Disponível em: Grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela. Acesso em: 30 jul. 2024.</p>	<p style="text-align: center;">1970</p>  <p>Fonte: Autor desconhecido: Disponível em: Grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela. Acesso em: 30 jul. 2024.</p>
<p style="text-align: center;">1986 - Inauguração templo atual</p>  <p>Fonte: Autor desconhecido: Disponível em: Grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela. Acesso em: 30 jul. 2024.</p>	<p style="text-align: center;">2023 - Obras na praça</p>  <p>Fonte: Google Maps: <i>street view</i> de 2023</p>

Fontes diversas, elaborada e organizada pela autora (2024)

²² Curato é um termo religioso, derivado de cura, ou padre, que era usado para designar aldeias e povoados com as condições necessárias para hospedar uma paróquia. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/curato>. Acesso em: 1 jun. 2024.

Constata-se, com esse quadro comparativo de imagens, a desvalorização dos prédios históricos, pela mitra e pela comunidade. Em conversa com o atual padre da Paróquia Santo Antônio, Décio Podenski (2023), observa-se que as novas construções se justificaram pela necessidade de aumentar o espaço para os fiéis durante as missas, até a construção da igreja atual, em 1970.

Nos textos a seguir estão descritos resumos das escrituras disponibilizadas pela família Melatti, algumas em manuscritos difíceis de decifrar. Em 1917, conforme documentação de arrendamento e posse, para Cristoforo Melatti e sua esposa Annunciata Bocchi, por Spero Franchini, foi locado o lote 78 conforme o mapa da Figura 18, marcado em amarelo. O texto menciona que Franchini era proprietário de parte do lote 78 e 80 da Linha Visconde de Pelotas, e apresentava medidas de distâncias para a locação correta da terra. No local também existe um açude, que servia de depósito permanente de água. O mesmo documento descreve que existe um moinho hidráulico no lote 80, o que difere da escritura de 1910, que dizia que o moinho se localizava no lote 77 (de Francesco e Elisabetha Melatti). Na primeira cláusula está o preço do arrendamento, na segunda, a utilização do moinho existente no lote 80. Na terceira cláusula tem-se que o tempo do arrendamento é indeterminado, e a quarta cláusula diz que a água que passará pelo moinho deve seguir seu curso após o lote e não ser impedida pelo locatário²³. Essa mesma cláusula estabelece que a água poderia ser utilizada por terceiros, mas Cristoforo teria permissão construir na terra qualquer canal necessário para suas atividades de engenho. A quinta cláusula afirma que o locatário precisa prestar serviços de modo gratuito à produção de grãos da família Franchini, e somente poderá exercer as atividades de moagem com fins comerciais. No ano de 1921, a propriedade foi transferida de modo definitivo a Cristóforo Melatti e Annunciata Bocchi.

Há duas curiosidades nesse documento. A primeira é que o nome de Annunciata é escrito sempre com o sobrenome paterno, e não com o do marido; além disso, nota-se que Franchini não sabia escrever, e conseqüentemente não podia assinar o documento, diferentemente do casal Melatti, que assinou o documento.²⁴ É

²³ Ainda atualmente a água corre dia e noite no tanque da Família Melatti e segue seu rumo para as terras a sul (Foto CD, constatado pela autora in loco).

²⁴ Pelo relato do Sr Egydio, o avô Cristoforo tinha um professor amigo que vinha ensinar a escrever e que também ensinou Ernesto que foi capacitado em contas matemáticas a fim de gerenciar o moinho.

provável que o documento sem data intitulado “Extracto”²⁵, com subtítulo de “Freguesia do Arraial de Alfredo Chaves” descreva a posse de parte do lote 80 da Linha Visconde de Pelotas, lado norte da estrada geral ao lado do lote 82, adquirido por Cristoforo e Annunciata após o arrendamento em 1921. A escritura de compra e venda está oficializada, porém, em documento do ano de 1923. Em 1943, Cristoforo adquiriu também parte do lote 79, sem benfeitorias, de Mario Busacchi. Na escritura de 1944, partes do lote 78 e 80 foram adquiridas por Ernesto Melatti dos transmitentes e desistentes²⁶ que formam o espólio de Cristoforo Melatti.

No ano de 1963, compraram o lote 77, de Luiz Arcari e Santa Maria Rosa Grechi Arcari, os irmãos Ernesto Melatti (viúvo), Santo Melatti e Basilde Anna Spagnolo, Raymundo Melatti e Luiza Libera Buzachi. É interessante constatar que esse lote 77 havia sido dos irmãos Cristoforo, Francesco e Giuseppe em 1906. É provável que tenha sido vendido para outros e readquirido 60 anos depois. No ano de 1964, Ernesto adquire também parte do lote rural 78, por divisão de imóveis com Raimundo Melati e sua mulher e outros (que poderiam ser os filhos ou irmãos de Raimundo). Nessa escritura também tem a expressão “Condomínio de Ernesto (que em outros documentos é considerado o gerente do Moinho), que corrobora a forma amigável como a família se relacionava (fato citado por Dirceu Melatti, em entrevista). Também menciona parte dos lotes 77 e 79. Pode-se entender que estes lotes no entorno do Moinho que se localizou primeiro no 79 e depois no 80 sempre estiveram em posse da família. No mesmo documento, Raimundo e sua esposa solicitam que o condomínio seja responsável pela manutenção do canal e do açude. Em outro documento, a empresa “H. Wirz & CIA engenheiros de Estrella (RS)”, sem data, com o título de “Instruções para medir o volumen d’agua” são descritas orientações para medir o reservatório do açude e a vazão de água do Arroio.

Em 1964, foi documentado o espólio de Cristoforo Melatti, com escritura para Ernesto Melatti de parte dos lotes 78 e 80, utilizando os termos: “havido por Santo

²⁵ Extracto: segundo decreto nº 482/1846 que afirma ser este um documento de hipoteca, ou pode até ser uma duplicata que é registrado em Livro de registros com número de protocolo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-482-14-novembro-1846-560540-publicacaooriginal-83591-pe.html#:~:text=Estabelece%20o%20Regulamento%20para%20o,tres%2C%20Decretar%20o%20seguinte%20Regulamento.Acesso em 20 de maio de 2024.>

²⁶ Os seguintes herdeiros desistem do espólio com um valor acertado em dinheiro: Giusepina Melatti, Carolina Melatti Buzachi e Luiz Estefane Buzachi, Linda Melatti Tonello e João Tonello, Genoefa Melatti Matiuiz e Angelo José Matiuiz.

Melatti, Silvestre Melatti casados residentes no 3º distrito (Fagundes Varela como distrito de Veranópolis), Giovani Melatti e Raimundo Melatti” como os desistentes do espólio os mesmos do documento de 1944. No mesmo documento, dois carimbos registram que Santo Melatti “vendeu seu quinhão a diversos”, enquanto Raimundo dividiu seu “quinhão” com diversos. Ainda, consta um carimbo de 1982, que descreve que Santo Melatti vendeu parte do lote 78 aos irmãos Ari, Arlindo, Liduíno e Ernesto. Na imagem a seguir já está o moinho (em madeira) e a casa da família em alvenaria (que depois é transformada em moinho por Ernesto) e constam trabalhadores na estrada abrindo uma “valeta” para a saída da água do sistema de turbinas até o Arroio Vicente Rosa (por informação de Dirceu Melatti, 2024):

Figura 20 - Trabalhadores do moinho Melatti

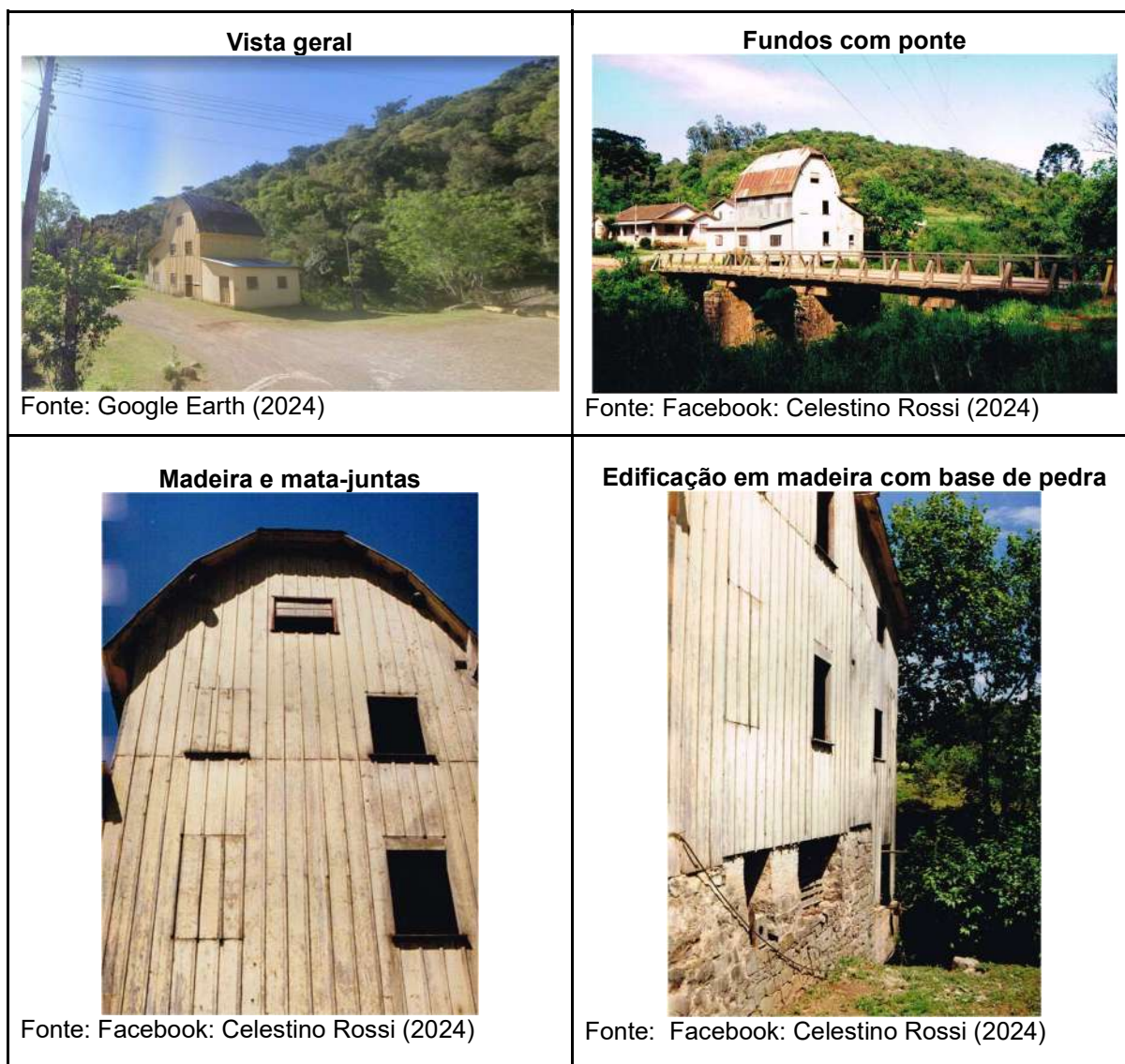


Fonte: Acervo da família no moinho, foto sem data definida. Elaborado pela autora (2023)

É sabido pelos depoimentos de Dirceu e Tânia Melatti que “o tio Santo junto com os irmãos” adquiriu e começou a gerenciar um moinho que estava à venda ao lado do Rio Retiro, na estrada entre Veranópolis e Cotiporã. Os irmãos moravam em Fagundes Varela, no moinho, no entanto, em busca de novas opções de trabalho vários familiares começaram a migrar para outros municípios à procura de emprego

e estudo (MELATTI, Dirceu e Tânia, 2024, em entrevista). O moinho Melatti junto ao Rio Retiro está igualmente desativado; até hoje é da família e o descendente Ari mantém, nesta edificação, um museu de ferramentas e objetos da época do moinho (BENEDETTI, Marlene Melatti, 2024, em entrevista). No Quadro 3 há algumas imagens desse moinho:

Quadro 3 - Moinho Melatti junto ao Rio Retiro



Fonte: elaborado pela autora (2024)

A ideia não foi separar a família, mas ampliar os negócios que estavam, na época muito prósperos. Esse moinho tem uma tipologia característica de moinhos em estilo alemão ou polonês devido, ao detalhe da caída do telhado que é formado por

duas águas e acaba com uma tacaniça²⁷. Fica localizado na Estrada Geral Santa Bárbara, junto ao Rio Retiro, cuja ponte foi arrastada pela calamidade climática no Rio Grande do Sul em maio de 2024. A Figura 22 mostra, no mapa, o lugar onde se encontra:

Figura 21 - Localização do moinho Melatti junto ao Rio Retiro



Fonte: Google maps, adaptado pela autora (2024)

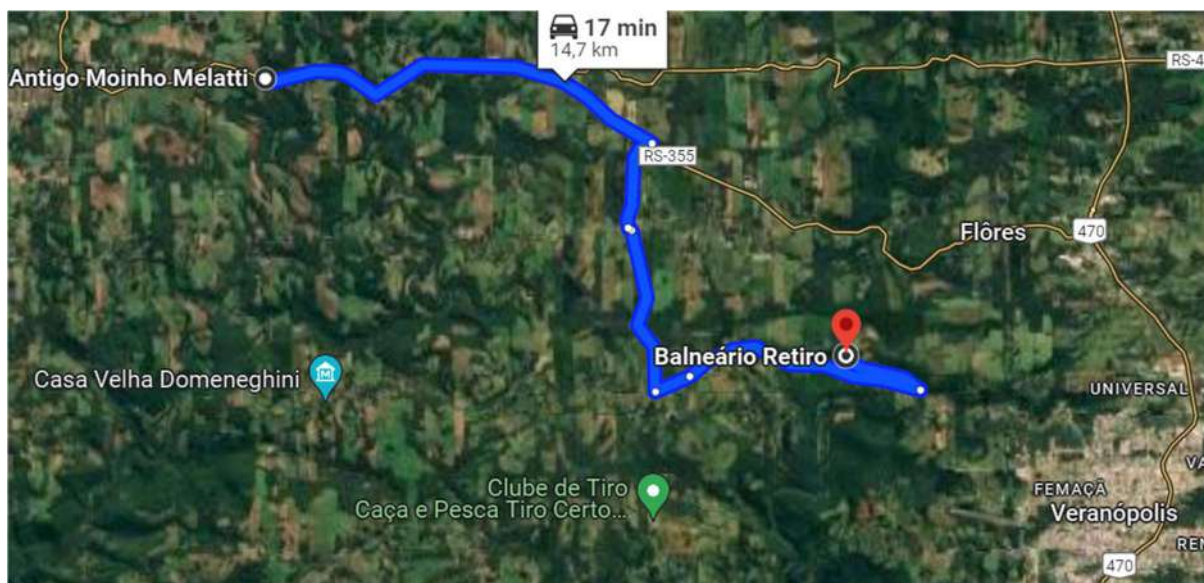
O local fica a quase 15 km do Moinho Melatti de Cristoforo, por estradas não asfaltadas. Localiza-se muito próximo a Veranópolis, um aglomerado importante no consumo de farinhas. Nota-se também, no mapa de localização, as grandes áreas de plantio que envolvem esse local. Pelo nome repetido em referência à família, muitas pessoas acham que só existe o moinho Melatti²⁸ do Rio Retiro, quando na verdade o moinho de Fagundes Varela operou por mais tempo, e se mantém aberto à visitação.

A seguir, na Figura 23, evidencia-se a rota mais aconselhável entre o Moinho de Fagundes Varela e o Moinho Melatti do Rio Retiro:

²⁷ Tacaniça: remate de topo de um telhado de duas águas, formando normalmente um triângulo. É uma pequena água de um telhado, não chega a ser um pano inteiro de um telhado de quatro águas. Disponível em: <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/tacaniça>. Acesso em: 2 jun. 2024.

²⁸ Curiosamente, Leticia Maria Zardo, bolsista que auxiliou na pesquisa, no dia combinado para a visita técnica, foi direto a esse moinho, pois mora em Cotiporã e conhecia esse local, e não o de Fagundes Varela.

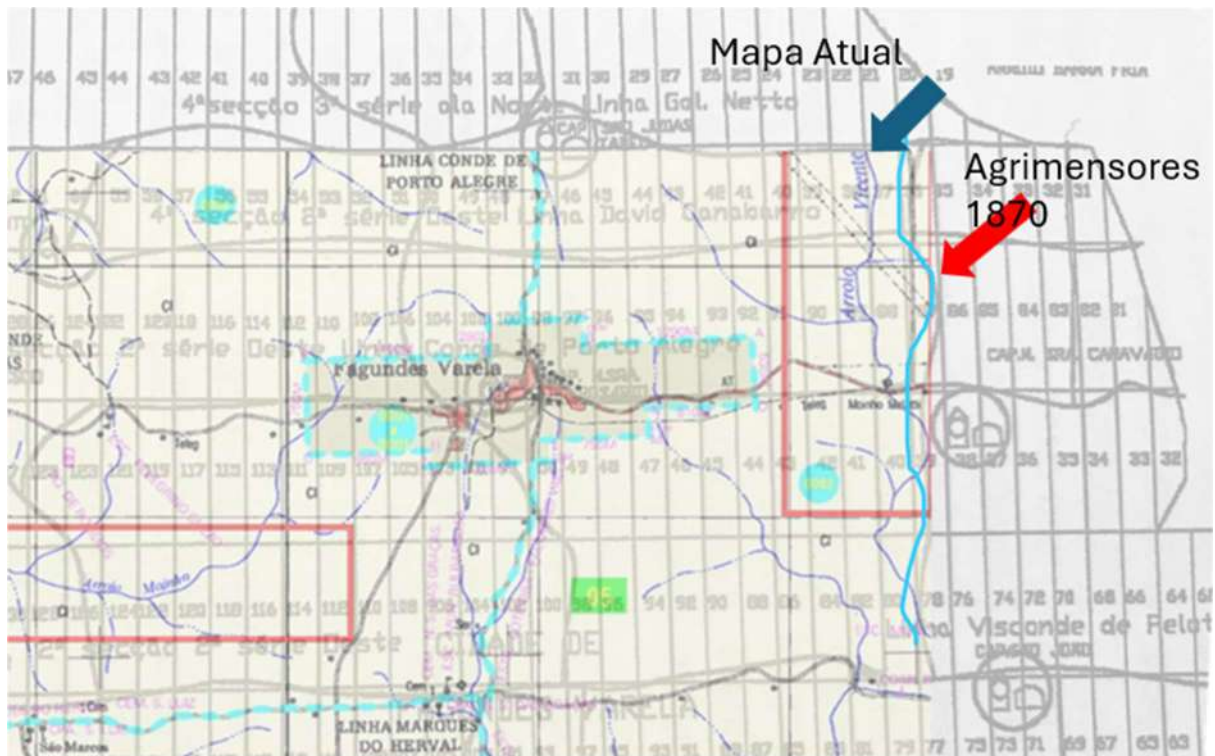
Figura 22 - Percurso de um moinho Melatti a outro



Fonte: Google Maps (2024)

Outra curiosidade é o polêmico nome do Arroio Vicente Rosa, que o Departamento de estradas de rodagem do Rio Grande Sul (DAER-RS) indica com esse nome, na placa da estrada. Os moradores, porém, o chamam de Arroio Melatti, em alusão ao moinho. Em relação à posição do rio, é admirável que os agrimensores do final do século XIX, sem aparelhos de medições (ilhas para levantamentos topográficos), desenhassem o arroio no mesmo local dos mapas atuais. Pela sobreposição dos mapas, foi possível constatar a localização deste passando pelo lote 80, que seria a posição atual do moinho, a norte da via original, atual ERS 355.

Figura 23 - Transposição do mapa hidrográfico de Fagundes Varela ao de Rigo (1999)



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O arroio é uma corredeira sobre pedras basálticas e tem a nascente a norte de Fagundes Varela. Em tempos de farta chuva, tem água abundante; no entanto, em tempos de seca, a água expõe as pedras no seu curso. Isso justifica a ideia de Cristoforo Melatti de construir uma represa na base da colina atrás do atual moinho. A seguir, há uma imagem da ponte que passa sobre o arroio, ao lado do moinho, e outras três imagens do curso d'água em tempos diferentes:

Quadro 4 - Imagens do arroio Vicente Rosa

<p>Placa do Daer e ponte</p>  <p>Fonte: Google Maps (2024)</p>	<p>Arroio em tempo de Seca e moinho ao fundo</p>  <p>Fonte: Grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela (2024)</p>
<p>Arroio em tempo de seca, perto da ponte</p>  <p>Fonte: elaborado pela autora (2023)</p>	<p>Arroio em tempo de chuvas</p>  <p>Fonte: Bernardete Melatti (2024)</p>

Fonte: elaborado pela autora (2024)

As águas do arroio, que banham vários lotes, desde a Linha David Canabarro a norte, passando pela linha Conde de Porto Alegre, e chegando na linha Visconde de Pelotas, onde está localizado atualmente o moinho Melatti, sempre auxiliaram a atividade da família e a agricultura da região.

3.3 O FUNCIONAMENTO DO MOINHO E A RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA

O moinho em Fagundes Varela foi construído e gerenciado sempre pela família de Cristoforo Melatti, por isso, não teve trabalhadores assalariados. À época da instalação do moinho, nos anos de 1910, Cristoforo não utilizou a roda d'água como

propulsão hidráulica (como descrito e previsto na escritura do lote 78). É provável que nesse período também já houvesse estiagem; então, para não depender do arroio Vicente Rosa e, portanto, de uma vazão de água variável, Cristoforo optou por construir um pequeno lago de represamento de água na parte superior do terreno. Através de dois dutos de aproximadamente 50 cm de diâmetro, a água descia em queda livre, movimentando as turbinas que geravam energia para levar os grãos do sótão até as mós no pavimento inferior, onde produziam-se as farinhas. Pelo depoimento de Egydio (2023), o avô também desenhava novas máquinas que eram elaboradas por empresas da região, quase todas em Estrela ou Lajeado, no Rio Grande do Sul, e algumas no estado de São Paulo.

Cristoforo reconstruiu o moinho que estava localizado no lote 78, deslocando-o para o lote 80, e depois construiu a parte de alvenaria de tijolos que serviu de moradia para as famílias de seus filhos e netos. Nas palavras de Dirceu e Tânia Melatti, filhos de Liduíno²⁹ e Tereza, (o falecido Liduíno é irmão de Egydio e são filhos de Ernesto (que administrou o moinho e modernizou os sistemas), filho de Cristoforo:

O bisavô Cristoforo construiu o moinho em madeira do lado direito da construção linear, e no centro, uma residência para a família por isso tem uma tipologia de grande casa italiana, foi construído em alvenaria a casa para todos os familiares pois, afinal só Cristóforo e Anunciata Bochi tiveram dez filhos e a décima primeira, Grazia, faleceu (informação oral).

Os filhos homens se casavam e continuavam a morar no moinho com seus filhos e netos. Moraram na construção em alvenaria (parte central) cerca de 18 pessoas, todos familiares do casal Melatti.

A Figura 24 é uma foto do moinho, em que são indicadas as etapas da construção do edifício, e a tipologia residencial da construção central:

²⁹ Liduíno e Egydio foram os últimos proprietários do moinho. O moinho foi comprado pela família de Egydio (Terezinha e filhas Bernardete e Icléia) dos filhos de Liduíno e Tereza depois que Liduíno faleceu. Os filhos do casal são Dirceu, Tânia e Marcelo.

Figura 24 - Moinho atual com as três etapas de construção visíveis



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Ernesto, junto ao pai Cristoforo, gerenciou o Moinho, ampliando as atividades com a aquisição de novas máquinas de refino da farinha, que foram abrigadas em uma parte da residência, requalificada para esse fim. Iniciou-se, então, a construção de outra parte da casa, à esquerda do imóvel central, onde vivem, até hoje, Egydio, Terezinha, Elma e a filha do casal, Icléia. Moraram também, até o encerramento das atividades no moinho, Liduíno e sua esposa Tereza. Somente Egydio e Liduíno trabalhavam no Moinho nos últimos 10 anos antes do fechamento, em 2012, uma vez que a automação dos processos planejada por Cristoforo, permitiu que a produção dependesse do manejo de poucas pessoas. Atualmente o moinho pertence inteiramente a Egydio Melatti, que comprou a parte de Liduíno em 2012. Egydio tem duas filhas, Icléia e Bernardete, que não têm herdeiros. A Figura 25 mostra a construção da atual residência familiar, edificada por Ernesto Melatti para abrigar os familiares, pois a residência anterior foi utilizada para abrigar as novas máquinas de refino de farinhas:

Figura 25 - Construção da atual residência da família



Fonte: Acervo pessoal da família Melatti no ano aproximado de 1940

A propriedade do moinho, segundo Marlene Melatti (2024), possuía animais, vacas de leite e galinhas, além de horta e pomar, para o consumo familiar. Quando Marlene e Valdir eram crianças, iam visitar o moinho junto com os pais, Silvestre e Cândida, e a avó levava as crianças para catar ovos pela propriedade e colhia verduras. A primeira sala de acesso ao moinho era local de guarda de alimentos, chamada de cantina, onde existia uma tela moscarola que protegia os salames, os codeguim³⁰, a linguiça e os queijos. Nesse espaço também tinha o verdadeiro bacon com sal (chamado de lardo) que era utilizado todo mês na alimentação, já que não havia geladeira. Tudo era colocado na *sporta*, que era uma cesta de palha.

A Figura 26 mostra a residência atual da família com a varanda que se une ao espaço do moinho.

³⁰ Codeguim ou cudiguim é uma variação trazida para o Brasil pelos imigrantes italianos do *cotecchino*, que é original de Modena e segue regulamentação de denominação de origem controlada (IGP). Pelo regulamento, o cotechino só pode ser feito de carne, gordura e pele suínas, sal e pimenta inteira ou triturada. Disponível em: <https://charcutaria.org.acesso>. Acesso em: 15 jul. 2024;

Figura 26 - Residência atual de Egydio Melatti



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Impactante é o depoimento de Ernesto³¹ sobre a vida de moageiro, ou então moleiro, termo mais comum. A entrevista é relatada na obra de Batistel e Costa (1990), em duas colunas, à esquerda em italiano e à direita em português, cuja versão mantêm algumas palavras de difícil tradução em italiano. Na época, Ernesto estava com 73 anos, seria então o ano de 1979. Ernesto nasceu em 1909 e faleceu em 1983 com 74 anos, um ano depois desta entrevista cedida. Na entrevista, ele diz estar casado com Águeda Rossi (falecida quando Liduino e Elma ainda eram pequenos, aproximadamente em 1935) e ter quatro filhos.

Sobre o moinho, Ernesto conta que Cristoforo e sua esposa primeiro adquiriram uma terra na linha quarta³² “lá tinham franqueado a terra e ficaram lá por quatro anos” (Batistel e Costa p.271), e depois chegaram a Bella Vista, o que não é confirmado pelos documentos existentes. Ele comenta que eles compraram um “moinhozinho”, no entanto, os documentos descrevem que Cristoforo arrendou o lote

³¹ Esta entrevista foi publicada por Batistel e Costa (1990, p.271 - 275)

³² A quarta colônia, localizada na região central do Rio Grande do Sul, é formada por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins.

78 onde existia o moinho e, em três anos, acabou por comprá-lo dos proprietários. Os proprietários dessas terras estão arrolados nos documentos já descritos.

Ernesto comenta, em seguida e brevemente, sobre como foi a viagem da família Melatti para o Brasil, marcada pela fome e pela perda de alguns companheiros de imigração, que morreram no trajeto marítimo de 40 dias da Europa ao Brasil. Ainda, afirma que sempre trabalhou de “moinheiro” (outro termo utilizado pela entrevistadora). Ernesto foi na escola por três anos, na capelinha, e teve aulas em italiano; depois, com o trabalho, aprendeu a fazer contas. Ele comenta que Cristoforo, da mesma forma, tendo chegado analfabeto da Itália, mal sabia assinar seu nome, e aprendeu a ler e escrever no moinho com um amigo que lhe ensinava.

Ernesto começou a trabalhar com treze anos, época em que era utilizada a mó, para moer trigo como milho, que no princípio era movida com roda d'água. Nessa época, o rendimento dos grãos, segundo ele, seguia o seguinte padrão: “Um saco³³ de trigo dava 42 de farinha e 15 de farelo, um saco de milho dava 50 de farinha e 10 de farelo”. Sobre os recursos e a necessidade de trabalho braçal, Ernesto diz, também, que as madeiras que existem no moinho foram trazidas “a muque” à época da construção; sabe-se que eram precisos quatro homens para erguer as vigas e pilares com tirantes, a uma distância de 600m. Ele também revela que as madeiras pesavam de três a quatro mil kg³⁴: “Primeiro eles rolavam os troncos e depois erguiam em 7 a 8 homens” (p.272). Esse episódio é corroborado por Egidio, que presenciou ainda criança essa construção. No texto, também há o uso da palavra “portantina”³⁵, termo em italiano que expressa uma tipologia de carregamento dos troncos. A entrevista ressalta a importância da profissão e do serviço prestado aos agricultores, na época de Ernesto, em especial, os colonizadores italianos e poloneses da região próxima a Fagundes Varela.

A importância dos moinhos para os imigrantes e colonos foi evidenciada por Vailatti (2011), no capítulo sobre progresso econômico das colônias de Alfredo

³³ Um saco de grãos, nesta fala de Ernesto, equivale a 60 kg. 42 kg de farinha e 15 de farelo somam juntos 57 kg. Os outros três se perdiam no processo. Os milhos já eram produzidos sem resíduos: 50kg de farinha, e dez de farelo.

³⁴ Este peso da viga de madeira foi o que Ernesto falou na entrevista, no entanto pelo cálculo de volume uma viga de 10m de comprimento pode pesar de 300Kg até no máximo 900 Kg.

³⁵ *Portantina*: é uma palavra em italiano para uma espécie de liteira, isto é, duas guias de madeira com cintas de tecido para carregar toras; no sul do Brasil, usadas especialmente para o manejo de madeira de araucária. Disponível em <https://educalingo.com/pt/dic-it/portantina>. Acesso em: 13 de jun. 2024.

Chaves. A autora afirma que “toda a produção de trigo, milho e arroz necessita de maquinário para que pudesse ser consumida. Algumas famílias possuíam pilões, mas era no moinho que se transformava os grãos em farinha, base da alimentação dos imigrantes” (p.81). Descreve também que o trajeto para os moinhos era feito por crianças, em especial os meninos, que tinham a missão de cuidar dos sacos de milho e voltar com a farinha para fazer a polenta consumida diariamente. As crianças eram por vezes tão pequenas que precisavam ser erguidas pelos pais nas carroças e no moinho pelo “*molinaro*”. A seguir imagens de crianças em Fagundes Varela guiando uma carroça.

Figura 27 - Crianças, carroça e cavalo



Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: Grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela (2024)

Ernesto conta, ademais, que as idas aos moinhos proporcionavam encontros de pessoas que viviam distante, em que cantavam, liam cartas recebidas da Itália e de outros países de origem. Ernesto fala, na mesma entrevista, sobre as festas e as cerimônias religiosas organizadas pela comunidade; e destaca o filó como uma festa importante, que culminava em um baile conduzido pela música da gaita de fole de seu tio. O entrevistador pergunta, em seguida, se os padres liberavam os bailes, e ele responde que, naquela época, havia poucos religiosos no local. Quando necessitavam da celebração de um rito, como um enterro, moradores mais cultos ou

instruídos faziam orações e um “*fervorino*”³⁶. Em casa, porém, era hábito rezar o terço em italiano. A propósito de cerimônias, a festa de casamento de Ernesto e Agatha ocorreu no moinho, após a celebração na Igreja, à qual os noivos se dirigiram a pé. Casava-se antes do meio-dia, e a festa durava o resto do dia; acabava com uma refeição e um baile à noite. Quanto aos hábitos alimentares, Ernesto conta que caçavam [alces³⁷] e que depois começaram a fazer passarinhadas. Todavia, a principal carne consumida na localidade era suína. Os imigrantes não criavam ovelhas ou vacas.

Finalmente, Ernesto comenta sobre a trilhagem³⁸ do trigo, que, segundo ele, ocorria com a colaboração da comunidade, pois era necessária a ajuda de cavalos, e a palha era retirada com forcados (ancinho ou garfo). A partir desta entrevista percebe-se que Ernesto auxiliou Cristoforo com toda a atividade do moinho e ampliou o espaço, adquirindo novas máquinas e aumentando a produção. Atualmente o Moinho pertence somente a Egydio, Terezinha e as filhas Icléia e Bernardete. Nos anos de 2012, a família comprou a parte pertencente a Liduíno (irmão de Egydio) e Tereza com os filhos Dirceu, Tânia e Marcelo. Após dois anos do fechamento das atividades, Liduíno faleceu e Tereza foi morar em Bento Gonçalves, perto do filho Dirceu.

A seguir foto da família no dia da filmagem das entrevistas de Egydio pela produtora do vídeo registro:

³⁶ *Fervorino*: palavra em italiano que significa sermão ou um breve discurso. Disponível em https://educalingo.com/pt/dic-it/fervorino#google_vignette. Acesso em: 13 jun. 2024.

³⁷ Alce: nunca existiram no Rio Grande do Sul e sim o veado campeiro, típico das regiões da América do Sul;

³⁸ A trilhagem (debulha) ou separação dos grãos da palha pode ser feita diretamente após a colheita em trilhadeiras estacionárias manuais ou movidas à eletricidade ou gasolina ou óleo diesel com regulagens adequadas. Pode ser feita à mão; nesse caso, os feixes são batidos sobre superfície sólida (como tronco de madeira). Disponível em: <http://www.fartrigo.com.br/fartrigo/trigo/trigo-e-seus-aspectos>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Figura 28 - Bernardete, Terezinha, Egydio e Icléia Melatti



Fonte: Foto FERRARI, 2024.

Na imagem a seguir, vê-se o casal octogenário; eles estão olhando as fotos de casamento e das filhas ainda crianças. Egydio usa um quepe de moleiro, que veste todos os dias quando acorda, antes de abrir as janelas do moinho.

Figura 29 - Terezinha Marca e Egydio Melatti



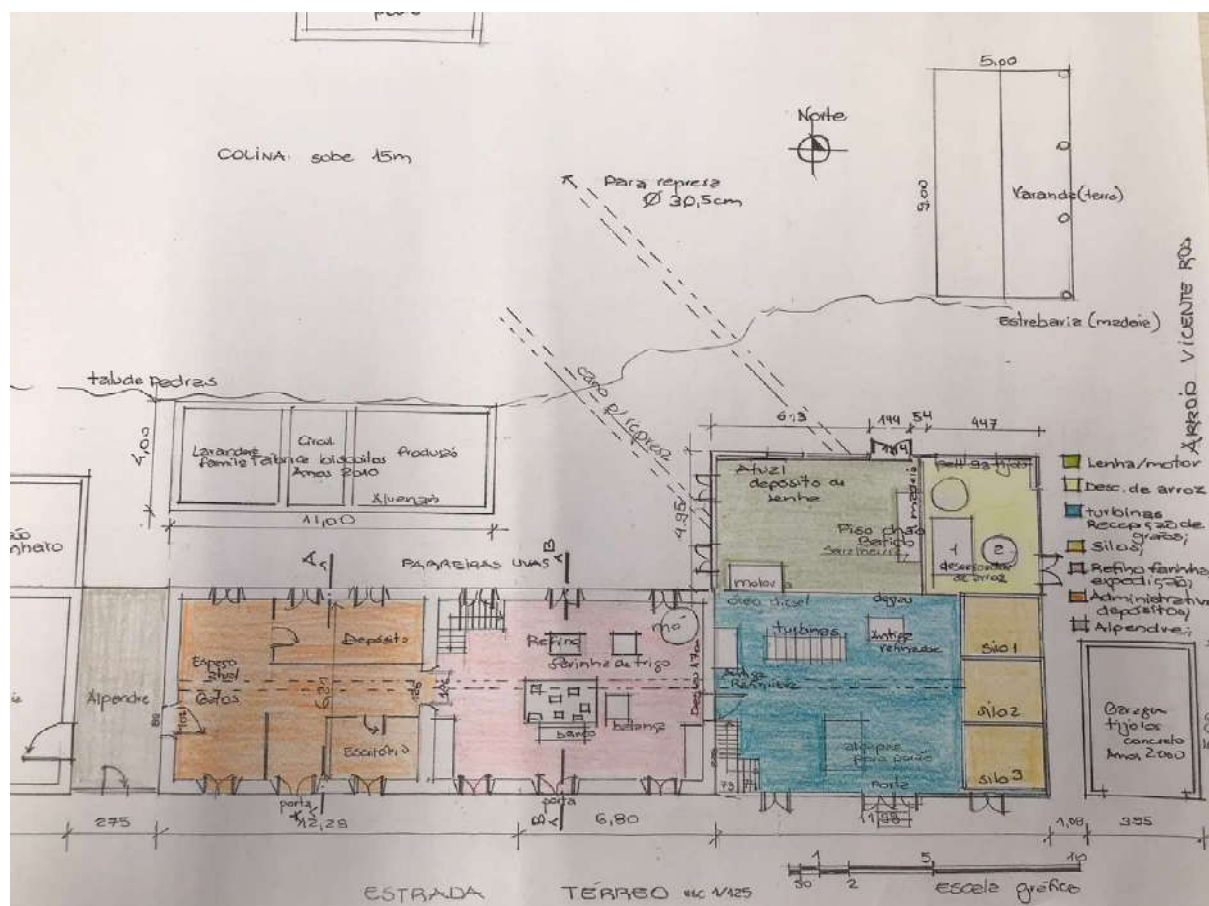
Fonte: Foto FERRARI, 2024.

3.4 PROCESSOS DA MOAGEM DE GRÃOS

A moagem de grãos é um processo milenar. A trituração dos grãos, em especial para produzir o pão, ocorre desde o período neolítico, e teve seu início em torno do ano 10.000 a.C., quando os grãos, grosseiramente macerados entre pedras, eram misturados com água, produzindo os primeiros pães, sem cozimento. Em torno de 5.000 a.C., no Egito, os grãos começaram a ser moídos em pedras manuais movidos com tração inicialmente humana e após animal (GUERRA, 1997). Os moinhos de grãos, como os conhecemos, são espaços de moagem de milho e trigo para a produção de farinhas (TACHEIRO, 2016).

Na imagem a seguir, há a planta baixa do andar térreo do moinho Melatti, que mostra, na legenda, onde são processados o arroz e milho, e indica a localização das máquinas envolvidas nesse seguimento.

Figura 30 - Moinho Melatti: planta baixa do andar térreo



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O moinho Melatti, além de beneficiar trigo e milho, também fornecia o serviço de descascar o arroz. As máquinas projetadas para esse fim ficam no térreo, junto a entrada de grãos da edificação, o que facilita o carregamento dos sacos de arroz e a rápida expedição, uma vez que os grãos eram apenas descascados, e não triturados ou peneirados, como acontecia com o trigo ou milho. Na figura a seguir, veem-se fotos de duas máquinas de descascar arroz:

Figura 31 - Máquinas descascadoras de arroz



Fonte: elaborado pela autora (2023).

A farinha de milho também é produzida no andar térreo. Os grãos de milho vão diretamente à expedição, onde se encontra a “mó” (pedra) em que são triturados e que produz farinhas grossas e finas. A farinha moída na pedra é rara atualmente, mas algumas cozinheiras ainda preferem esse refino para preparar a polenta da culinária italiana tradicional³⁹. Na imagem a seguir, vê-se a mó no canto direito do moinho, e em detalhe:

³⁹ A polenta é e foi um alimento fundamental na dieta dos italianos no Brasil; sua preparação com açúcar saciou a fome de muitos trabalhadores: era disponível, barata, e sustentava o corpo em dias duros de atividade nas colônias ou na construção das estradas de ferro na região, implantadas pelos imigrantes no final do século XIX (BARBOSA, 1961).

Figura 32 – Mó no espaço da expedição, e em detalhe, com funil



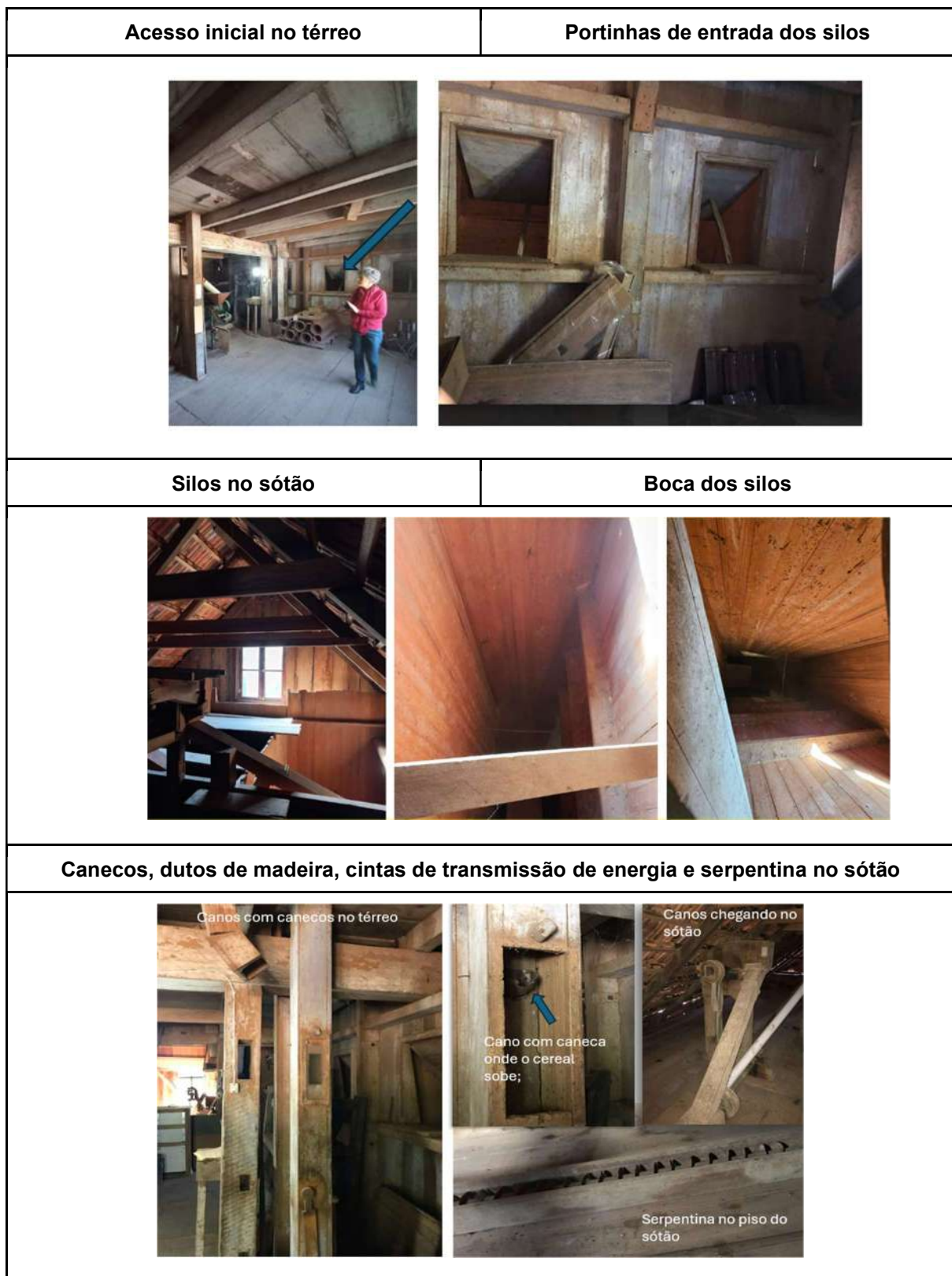
Fonte: elaborado pela autora (2023)

A mó ainda funciona no moinho Melatti, e atualmente é acionada à luz elétrica. Por isso, é possível produzir pequenas quantidades de farinha para venda restrita a visitantes e turistas.

O processo de moagem dos grãos de trigo é o mais complexo. Em primeiro lugar, o cereal é armazenado nos silos, ainda com casca. Em seguida, sobe pelos dutos de madeira com um sistema de cintas de lona e pequenos canecos de metal propulsionados por uma serpentina que está no sótão. Nos quadros a seguir, são apresentados croquis das plantas baixas dos três andares em que o trigo é processado, com a indicação do processo do térreo ao sótão, do sótão ao 2º pavimento, e de novo no térreo, para expedição.

O primeiro quadro (Quadro 5) ilustra a primeira etapa do processo ilustrado com seus equipamentos:

Quadro 5 - Entrada do trigo, silos e serpentina de transporte até o sótão



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Os silos são três unidades, com aproximadamente 8 metros de altura por seção de 2,50m de profundidade, e 1,50m de largura. Pode-se perceber estão com as madeiras intactas, sem marcas de desgaste por xilófagos.⁴⁰ Quanto à serpentina, na última imagem, existe um documento do moinho com a solicitação de compra da serpentina; ela é a força motriz para trazer os grãos de trigo para o sótão no separador de grãos.

Na etapa seguinte do processo, os grãos vão para uma máquina vibratória que se movimenta sobre um eixo, e serve para separar os grãos da casca. Os grãos são também peneirados, e o farelo (casca) é encaminhado ao segundo piso, onde fica guardado para alimentação dos animais durante o inverno. Após, os grãos já limpos descem os tubos de madeira onde são conduzidos para as máquinas de moagem e refino do produto. Uma vez refinado, o insumo será embalado e expedido (MELATTI, 2022). No quadro a seguir, podem-se ver os espaços e máquinas envolvidos nesses processos.



Quadro 6 – Espaços e máquinas para descasque, separação e transporte do trigo dentro do moinho



⁴⁰ Xilófago é um organismo que se alimenta de madeira. Existem diversos tipos de xilófagos, incluindo insetos, fungos e moluscos. Esses organismos podem causar danos significativos a estruturas de madeira, comprometendo sua integridade e durabilidade. Dentre eles os principais na região são carunchos e cupins; A palavra vem do grego Xilo – madeiras e Fago, ingerir, comer. O ideal é que ao tratar destes insetos se tenha a análise realizada em laboratório por um químico ou biólogo; Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/xil%C3%B3fago> Acesso em outubro de 2024.

[continua]

[continuação]

Mesa para separar farelos	Peneiras
	
Roldana com cintas no sótão	Dutos no segundo andar
 <p data-bbox="379 1697 722 1783">Cinta e Roldana no sótão para acionar máquina separadora de casca e grãos</p>	 <p data-bbox="863 1704 1222 1789">Canos que levam os farelos e cascas para depósito de farelos e os grãos para o refino no térreo;</p>

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Os farelos descem ao segundo andar onde há uma caixa de armazenagem e um espaço onde são depositados para a retirada por um alçapão. Esses resíduos

compostos em especial pela casca dos grãos de trigo eram, como mencionado anteriormente, utilizados para o sustento dos animais, e como adubo. Na Figura 33 a seguir, há fotos da caixa de depósito de farelos, com o sistema de chapa metálica deslizante para fechar e escoar o produto para os sacos.

Figura 33 - Depósito de resíduos e Egydio manipulando a chapa metálica que fecha e abre a armazenagem



Fonte: elaborado pela autora (2022)

A próxima Figura também mostra o 2º pavimento, destinado a depósito de uma quantidade maior de farelos. Essa área é protegida por uma mureta de madeira de altura variável de 20 a 80 cm, evitando que o farelo se espalhe no assoalho. A área possui o alçapão para a expedição no térreo. Bernardete Melatti (2024) conta, em entrevista, que quando criança estava brincando com a prima sobre os farelos quase caiu no alçapão, pois ele ficava escondido quando o local estava cheio.

Figura 34 - Espaço para farelos e alçapão



Fonte: elaborado pela autora (2024)

Quando os grãos já estão separados das cascas, descem direto ao pavimento térreo onde existem as máquinas de refino de farinha. Na Figura 35, veem-se as máquinas de refino que até 2012 eram utilizadas:

Figura 35 - Máquinas de refino de farinha



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Nota-se na imagem à esquerda, em frente às máquinas, uma caixa de marcenaria recente, em MDF, que foi construída para esconder um conjunto de dutos, na tentativa de reabrir o moinho após o fechamento nos anos de 2012. É possível observar, também nessas imagens, que é o único local do moinho que recebeu uma pintura em tinta à óleo nas madeiras (vigas e teto) e nas máquinas, também como uma forma de reativar a produção. Segundo depoimento de Dirceu Melatti, no ano em que a secretaria da saúde impediu o funcionamento do moinho, uma pessoa ligada ao poder público regional sugeriu que fossem feitas essas alterações para tentar reativar as atividades. Nesse mesmo período, também foi reformado o telhado com reforços nos madeiramentos, e trocadas as telhas.

Na próxima Figura, há imagens das duas antigas máquinas de refino que foram utilizadas nos primeiros anos do moinho, na década de 1910, e que ainda estão no local perto das roldanas e turbinas. As duas máquinas em cima são diferentes; o que é visto embaixo da figura são a mesma máquina, de lado e de frente. Essas máquinas estão localizadas no térreo da edificação, todo em madeira, e serviam inicialmente também para o refino da farinha de trigo.

Figura 36 - Máquinas antigas na construção de madeira



Fonte: elaborado pela autora (2023)

A Figura 37, a seguir, mostra mais uma máquina de refino, com detalhe dos rolos internos que servem para moagem. Essas máquinas todas se encontram há mais de 40 anos no moinho de Cristoforo Melatti, sem serem mais utilizadas.

Figura 37 - Máquina de refino de farinha e rolos



Fonte: elaborado pela autora (2023)

A última etapa do processo é a de embalagem e expedição. A farinha refinada de trigo era ensacada, assim como a farinha de milho. Além das sacas, a farinha de milho era embalada em pacotes de plástico de 1 kg e vendida para mercados de toda a região. Na época, Ernesto tinha adquirido um caminhão, e Liduíno e Santo viajavam para entregar a farinha de milho por várias cidades no entorno. Em Bento Gonçalves ficavam o dia todo e almoçavam na casa do casal Cândida Spagnolo⁴¹ e Silvestre Melatti (informação oral de Marlene Melatti Benedetti, 2024). A expedição possui várias mesas para embalagem, balanças e caixas de madeira para armazenagem, além de uma máquina seladora de sacos plásticos. Destaca-se que as farinhas tinham diversas densidades, conforme a utilização no preparo alimentar, e eram embaladas conformemente (informação oral de Egdio Melatti, 2023).

A seguir vê-se o depósito um de farinha do piso térreo, parte de alvenaria. Esse armazenamento tem prateleira inferior para apoiar os sacos mais pesados e menores,

⁴¹ Cândida Spagnolo Melatti era mãe de Marlene Melatti. Era uma pessoa acolhedora e vários dos sobrinhos de Fagundes Varela vieram para Bento Gonçalves estudar e trabalhar. Sempre eram recebidos e moravam por um período junto a família. Marlene tinha um irmão chamado Valdir. Depoimento de Marlene Melatti Benedetti a esta pesquisadora em abril de 2024.

que não precisam ser apoiados no piso. O ambiente tem acesso direto para a via, para escoar a produção pronta.

Figura 38 - Vista geral do depósito um



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na Figura 39, há foto dos canos aonde chega a farinha grossa, pronta para ensacar, e do depósito dois, junto da porta de saída da expedição, que possui a tábua de anotações das entradas e saídas de grãos.

Figura 39 - Dutos de madeira para ensacamento direto e depósito dois - térreo



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Fazem parte do mesmo espaço também as balanças. No segundo pavimento está a balança dos anos de 1900; no térreo, a balança utilizada até os anos 2000. Perto do encerramento das atividades, a família precisou adquirir uma nova balança de precisão, mas ela foi vendida em seguida.

Figura 40 - Balanças históricas do moinho



Fonte: elaborado pela autora (2022)

No conjunto de expedição, ainda, há as mesas. A mesa mais baixa servia para depositar as sacas, e as mesas mais altas, para embalar os quilos de farinha, em especial de milho. Junto a uma das mesas altas está a máquina seladora de sacos plásticos. Em frente ao fechamento em MDF, estão as licenças de operação, o documento de fechamento, e um banco de madeira que era utilizado durante a espera pelos agricultores enquanto os grãos eram processados.

Figura 41 - Seladora e mesas de apoio para expedição



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Finalmente, no mesmo setor, ficam as anotações das entradas e saídas das pequenas quantidades de matéria prima trazidas pelos agricultores. Egídio utilizava uma tábua pendurada em um dos depósitos de grãos, na qual escrevia com grafite e apagava com o carvão do fogão a lenha. Todos os dias, era refeita a lista das novas solicitações. Ainda existe um papel anotado à caneta em letra cursiva pendurado junto à tábua. Solto no espaço, há um talonário de nota fiscal das cargas maiores de grãos, conforme as ilustrações a seguir.

Figura 42 - Anotações de pedidos



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Ainda pelo depoimento de Marlene Melatti para esta pesquisa, sabe-se que os irmãos compravam produções com fins de produzir a própria farinha (Figura 43) tanto com a marca “Irmãos Melatti”, quanto com a “Farinha de milho Vô Cristófolo” (Figura 44). Marlene comentou ainda que, na infância, durante as férias, ela e o irmão Valdir ficavam com os avós por uma semana e iam junto colher o milho ou o trigo comprado. Passavam o dia inteiro colhendo para, então, levar o alimento ao moinho. Para as refeições desse dia, a Nona (avó Annunciata) havia preparado a polenta, no dia anterior, e levava linguiça, codeguim (ou cudiguim) e queijo. Uma grande frigideira era instalada sobre brasas na terra e, então, de um lado ia a polenta e do outro os ensacados e os queijos. Era, como diz Marlene um “piquenique inesquecível”.

Encerrando o processo de expedição dos produtos, estão as embalagens, representantes simbólicas do processo. Em primeiro lugar, há os carimbos, ainda presentes no espaço do moinho, que serviam para carimbar, em geral, as sacas em tecido de algodão. São feitos por um processo industrial de perfuração, notado pela simetria dos letreiros.

Figura 43 - Carimbos em chapa de metal perfurada



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Percebe-se também que o primeiro carimbo ainda se refere à localidade com o nome de “Bella Vista”, seguida do nome do município, Veranópolis, e reporta a grafia do sobrenome com “t” duplo. Já no segundo, mais novo, a localidade é F. Varela, e Melati está escrito com um “t” somente; constata-se, também, que o nome do moinho é “Bela Vista” nos dois carimbos, e não Melatti, como é conhecido até os dias atuais.

A embalagem plástica (Figura 44) começou a ser utilizada quando Egydio gerenciou o moinho, já nos anos de 1970. A diagramação apresenta o diferencial do Moinho, que é a farinha de milho moída na pedra; representada no desenho com a mó de pedra e o funil, e acompanhada de um elemento gráfico representando milho verde com suas folhas. Na moldura, há os tijolos, que remetem às construções clássicas tradicionais.

Figura 44 - Embalagem plástica "Del Nono Cristófolo"



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Interessa destacar algumas particularidades dessa embalagem, como a homenagem ao avô (*nonno* em italiano) Cristoforo, cujo nome está escrito "Cristofolo", como era chamado pela família. Há, ainda, menção à técnica de moagem na pedra, que era um diferencial do produto, pois as farinhas atuais são moídas em máquinas, o que dificulta obter uma polenta cozida homogênea. Além disso, como o produto não tem conservantes, tem um prazo de validade curto, de 90 dias. A embalagem vem de uma fábrica de plásticos da cidade de Camargo, no Rio Grande do Sul, distante 86 km de Fagundes Varela, que provavelmente também foi responsável pela diagramação da embalagem. Também é interessante a simetria aplicada, característica de desenhos mais tradicionais, com desenho à mão livre na imagem, e com provável matriz manual, e não computadorizada como as atuais.

Como símbolos específicos do moinho evidenciam-se duas marcas de máquinas encontradas na instalação (da terceira não foi encontrado o fornecedor) (Figura 45). A empresa Glória pode ser uma atual metalúrgica que trabalha somente com implementos agrícolas e tem sede em Torres, no Rio Grande do Sul, ou, ainda, a "Máquinas Glória", que também produz ferramentas e representa várias empresas do setor agrícola, sediada em Jundiaí/SP. As turbinas do moinho são de uma empresa da cidade de Estrela: Wirz. Essa indústria foi fundada por um engenheiro imigrante

suíço, Hans Wirz⁴², que tinha como sócio, no início do século XX, Luiz Ignácio Müssnich, fundador da empresa de Cervejas Polar, na mesma cidade gaúcha. A empresa encerrou as atividades de turbinas hidráulicas em 2022, na cidade de Estrela, Rio Grande do Sul. A “Machina Zaccaria”⁴³ é uma empresa que até hoje vende máquinas para processamento de arroz em Limeira, no estado de São Paulo.

Figura 45 - Turbina, máquina de arroz e máquina de refino de farinha de trigo



Fonte: elaborado pela autora (2022)

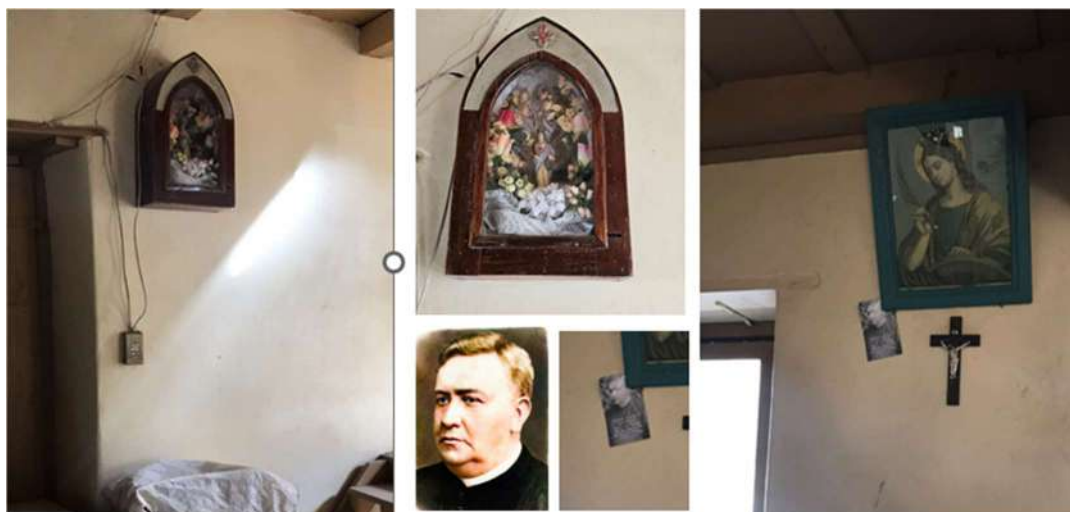
Como símbolo que conta histórias entrelaçadas à produção no moinho, é necessário relatar a espiritualidade da família. Nas paredes junto à expedição estão

⁴² O sócio de Wirz nas turbinas hidráulicas foi o fundador da Cerveja Polar e atual AMBEV, “Luiz Ignácio Müssnich sócio da H. Wirz & Cia., a quem foi vendendo sua parte e adquirindo mais ações da fábrica de cerveja”, sendo em 1922, o principal e maior acionista. Disponível em: <https://aepan.blogspot.com/search?q=turbinas>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

⁴³ A “Industrias Machina Zaccaria S/A” foi fundada na cidade de Limeira, SP, Brasil, em 11 de agosto de 1925, por cinco irmãos, Amalio, Antônio, Pedro, Carlos e José Zaccaria, filhos de imigrantes italianos, com o nome “A. Zaccaria e Cia”. O parque fabril era formado por um torno mecânico, um torno mecânico com pilar em tijolos, uma serra fita, uma furadeira industrial e alguns equipamentos simples, como desempenadeira, punção e tesoura de cortar chapa. Disponível em: <https://www.zaccaria.com.br/site/por/empresa>. Acesso em: 16 de jun. de 2024.

os santos de devoção dos Melatti. Segundo relato do próprio Egydio (2023), ele acorda todos os dias pela manhã e vai ao moinho fazer uma prece para Santa Catarina⁴⁴, santa das rodas, e protetora dos moinhos. Também são devotos de Padre Ângelo Mônaco⁴⁵, que está em um santinho junto ao crucifixo e ao quadro de Nossa Senhora de Lourdes (santa de devoção em Fagundes Varela à qual é dedicado um centenário santuário de pedra no centro urbano). A seguir, há fotos dos adornos religiosos das paredes, já indicados na planta baixa da Figura 30, anterior.

Figura 46 - Santos de devoção da família Melatti



Fonte: elaborado pela autora; COPAT (2023).

Na parede de acesso do moinho (caixa de MDF), estão as licenças de funcionamento do espaço, junto a um quadro com a oração do trabalhador, que diz:

Oração para a bênção do local de trabalho. Deus, Pai de Bondade, Cristo de todas as coisas e santificador de todas as criaturas: Suplicamos a tua bênção e proteção sobre este local de trabalho. Que a graça do teu Espírito Santo habite dentro destas paredes, para que não haja contenda nem desunião. Afasta desse local toda inveja! Que teus anjos de luz acampem ao redor desse estabelecimento, e somente a paz e prosperidade habitem esse local. Concede aos que

⁴⁴ Santa Catarina de Alexandria foi uma filósofa convertida ao cristianismo, condenada pela fé a morrer triturada sobre um carro de rodas com pontas de Ferro. Conta a lenda que em contato com o corpo, as pontas de ferro dos carros dobraram como se fossem vime. Então, ela foi levada para fora da cidade onde foi degolada. Nesse episódio, diz-se que ao invés de sair sangue, jorrou o leite, motivo pelo qual é também considerada a santa da amamentação pelos católicos. Disponível em: <http://www.fundasantos.org.br/page.php?81>. Acesso em: 15 jun. 2024.

⁴⁵ Muitas são as histórias e crenças voltadas ao Padre Ângelo Mônaco que são passadas de geração em geração. Argel Rigo afirma: "A presença do Pe. Ângelo Mônaco foi uma bênção para Fagundes Varela" (RIGO, 1999, p.57).

aqui trabalham um coração justo e generoso, para que o Dom da partilha aconteça e as tuas bênçãos sejam abundantes. Dá saúde aos que retiram deste lugar o sustento da família, para que saibam sempre cantar louvores a ti! POR JESUS CRISTO, AMÉM! Frei José.

A seguir, tem-se a visão geral da parede com o quadro da oração e as licenças anteriores ao ano de 2012 (Figura 47).

Figura 47 - Parede de acesso do moinho, oração e licenças



Fonte: COPAT (2023)

A família também participa das atividades na Capela de São João, que fica próxima ao moinho (Figura 49). Este representa um legado histórico familiar, pois Cristoforo e Ernesto Melatti participavam como sócios da capela. Na Figura 48, há uma foto dos dois junto ao Padre Mênaco (na imagem sinalizados) e a outros sócios⁴⁶.

⁴⁶ Na foto: Emílio Paludo, João Testa, homem não reconhecido, José Frisson, em cima. No meio: Luiz Frisson, Ernesto Melatti, Henrique Tormen, Fioravante Tormen, Ferrúcio Tacca, homem não reconhecido, Ernesto Tormen. Na frente: Pe. Ângelo Mênaco, Vitório Rossi, José Dal Magro, Osvaldo Batóchio e Cristoforo Melatti.

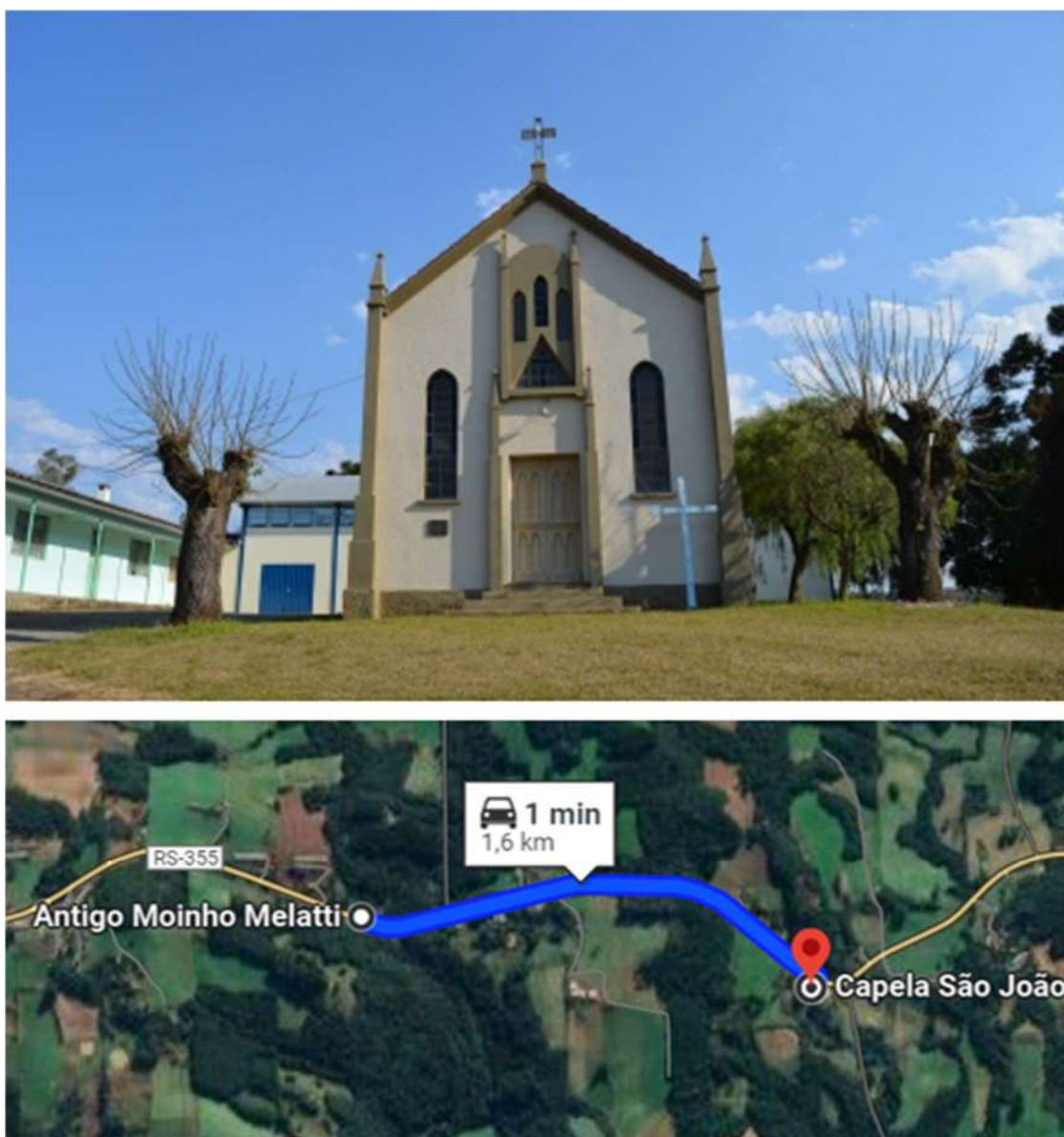
Figura 48 - Sócios da capela São João em 1933



Fonte: Grupo no Facebook: "Eu nasci em Fagundes Varela" (2024), adaptado pela autora.

A Capela de São João foi inaugurada em 1905 e segue no mesmo estilo em que foi construída. Tem ao lado um salão comunitário e um cemitério. É a edificação que abrigou as cerimônias religiosas dos Melatti, e a família de Egydio ainda participa das atividades ligadas à sua comunidade. A seguir a imagem da capela, com mapa ilustrativo da distância do moinho até a Capela São João, que totaliza 1,6 km, realizado, no passado, a pé ou de carroça pela ERS 355.

Figura 49 - Capela São João e itinerário capela-moinho



Fonte: Prefeitura de Fagundes Varela, RS (2024); Google Maps (2024)

Dentro do moinho, acessando a porta a esquerda da expedição, fica, ainda, um pequeno escritório com divisórias de madeira maciça pintadas de cal branco. Nesse local do corredor, se encontra um depósito com armários antigos de armazenagem, onde provavelmente a avó Annunciata guardava os mantimentos e onde tinha “a tela moscarola”. Nesse ambiente e na varanda, os gatos permanecem durante o dia, e a noite dormem embaixo do fogão a lenha. (informação oral dada por MELATTI, Marlene. 2024) Os gatos eram e ainda são muito eficientes em eliminar os ratos que se proliferam com a presença de alimentos como os grãos. No entanto, atualmente, devido ao asfaltamento e a alta velocidade dos carros em frente ao

moinho, muitos animais morrem atropelados na travessia. Os espaços conectados de escritórios, depósitos e circulação, são apresentados na Figura 50, onde também podem-se ver os gatos que frequentam o local.

Figura 50 - Acessos: escritório, depósito e varanda



Fonte: da autora; grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela (2024)

Destaca-se, nas imagens, que esse espaço do moinho (depósitos, circulação e escritório) tem piso de cimento alisado. Existe a possibilidade de que, no início das atividades em 1910, o piso fosse de chão batido, comum nos ambientes durante os primeiros anos da imigração.

Pelas imagens a seguir, tem-se uma visão geral do espaço de depósito, onde se observam várias mesas antigas que podem ambientar novos usos do moinho. Notam-se, no centro, os comedouros para os gatos sempre presentes no local.

Figura 51 - Antigo depósito de alimentos e acesso ao moinho pela residência



Fonte: COPAT (2023)

No interior do escritório, há uma pequena escrivaninha e uma cadeira. Na parede oposta, um armário de madeira maciça e um mais novo estão junto à janela. Na parede da escrivaninha, há um quadro com a foto de dois italianos que visitaram o moinho nos anos de 1980 (Egydio não sabe o nome e sobrenome dos figurantes). Nessa parede também existe imagens de festas religiosas e comunitárias, e calendários publicitários. A Figura 52, a seguir, apresenta fotos dos dois lados do escritório e detalhe aproximado da escrivaninha.

Figura 52 - Escritório: lado esquerdo, direito, e escrivaninha



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Na próxima figura, há a foto mais aproximada dos visitantes italianos e o Sr. Melatti do lado esquerdo da mesa.

Figura 53 - Egydio Melatti, escritório e parede de quadros



Fonte: COPAT (2023)

Outro espaço representativo do moinho, por ter abrigado várias festas, dentre as quais o casamento de Egydio Melatti e Terezinha Marca, é o salão do segundo pavimento (Figura 54). Esse local era inicialmente um espaço de festas, com a ampliação do moinho no térreo, sendo depois dividido por paredes de madeira para abrigar as famílias dos descendentes Melatti que ali moravam. Segundo Dirceu Melatti (informação oral, 2023), moraram no local até 18 pessoas. Hoje o espaço do salão não tem mais divisórias, e se encontra quase vazio.

Figura 54 - Salão no segundo pavimento

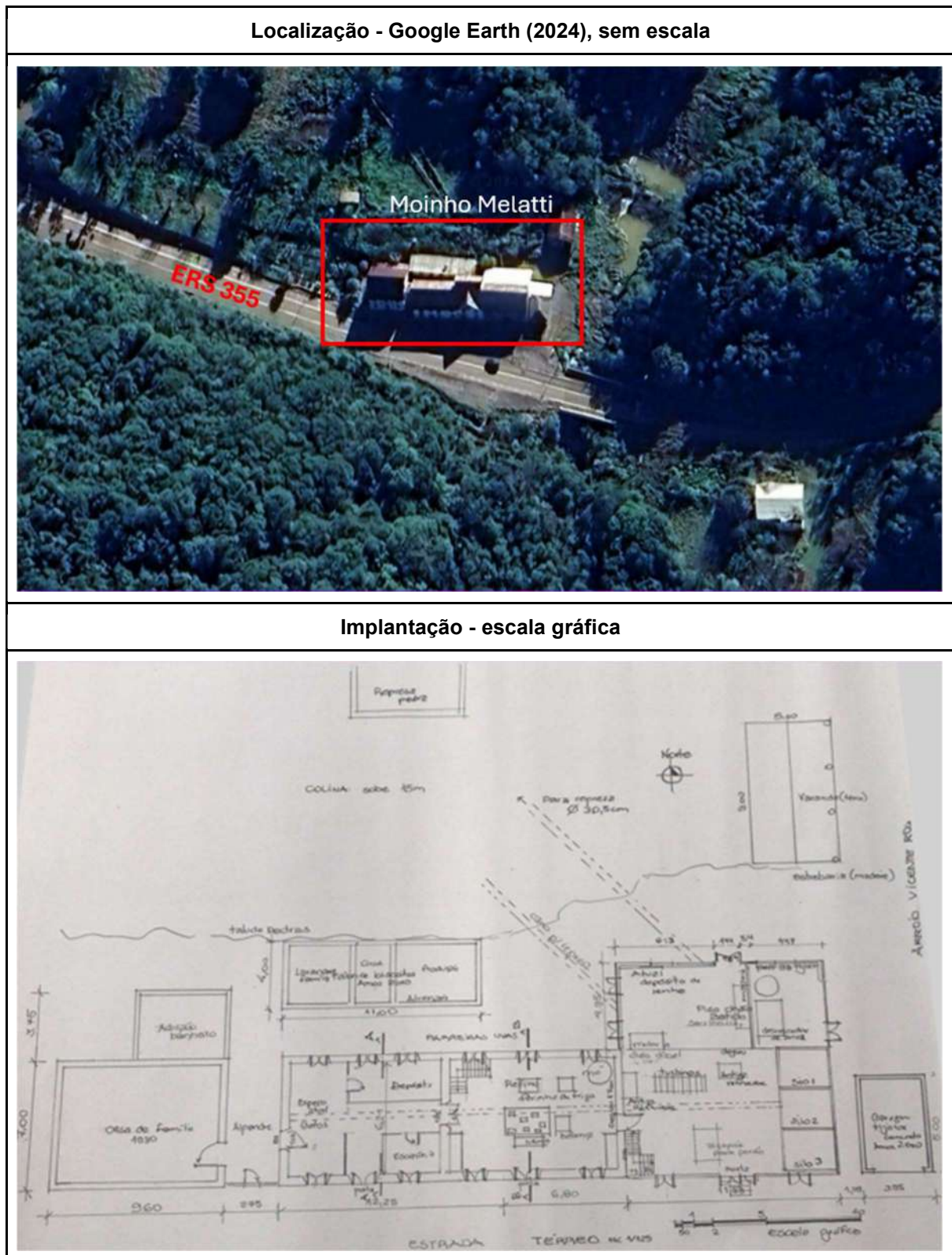


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A propósito de festas, é interessante discorrer sobre os muitos encontros que ocorriam no moinho. Segundo relatos de Egydio Melatti (2022), os agricultores traziam sua produção de grãos e precisavam aguardar para levar a farinha pronta. Às vezes, precisavam esperar mais de um dia, ficando acampados em frente ao moinho. Nesses momentos, conversavam, liam cartas dos parentes da Itália, cantavam e se conheciam. Por essa razão, jovens de colônias distantes podiam se encontrar na espera do produto pronto, e alguns até se casaram.

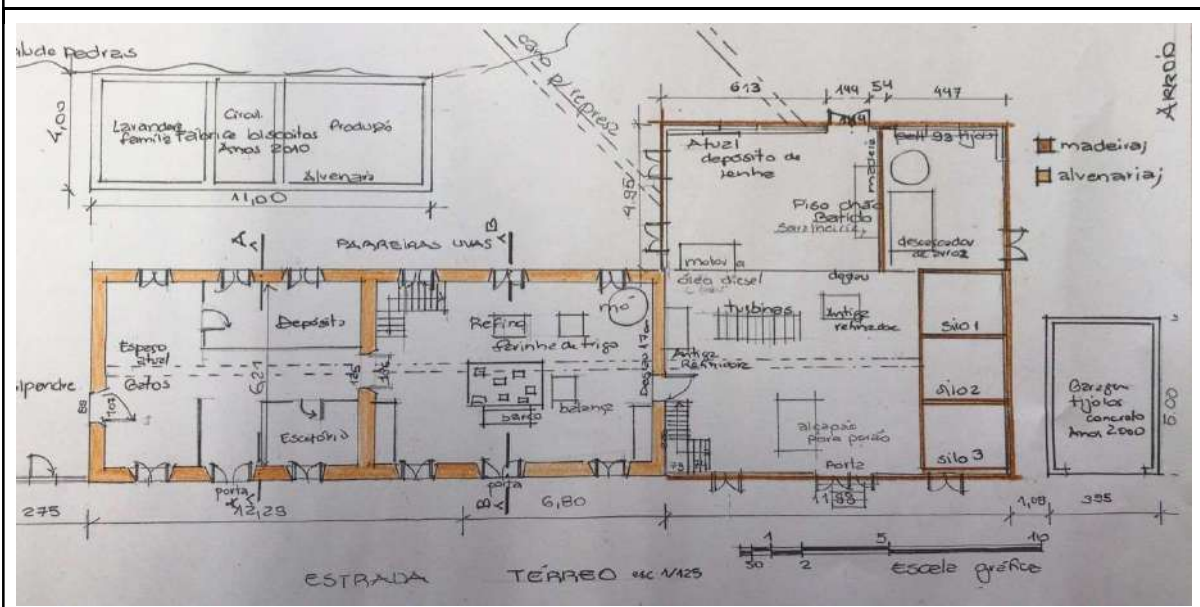
No Quadro 7 a seguir, há as três plantas baixas dos espaços do moinho, e uma visão panorâmica da sua localização.

Quadro 7 - Localização e plantas baixas do moinho

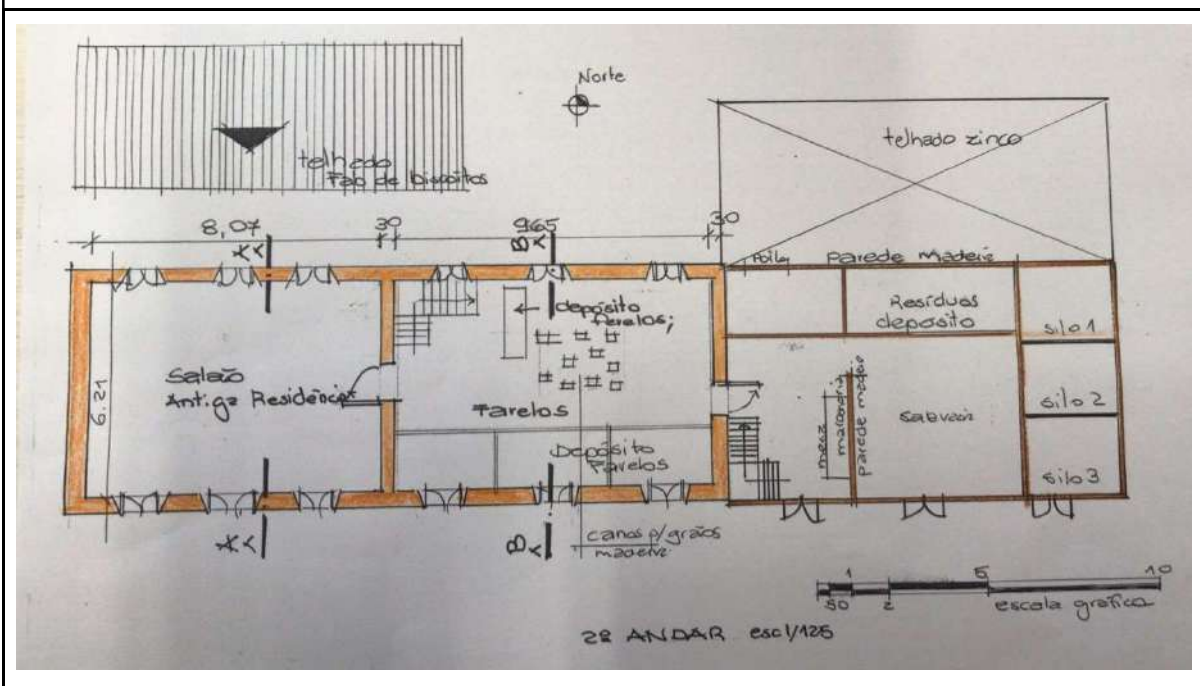


[continuação]

Planta baixa - térreo moinho

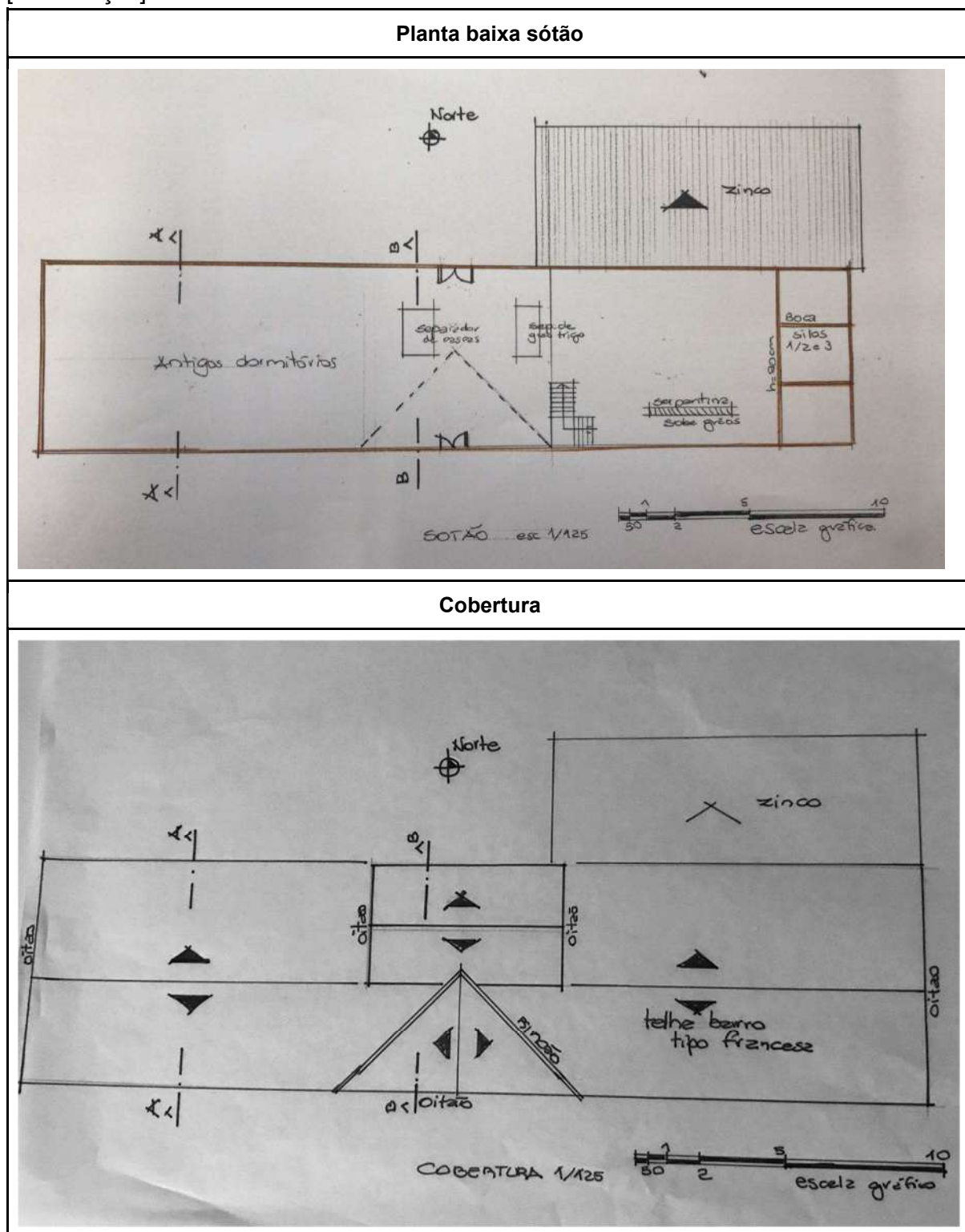


Planta baixa - 2º pavimento



[continua]

[continuação]



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Em frente ao moinho de madeira, encontra-se ainda uma argola para prender os cavalos, revelando o transporte comum na época, feito por cavalos e carroças. Há, também, um registro em frente a essa parede de madeira, que, segundo Bernardete

Melatti, serviu para lavar caminhões na plataforma onde posteriormente (aproximadamente nos anos 2000) foi construída a garagem para o carro de Egydio. A seguir, há uma foto de cada um desses elementos.

Figura 55 - Argola, registro de água e garagem sobre plataforma



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Como serviços de apoio aos clientes do moinho que viam ao local à época do funcionamento, existe no térreo uma bancada de ferraria, que servia para a manutenção básica das partes metálicas do moinho e para conserto das ferraduras dos cavalos das carroças que, pelas estradas durante as viagens, eram danificadas. Egydio afirma que o tio Silvestre trabalhou no moinho no setor de ferraria e, após, foi morar na cidade de Dois Lajeados, onde montou seu próprio negócio como ferreiro. Na imagem a seguir (Figura 56), vê-se a mesa de ferreiro com algumas ferramentas, que se localiza no térreo da edificação de madeira junto ao depósito de lenha.

Figura 56 - Mesa de ferraria e ferramentas



Fonte: elaborado pela autora (2022); Bernardete Melatti (2024)

O moinho também possui uma mesa de marcenaria (no segundo pavimento da edificação em madeira), junto à parede dos silos, que servia para o conserto das diversas partes em madeira existentes no moinho, como dutos, funis, prateleiras, entre outros. Junto a essa sala, há uma mesa de apoio para peças soltas que podem servir nas manutenções.

Figura 57 - Mesa de marcenaria e mesa de apoio



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Em questões de mobiliário, há várias mesas espalhadas pela edificação que podem ser restauradas para utilização dentro do moinho, não apenas de trabalho, mas também de convivência. Em específico, um móvel que está na sala de acesso à residência da família e precisa ser preservado é a mesa com tampo giratório: nela, cabem 10 pessoas sentadas. Segundo depoimento de Bernardete Melatti, o avô Cristoforo foi quem desenhou essa mesa. Ela era inicialmente de madeira, lixada com “lissia” de semana em semana. Nos anos de 1960, o avô Ernesto forrou a mesa com laminado plástico (fórmica ou marca similar) e comprou as cadeiras em couro brilhante e metal, que atualmente ainda fazem parte do conjunto. No mesmo espaço da cozinha há ainda o fogão a lenha, onde Terezinha e Elma cozinham, e onde a família se aquece durante o inverno. No passado, os gatos abrigavam-se sob a caixa do fogão, em dias frios.

3.4.1 A energia que move o moinho

Descritos os ambientes que fazem parte do processo de produção e embalagem de grãos, as simbologias e os espaços de apoio, interessa ilustrar o sistema de geração de energia, a partir da instalação do moinho no lote 80, idealizado e executado por Cristoforo. Como explicado anteriormente, o primeiro moinho de

Cristoforo foi movido à roda d'água. O terreno do moinho possui uma fonte de água independente do arroio, que até hoje abastece a cozinha e o tanque. Em documento de franquia do lote 80, está escrito que Cristoforo precisaria garantir que a água de abastecimento do moinho voltasse a correr seu curso em direção aos próximos lotes pelos quais o arroio passava. Dessa forma, a torneira do tanque e a torneira da cozinha do edifício tem água corrente que, conduzida por canaletas, escorre novamente no arroio. A seguir, a imagem da fábrica de biscoitos Q'Delícia⁴⁷ (construção anexa, erguida nos anos 2000), da fonte de água potável e da água no tanque, que ainda hoje é utilizado pela família.

Figura 58 - Prédio da Agroindústria Q'Delícia, fonte de água e área de serviço



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Os moinhos necessitavam de energia para mover as mós e as primeiras máquinas de refino de farinhas. Cristoforo era inovador e conhecia as novas tecnologias de geração de energia. Por isso, contratou o sistema de turbinas trazido por Hans Witz à região. O terreno do lote 80 facilitou a implantação do sistema, uma vez que era dotado de uma colina com mais de 30 metros de altura na parte norte. O

⁴⁷ Fábrica de Biscoitos Q'Delícia começou as atividades após o fechamento do Moinho em 2012. Esta micro empresa auxilia o sustento da família de Egydio Melatti. Atualmente trabalham Terezinha, Egydio, Elma (irmã de Egydio) e a filha aposentada Icléia que mora com eles.

primeiro ciclo de geração de energia inicia com uma represa no alto do terreno que é abastecida pela água do arroio Vicente Rosa. Em seguida, a água desce com pressão por canos de metal (atualmente muito deteriorados) e propulsiona as turbinas que, através de roldanas, transferem a energia gerada para todas as máquinas do moinho, em especial para a que transporta o trigo ao sótão, onde se inicia o processo de refino. De lá, os grãos descem em queda livre, no entanto, todas as máquinas do moinho precisam de energia para funcionar. O sistema ocorre conforme o esquema representado a seguir, ilustrado pela empresa Wirtz de Estrela:

Figura 59 - Sistema em sequência de geração de energia



Fonte: elaborado pela autora conforme Wirtz (2024). Disponível em: <https://aepan.blogspot.com/2009/03/historia-de-estrela-rs.html>. Acesso em: 2 agosto de 2024.

Esse sistema atendeu a várias famílias durante 15 anos no espaço urbano de Fagundes Varela. Dos contratos que foram disponibilizados também pela família, o de 1941 descreve que Luiz Arcari, Carlos Alberto Sottili, Pedro Ângelo Mattiuz residentes na Villa (Fagundes Varela), estavam formando uma sociedade cujo objetivo é a exploração e fornecimento de energia elétrica. Consta no documento, ainda, que tal sociedade perduraria por 10 anos (prazo eventualmente prorrogável), estabelecendo o capital a ser investido em 12 contos de réis (12.000\$000). A

sociedade ficaria responsável pelos materiais elétricos como “*dynamos*, geradores de energia, *machinarios*, redes, lampadas, moveis e utensílios de uma pequena *uzina* elétrica, em pleno funcionamento no lote 77 da linha Visconde de Pelotas”. A razão social é “EMPRESA DE LUZ ELECTRICA”. Esta comprava, pelo valor mensal de 280\$000 réis, energia de Cristoforo e Annuciata Melatti, gerada pelas turbinas do moinho, e fornecida apenas à noite, quando o moinho não exercia suas atividades industriais.

Também fazem parte da geração de energia do moinho, um motor movido à lenha, utilizado em épocas de estiagem, quando a represa secava. Esse equipamento não está mais no moinho, e estava colocado onde atualmente há o motor a diesel (Figura 60). Segundo Dirceu Melatti (2024), era movido a gás de lenha, ou seja, gasogênio, e quando eram jovens, ele e os primos, auxiliavam a abastecê-lo com lenha. Atualmente, a lenha acumulada que aparece nas fotos é utilizada para abastecer o forno dos biscoitos Q’Delícia e o fogão à lenha da residência, onde a família ainda prepara as refeições.

Na imagem a seguir, vê-se e o motor a diesel do moinho, mais recente e utilizado até 2012:

Figura 60 - Motor a diesel



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Percebe-se que todas as etapas dos processos do moinho, nos diversos ambientes do edifício, têm zonas definidas de trabalho: o setor de energia, armazenagem, maquinários e processos, o administrativo e os serviços, que estão destacados nos croquis de plantas baixas (Quadro 7).

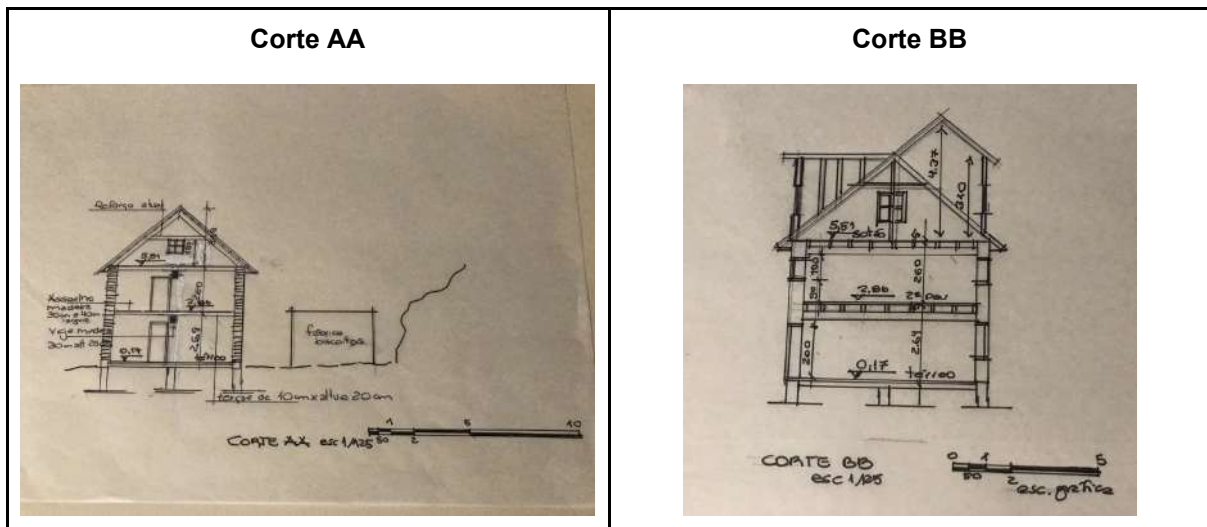
4. O ESPAÇO DO MOINHO

4.1 ASPECTOS CONSTRUTIVOS

A construção do moinho aconteceu em várias etapas. Contemplam-se inicialmente a fundação, os pisos, as paredes com elementos de vedação e esquadrias, os revestimentos e, por fim, a cobertura. São detalhadas as duas edificações que fazem parte da utilização do moinho, deixando como sugestão, para uma próxima pesquisa, a análise da residência que faz parte do conjunto arquitetônico e que possibilitou a transformação da construção em moinho. Os edifícios vernaculares, como no caso do moinho Melatti, são arquiteturas com tipologias de caráter local, que utilizam os materiais disponíveis nas proximidades e saberes tradicionais. Ainda, segundo Camilla Ghisleni (2020, n.p.), o conceito de vernacular compreende uma arquitetura em que “as habitações e outras construções dos povos, são relacionadas aos seus contextos ambientais e recursos disponíveis”. Em geral utiliza como mão de obra a família proprietária e a comunidade, empregando tecnologias e formas arquitetônicas comuns a uma cultura ou povo. No caso do moinho, as técnicas e formas são relacionadas ao país de origem da família, a Itália. A distribuição interna é idealizada para usos diversos, mas já pré-estabelecidos.

No Quadro 8 estão os croquis técnicos, que apresentam as partes principais dos aspectos construtivos. O Quadro 8 a seguir apresenta os cortes e fachadas, que auxiliam na compreensão dos sistemas e materialidades:

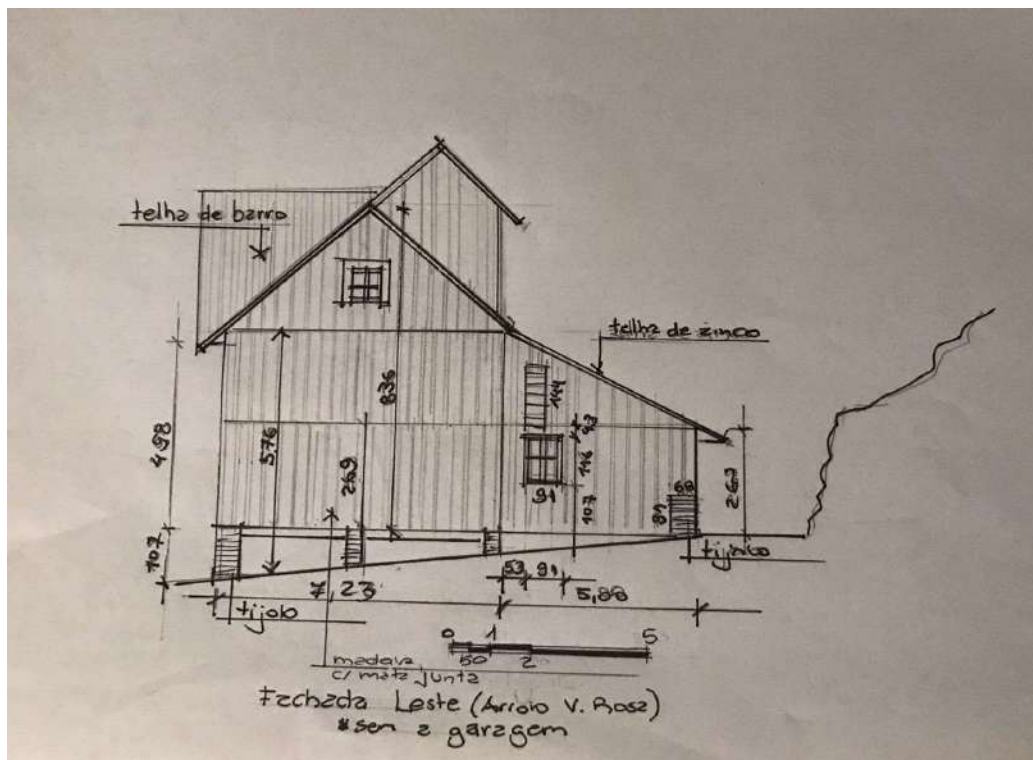
Quadro 8 - Cortes e fachadas



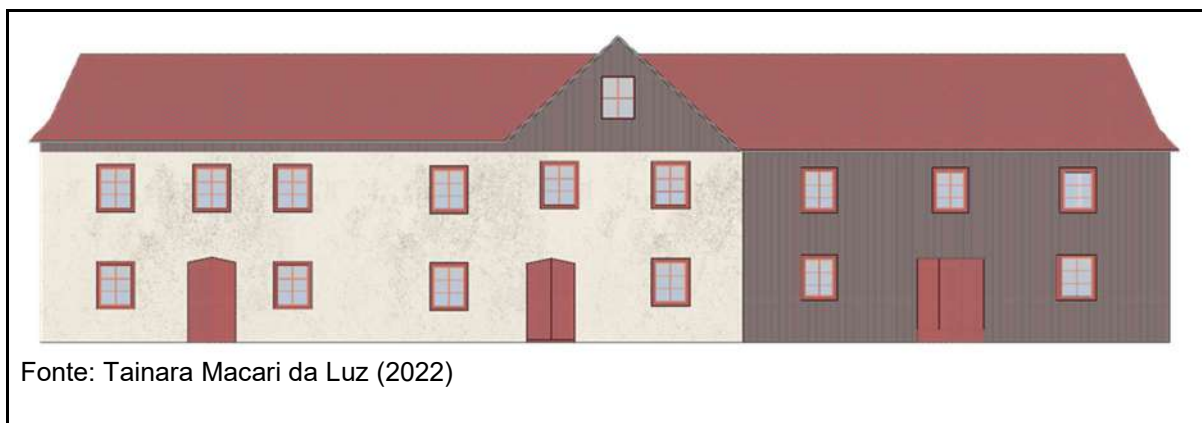
[continua]

[continuação]

Fachada Leste



Fachada norte



Fonte: elaborado pela autora

4.1.1 Fundações

A primeira construção do lado direito em madeira foi apoiada em pilastras de tijolos. Essa técnica era utilizada quando o solo era bem compactado ou assentado sobre um platô de pedras (Figura 61). Como a estrutura e as paredes são de madeira no piso superior, a carga estrutural é mais leve do que na utilização de alvenarias, o que explica a escolha por um sistema de pilares de tijolos na fundação. Pela documentação das escrituras, pode-se concluir que Cristoforo precisou construir esta edificação para instalar o sistema de turbinas. A parte do subsolo possui estruturas de reforço em madeiras de araucária para suportar a pressão da movimentação das turbinas. Na imagem a seguir, vê-se a base do subsolo com pilares e estrutura de apoio ao assoalho do piso superior.

Figura 61 - Porão da parte de madeira



Fonte: elaborado pela autora (2022)

A argamassa utilizada à época da construção ainda era feita com cal e areia; cimento era caro e escasso em localidades de difícil acesso. Os tijolos podem ter sido confeccionados pela olaria de Delar Lázari, próxima aos lotes 98 e 109, que distam 6 km do lote 80. Essa informação é trazida por Rigo (1999), quando descreve as várias atividades que ocorriam próximas à Capela de Nossa Senhora das Graças. As outras olarias de que se tem notícia presentes nas proximidades são mais recentes, da provável época de construção dessa parte do moinho. Pelo depoimento de Egydio, os tijolos da construção da ampliação de madeira e da parte central de alvenaria foram moldados e queimados no terreno do moinho mesmo.

É perceptível, também na imagem anterior, a viga de madeira falquejada, isto é, com as faces laterais aparadas a machadadas, formando seções maciças, quadradas ou retangulares. Essa técnica era utilizada no início da imigração, quando ainda não havia serrarias. O tronco de araucária (*Araucaria angustifolia*) não perde suas qualidades estruturais de tração e compressão (POSENATO, 2016). É provável que Cristoforo já tivesse empregado esse tronco em outra edificação, e tenha trazido a viga para o local, pois as outras terças e caibros já são processados em serrarias. A serraria listada no livro de Rigo (1999) é do mesmo local da primeira olaria (lote 109 e 98), e era movida por caldeiras a vapor e pertencentes às famílias Bortoli e Casarin.

Outra serraria local era de Tréssino e Rigo, movida a roda d'água. Próximo ao moinho existia também a serraria de Aldo e Arlindo Rossi, e Primo Tacca (Rigo,1999). Na imagem a seguir, à esquerda, é visível o madeiramento da base do moinho. Veem-se, da esquerda para a direita, Ernesto Melatti, Arlindo Melatti criança, e Vitório Rossi, que era vizinho e tinha uma serraria (informação oral de Dirceu Melatti, 2024). A data desta foto deve estar próxima dos anos de 1945, quando Agatha, esposa de Ernesto, já tinha falecido. Na imagem, Ernesto está servindo um vinho para Vitório sobre Arlindo, provavelmente comemorando algum evento:

Figura 62 - Ernesto, Arlindo e Vitório em frente ao moinho



Fonte: Acervo pessoal de Egydio Melatti

Nessa base do moinho, verifica-se a existência de reforços com escoras de eucalipto roliço, provavelmente devido ao ataque de xilófagos às terças⁴⁸, que com o tempo ficaram frágeis, precisando de apoios extras. Também é possível que, quando eram depositados os cereais no assoalho, antes de serem armazenados nos silos, o piso de assoalho tenha cedido ao peso, justificando os escoramentos para distribuir as cargas sobre caibros e terças.

⁴⁸ Assim como a tesoura ou a viga mestre, nesse caso, a trama também tem subpartes, formadas por terças, caibros e ripas. Quer dizer, as terças são a estrutura principal da trama, os caibros se fixam sobre as terças, e as ripas são posicionadas sobre os caibros.

Outro aspecto interessante do porão é o seu espaço de ventilação, que não permite que o assoalho do térreo encoste na terra. Essa técnica construtiva era muito utilizada nas construções desse período, pois não havia produtos químicos para eliminar os xilófagos, e a corrente de ar contínua não permitia que o assoalho apodrecesse. Esse assoalho é o mesmo da construção no início do século XX.

A fundação da parte central do moinho é de basalto⁴⁹. Os imigrantes italianos e alemães, quando chegaram às colônias, se depararam com essa pedra e começaram a talhá-la inicialmente a mão, e, depois, com teares. As jazidas são encontradas em toda a região de forma abundante (ela aflora em meio às paisagens e possui muitas pedreiras), e as fundações eram construídas com cubos de, em média, 50cmX50cm e altura similar. Como eram lapidadas à mão, não têm regularidade de medidas. Nas frestas, colocavam-se pedaços pequenos, nivelando as imperfeições. Esse sistema era como a atual “viga baldrame” e, sendo em pedra, não permitia que a umidade do solo subisse pelas paredes. Ainda, possibilitava a construção de largas paredes, devido à larga medida da base. Nas fachadas externas, não se percebem essas pedras (que na maior parte das construções dos imigrantes é visível). No moinho, que anteriormente era uma construção residencial, é visível o reboco onde estão as pedras. Na parte norte do moinho, é possível ver as pedras de fundação:

⁴⁹ O termo científico basalto faz referência à rocha vulcânica com alto teor de ferro e magnésio e baixo teor de sílica. Entretanto, o “Basalto” da Serra Gaúcha, nome comercial, cientificamente não corresponde ao basalto, mas sim ao riolito, que é a rocha vulcânica com baixo teor de ferro e magnésio e alto teor de sílica. O planalto presente nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, denominado Serra Geral, é constituído principalmente por lavas de composição basáltica. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Desen/Desen5.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Figura 63 – Fundo norte, centro e fachada sul



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Ainda sobre fundação, a parte ampliada atrás da edificação de madeira foi construída sobre uma base de tijolos, e não é possível visualizar se existe rejunte de argamassa. Pelo que se constata, os tijolos são assentados com junta seca e essa parede também serve de fundação para o depósito. Esse sistema é comum na região, pois algumas fundações são alicerçadas em platôs de pedra, não necessitando uma estrutura mais sólida; sobre essa “meia parede”, existe somente o peso das madeiras e do telhado, que na construção é de metal (zinco na época). Na imagem a seguir (Figura 64), podem-se observar o lado leste e o sul da edificação (que abriga a lenha, o motor a diesel e a ferraria).

Figura 64 - Galpão e base de tijolos



Fonte: elaborado pela autora (2022)

É possível notar, ainda, sobre a casa de madeira, que a ampliaram para mais um andar, e que acrescentaram um “puxado”, que atualmente é o depósito de lenha. No comparativo representado, também é possível constatar que já estava construída a parte central de alvenaria, e que na lateral de madeira da edificação atual está marcado o oitão da antiga construção.

Figura 65 - Edificação em madeira: antes e depois



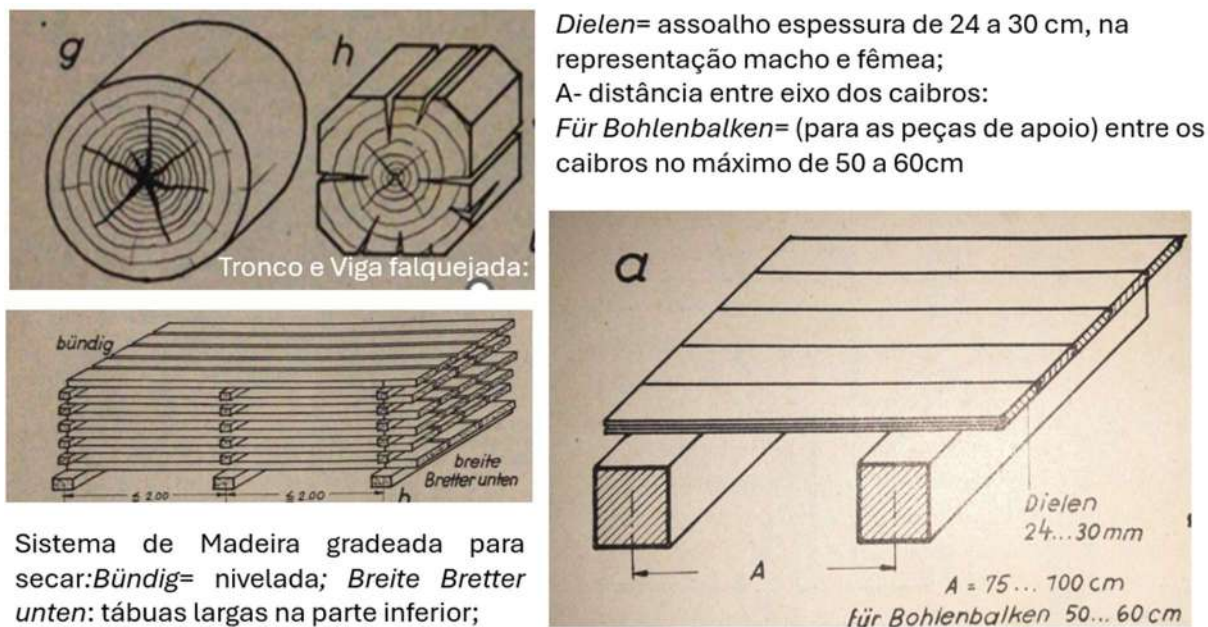
Fonte: elaborado pela autora (2022) com foto disponível em grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela

Percebe-se, também, na foto em preto e branco, que a parte central já existente em alvenaria possui tampões de madeira, que fechavam à noite para escurecer e proteger os dormitórios, visto que servia como residência.

4.1.2 Pisos

A construção tem o interior constituído de entrepisos de madeira e assoalhos, igualmente. Nos assoalhos é destaque a largura das madeiras que vão de 30 a 40cm de largura e com comprimentos aproximados de 5,00m (são cortadas quando tem os alçapões de acesso aos porões). A madeira é de pinho e provém das araucárias. É provável que, do cerne (com troncos de 50 a 60 cm de diâmetro), fossem extraídas de 2 a 3 tábuas por árvore (Posenato, 2016). Também se nota que há muitos remendos, provavelmente executados quando ocorria algum dano, por ataque de xilófagos, ou por uma modificação de layout que necessitava de fechamentos em furos anteriormente realizados. Pela imagem a seguir entendem-se os diversos cortes que são aproveitados dos troncos:

Figura 66 - Madeira gradeada e aplicação de assoalho sobre caibros



Fonte: Ebbinghaus⁵⁰ (1939), traduzido e adaptado pela autora

⁵⁰ Ebbinghaus é um engenheiro alemão que escreveu um manual de construção com base no que se conhecia em 1935, acrescentando as novas tecnologias que estavam sendo utilizadas no país. Os desenhos são também da autoria dele. A dificuldade desta autora é que os títulos e os substantivos são em gótico alemão.

As madeiras são justapostas, isto é, não têm sistema de encaixe (macho e fêmea), pois as serrarias precisam de máquinas especiais para realizar esse processo nas tábuas. Tal sistema gera frestas quando a madeira se contrai com o calor do verão ou incha com a umidade do inverno gaúcho. Por isso, caem resíduos e sujeira do pavimento superior para o inferior, problema que, em alguns casos, resolve-se pela aplicação de “mata juntas⁵¹”. Sobre a manutenção dos assoalhos, segundo Bernadete Melatti, estes eram esfregados com “lissia”, o que é confirmado pelo texto de Vailatti (2011, p. 48), que diz:

O assoalho era esfregado com vassouras de fibra natural e uma mistura de água e cinza que se chamava de ‘lissia’. Essa limpeza era feita a cada seis meses em toda a residência e todos os sábados na cozinha. Alguns dias do mês era varrido o chão e removidas as teias de aranha dos tetos.

Atualmente, devido ao custo de árvores de reflorestamento, há uma redução na bitola dos assoalhos, das terças e caibros (estrutura de apoio) para o assentamento de assoalhos que são com encaixe de “macho e fêmea”. As tábuas utilizadas para os assoalhos (pouco empregadas devido ao alto custo de investimento e alta manutenção) possuem largura de 7cm até 15 cm e comprimentos de no máximo 3,50m. A pouca largura também é decorrente do empenamento das peças, o que, pela qualidade do assoalho do moinho, não é perceptível. Se houvesse empenamento, as tábuas apresentariam encanoamento, isto é, uma forma de “C” na largura.

A seguir, vê-se o assoalho do setor de expedição, junto a acesso de entrada e junto às máquinas de refino de trigo onde também está marcado um alçapão.

⁵¹ Mata juntas: ripa com largura de 3 a 7 cm que cobre as frestas decorrentes de não haver encaixes nas madeiras. Utilizadas nos forros, abaixo dos assoalhos e nas paredes de madeira.

Figura 67 - Assoalho com larguras de 30 a 40 cm, totalmente planas



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nos assoalhos de madeira são encontrados vários alçapões que permitem a chegada ao porão para manutenções e reforços necessários. O alçapão maior está na edificação em madeira e, quando aberto, revela uma escada que leva ao porão onde estão mantidas parte das turbinas do moinho; tem dobradiças e uma argola para facilitar a abertura, conforme o demonstrado na Figura 68, a seguir. Nas imagens percebe-se também que o alçapão dá acesso direto ao porão, por isso tem uma trava de madeira interna, para que ninguém possa entrar por fora do moinho.

Figura 68 - Alçapão fechado e aberto, e escada de acesso ao porão



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Ainda se destacam outros pisos, em especial o chão batido (utilizado pelos primeiros imigrantes nos porões e revestido, posteriormente, com pedras basalto (cortadas sem tear) e com cimento alisado. A calçada em frente ao prédio principal é, em parte, de basalto serrado, similar àquela utilizada no depósito, e, em parte, com cimento ranhurado para evitar que fiquem escorregadias. A seguir, destacam-se essas três tipologias de pavimento que ainda existem no moinho (Figura 69).

Figura 69 - Pisos: depósito de lenha, escritório e sala dos gatos



4.1.3 Escadas internas e externas

No interior do moinho há várias escadas, como aquela do porão, que já foi apresentada na Figura 68. As escadas são de madeira maciça, fixadas em uma guia de madeira; algumas têm corrimão fechado com ripas na vertical. A primeira é a da casa de madeira, que vai do térreo ao segundo andar. Há também uma escada de mesma largura que vai até o sótão; esta, no entanto, tem degraus estreitos e altos, na média 23 a 25 de largura e de 20 a 22 cm de altura. Os degraus estão desgastados pelo uso, mas tem poucos furos de xilófagos. Existe uma possibilidade de o corrimão ter sido instalado após a construção da escada, pois sua madeira é bem mais fina e tem tonalidade mais clara. Na vista superior (segunda foto, Figura 70) é possível constatar o desgaste dos degraus, utilizados por mais de 100 anos.

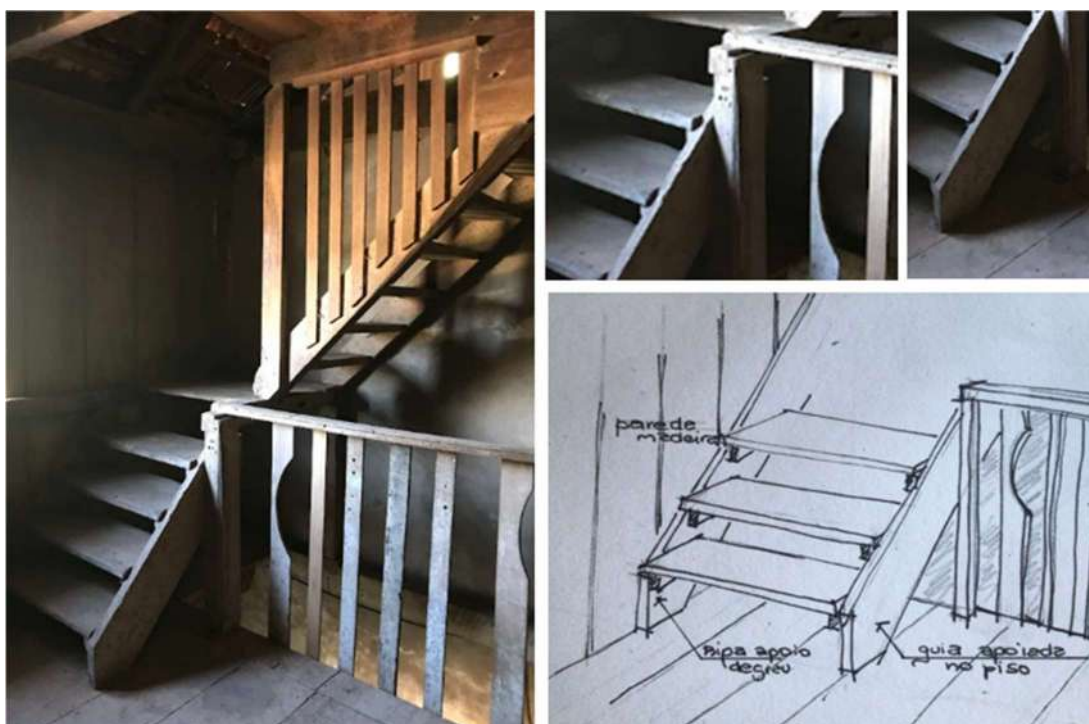
Figura 70 - Escada geral e vista do pavimento superior



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na imagem a seguir (Figura 71), vê-se a escada que vai ao sótão, onde além de dormitórios, chegam pelos dutos de madeira os grãos de trigo para o primeiro processo. A escada é protegida por corrimão de ripas verticais, algumas com recorte semicírculo, justificado provavelmente pelo aproveitamento de sobras de madeira (tem resquícios de ter sido pintada). Todas as escadas têm patamar, e os primeiros degraus são mais altos e mais largos, enquanto os que sobem no lance após o descanso são mais altos e mais curtos. Essas escadas estão sem proteção de pintura e é provável que também fossem limpas com “lissia”. Pelas fotos, nota-se que os degraus são de altura acentuada e têm menos de 20 cm de largura.

Figura 71 - Escada para sótão e detalhes

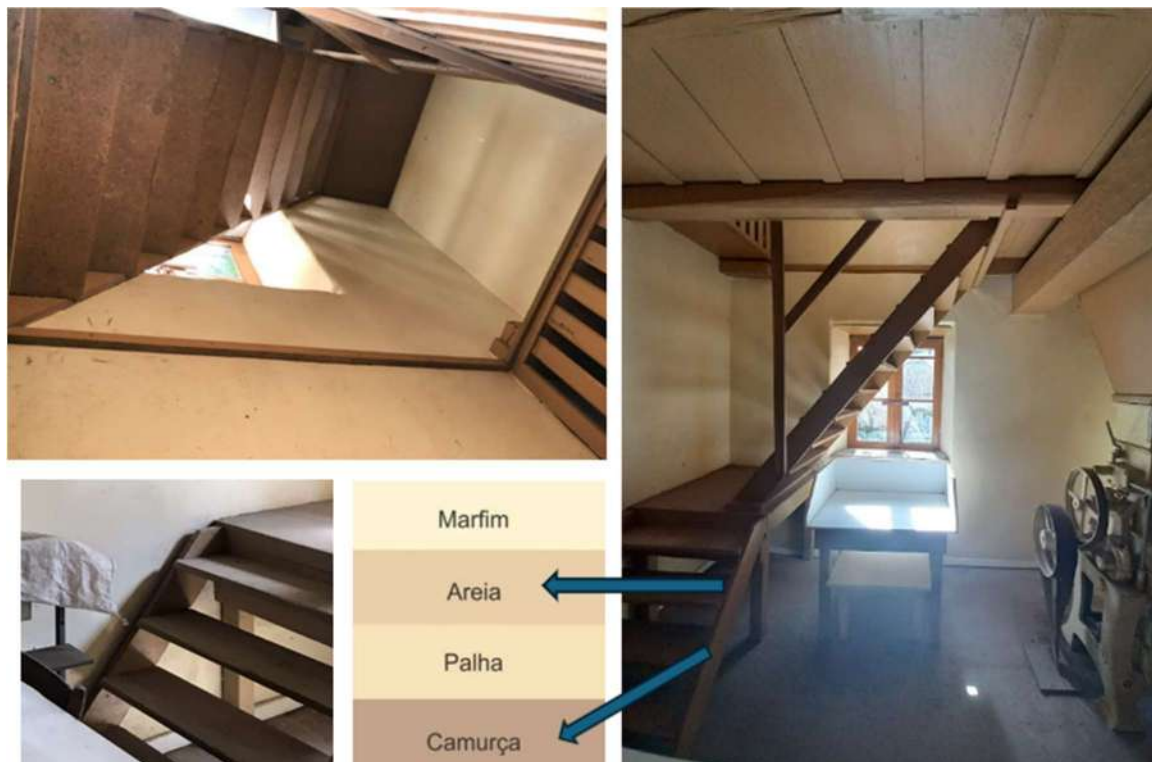


Fotos: elaborado pela autora (2024)

A próxima escada interna é a do setor de expedição, que sobe ao segundo pavimento e que foi pintada nos anos 2000 em tinta óleo na cor Camurça ou Areia, conforme paleta de cores prontas. É provável que, na década de 2000, quando pintaram essas madeiras, tenha sido utilizada tinta à base de óleo, que não é mais permitida pela toxicidade. Atualmente, empregam-se tintas a óleo à base de água. A escada tem uma iluminação excelente da janela que está junto a ela, conforme as

imagens na sequência. Ademais, segue o mesmo padrão da anterior na estrutura e medida de degraus, como se percebe abaixo:

Figura 72 - Escada da expedição, paleta de cores e detalhe aproximado



Fonte: elaborada pela autora (2023); Tintas RENNER (online). Disponível em: <http://www.tintasrenner-deco.com.br/> Acesso em:30 de julho de 2024.

Interessa mencionar também a presença da escada externa que permite acesso à edificação de madeira. A escada foi construída em tijolos, sobre os quais foram aplicadas pedras de basalto. As pedras de revestimento são espessas, e cada uma possui seção em torno de 10 cm X 30 cm, e largura de 1,20 cm. A escada foi rebocada pois fica exposta à intempérie constante no lado sul da edificação, onde não incidem raios solares. Também se destaca que o centro da escada é o eixo da porta, mas a porta que tem maçaneta é a da esquerda, dificultando o acesso de pedestres. Como essa era a entrada dos grãos, e toda a esquadria se abre, não há problema de a escada ser mais estreita que o vão de abertura. Nota-se, ainda, a soleira das portas de acesso da construção central em alvenaria rebocada, revestidas com a continuidade do assoalho interno, que estão bem conservadas. Na Figura 73 há imagem da escada e de uma das soleiras (cujo acesso se dá somente por um degrau).

Figura 73 - Escada externa e soleira

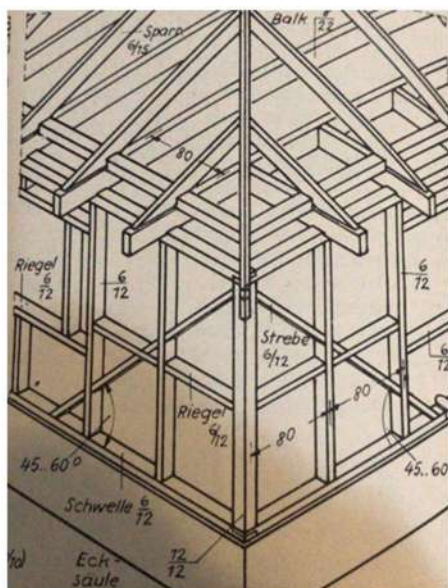


Fonte: elaborado pela autora (2022)

4.1.4 Paredes

Na edificação, que é toda de madeira, as paredes externas são de tábuas largas de 30 a 35 cm, também de araucária. Não são duplas e possuem uma mata-junta para fechar as frestas. As tábuas são pregadas em um gradeado de terças de madeira que forma o sistema estrutural das paredes, fixado no piso e no entrepiso de vigas (no caso também em madeira). Na imagem a seguir, demonstra-se a tecnologia empregada na construção, e uma planta baixa das tábuas com as mata juntas:

Figura 74 - Estrutura e tábuas com mata juntas sobrepostas



Strebe=pontalete; Riegel = Travamento;
Schwelle: soleira Eck-säute: viga baldrame
Balk- travamento, Sparr= viga mestre

Fonte: Elaborado pela autora (2023) em base a Ebbinghaus (1939).



Figura 19- Stülpwände- tábuas sobrepostas



O sistema de aplicação das tábuas na vertical permite que a chuva escorra, evitando um rápido apodrecimento. Como no período de construção não existia proteção química para as paredes, fazia-se uso de óleo queimado. Em alguns casos os imigrantes pintavam esquadrias com vinho. Na imagem anterior, também é possível ver os nós da madeira de araucária que estão acentuados nessa parede do depósito, por causa da incidência solar frequente.

Nas imagens a seguir, notam-se as emendas realizadas, pois a parte inferior apodrece, mas não há necessidade da troca total da tábua. Além disso, é possível visualizar as guias internas, onde são fixadas as tábuas.

Figura 75 - Fachada frontal e interior em madeira (guias e tábuas)



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Na Figura 75 também se destaca a emenda inferior das tábuas, solução usual na região, devida ao apodrecer da parte de baixo das madeiras, causado pela proximidade com o solo e pela umidade e incidência direta de chuva (no moinho, esse perímetro não recebe proteção da aba do segundo andar). No mesmo padrão de construção em tábuas, cabe também mencionar a construção da estrebaria, implantada atrás do moinho, na parte norte, junto ao arroio Vicente Rosa. Pelo depoimento de Marlene Melatti (2024), era ali que a avó mantinha as vacas de leite e fazia o queijo que era armazenado na “mosqueteira”. Essa construção também utiliza tábuas largas e mata juntas para fechar as frestas, conforme as imagens a seguir:

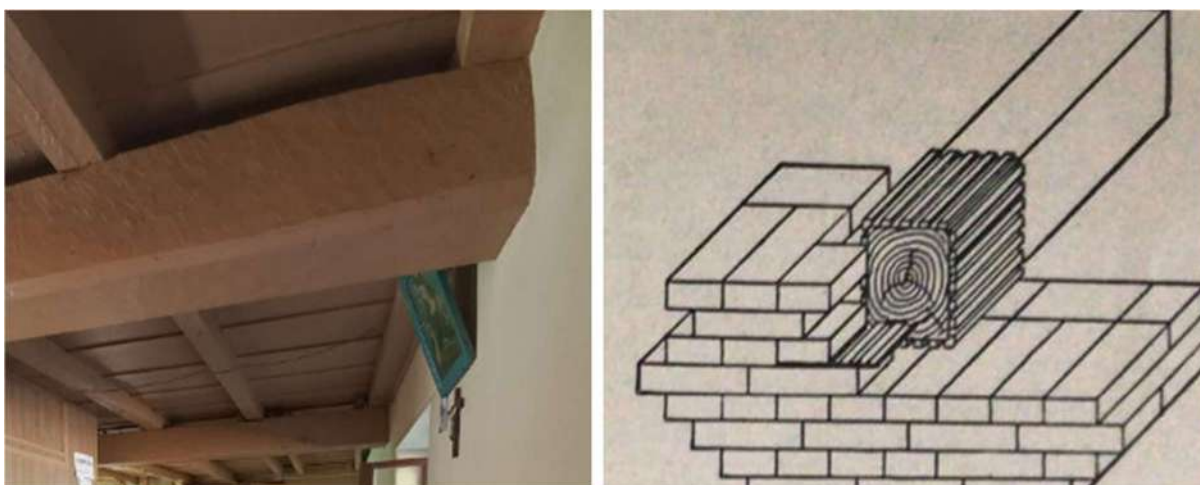
Figura 76 - Externo da estrebaria e varanda



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na parte central foram construídas paredes de alvenaria de tijolos que possuem, no térreo, de 50 a 60 cm de espessura. As paredes precisavam ser espessas para segurar a estrutura interna de vigas (com vão livre sem pilares de 7m de comprimento). Essa medida é interna e significa que a viga de araucária é maior, pois precisa estar engastada e apoiada na parede. O reboco também é uma mistura de cal e areia e precisa ser pintado com tintas à base de cal ou minerais. Em algumas paredes internas, o reboco está caindo, permitindo que o tijolo apareça. A seguir, há imagens das paredes e do sistema de engaste das vigas principais, que possuem em média 40 cm de altura por 50 cm de largura.

Figura 77 - Viga de araucária inserida na alvenaria e detalhe construtivo



Fonte: elaborado pela autora (2022); Ebbinghaus (1939).

As paredes divisórias não são tão espessas, pois não recebem as vigas principais como na imagem anterior. Por isso, com a movimentação da estrutura e com o passar do tempo, o reboco e os tijolos estão se soltando. Como a estrutura do assoalho é de madeira, trabalha de forma diferenciada e acaba-se criando, com o tempo, uma trinca e separação entre madeira e tijolos. Na imagem a seguir, vê-se a parede interna entre a edificação de alvenaria e a edificação de madeira:

Figura 78 - Parede interna de alvenaria



Fonte: elaborado pela autora (2022)

O pé direito do primeiro pavimento é de 3,50m; no segundo, reduz-se a 2,80m e no sótão inicia com 10cm e sobe até 4m na cumeeira. Essas medidas também são comuns no momento histórico: no térreo, que precisava ser mais arejado, uma vez que era um ambiente de convivência, utilizavam-se pés direitos mais altos (confortáveis no calor do verão no clima tropical brasileiro). Já no segundo pavimento, o pé direito é mais baixo; nele, estão os dormitórios, e essa escolha possibilita ambientes mais aconchegantes e mais quentes, ainda que aerados no verão.

No moinho, no escritório, há uma parede divisória de madeira maciça pintada com cal branco. Destaca-se que a tábuas é dividida, possivelmente por ser sobra de tábuas de outra construção (Figura 79).

Figura 79 - Escritório e circulação entre escritório e depósito



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Nas imagens a seguir, é possível observar a pintura à base de cal e corante (tinta de uma marca antiga chamada de “pó xadrez”). Na parte externa, ainda persiste a antiga pintura, também à base de cal e provavelmente branca, mas envelhecida pelo tempo e as intempéries.

Figura 80 - Paredes e pinturas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

4.1.5 Esquadrias

As esquadrias do Moinho são compostas de portas e janelas de abrir, e por tampões de correr (depósito de lenha). Pela imagem que se tem dos anos 1930, as janelas são de tampões, e provavelmente não havia, ainda, esquadrias com caixilhos e vidros. Algumas já foram reformadas, mas permanecem na forma e no sistema original. É interessante observar a largura das esquadrias, em especial na parte de alvenaria: são janelas e portas estreitas, pois os vãos eram trabalhados com vergas de madeira menores em largura, devido ao peso superior das paredes. O concreto, a partir dos anos de 1930, possibilitou vãos maiores para as aberturas. Na imagem a seguir, faz-se um comparativo das esquadrias atuais, com as existentes na imagem anterior em que se percebe a presença de tampões nas janelas.

Figura 81 - Janelas: comparativo entre vidro e tampões



Fonte: Google Maps (2024); Autor desconhecido, disponível em grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela

As esquadrias mais elaboradas, manufaturadas, também são de madeira, na época extraída de cerejeira nativa, pois era mais macia para a usinagem das peças. Os vidros são aplicados com “massa de vidraceiro”⁵². As ferragens já foram substituídas, mas a forma das janelas ainda é original. Nas imagens a seguir (Figura 82) veem-se as esquadrias externas na parte de madeira:

⁵² Massa de vidraceiro: material para fixar vidros sem o batente de madeira, é constituída de gesso crê, dolomita e óleo vegetal. Pode ser moldada quando está úmida e demora de 15 a 20 dias para secar. Disponível em <https://www.enzoferragens.com.br/outros-departamentos/alvenaria/massa-para-vidraceiro-500g-linhal>. Acesso 25 jun. 2024.

Figura 82 - Esquadrias de madeira na edificação em madeira



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Verifica-se na imagem anterior, que a esquadria fixa com vidro provavelmente tenha sido aproveitada de outra construção

A seguir, ainda da edificação em madeira na parte norte, evidenciam-se os tampões de correr, que seguem as tábuas de araucária das paredes e a porta de abrir em madeira maciça. Destaca-se que a porta tem duas folhas de abrir e possui duas travessas horizontais e uma em diagonal; essas guias auxiliam na estrutura das tábuas e, em especial, evitam o empenamento da peça, que foi construída no local do próprio material das paredes. Junto à imagem há um desenho técnico referente ao que está descrito:

Figura 83 - Esquadrias de madeira e araucária: depósito dos fundos do moinho



Fonte: elaborado pela autora (2022); detalhe técnico de Ebbighaus (1939)

As esquadrias mais elaboradas são manufaturadas e contém peças feitas com fresas⁵³. Elas estão presentes tanto na fachada principal sul, quanto nas partes de madeira e alvenaria; foram realizadas com mão de obra e maquinário especializado que trabalha a madeira de modo a arredondá-la, criar chanfros para o escoamento de água da chuva ou orvalho, e aplicar soleiras com drenos (furos) que permitem uma vida mais longa às esquadrias.

Na parte de madeira, como já ilustrado anteriormente, as esquadrias são fixadas no gradeado. Na alvenaria, em vez disso, são instaladas no meio da parede, e possuem soleiras de cimento alisado (interno e externo). A opção pela argamassa em detrimento da pedra basalto nas soleiras se deve ao fato de que as pedreiras ainda não possuíam teares para manufatura de peças menos espessas e cortadas. A verga sobre a janela possui uma tábua que auxilia a segurar os tijolos que sobre esta foram instalados. As janelas são estreitas e altas, pois os vãos sem vigas de concreto não permitem outro formato. Na fachada frontal sul, as janelas têm guarnições que escondem a estrutura utilizada na fachada norte, pois possuem guias

⁵³ Fresas são peças de corte com dentes e arestas para fazer ranhuras, fendas, arestas arredondadas e rebaixos. Essa ferramenta tem a capacidade de transformar superfícies”. Disponível em: <https://www.ferramentaskennedy.com.br/blog/fresa-para-madeira>. Acesso em: 27 jun. 2024.

que formam um quadro de verga e contra-verga e laterais. Verifica-se, ainda, que essas janelas possuíam guarnições externas, detalhe que não é usual, devido ao apodrecimento rápido dessas finas peças de madeira maciça.

Figura 84 - Janelas da fachada frontal sul



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na imagem a seguir, vê-se também a fachada norte, com a representação da moldura da esquadria e o detalhe da travessa superior:

Figura 85 - Fachada Norte: esquadrias



Fonte: grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela, adaptado pela autora (2022)

Nessas imagens, percebe-se a ausência de guarnições externas nas janelas dos fundos da edificação, onde é possível observar as madeiras nas vergas que auxiliam a sustentação da parede de alvenaria que está acima delas.

As portas de entrada também são de madeira maciça e elaboradas com almofadas. A madeira maciça empena quando não é utilizada em tábuas, o que justifica a técnica, hoje pouco utilizada, mas que evita a deformação das folhas, tornando-as mais leves para manusear. As portas frontais da parte de alvenaria são em duas folhas, e a da edificação de alvenaria é de três folhas e tem abertura total do vão para descarregar os grãos.

Figura 86 - Portas do moinho

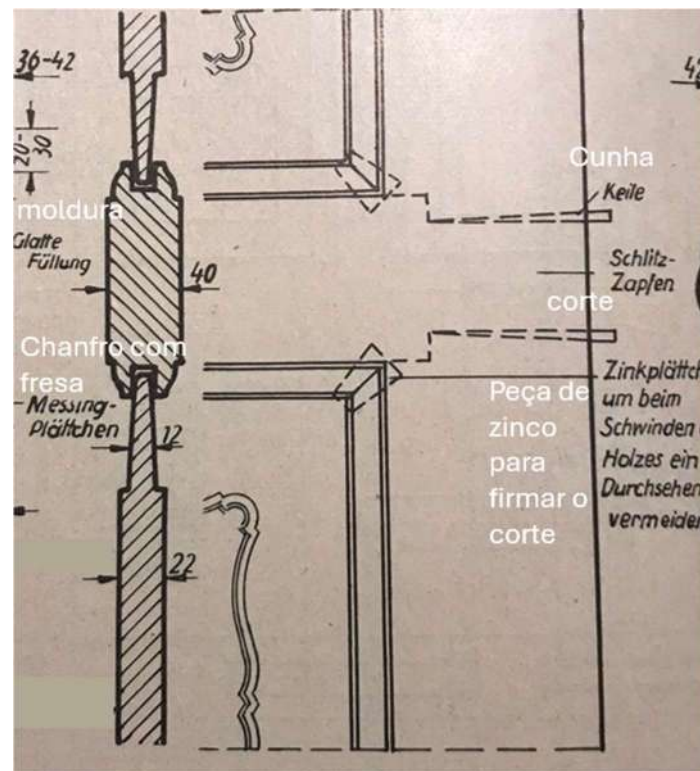


Fonte: grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela, adaptado pela autora (2022)

A porta da edificação de madeira, que é o acesso dos grãos no moinho, é mais larga, enquanto a da expedição que está na construção de alvenaria é mais estreita, até por suportar cargas do tijolo sobre ela. A imagem da fechadura na Figura 86 à esquerda é antiga.

As fechaduras foram trocadas para maior segurança do local. A porta da esquerda na imagem anterior é mais trabalhada e mais antiga, e tem mais detalhes na almofada inferior. Na sequência, vê-se um detalhe de madeira maciça com encaixe da almofada.

Figura 87 - Corte e vista da esquadria com almofada



Fonte: Ebbinghaus (1939), adaptado pela autora

A porta interna mais interessante é a que separa o administrativo da expedição. É construída de modo “sanduíche”, isto é, tem tábuas maciças na parte interna, lambri macho e fêmea na parte que está para a circulação do administrativo, e tábuas verticais para a expedição com travessa horizontal sobreposta para estabilizar o conjunto. É uma composição tripla, em que se estacam as ferragens do início do século. Na parede espessa, a folha da porta fica quase toda embutida no quadro. Na imagem a seguir estão a porta e seus detalhes.

Figura 88 - Porta interna tripla



Fonte: elaborado pela autora (2022)

É interessante visualizar também a porta interna com madeiras maciças do salão (anterior residência e dormitórios das famílias). Ela possui um sistema de peso, em conexão metálica, e corda que fecha a folha logo após ser aberta. É rudimentar, mas representa um saber de uma época em que não havia ferragem para o fechamento automático das portas. No caso do moinho, como era moradia (dormitórios) e tinha contato com o espaço fabril, precisava sempre estar fechada. Na imagem a seguir, visualiza-se esse sistema:

Figura 89 - Porta entre moinho e residência



Fonte: Tainara M. da Luz (2022)

Na figura anterior, um detalhe curioso são as bolsas (ou *sporta*) em dressa (técnica de artesanato dos imigrantes italianos que trabalha com a palha de trigo trançada), confeccionadas pela avó Annunciata. No canto, há ainda um fole para ligar fogo, uma muleta e peças soltas. As outras portas internas seguem o modelo acima, e algumas são de folhas de madeira semioca, mais atuais e, portanto, sem valor histórico.

4.1.6 Estrutura

Em relação à estrutura da edificação do moinho, percebe-se, mais uma vez, o uso da madeira de araucária, material do qual são feitos os entrepisos. Na edificação de madeira, estes possuem pilares para sustentação e, na edificação de alvenaria, somente a viga sustenta os caibros que estão dispostos, como demonstrado na descrição anterior sobre os assoalhos. As escadas são construídas nos vãos dos caibros e não prejudicam a estrutura geral nem do segundo, nem do terceiro pavimento, onde está o sótão. Na edificação em madeira, as vigas estão em sentido transversal ao da parte de alvenaria; por isso, também o entrepiso fica com os caibros e assoalhos em sentido inverso. Pode-se concluir que, nesse caso, a viga de araucária foi inserida no sentido transversal pelo fato de o vão ser menor que no outro sentido, e de o apoio ocorrer na estrutura de fechamento das paredes externas (sentido leste/oeste). O pilar pode ter sido posto depois, uma vez que se percebe uma

emenda e uma rachadura na viga principal. Outro ponto de destaque, ainda na parte construída em madeira, onde ocorre o recebimento dos grãos, é que não há mata-juntas no assoalho. Na parte de alvenaria, ao invés disso, eles estão presentes, seja por se tratar de uma construção mais nova, seja pela função do espaço: sendo o local da expedição, por onde passa, portanto, a farinha pronta para o consumo, ele precisa estar mais limpo. Na imagem a seguir, veem-se as vigas de araucária e os caibros:

Figura 90 - Imagens comparativas da estrutura das edificações em madeira e alvenaria



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Essas vigas, no tempo da construção, foram erguidas sobre as paredes por um grupo de vizinhos da família Melatti. Construções desse porte eram um trabalho de cooperação na comunidade, uma vez que muitas tecnologias, como guinchos, não estavam disponíveis, e eram precisos muitos homens para sustentar o peso dos materiais durante o trabalho.

Em termos de instalações hidráulicas, a edificação tem somente uma canalização para a cuba de apoio, que está instalada na circulação, entre a administração e depósitos e a expedição. Não há sanitários no espaço, somente na casa da família do lado esquerdo (oeste) do moinho. Na imagem a seguir, veem-se a cuba e um dos pilares na edificação de madeira, com a fiação aparente fixada nas vigas.

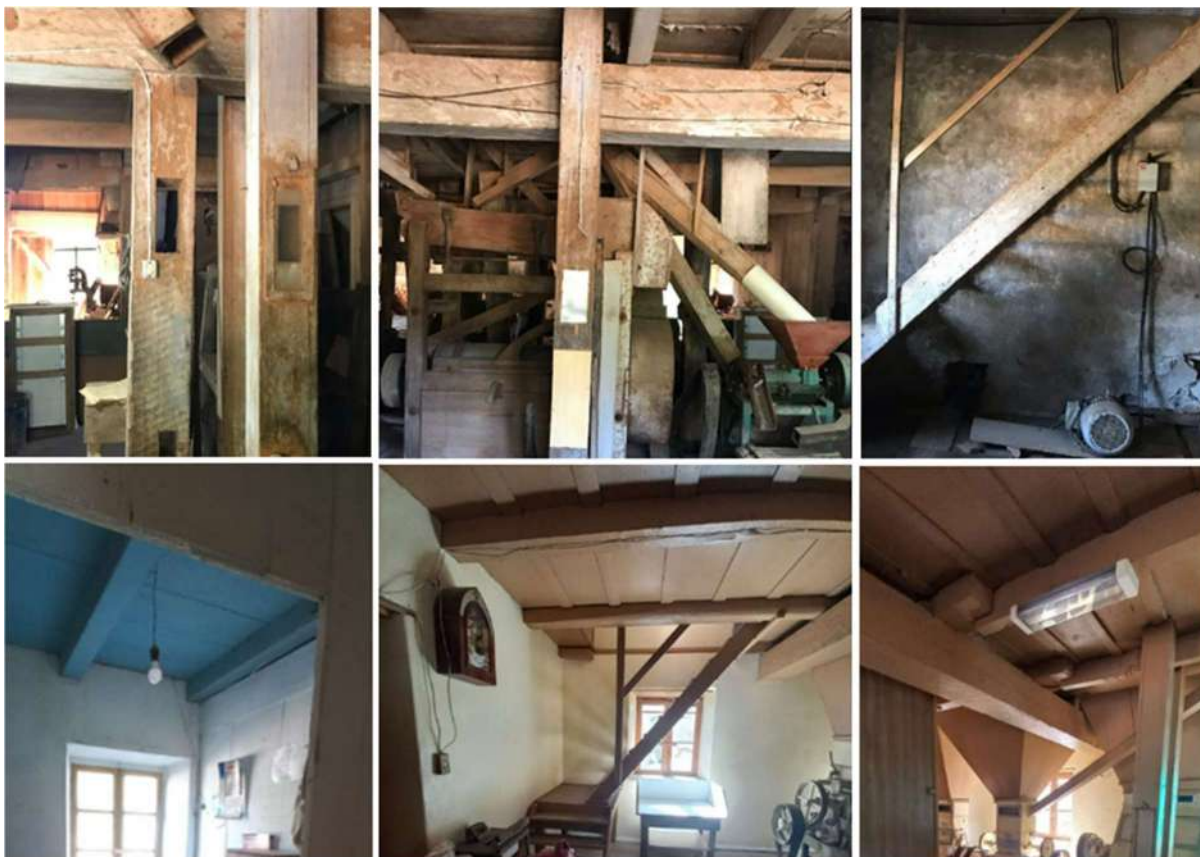
Figura 91 - Circulação e pilares com fiação de luz



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Percebe-se, pelas imagens, que a instalação elétrica do moinho é precária; isso acontece porque a luz artificial só foi utilizada posteriormente, em torno da década de 1960, quando a eletricidade chegou a Fagundes Varela. Nota-se também que o fio vem do piso e sobe pelo pilar, e a luz é distribuída em isolador de porcelana para desvio dos fios. Em todos os espaços, os fios são aparentes e sobrepostos, assim como para as tomadas e interruptores, e as lâmpadas estão penduradas em soquetes de rosca. As únicas luminárias com acabamento são fluorescentes, e se encontram no setor de expedição.

Figura 92 - Fios de luz e eletricidade na edificação



Fonte: elaborado pela autora (2022)

4.1.7 Coberturas

A cobertura de edificações é composta de vigas, caibros, terças e ripas. No caso da estrutura do moinho, contudo, foram utilizados somente caibros e ripas. Essa escolha facilita a utilização de todo o espaço livre do sótão, gerando ambientes amplos. Na imagem a seguir, há fotos da estrutura interna do sótão, com as telhas aparentes:

Figura 93 - Telhado interno no sótão



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Nos anos 1930, o telhado da parte de alvenaria foi construído, e se mantém hoje como na época. Na edificação de madeira, que tinha somente um pavimento, o telhado foi modificado após ter sido erguido mais um andar, passando a ser uma composição única. A maior parte deste é em duas águas, mas, no centro, existe um oitão com janela, que faz lembrar a tipologia de residência idealizada por Cristoforo, para abrigar sob o mesmo teto toda a família. Todos os demais oitões são de madeira (tábuas e mata-juntas) e possuem janelas, permitindo ventilação cruzada no espaço.

Existe também, nos fundos do moinho, ao lado norte, uma mansarda com janela, que ampliou o pé direito para a instalação da máquina de separar farelos. A maior parte da cobertura é de telhas francesas⁵⁴, outras partes são de zinco, não mais originais. No início do século XXI, foi realizada uma manutenção, e reforços horizontais foram instalados no telhado, o que rebaixou um pouco o pé direito do local. O fato de não haver uma triangulação de tesoura criada por este reforço é de certa forma surpreendente, pois os caibros eram unidos somente por encaixe, e resistiram por mais de 80 anos segurando as telhas a despeito do vento, das chuvas de granizo e de outros fenômenos atmosféricos importantes. O enfraquecimento desses caibros pode ter ocorrido pelo ataque de xilófagos ou pela infiltração de água por alguma telha quebrada ou deslocada.

⁵⁴ Com o tempo, algumas foram trocadas e outras somente lavadas. Dessa troca de telhas, algumas estão depositadas de forma empilhada no terreno atrás do moinho.

É importante salientar que a família não contratou um profissional de restauro, somente mão de obra especializada, por desconhecimento da necessidade de ter alguém qualificado para orientar a intervenção e o restauro da edificação histórica. Atualmente, não existem infiltrações de água, o que permite uma boa conservação de todo o imóvel. O elemento central com oitão é um espigão, e forma com o telhado principal dois rincões. As abas são todas em lambri de madeira, aplicadas provavelmente mais tarde, quando já havia fresas nas madeiras para trabalhar o acabamento macho e fêmea das tábuas e assoalhos. Calhas (aluzinc) e canos de PVC foram instalados posteriormente, o que auxilia na conservação de paredes e tábuas.

As imagens a seguir (Figura 94) ilustram o texto acima, evidenciando os telhados. Na primeira composição, vê-se o interior do sótão com os detalhes estruturais.

Figura 94 - Telhado: estrutura e parte interna



Fonte: elaborado pela autora (2022)

É válido destacar que as telhas de aluzinc também são novas e foram fixadas em estruturas de madeira. Na imagem a seguir, é possível visualizar esse fato, além

de outros detalhes do telhado, como os três oitões e as abas de madeira que o compõem.

Figura 95 - Oitões, abas e estrutura em aluzinc



Fonte: elaborado pela autora (2022)

A partir dessas informações sobre a construção do moinho, é possível perceber as necessidades urgentes de restauro, propondo soluções para as manifestações patológicas existentes e para um novo uso, que possa viabilizar a manutenção constante necessária para a salvaguarda, permitindo que a construção permaneça como representante do patrimônio industrial no presente e para futuras gerações.

4.2 MEDIDAS E SIMETRIA

As edificações, nesse caso em especial, as vernaculares, segundo os parâmetros arquitetônicos do arquiteto e professor Francis Ching (2008), baseados nos conceitos de Vitruvius e de Alberti⁵⁵, possuem aspectos que despertam a atenção do observador. Os pontos principais são forma, espaço e ordem. Inseridos nesse

⁵⁵ Vitruvius e Alberti apresentam características da arquitetura clássica que concedem aos prédios percepções estéticas agradáveis. Disponível em: <file:///C:/Users/margi/OneDrive/C3%81rea%20de%20Trabalho/Doutorado/P%3%B3s%20qualifica%C3%A7%C3%A3o/Reescrita%20c%20produto%20final/textos/admin,+20102-74377-1-PB.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

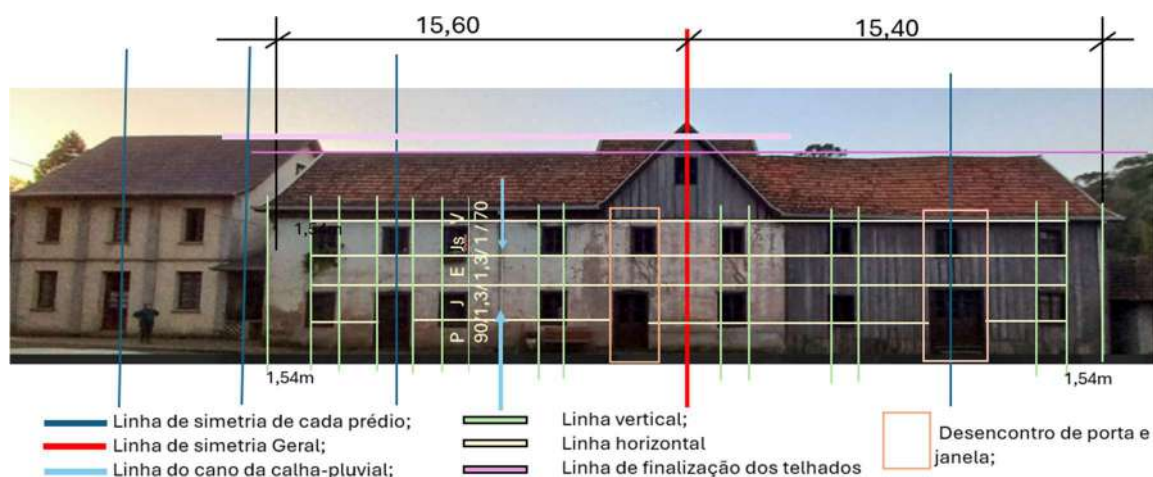
contexto geral estão organização, circulação, proporção e escala. Chamados de princípios de ordem, são assim definidos no moinho:

- a) Organização: a edificação, em uma visão inicial, é linear, pois existe uma sequência no mesmo alinhamento dos três prédios, mesmo que entre a residência e o moinho tenha uma estreita varanda. Ao mesmo tempo, é uma construção pavilhonada, uma vez que, quando traçadas as principais linhas, desenha-se um prisma retangular. Também é um aglomerado, quando se considera o espaço entre a residência e o moinho, assim como a estrebaria, o pavilhão recente que contém a área de serviço, e a fábrica de biscoitos, a garagem anexada na lateral leste junto ao arroio.
- b) Circulação: a circulação de pessoas flui no espaço do moinho, visto que as máquinas estão posicionadas mais ao fundo em todos os ambientes. O processo de manufatura dos grãos tem sequência, permitindo bom fluxo do grão ao produto final. O que não é legível são os acessos, pois existem três portas principais, e o visitante recém-chegado não saberia à qual se dirigir; isso não é necessariamente um ponto negativo, porque causa uma curiosidade. A relação da via com a edificação é interessante pelo fato de existir um alargamento após a ponte do arroio, valorizando a construção. A relação do arroio é significativa por razão de gerar visuais intensos como o nascer do sol e a relação das pedras basálticas com a construção.
- c) Proporção e escala: a edificação de madeira foi construída inicialmente como moinho, mas não tem a tipologia nem a proporção de moinhos da mesma época, inclusive por não possuir uma roda d'água aparente. Quando é ampliada, a proporção industrial evidencia-se: a adição do segundo pavimento e do sótão aumentou também o volume de grãos armazenados. A construção de alvenaria representa uma grande residência, fim para o qual foi construída. Tanto as janelas como as portas têm dimensões adequadas a uma residência. A altura dos pavimentos também é coerente com a escala humana, sendo que, na época, utilizavam-se em torno de 3,50 a 4,00m no térreo, e no máximo 3,00m de altura no segundo pavimento e sótão, devido à inclinação necessária para as telhas de cerâmica (francesas, no caso). Devido a essas proporções, a tipologia de moinho e de patrimônio industrial só é percebida quando é acessada a parte interna.

d) Princípios de ordem: a fachada principal tem um eixo na parte de alvenaria e outro na de madeira. A residência da família e a varanda também são simétricas de modo individual. Todas as janelas são alinhadas, inclusive, com as portas. Somente a porta na parte central está deslocada, possivelmente porque foi adequada aos equipamentos ali existentes dentro do espaço interno. Também existe ritmo em todas as aberturas. A repetição, que também permite uma estética bonita, é frequente, especialmente nas janelas que têm o mesmo modelo: é possível que essas janelas tenham sido reformadas, e que a fábrica de esquadrias tenha optado por modelos semelhantes.

A imagem a seguir possui representadas as linhas e medidas do moinho, relacionadas com os conceitos de Ching anteriormente explicados (2008), e que tornam esta edificação tão atraente, mesmo sendo simples e tendo algumas anomalias na sequência de ritmos.

Figura 96 - Análise da fachada marginal, principal no lado Sul



Fonte: elaborado pela autora (2024)

É importante salientar que essa captação fotográfica é possível em frente ao moinho, do outro lado da ERS 355, posicionando-se às margens de um terreno com mata densa. A partir da imagem e da avaliação realizada, a primeira questão relevante é que a edificação evidencia, na fachada, três épocas distintas: inicialmente, a parte de madeira (à direita), após, a construção em alvenaria (central) e, por último, a residência da família (à esquerda). Essas três tipologias formam uma composição visual harmônica, combinando inclusive as alturas no perfil da fachada. O volume que não se conecta com o conjunto é a garagem.

A fachada marginal tem proporção agradável nas medidas verticais: onde o peitoril tem 90 cm (P-90), a janela tem 130 cm (J- 130); a parte entre janelas também tem 130 cm (E-130), janela superior tem 1,00m (Js-100), e a verga superior tem 70 cm, sendo 40 cm de alvenaria, e o restante fechando os apoios do telhado, tábuas de lambri dispostas na vertical. Somam-se os elementos à altura total de 5,19 de fachada. A ideia de que a base precisa ser mais sólida e alta, diminuindo vãos e espaços até a parte superior, vem das concepções clássicas da arquitetura.

Quanto à simetria geral (linha vermelha vertical), o moinho tem uma relação visual igual aos dois lados. No levantamento técnico, encontraram-se 20 cm de diferença, imperceptíveis no local sem um estudo das medidas. Todas as edificações têm simetria de modo individual (linha azul vertical). Nas linhas horizontais (amarelo claro) e verticais (verde), percebe-se um quadriculado quase igual, trazendo a ideia de módulo de repetição e ritmo, nas janelas e paredes fechadas. O espaço maior (de modo vertical), marcado por um “X” azul acaba sendo dividido pelo duto de água pluvial (flecha azul), auxiliando no equilíbrio das linhas verticais. As duas paredes finais (lado esquerdo, em alvenaria; lado direito, em madeira) têm largura igual de 1,54 m o que confere ao edifício uma moldura terminal.

As linhas do telhado também acompanham as alturas tanto da residência atual quanto do moinho, sendo apenas duas linhas paralelas. O telhado também une as edificações e tem a mesma textura e tipologia da cobertura da residência atual. O oitão central também está alinhado com o telhado da construção em mansarda do lado norte.

Os requadros em laranja mostram a irregularidade das duas portas. O acesso do centro da edificação está muito desalinhado da janela superior. Na edificação em madeira, a porta também está deslocada da janela central, que é simétrica às janelas existentes. Este desencontro chama-se anomalia, pois contrasta com a regularidade seguida por toda a edificação. No entanto, no contexto geral, esse detalhe torna-se pequeno, não interferindo no conjunto de qualidades perceptíveis. A identificação da construção física é acompanhada pelo seu entorno físico, que permite também a proteção patrimonial.

4.3 ANÁLISE DO ENTORNO

Para que haja a salvaguarda da edificação histórica como um todo, importa igualmente preservar o entorno imediato e sequente ao moinho. Também é necessário aguçar a curiosidade e o senso estético do visitante desde o acesso principal ao município de Fagundes Varela, avaliando pontos mais interessantes, com paisagens características. Pode-se dizer que, além do patrimônio material e imaterial do moinho, a paisagem e o patrimônio cultural são relevantes no modo de chegar e visualizar essa edificação histórica, em meio a colinas verdes e ao arroio. A análise da configuração do espaço rural, marcando as estações e seus intervalos, que ocorre nos arredores do Moinho Melatti, utilizou o método INCEU (2001) - Inventário de Configuração de Espaços Urbanos - elaborado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional do Ministério da Cultura) como um manual de identificação e documentação de sítios históricos. Essa análise visual é marcada por estações e seus intervalos; no entanto, foram selecionados os pontos de maior interesse. A técnica de observação conduz o olhar para a frente, à esquerda e à direita quando existem elementos significativos. Junto às imagens foram evidenciados os principais elementos formais do sítio, de Kevin Lynch (1988): seu método de análise revela os espaços através do mobiliário urbano representado por seis elementos: “vias, bairros, limites, cruzamentos, marcos e pontos nodais” (Lynch, 1988, p.43).

Iniciando pela configuração do espaço urbano (INCEU), no caso rural, em visita técnica realizada no mês de fevereiro do ano de 2023, foi realizado o percurso no cruzamento da BR 470 com a ERS 355, que dá acesso até o local de pesquisa. Foram arroladas 30 estações⁵⁶ e, dentre elas, foram escolhidas as mais significativas do percurso. Esse levantamento foi auxiliado pela bolsista Letícia Maria Zardo⁵⁷. A fim de ter mais precisão na leitura dos visuais, foi utilizada a ferramenta digital do *Google maps* e do *Google Street View*⁵⁸. Toda a estrada tem o recurso de *Street View*, o que auxilia nas pesquisas e nas soluções para tornar o roteiro mais atrativo. Na imagem

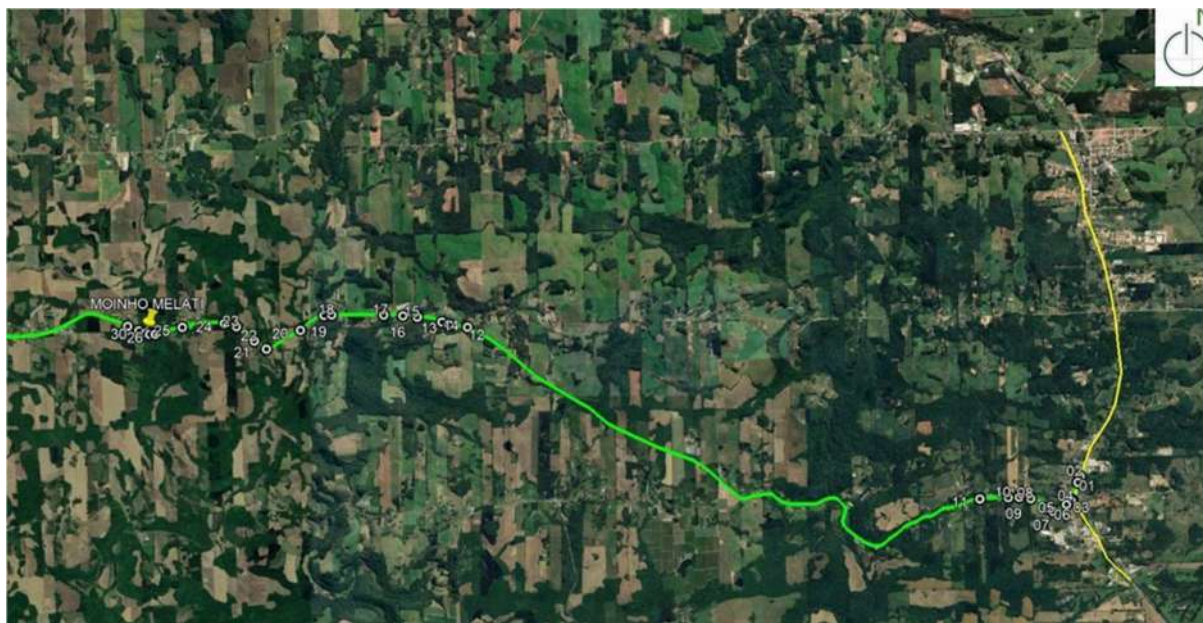
⁵⁶Todas as fotos e registros realizados estão disponíveis no site da pesquisadora: www.margit.com.br;

⁵⁷ ZARDO, Letícia Maria. Levantamento Do Patrimônio Industrial Na Cidade De Cotiporã - RS. Relatório de estágio obrigatório Universidade de Caxias do Sul, 2022. Orientadora Me. Margit Arnold Fensterseifer.

⁵⁸ Google Street View: Município e arredores de Fagundes Varela. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-28.8802162,-51.6244603,17115m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 28 fev. 2023.

a seguir, evidenciam-se o roteiro e as estações marcadas, contendo as 30 selecionadas no percurso.

Figura 97 - Demarcação das estações



Fonte: Google Earth, adaptado por Zardo (2023).

As primeiras estações foram registradas nas proximidades do trevo de acesso principal do município, que possui uma rótula na BR 470 com a ERS 355. A seguir, há o mapa aproximado, com as marcações junto a esse cruzamento, onde estão sinalizados 11 pontos visuais.

Figura 98 – Estações de 1 a 11



Fonte: Google Earth, adaptado por Zardo (2023).

A estação um é caracterizada pelo trevo de acesso a Fagundes Varela que ocorre em rótula com a BR 470 na direção Veranópolis a Vila Flores e Nova Prata. Na Figura 99 a seguir, mostra-se o acesso para a RS-355, principal via de chegada ao centro urbano e ao município de Fagundes Varela. Foi escolhido esse visual, porque se trata do trajeto mais utilizado (ao contrário do sentido Norte/Sul - de Nova Prata para Fagundes Varela). No lado esquerdo da imagem visualizam-se as letras aplicadas ao talude de grama: Fagundes Varela. Esse marco e a placa de sinalização padrão na estrada, para o INCEU (2001), seriam um realce na paisagem (círculo vermelho), embora a placa publicitária (do comércio de frutas Mossi) seja um realce negativo desse acesso. Também são realces os postes contrastando com o céu azul.

Ainda, à esquerda, o *guard-rail* e o asfalto sinalizado criam a direção. À direita também se observa uma amplitude, que, na sequência, é fechada com uma massa vegetal homogênea, a qual forma um emolduramento com o céu, direcionando, ao mesmo tempo, o olhar ao horizonte. No centro do trevo, formam-se dois “Y”, isto é, o viajante precisa decidir em que direção prosseguirá. Também à direita está a placa

padrão do DAER-RS (Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Sul), que mostra as cidades que podem ser acessadas por este cruzamento. Na imagem, são representadas linhas que caracterizam essas peculiaridades do trevo de acesso.

Figura 99 - Trevo sentido Sul - Norte



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Leticia Zardo.

Para Lynch (1988), um cruzamento é um ponto focal, pois tem como característica a mobilidade e é uma confluência de vias. Esse acesso a Fagundes Varela deveria ser mais valorizado, pois encaminha a locais interessantes até chegar ao perímetro urbano do município. É um ponto de concentração de vários caminhos, onde não há acúmulo de pessoas, e, sim, de veículos. O percurso a ser percorrido até o município seria, também, para o autor, um caminho cujas atividades se concentram, e as vias secundárias são acessadas. A necessidade de acessar esta região exigiu a abertura de estradas largas para o fluxo, inicialmente de cavalos e carroças. Em contraponto, a natureza ainda emoldura o cenário, fechando o horizonte com uma vegetação densa. É claro que atualmente é necessário que os cruzamentos sejam marcados por amplitudes (aqui, espaços com grama) permitindo visibilidade a longa distância. A memória desse local está no traçado, aberto por tropeiros, que hoje é a rodovia Buarque de Macedo (nesse trecho, BR 470), principal via de mercadorias na época das imigrações no final do século XIX.

A estação 2 é uma aproximação da 1, por isso passa-se diretamente à estação 3, que tem como atrativo uma casa à direita, com características Art Déco, estilo arquitetônico dos anos de 1940 a 1950 gerado no pós-guerra. Na imagem a seguir, observam-se ainda outros detalhes:

Figura 100 - Estação 2: Acesso ERS 355 em direção a Fagundes Varela:



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

A residência fica em ponto alto do talude e representa um realce (INCEU,2001), marco visual para Lynch (1988), até por ter uma cor chamativa. Também está assentada em um conjunto de vegetação densa formada por uma mescla de várias espécies vegetais, entre elas uma azaleia cor de rosa⁵⁹ e dois pontinhos vermelhos, que são flores do arbusto de hibisco. Existe um direcionamento visual marcado pelos fios de luz, e o poste acaba mesclando-se com a vegetação. A via faz, ali, uma de suas primeiras curvas acentuadas, que culmina em um fechamento no fundo de árvores. No lado esquerdo do mapa, está indicada a sede da AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) de Veranópolis; no entanto, a vegetação em canteiro central encobre o seu prédio. A estrada tem a mesma caixa de via utilizada para levar os imigrantes à colônia, por isso desvia colinas e possui muitas curvas, mas é toda pavimentada de asfalto.

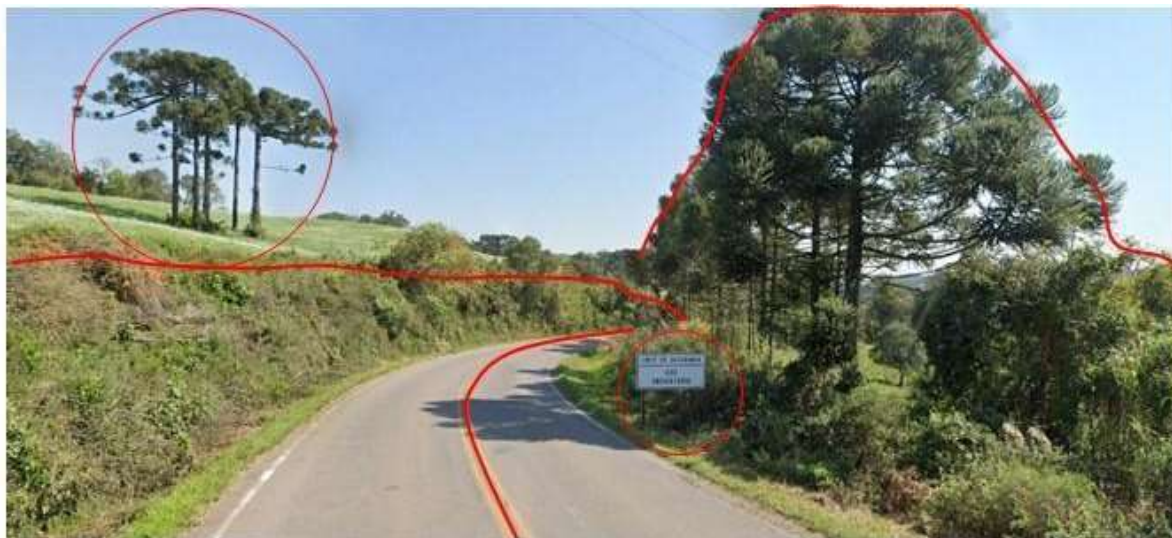
Com maior relevância que a 4 e 5, a estação 6 destaca-se por representar a paisagem cultural que identifica a região. Segundo Schama:

Um escavador de tradições curioso esbarra numa saliência que se projeta sobre a superfície dos lugares comuns da vida contemporânea. ele escava e descobre fragmentos e peças de um motivo cultural que parece escapar a uma reconstituição coerente, porém o leva aprofundar-se mais no passado (1996 p.27).

⁵⁹ Azaleias florescem em setembro no Rio Grande do Sul.

A estação 6, na sequência apresentada, mostra detalhes de vegetação significativos na paisagem cultural local:

Figura 101 - Estação 6: estrada e colinas



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

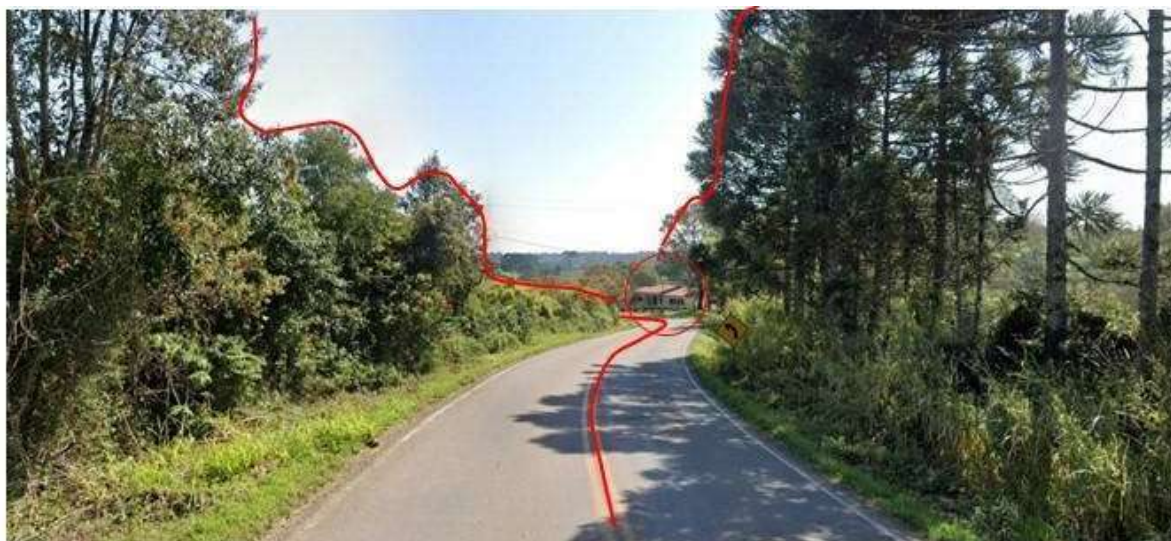
O mais evidente dessa paisagem são os dois marcos visuais (Lynch, 1988), das araucárias na lateral esquerda e ao lado da placa de segurança na lateral direita. As araucárias são árvores nativas do sul do Brasil, que foram essenciais para as construções no final do século XIX. Quando os imigrantes chegaram ao estado, a árvore foi também fonte de alimento, pois produz pinhões que matavam a fome dos viajantes, em especial no frio do inverno (BARBOSA,1961). No lado esquerdo da estrada forma um realce o conjunto das três árvores em forma de cálice, que são as fêmeas. No lado direito, a massa de vegetação também possui araucárias, mas em forma de pirâmide, portanto, machos. A gralha azul é um pássaro responsável pelos reflorestamentos naturais da espécie. A araucária é atualmente preservada e imune ao corte, que é autorizado somente em casos extremos.

A estrada está direcionando o passante, e o talude com vegetação rasteira à esquerda e a massa de vegetação à direita emolduram a vista. Nota-se que, para abertura da estrada, é cortada a colina e realizada uma planificação; como consequência, ocorre uma descida do lado direito da estrada. Na placa está escrito “cinto de segurança, uso obrigatório”. Contudo, seria de fundamental interesse também uma placa ilustrativa da importância das araucárias nesse local.

Percebe-se que essa área não tem construções junto à estrada, mas somente plantações e campos de gramíneas. Não se percebem parreirais, a não ser por alguns menores para uso familiar. A acentuada curva, que é fechada por uma mata diversificada, permite que o viajante possa se surpreender com a próxima paisagem. Nessa imagem, não estão presentes os postes de luz, frequentes nos demais visuais, o que torna a imagem mais atraente ainda.

A estação 7 é especial por criar um corredor verde: do lado direito, há uma fileira de araucárias ainda novas, vista a espessura dos troncos. Do lado esquerdo, há uma massa vegetal de espécies variadas. A estrada possui uma curva no final, onde há uma casa ao fundo no ponto focal (como ponto de fuga da captação fotográfica), e é um marco visual da paisagem (Lynch,1988), se tornando um ponto de referência ao observador.

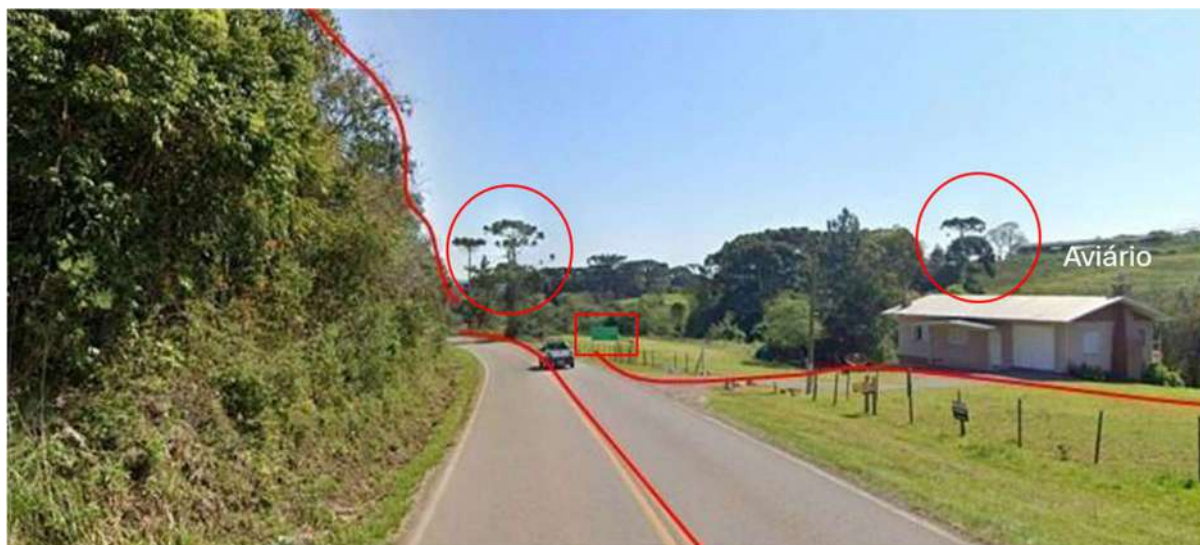
Figura 102 - Estação 7



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Na estação 8, é possível constatar o tipo de propriedade que caracteriza a zona rural de Fagundes Varela, ilustrada na próxima Figura.

Figura 103 - Estação 8: propriedade rural



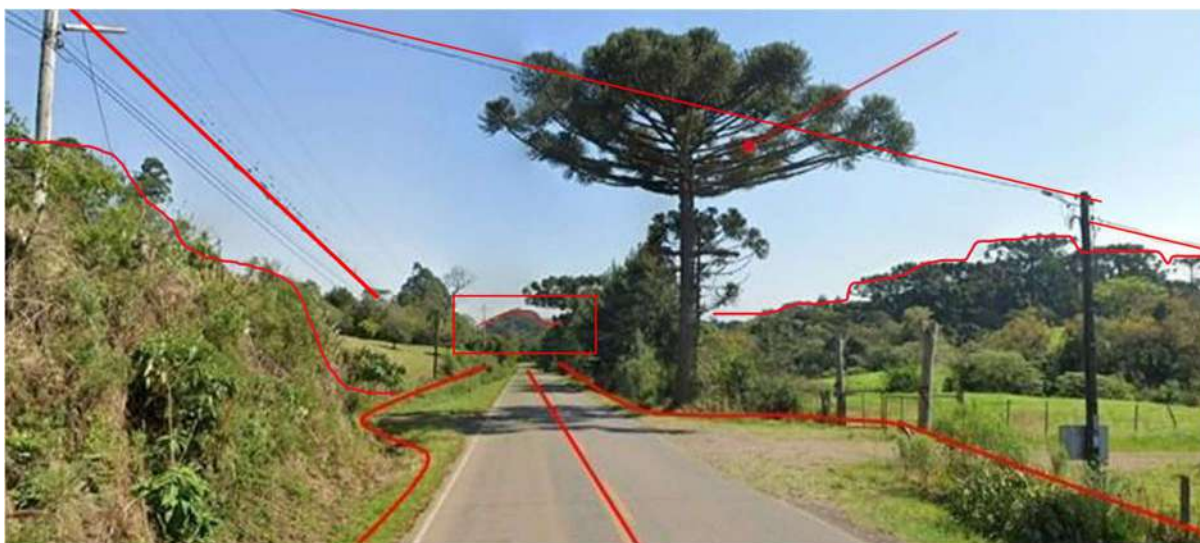
Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Nessa imagem, observa-se à esquerda o talude, frequente nesse caminho, com vegetação densa e gramíneas. Ao fundo, no foco da imagem, há araucárias, assim como no alto à direita. Ainda à direita, percebe-se que a casa está em um espaço amplo, que traz uma abertura de visual chamada de amplitude (INCEU, 2001). A cerca da casa não é regular, mostrando que somente protege a saída dos animais, principalmente bovinos. Não há preocupação com invasões humanas no território. O acesso à residência é caracterizado por uma estreita via curva de chão batido.

Acima, na colina à direita, vê-se um aviário, uma das economias significativas da região. O frango e os ovos foram uma das primeiras fontes de proteína dos imigrantes, pois a ave possui uma criação rápida e fácil; hoje, a história se prolonga com novas tecnologias nessa produção. O aviário está instalado no alto para que os ventos não carreguem o odor característico do local. Na continuidade da estrada, há curvas frequentes em meio a colinas, que não são altas e variam pouco em altura, assim como os terrenos. Na placa de sinalização verde está escrito em branco fosforescente: "São Francisco do Retiro e São Valentim", o local abaixo descrito é "Pedancino". Na próxima placa, lê-se "Rodovia Nadyr Peruffo".

A estação 9 é a última selecionada do primeiro recorte. É significativa pelas representações culturais que nela estão contidas, descritas na sequência da Figura 104, que a ilustra.

Figura 104 - Estação 9



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Na paisagem, observa-se, ao fundo, perto do ponto de fuga da captação fotográfica, uma massa vegetal que esconde um telhado de uma residência em telhas de barro e que fecha o visual no final da via. Do ponto de fuga para frente, ocorre um movimento de zigue e zague com alargamentos e estreitamentos alternados, onde existe um acesso a uma propriedade marcada por dois troncos de eucalipto e um provável portão (também aqui a cerca é irregular, somente para impedir que os animais saiam). A imagem da araucária em primeiro plano é um realce e um marco visual. Em sequência, estão mais duas araucárias. No lado esquerdo, o talude constante em quase todos os trechos da estrada reduz-se em um campo de topografia amena. Do mesmo lado, os fios de luz e as linhas da estrada direcionam ao fundo da imagem. No lado direito, há uma imagem que era constante no final do século XIX, das matas de araucárias (BARBOSA, 1961).

A estação 10 e 11 tem aspectos similares às anteriores e não estão inseridas. O próximo recorte, da estação 12 até a 20, mostra a zona rural da estrada.

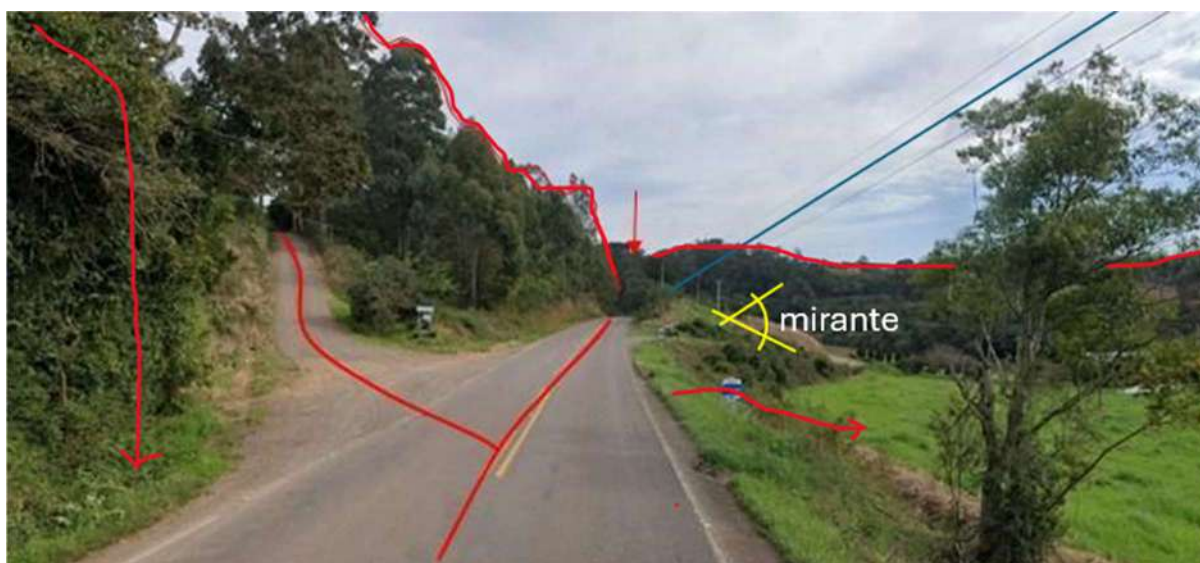
Figura 105 - Estações de 12 a 20



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Das estações marcadas no mapa anterior, foram selecionadas, pelos diferenciais, as estações 13, 15, 16, 19 e 20, que possuem características das três metodologias. A estação 13 é marcada por contrastes de cores e formas, conforme observa-se a seguir:

Figura 106 - Estação 13

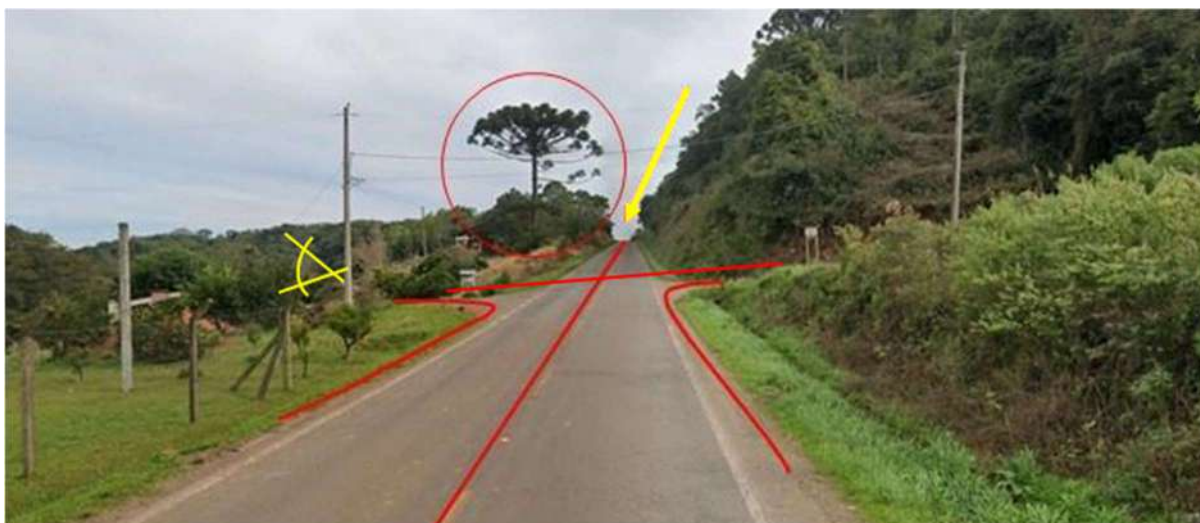


Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Na imagem anterior, vê-se o primeiro contraste entre o lado direito e o esquerdo. O direito é marcado por uma elevação do terreno, um aclive, e pelo acesso de uma propriedade que não se visualiza. O esquerdo tem um declive acentuado que termina em uma área plana que, na época da captação fotográfica, possuía um cultivo de pasto para os animais no inverno. O contraste de verdes ocorre entre a vegetação densa e variada, com o verde claro da pastagem e das gramíneas. Além disso, há o contraste do asfalto com o acesso em “chão batido”. O último contraste está na árvore em primeiro plano (planta nativa), que interrompe a linha do horizonte marcada por uma massa vegetal que contém várias araucárias. Esses contrastes são realces na paisagem, em que também ocorrem direcionamentos e emolduramentos com o perfil da mata junto ao horizonte. No ponto de fuga final, uma araucária entre vegetação densa marca o fechamento da direção. O “Y” formado pelo acesso à propriedade não é tão significativo, pois é uma estrada de “chão batido” que não confunde o viajante da ERS 355. Evidenciada em amarelo, também pode-se notar a característica que permite considerar o espaço como um local de mirante, do qual o observador pode enxergar ao longe uma paisagem relevante.

A estação 15, a seguir, possui direcionamento pela ERS 355 e conexões nas duas laterais que levam a propriedades privadas. Além disso, essa perspectiva também possui efeito de mirante, no ponto de fuga (flecha amarela), fechado na lateral direita e esquerda (INCEU,2001), possibilitando um visual longínquo no horizonte. Esse é um dos únicos pontos da estrada que não termina em curva e se prolonga à frente. Existe outro ponto mirante também do lado esquerdo, que possibilita uma visão distante, conforme observa-se a seguir na paisagem registrada:

Figura 107 - Estação 15



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

A estação 15 tem também a araucária como realce, marcante no horizonte e que, pela proporção da paisagem, atinge mais de 25 m de altura. No lado esquerdo, há uma propriedade com cerca de concreto e tela, diferente das anteriormente citadas. A estrada nesse local tem o lado esquerdo mais baixo do que o direito, e uma vegetação densa e variada em tons verdes escuros. Nota-se que os postes de luz se mimetizam no espaço devido ao realce acentuado da araucária ao fundo.

A estação 16 tem o diferencial de ter os dois lados em aclives formando um túnel a céu aberto e um emolduramento para a via, direcionando o olhar e terminando com efeito de mirante. A seguir, percebem-se as características representadas na paisagem analisada:

Figura 108 - Estação 16

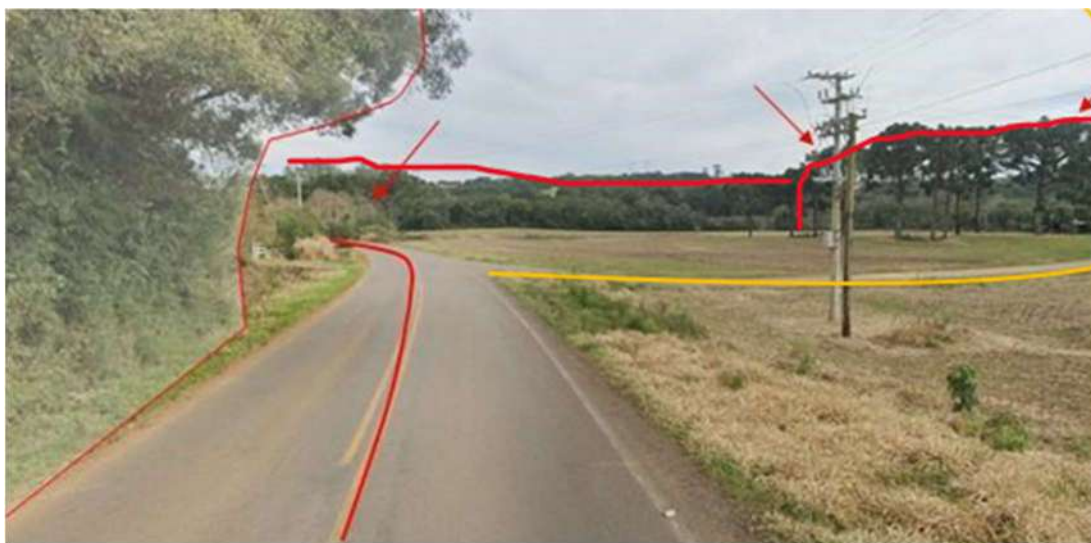


Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Ainda na imagem anterior, verifica-se a vegetação com cor de palha à esquerda, provavelmente por ter sido agredida pelo excesso de exposição solar ou pelo frio intenso, contrastando com o verde da direita, que contém o tradicional capim gaúcho, arbusto nativo cuja floração parece uma pluma.

Na estação 19, as araucárias na lateral direita se tornam um marco visual, de acordo com a proposta de Lynch (1988). Ainda, o poste de luz se destaca entre a amplidão. Já a lateral esquerda possui efeito de envolvimento e moldura, pois a vegetação se debruça sobre a estrada, e há um alargamento depois da vegetação. A estrada direciona o passageiro até uma visual fechada, demarcada por uma seta no fundo da perspectiva (INCEU,2001). É um dos maiores campos que se encontra no percurso até o moinho. A vegetação está queimada e oferece uma imagem pálida, marcada pela densa vegetação ao fundo. Na lateral direita, nota-se um conjunto de araucárias com campo na base, quase todas em meio a matas com outras vegetações, que são um realce na paisagem. A linha do horizonte também é fechada, com verde denso que contrasta com o céu nesta imagem com muitas nuvens. Ainda é possível perceber um discreto caminho no meio dos dois campos, que adentra no campo à direita.

Figura 109 - Estação 19



Fonte: Google Street View (2023). Adaptado por Letícia Zardo.

A última estação do recorte é o ponto 20. Possui um grande campo visual e uma tonalidade de verde dos dois lados, cortada pela pavimentação asfáltica. O caminho também se fecha em uma curva. A seguir, apresenta-se uma imagem com suas marcações:

Figura 110 - Estação 20



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Nesse visual não existem postes de luz, o que permite acentuar os elementos naturais, como as araucárias do lado esquerdo e os eucaliptos, que não são nativos, do lado direito. Ao fundo à esquerda, vê-se um poste metálico que suporta fios de alta

tensão. No quadrado do ponto focal da imagem, fica a Capela de São João que será a próxima estação avaliada no terceiro recorte.

Finalmente, foram analisadas as estações 21, 24, 26, 27, 28 e 29, selecionadas pelos diferenciais e pela importância a caminho do moinho, e pelas proximidades do arroio Vicente Rosa, fonte de água natural para agricultura e geração de energia para diversos moinhos que ali se instalaram no decorrer do tempo. Nessa área, percebe-se uma densificação das propriedades e edificações. A seguir, apresenta-se o recorte com a marcação das estações.

Figura 111 - Estações de 21 a 30



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

A primeira estação é a 21: possui efeito "Y" na estrada com opção de dois caminhos asfaltados. A seguir vê-se a sua visual captada:

Figura 112 - Estação 21



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

O marco visual está na lateral esquerda, onde se encontra uma pequena capela, denominada de Comunidade São João, da qual participava a família Melatti. Do mesmo lado, há árvores como realce negativo, escondendo a capela. As raízes dessas árvores estão expostas no talude de terra, causando um perigo iminente de queda. Na direita, vê-se uma plantação de milho e um talude com heras e gramíneas. Os dois taludes formam duas barreiras, porém sem muita altura. Além disso, tem um efeito de direcionamento e de “Y” quando os fios se encontram sobre as duas vias. No horizonte, um contorno de massa verde marca quase todo o visual da ERS 355. Na imagem a seguir, veem-se a Capela e as outras edificações:

Figura 113 - Marco visual da estação 21



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Leticia Zardo.

A capela tem como entorno uma massa vegetal que emoldura a construção, junto a um conjunto de edifícios que possui salão comunitário e um ginásio esportivo. Todavia, não tem cemitério, que é elemento frequente em complexos do mesmo tipo. Verifica-se, ainda, uma residência na lateral esquerda.

Desse local também é pertinente mostrar uma vista aérea, que evidencia várias residências de propriedades agrícolas, um diferencial neste ponto da estrada. Pelos conceitos de Lynch (1998), esse local pode ser considerado um bairro, pois contém vários imóveis similares na implantação e tipologias construtivas. Isso é demonstrado na imagem a seguir do entorno da capela:

Figura 114 - Mapa das proximidades da Capela São João



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora (2024)

Constata-se também que a capela está implantada em uma curva da estrada, em local de visibilidade reduzida aos motoristas que acessam o espaço. Na imagem do mapa aproximado, também se destacam os cultivos; no entanto, encontra-se área proporcional espaços de mata densa junto às plantações. As residências 8 e 2, estão junto a RS, enquanto as marcadas com os números 1, 3, 4, 5 e 7 estão afastadas da rodovia. Já a de número 6 está localizada bem próxima à via secundária. É provável que as construções mais próximas à estrada sejam mais antigas e tenham sido reformadas, uma vez que, atualmente, é necessário respeitar a faixa de domínio⁶⁰ do DAER.

A estação 24 possui uma bifurcação, tornando-se assim o efeito “Y”, segundo INCEU (2001). Embora o viajante siga na pavimentação asfáltica, é possível ter curiosidade para onde a estrada de chão batido pode levar. Essa é uma constante na estrada, pois há várias ligações às propriedades que são similares, no entanto não há sinalização informando o nome da propriedade, o que dificulta o acesso dos viajantes. Existe um emolduramento criado com vegetação (à esquerda, por uma

⁶⁰ A faixa de domínio é variável conforme a importância da estrada; nesse caso, estabelecem-se 40 m do eixo da via para cada lado. Essa lei acaba impedindo alguns restauros, pois as edificações históricas estão construídas na faixa de domínio. É necessário, nos processos de restauro e intervenção, solicitar a liberação do DAER-RS para o projeto e execução (informação dada em entrevista de 2020, concedida por Paulo Gross, proprietário de um imóvel histórico às margens da RS 431- acesso São Vendelino - Linha Paulina, Bento Gonçalves).

plantação de eucaliptos⁶¹) e o talude do lado esquerdo da via. Também o horizonte e o ponto de fuga são direcionados pelo contorno da vegetação junto ao céu dos dois lados. Nessa perspectiva, pode-se observar no ponto focal uma edificação junto à estrada, tornando-se um destaque para o observador.

Figura 115 - Estação 24



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Na próxima estação, de número 26, o observador, em meio a uma densa mata diversificada dos dois lados, enxerga um realce, que é a edificação residencial à esquerda e contrasta com o entorno pela sua cor quase branca. Trata-se um realce (INCEU,2001) na passagem, embora não tenha importância histórica ou arquitetônica. Na imagem a seguir apresenta-se o visual desse ponto:

⁶¹ O eucalipto é uma árvore exótica e tem origem na Austrália; é provável que tenha chegado à América do Sul pelo Chile através dos Ingleses em 1823. No Brasil, a espécie chegou ao Rio de Janeiro na metade do século XIX, chegando ao Rio Grande do Sul poucos anos depois. É uma árvore cuja madeira tem uma resistência muito grande à intempérie, servindo como postes de luz e também de cercamento das propriedades. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/silvicultura-de-eucalipto>. Acesso em 1 jul. 2024.

Figura 116 - Estação 26



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Ao fundo, na curva acentuada da estrada, marcado com a seta vermelha, vê-se o início da ponte do arroio Vicente Rosa. Verifica-se a existência de dois postes de madeira e fios de luz que se mimetizam na vegetação. No lado direito, há um leve talude que faz a base da mata. Na imagem junto ao início da ponte, enxerga-se a colina com vegetação diversificada que está em frente ao moinho. Essa visual é significativa, mas menos evidente do que a visual à direita, da edificação linear do moinho:

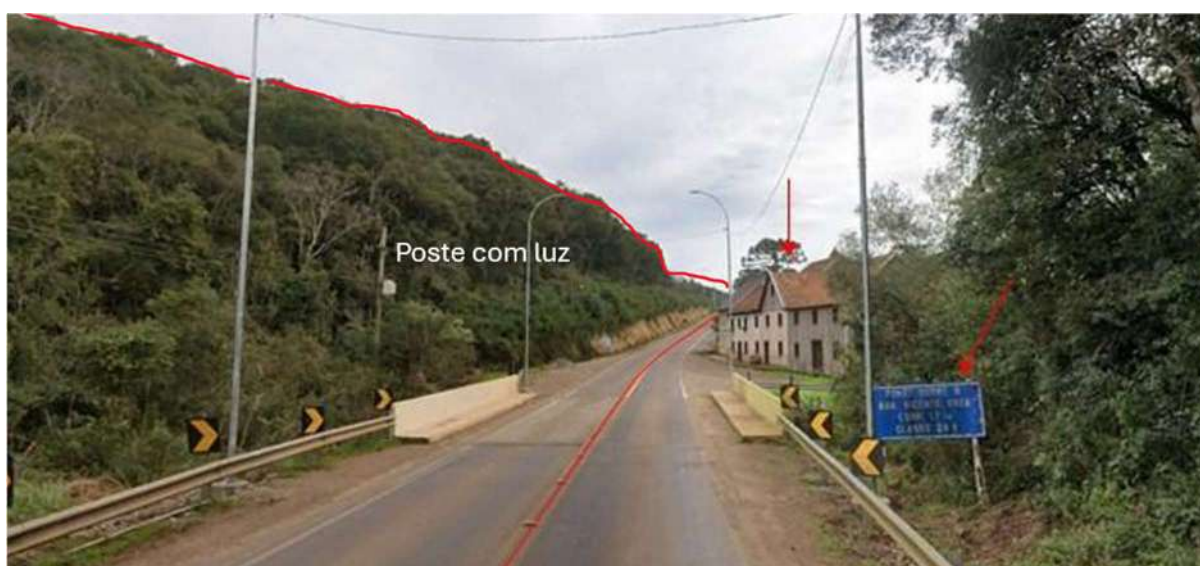
Figura 117 - Colina em frente ao moinho



Fonte: elaborado pela autora (2023)

Na estação 27, a seguir, encontra-se o objeto de estudo desta tese, o moinho Melatti, que se torna um marco visual para o observador, e um ponto de referência. À primeira vista é um destaque, um realce na paisagem, uma grande construção que ladeia a pavimentação asfáltica. Como a edificação não está alinhada com a estrada, mas se projeta de modo inclinado a esta, é possível observar com efeito surpresa a instalação. A seguir tem-se a visual desta estação:

Figura 118 - Estação 27



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Na placa do lado direito há a descrição “*Ponte sobre o Arr. Vicente Rosa, comp. 17 m, classe 24 T.*”; a ponte também representa um estreitamento. O fim da ponte marca o início da zona urbana de Fagundes Varela; a partir dela, passam a existir postes de iluminação pública, que iluminam o caminho e a edificação onde está o moinho. Perto do ponto de fuga, uma araucária faz o contraste com o céu, e o perfil da mata à esquerda conduz o viajante ao centro e à continuidade da via. Existe um alargamento na frente do moinho, onde inicia uma ciclovia, inaugurada nos anos de 2020 e que leva até o centro urbano.

Figura 119 - Estação 27: marco visual



Fonte: grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela (2018).

A vista do moinho encontra outras visuais que tornam o espaço ainda mais interessante. Este, mesmo sendo um destaque, faz parte atualmente da paisagem cultural do município junto à natureza exuberante que o contorna. Na imagem a seguir (Figura 120), há uma perspectiva do moinho a partir do arroio Vicente Rosa.

Figura 120 - Arroio Vicente Rosa a norte do moinho



Fonte: grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela (2018).

Essa imagem revela o quanto é necessário preservar o entorno do local sem intervenções que prejudiquem a cena. O moinho com suas tonalidades neutras não perturba o olhar do observador. A seguir mais duas imagens do arroio, essencial para diversas propriedades de Fagundes Varela:

Figura 121 - Percurso natural do arroio Vicente Rosa



Fonte: Bernardete Melatti (2024); grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela (2017)

O texto que acompanha a imagem à esquerda, disponibilizada na página Facebook intitulada “Eu nasci em Fagundes Varela” diz o seguinte: “Arroio Vicente Rosa, o nosso ‘rio do Melatti’, seguindo seu curso no interior de Fagundes Varela e Cotiporã. 23 de novembro de 2017”. Esse curso d'água é sempre belo e diferente: quando há estiagem aparecem as rochas basálticas, e quando há muita chuva, parece uma cascata. A cor barrenta se justifica porque a água, na época de chuvas, traz terra das plantações que se encontram acima do moinho.

Nas imagens a seguir, há fotos do arroio em época de estiagem, e pode-se ver a mata ciliar⁶² ao lado:

⁶² Mata Ciliar: são florestas, ou outros tipos de cobertura vegetal nativa, que ficam às margens de rios, igarapés, lagos, olhos d'água e represas. O nome “mata ciliar” vem do fato de serem tão importantes para a proteção de rios e lagos como são os cílios para nossos olhos. Disponível em https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/matias_ciliares/. Acesso em: 1 jul. 2024.

Figura 122 - Arroio e mata ciliar (visual Sul-Norte; fundos do moinho)



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Na parte posterior, a colina onde está a represa construída por Cristoforo, de onde descem os canos d'água até moinho. Esse campo tem várias pedras incrustadas e vegetação arbustiva que é mantida cortada pelos proprietários do moinho.

Figura 123 - Parte Norte, colina atrás do moinho



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A próxima estação é a 28, onde se encontra o pórtico de acesso do perímetro urbano de Fagundes Varela. A seguir, há a imagem da construção que marca esse acesso:

Figura 124 - Pórtico e entorno



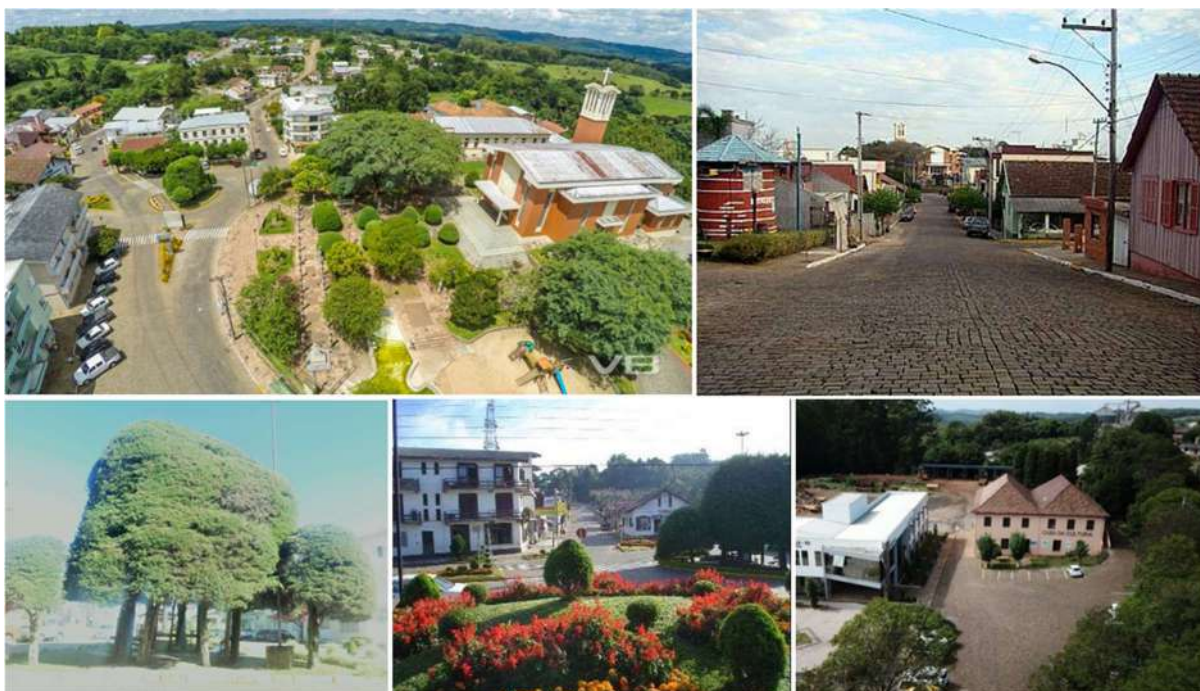
Fonte: Google Maps (2024)

É possível identificar, atrás do pórtico, uma mata de eucaliptos à esquerda. Fazem um direcionamento ao pórtico uma fileira de tuias (do gênero das coníferas, características da região da Toscana, na Itália) dispostas regularmente, que acabam escondendo uma construção industrial na esquerda. Na lateral direita, está uma pastagem em tom de verde claro, que identifica o local com economia basicamente agrícola. No lado esquerdo, também há a ciclovia que percorre a estrada entre o moinho e o centro da cidade. A construção é um realce e um marco visual. Sua idealização objetivou trazer elementos da identidade cultural nas formas e texturas escolhidas. Segundo o site da prefeitura de Fagundes Varela:

O pórtico foi construído em três etapas dos anos 2000 até 2008. Feito por pedras rústicas que simboliza as primeiras casas construídas pelos imigrantes italianos, a estrutura família rural, as pedras que eram usadas para construir divisas, cercado para o gado e o suíno, e eram utilizadas também, nas construções dos muros para as parreiras, muitas pessoas ainda hoje, conhecem esses muros por "taipas" palavra de origem do dialeto Talian. Na sua estrutura, o pórtico possui dois letreiros, ao chegar na cidade, você verá estampado o nome Fagundes Varela, e ao sair uma mensagem carinhosa em Talian Bom Viaio, que quer dizer, Boa Viagem.

A comunidade valoriza esse monumento por identificar-se com ele, em especial pelas conotações referentes à cultura de imigração italiana que ali estão inseridas. O pórtico dista da Igreja Santo Antônio (na Figura 125 a seguir) 1,8 Km. O espaço urbano tem uma área reduzida em relação à zona rural do município e se caracteriza como um bairro segundo os critérios de Lynch (1989). Possui toda a infraestrutura de apoio aos moradores, como comércios, igrejas, hospital, escola entre outros. As ruas são pavimentadas, em especial com paralelepípedos de basalto, e algumas são asfaltadas. A seguir há uma imagem aérea do centro urbano e imagens pontuais do centro urbano de Fagundes Varela:

Figura 125 - Visuais do centro de Fagundes Varela



Fonte: Blog: Viagem, turismo e aventura por lugares incríveis. Disponível em:

<https://viagemturismoaventura.blogspot.com/2020/02/fagundes-varela-rio-grande-do-sul-1737.html?spref=pi>. Acesso em: 09 ago. 2024

A próxima estação, de número 29, cobre uma imagem que parte do pórtico e segue em direção ao moinho, para o leste, isto é, é a visual que se obtém quando se deixa o centro urbano de Fagundes Varela (Figura 126):

Figura 126 - Estação 29



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Do centro urbano ao moinho existe um efeito de direcionamento. Marcados pela ERS 355, estão a ciclovia à esquerda e os postes de iluminação dispostos de modo regular. Nota-se que a captação fotográfica foi realizada logo após a construção da ciclovia, pois o talude está com terra à vista, provavelmente por ter sido desbastado para a construção da via. Na lateral esquerda, pode-se observar o efeito de alargamento visual pelo campo aberto e, ainda, uma residência característica na zona rural, com porão de alvenaria, casa de madeira na cor branca e janelas de madeira marrom escuro. Do lado direito, há um fechamento, criando uma barreira visual de mata densa (INCEU,2001). Quase perto do ponto de fuga da imagem, está a residência da família Melatti.

A estação final selecionada é a de número 30, em que se visualiza em primeiro plano a edificação residencial construída junto ao Moinho. Esta destaca-se como um realce e um marco visual, atraindo a atenção do observador, também por se tratar de uma edificação de valor patrimonial.

Figura 127 - Estação 30



Fonte: Google Street View (2023), adaptado por Letícia Zardo.

Os perfis que resultam das massas vegetais do lado direito formam uma linha contínua até o horizonte no ponto focal da imagem. A massa vegetal à esquerda, por ser mais alta, gera um fechamento. O direcionamento ocorre com as linhas da estrada, na composição das sarjetas laterais. Não há passagem para pedestres ao longo dessa parte da via, que fica próxima ao centro urbano.

Conclui-se que, após a análise das principais estações listadas, há necessidade de valorização da rota que leva ao moinho e, a partir dele, ao centro de

Fagundes Varela, onde existem elementos identitários históricos relevantes. A estrada é diferenciada a cada nova estação, e não é possível prever o que apresenta na sequência; não é um caminho monótono, mas formado por curvas, fechamentos e alargamentos. A propósito, em alguns locais, fazem-se necessários os alargamentos, que servem para o trânsito de pedestres e ciclistas, e igualmente permitem alguns mirantes, de onde os visitantes podem admirar e fotografar a paisagem circunstante.

Nota-se, nesse percurso, porém, a necessidade de placas indicativas, além das oficiais do DAER-RS, orientando os passantes sobre o que encontram no caminho, e idealmente oferecendo um resumo histórico local. Os realces, por exemplo, em sua maioria, são de araucárias e jerivás (palmeira característica da região sul do Brasil), espécies cujo plantio deveria ser incentivado em oportunidades como essa. Em especial, as araucárias são árvores simbólicas para os imigrantes, tendo sido fonte de alimento e material para construções.

Em relação às construções, novas residências e edificações a serem erguidas precisam respeitar o recuo do DAER-RS e, assim, utilizar o espaço frontal para comporem a paisagem natural já existente. O espaço que é ocupado pelo moinho e seu entorno precisam ser pensados de forma a preservar a paisagem que abraça o local, valorizando a edificação. A garagem que foi construída para o carro do Sr. Egydio Melatti precisa ser repensada para não prejudicar o visual oeste da edificação histórica em madeira. A construção residencial que compõe o patrimônio industrial do moinho faz parte do conjunto e precisa ser estudada e preservada. A varanda que une o espaço residencial ao industrial (Figura 128) é igualmente um espaço significativo, inclusive por conter uma antiga cuba, onde os residentes lavavam as mãos antes das refeições. A residência foi construída no auge da produção do moinho e Ernesto (pai de Egydio) precisava dos espaços do moinho que eram ocupados para residência. A seguir, tem-se a imagem da varanda:

Figura 128 - Varanda que une o moinho à residência da família Melatti



Fonte: elaborado pela autora (2024)

A análise das estações serve para auxiliar a direcionar as escolhas municipais para roteiros históricos, de modo a não permitir que realces negativos e extração da vegetação nobre e nativa destruam a paisagem cultural presente.

5. RESTAURO E INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

5.1 IMPASSE INVENTÁRIO E TOMBO

Para os procedimentos de restauro e intervenção do moinho, existe a necessidade de levantar fundos que viabilizem a manutenção do espaço industrial. Essa possibilidade é realizável através da Lei Rouanet ⁶³, ou lei de incentivo à cultura. No entanto, para que o projeto seja aprovado a nível federal, é preciso que o bem tenha interesse social, isto é, que receba do poder público uma proteção de inventário ou tomo.

A ideia de realizar um inventário para ser avaliado pelo Município de Fagundes Varela ocorreu durante a qualificação desta tese de doutorado, justificada pelo fato de que haveria um fichamento técnico, histórico e social descrito de qualquer forma por esta pesquisadora. Contudo, gerou-se uma polêmica quando a família Melatti foi informada de que um processo de inventário seria aberto junto à prefeitura e, de imediato, rejeitou a proposta, deduzindo que o inventário seria um documento de perda da propriedade da edificação histórica e seu entorno. Por isso, é interessante entender os processos de tomo e inventário e as causas de haver atualmente tantas dúvidas e temores de perda do imóvel quando são adotados esses recursos para os patrimônios históricos a preservar.

O registro de bens com interesse histórico já ocorre no Brasil desde o Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, com o início da salvaguarda de bens históricos. Em primeiro lugar, é interessante ressaltar que neste decreto somente são válidos os bens e objetos que descritos no livro do tomo, que “é formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”. Na constituição de 1988 (IPHAN,2024) amplia-se a proteção para além do tomo: no Art. 216, parágrafo cinco, inciso I, descreve-se que: “o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de

⁶³ A Lei Rouanet, oficialmente conhecida como Lei 8.313/1991, é a legislação federal brasileira que mais incentiva a cultura no país. Ela permite que empresas e indivíduos apliquem uma parte de seus impostos devidos em projetos culturais. A lei é para: artistas, produtores culturais, empresas e o público em geral. Disponível em https://www.idk.org.br/ppe-lei-rouanet?gad_source=1&qclid=CjwKCAjwyo60BhBiEiwAHmVLJZunntK7VO6aEN6nyzh4wvUphaA-p6X9dNVQAjexo5Nf6XRx_gFsBoC--sQAvD_BwE#google_vignette. Acesso em: 2 jul. 2024.

inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Portanto, os bens inventariados, mesmo sem estarem tombados nas três esferas do poder público, mas inventariados por decreto lei ou no plano diretor, têm a proteção e possuem restrições para o uso e apropriação de espaços e objetos ao proprietário na salvaguarda. O IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - (2019) também conceitua o inventário como “uma ferramenta de produção de conhecimento” a nível municipal, que tem o poder de unir “passado e presente”.

Historicamente, na Europa, em particular na França, Choay (2001, p.99) diz que após a Segunda Guerra Mundial, evidenciou-se a proteção tomando-se um conjunto de medidas no plano jurídico e prático, “aplicando princípios de ordem que os herdeiros judiciosos empregam em relação a um espólio que lhes deixaria um mobiliário imenso, mas esparso, num grande número de castelos”. Essa questão foi gerada especialmente em relação a monumentos e obras de arte. Cabe evidenciar que as primeiras leis de salvaguarda na França foram criadas em 1790, criando categorias de bens recuperados pela nação com o objetivo de “preparar o inventário da herança e definir as regras de gestão” (Choay,2001, p.99). A partir dele, entende-se que, para avaliar o valor de um patrimônio, existe a necessidade de organizar dados que revelem todos os aspectos históricos dos objetos.

Nesse sentido, o inventário é um registro de informações importantes para a preservação e proteção dos bens culturais significativos e relevantes, servindo para conhecer a memória e identidade das comunidades e “auxiliar nas políticas públicas de preservação e valorização cultural” (IPHAN,2019). Segundo o IPHAN, a lei que corrobora as ações de inventário municipal é a do “Estatuto das Cidades⁶⁴”, que indica que o plano diretor municipal necessita estabelecer “a proteção integrada” que abrange as seguintes áreas: “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e consumido, do patrimônio cultural histórico artístico paisagístico e arqueológico”. As descrições são embasadas por pesquisas que identificam as potencialidades dos patrimônios a preservar; portanto, também são atribuídos valores aos bens. Reforçam esses conceitos também os profissionais do direito que, em uma

⁶⁴ A Lei 10257, ou Estatuto da Cidade, dispõe sobre as diretrizes gerais da política urbana, regulamentando os artigos 182 e 183 da CF/88, que tratam da política de desenvolvimento urbano. A lei estabelece normas de ordem pública e de interesse social acerca do uso da propriedade urbana Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/estatuto-da-cidade/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

cartilha de orientação de inventários do Ministério Público, formalizam esses registros como “atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural, vez que, para que sejam tomadas quaisquer medidas de proteção e intervenção” (MIRANDA, 2018. p.2).

Além da preservação do bem imóvel, destaca-se também o conceito do bem móvel com a classificação de bem integrado, isto é, o bem que faz parte do conjunto em que está inserido e que, em algumas situações, devido a peso e dimensões não pode ser deslocado (RIBEIRO; SILVA, 2011) Por isso, também se reconhece a importância de preservar o conjunto de bens móveis que, na composição, pode representar um saber, uma técnica e uma linha nos processos.

A dúvida corrente entre os proprietários de bens imóveis é, justamente, e como ocorreu com a família Melatti, relacionada à perda de propriedade. Assim, interessa esclarecer os conceitos de inventário e tomo, e sua diferenciação.

O inventário⁶⁵ é um registro que identifica e registra as qualidades de um bem. Corroborando o conceito, o site do IPHAN (2024, n.p.) descreve que:

Os Inventários são instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial.

Ainda segundo o instituto, a delimitação da área do inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é definida com relação às referências de bens presentes em um determinado território, e pode possuir várias dimensões de escala como uma vila, um bairro, uma zona ou uma mancha urbana, uma região geográfica culturalmente diferenciada ou um conjunto de segmentos territoriais.

O tomo, segundo o IPHAN (2024,n.p.), é “um instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal”. É um registro que, a partir das leis, resguarda com competência legal os patrimônios. A palavra tomo, assim como inventário, tem o significado de registro. O bem que está registrado no livro de tomo está mais

⁶⁵ No direito civil o inventário é um processo que ocorre após a morte de uma pessoa. Assim, é durante esse processo que se faz o levantamento de todos os bens que o falecido deixou. Além disso, ele pode ser judicial ou extrajudicial. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-o-inventario-e-para-que-serve/408825749> . Acesso em: 2 jul. 2024.

protegido que o inventariado, e o proprietário desse bem tem maiores restrições em relação à liberdade de utilização do imóvel; por outro lado, também consegue incentivos nos fomentos culturais que auxiliam na conservação do patrimônio de forma original. O objetivo dessa tutela do IPHAN (2024) é impedir o desaparecimento desses bens, preservando-os para as futuras gerações. Ao ser tombado o bem passa por um processo administrativo sujeito à fiscalização em sua esfera de atuação, sendo avaliados quanto à conservação e possíveis intervenções que necessitam de aprovação prévia dos órgãos públicos. Ao proprietário, cabe conservar, preservar e informar antecipadamente alguma decisão de intervenção. Um exemplo de tombamento no município de Fagundes Varela é o caramanchão (Figura 129) localizado no centro da cidade em frente à Igreja Católica de Santo Antônio.

Figura 129 - Caramanchão: bem tombado no centro urbano de Fagundes Varela



Fonte: Autor desconhecido, disponível em grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela (2024)

Segundo a prefeitura local, esse local foi tombado pela lei municipal nº 1976/2017. É uma proteção de sombra proporcionada por vários ciprestes que são

podados esporadicamente. Foi tombado pois tornou-se referência de encontros, especialmente para discussão, nos anos de 1985, da emancipação do município, anteriormente pertencente à sede de Veranópolis, antiga Alfredo Chaves. Alguns moradores também revelam que muitos namoros e casamentos iniciaram nesse espaço, pois era o ponto de lazer dos domingos à tarde.

Para que ocorram processos de inventário e posteriormente o tombamento é necessário, inicialmente, preencher um formulário para ser avaliado pelo poder público municipal, com a anuência dos proprietários, ou então de maneira menos adequada, compulsória ou litigiosa.

As prefeituras que têm plano diretor possuem também instruções para o preenchimento do inventário para bens com interesse público de preservação. Após ter esse processo aprovado, é possível solicitar o tombamento municipal do bem, que permanece com os proprietários, com restrições de intervenção, diferentemente do que ocorria na França no final do século XVIII, em que o estado reservava para si os bens privados a salvaguardar (Choay, 2001). Essa é uma das hipóteses históricas que levam os proprietários, ainda na atualidade, a temer processos de inventário e tombamento.

Em sequência, são apresentados os preenchimentos solicitados a nível municipal para o processo de inventário.

5.2 FICHA DE INVENTÁRIO DE FAGUNDES VARELA

A ficha de inventário da cidade de Fagundes Varela segue o formulário que está indicado no plano diretor do município, elaborado em 2019. Foi realizada uma síntese dos principais aspectos da legislação municipal em relação ao patrimônio a preservar. Não há explicações ou guias para o preenchimento. O profissional historiador ou arquiteto e urbanista que for preencher essas lacunas precisa ser especialista em patrimônios históricos.

Figura 130 - Ficha de inventário, anexo 9 do Plano Diretor de Fagundes Varela

PREFEITURA MUNICIPAL DE SECRETARIA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO		Brasão UCS			
1. IDENTIFICAÇÃO		2. FICHA			
Demonstração:	Uso:				
Proprietário:	Estimado:				
Outro proprietário:	Uso:				
3. LOCALIZAÇÃO		4. FOTO ENTORNO			
5. FOTOFIXAÇÃO					
6. ICONOGRAFIA					
7. HISTÓRICO					
8. ELEMENTOS FORMAS, TIPOLOGICOS E CONSTRUTIVOS					
9. VALORES PARA INVENTARIAMENTO					
Esportivo	Religioso	Cultural	Patrimonial	Funerária	Legal
Medieval	Modernista	Barroco	Contemporânea	Use Digital	Patrimônio
Arquitetônico	Plano	Vertical	Horizontal	Vertical	Horizontal
Residencial	Educativo	Religioso	Comercial	Use Público	Municipal
Comercial	Religioso	Comercial	M. Uso		
Comunidade	Comunidade				
Outro:					
10. CLASSIFICAÇÃO					
<input type="checkbox"/> Tombado	<input type="checkbox"/> Condição	<input type="checkbox"/> Tombado	<input type="checkbox"/> Desatado		
11. REFERÊNCIAS					
12. RESPONSÁVEL		13. DATA			

1 FICHA DE INVENTÁRIO

Fagundes Varela
Cidade e Participativa

idemer

FICHA DE INVENTÁRIO
(Anexo 09)

FRANCA 09/10

Fonte: Anexo 9, Plano Diretor Municipal de Fagundes Varela (2019)

A seguir, apresenta-se a ficha de inventário preenchida (Quadro 9) e entregue impressa no dia 16 de abril de 2024 ao Prefeito Nelton Carlos Conte e ao Presidente da Câmara de Vereadores Volnei Cattivelli com a presença da Mestre em Urbanismo, Arquiteta e Urbanista do município, Luise Dalla Libera e a secretária de cultura e educação municipal, Aline Moreschi Vivan. Junto a esse documento foi anexada uma solicitação (Anexo 1) assinada por Egydio Melatti, concordando com a ação de inventário do Moinho Melatti pelo poder público. Junto a esta documentação há uma justificativa para que o poder público possa deferir este processo com urgência, pois algumas ações de restauro e intervenção no moinho precisam ocorrer de imediato.

As fichas de inventário têm metodologias similares e iniciam com uma síntese do que é o bem inventariado. Logo após, solicitam uma planta de localização e, no caso específico de Fagundes Varela, imagens do entorno. A iconografia é um estudo descritivo da representação visual de símbolos e imagens, sem levar em conta o valor estético que possam ter. O ideal é que seja acompanhada de captações fotográficas.

Cabe ressaltar que, no documento, também podem ser mencionados saberes no contexto da imaterialidade. O histórico sempre está presente nessas solicitações,

pois é o passado (e pode ser recente) que auxilia a salvaguarda destes bens, assim como sua importância no contexto social local. Os elementos formais, tipológicos e construtivos são referentes à arquitetura da época. Os dados preenchidos são uma síntese da pesquisa realizada.

Quadro 9 - Ficha de inventário municipal preenchida

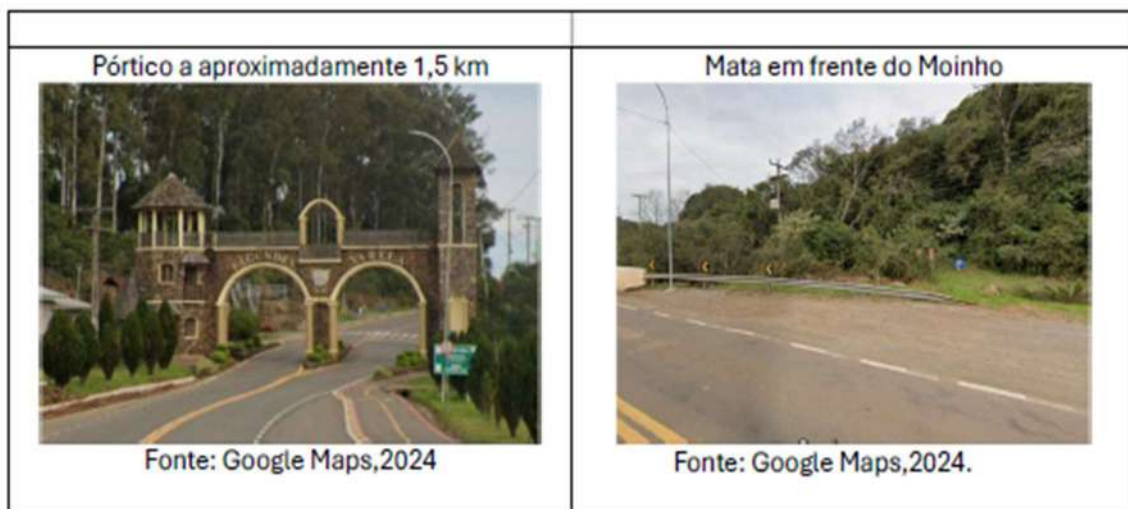
PREFEITURA MUNICIPAL
DE SECRETARIA DE
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

1. IDENTIFICAÇÃO		2. FICHA
Denominação: Moinho Melatti (grãos, milho, trigo e arroz) Patrimônio Histórico Industrial	Uso: Residencial e Moinho sem uso	
Proprietário: Egydio Melatti	Endereço: RS-355, Fagundes Varela	
Autor projeto/obra: Margit A.F.	Data: 4 de abril de 2024	



[continua]

[continuação]



5. FOTO DA EDIFICAÇÃO



Fonte: Google Maps, 2024

[continua]

[continuação]

6. ICONOGRAFIA

Como representantes de um período industrial, o maquinário intacto do processo de moagem de grãos. (Figura 1 e 2) O Moinho também tem pequenas capelas penduradas nas paredes de Santa Ana padroeira das rodas. (Figura 3) Também no local as matrizes de carimbos (Figura 4). Também é símbolo de registro das entregas de grãos a tabuinha de marcação que era apagada a medida que a farinha ou o arroz era entregue (Figura 6). Outro símbolo significativo são as turbinas que movimentavam a água gerando energia. Esta servia para mover as máquinas do moinho e também serviu para alimentar durante as noites a cidade de Fagundes Varela por 15 anos. Também é simbólico a presença de gatos que desde o início das atividades do Moinho servem como controle de pragas (em especial ratos).

Fig.1-Máquinas de moagem de Trigo e Mó (milho fundo)



Fonte: da autora 2023

Fig.2 -Máquina de descasque de arroz



Fonte: da autora 2023

Fig.4- Capelinha Santa Ana



Fonte: da autora 2023



Fig.5- Carimbos para Sacas de Farinha



Fonte: da autora 2023

[continua]

[continuação]

<p>Fig.6 – Tábua com anotações de entrada e saída de grãos e farinha:</p>  <p>Fonte: Da autora 2022</p>	<p>Fig.7 – Turbinas movidas a queda de água de uma represa na colina lado norte do Moinho:</p>  <p>Fonte: Da autora 2023</p>
--	--

7-HISTÓRICO

O Moinho foi adquirido pelo imigrante italiano Cristofolo Melatti nos anos 1900 quando da chegada dele no Brasil. Não se tem informações sobre o primeiro proprietário do Moinho. Cristofolo com o auxílio de vizinhos construiu a parte de alvenaria do Moinho. No entanto, o lado esquerdo todo em madeira já tinha um maquinário básico (que ainda se encontra no local). Sobre a produção de energia uma hipótese é que este moinho era movido a roda d'água no final do século XVIII, e que Cristofolo foi quem instalou o sistema de turbinas e construiu a represa na Colina ao norte da edificação histórica. Sobre a construção: as vigas de madeira araucária sustentam-se nas paredes de mais de 40 cm não tendo pilares intermediários. Os vizinhos auxiliam a erguer as vigas para a futura colocação de assoalho. As famílias vinham de toda a região para beneficiar os grãos de trigo, milho e o descasque de arroz. No momento que traziam as sacas, prendiam os cavalos em uma árvore que existia em frente ao Moinho, alguns vinham de carroças e dormiam em frente ao Moinho à espera do beneficiamento. Nestes momentos, conversavam e compartilhavam suas experiências. Os trabalhadores do Moinho sempre foram familiares e descendentes de Cristofolo. Nos anos 2000, poucos trabalhavam no moinho, gerenciado então pelo Senhor Egidio Melatti (atual proprietário do local). No ano de 2012/2013 a Secretaria estadual de saúde fechou as atividades devido a canalização ser toda em madeira. A família tem sua história ligada ao Moinho, o Sr Egidio e sua esposa Teresa se casaram em um dos salões da edificação que depois foram divididas formando dormitórios. Após nos anos 1930 foi construída a casa da família à esquerda do moinho onde os octogenários Egidio, sua irmã Marta, sua esposa Marta e a filha do casal Icléia moram. O casal Melatti se conheceu nas vindas do sogro até o moinho para trazer os grãos. Várias histórias ligadas ao Moinho ainda precisam ser desvendadas. São mais de cem anos de história da família Melatti ligada a toda comunidade regional.

[continua]

[continuação]

8-ELEMENTOS FORMAIS, TIPOLÓGICOS E CONSTRUTIVOS

FORMAIS: A construção se desenvolve de modo linear no alinhamento da RS 355. No lado junto ao Arroio Vicente Rosa foi construída com blocos de concreto uma garagem no final do século XX. Ao lado a construção mais antiga toda em madeira que possui 3 silos todos de madeira que sobem até o sótão. O grão e os resíduos descem por queda livre até as suas máquinas específicas. No porão, somente nesta parte de madeira estão parte das turbinas com as cintas de lona que auxiliam o movimento. No centro, a construção em alvenaria possui maquinário mais moderno e que até 2013 processava grãos. Os entrespisos são de vigas de araucária e assoalho da mesma madeira com largura média de 30 cm. O assoalho do térreo também é de madeira. O sótão onde estão a chegada dos grãos, as espirais que auxiliam a subida dos grãos e o separador de farelos, as peneiras e um espaço vazio que era utilizado para dormitórios da família. As paredes são de alvenaria de tijolos de barro e a base com pedras de fundação de basalto. As esquadrias são mais simples na parte de madeira e mais trabalhadas. O mobiliário é original, assim como todas as máquinas existentes no espaço. Também compõe o espaço uma caldeira a óleo diesel e também uma pequena ferraria (consertos das peças do moinho e das ferraduras dos cavalos dos clientes) e um mesa de marcenaria utilizada para a manutenção das partes do maquinário e tubos de madeira. Telhado em duas águas e marca o acesso um oitão que produz dois rincões;

TIPOLÓGICOS: É um bloco linear, em forma retangular, estreita devido aos vãos livres sustentados por vigas de madeira. Tem seu telhado em forma de prima triangular com intersecção de duas águas e uma mansarda ao norte que ilumina a parte central do sótão. Tem aberturas de medidas similares, mas não possui um ritmo contínuo entre elas. O acesso principal não está no centro do oitão mas é de fácil legibilidade pela largura da porta. A base de com pedras de fundação de basalto é recorrente na região devido a facilidade de manejar o material. Os tijolos eram confeccionados na região e devido a espessura das paredes gera um clima agradável e salubre dentro do espaço fabril. Construção com 2 pavimentos e com sótão que faz parte do processo industrial. Além de um porão aberto (enxergam-se os pilares de tijolo da fundação) e que possui em torno de 1,30 m de altura;

CONSTRUTIVOS: Base de pedras basalto na edificação de alvenaria. Base de tijolos(onde são apoiadas as terças) na parte em madeira. Alvenaria Portante onde estão engastadas as vigas de madeira que sustentam os assoalhos de entrespisos. Tem 3 escadas de madeira (duas na parte de madeira que acessa também o sótão e uma no espaço de alvenaria que somente acessa o 2º andar. A parte de alvenaria se divide em dois salões: o da produção de farinhas (milho e trigo), armazenagem e expedição e o da parte administrativa onde existe um escritório e depósitos diversos. O telhado tem estrutura toda em madeira e recebeu nos anos dois mil um reforço para consolidar as terças. Também foram trocadas as telhas francesas por novas da mesma tipologia. Toda a parte interna é em madeira, algumas pintadas com esmalte à óleo e outras sem pintura estão naturais (silos e tubos para conduzir os grãos). A construção em madeira não tem pintura e as esquadrias são pintadas em cor de vinho a tinta esmalte óleo. Entre a residência da família e o Moinho existe uma varanda que tem piso de cimento alisado e é adornada por lambrequins (tabuinhas recortadas em madeira). As calhas são recentes para que a água não deteriore a edificação.

[continua]

[continuação]

9- VALORES PARA INVENTARIZAÇÃO										
Arquitetônico		Referência		Construtivo		Paisagístico		Funcional		Legal
Morfológico	x	Historiográfico	x	Técnico	x	Contextual	x	Uso Original	x	Federal
Historiográfico	x	Antiguidade	x	Constituição	x	Conjunto	x	Reciclagem	x	Estadual
Raridade	x	Bibliográfico	x	Risco	x	Cenográfico	x	Uso peculiar	x	Municipal
Estruturante	x	Afetivo	x	Conservação	x	M. Visual	x			
Compatibilidade	x	Locacional	x							
Integridade	x									Grau de Valoração
										22 pontos

10. CLASSIFICAÇÃO				
X	Inventariar		Compatibilizar	
			Tombar	
				Descartar

11.REFERÊNCIAS
<p>CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, julho de 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 27 abr. 2022.</p> <p>GEOGRAFIA, Mapa Região Sul. Disponível em:<http://www-geografia.blogspot.com/>. Acesso em 27 de agosto de 2021.</p> <p>GUSBERTI, Gisele. Potenciais Turísticos e culturais do município de Fagundes Varela-RS. Relatório de estágio obrigatório - Universidade de Caxias do Sul, 2020. Orientadora Me Margit Arnold Fensterseifer.</p> <p>IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fagundes Varela. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fagundes-varela/panorama. Acesso em 30 de abril de 2023.</p> <p>LUZ, Tainara Macari da. Moinho Melati De Fagundes Varela: Diagnóstico e caracterização de um Patrimônio Industrial (2022) Relatório técnico-científico apresentado como requisito final da bolsa de iniciação científica pela FAPERGS, no campo de pesquisa de Patrimônio Industrial. Orientadora: Dra. Eliana Relá Coorientadora: Me. Margit Arnold Fensterseifer.</p> <p>RIGO, Argel; MONTEMEZZO, Lourdes Roseli Razera (colab.). História de Fagundes Varela: 1888-1999. Fagundes Varela, RS: Prefeitura Municipal de Fagundes Varela, 1999. 168 p.</p> <p>ZARDO, Letícia Maria. Moinho Melati De Fagundes Varela: Diagnóstico E Caracterização De Um Patrimônio Industrial (2023) Relatório técnico-científico apresentado como requisito final da bolsa de iniciação científica pela FAPERGS, no campo de pesquisa de Patrimônio Industrial. Orientadora: Dra. Eliana Relá Coorientadora: Me. Margit Arnold Fensterseifer.</p>

12.PESQUISADOR	13.DATA
Margit Arnold Fensterseifer*	8 de abril de 2024

Fonte: Plano Diretor de Fagundes Varela (2019), preenchido pela autora (2024).

5.3 ANÁLISE E PROBLEMAS DE PREENCHIMENTO DESTA FICHA MUNICIPAL

Este é o primeiro preenchimento com solicitação de inventário de propriedade privada do município desde a implantação do plano diretor em 2019. No próprio plano, está descrito que precisa ser revisado em cinco anos, o que deveria acontecer no corrente ano de 2024. Esta autora não obteve estas informações de imediato pelo poder público em reunião no mês de dezembro de 2023. Por isso, preencheu o documento, inicialmente, com base nas instruções disponibilizadas pelo IPHAE (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual - RS) sobre o inventário da edificação. O IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) não possui ficha de inventário, somente fichas para a solicitação de tombamento.

No mês de janeiro de 2023, foi entregue por intermédio de e-mail ao poder público executivo, a documentação preenchida por esta autora com base no IPHAE. A câmara de vereadores, em retorno ao e-mail, solicitou que a ficha fosse preenchida conforme um anexo do plano diretor municipal elaborado no ano de 2019. A documentação foi enviada, e a ficha municipal foi preenchida. No mês de abril de 2024, foi entregue a ficha anterior. Pelo plano diretor, o processo precisa ser analisado por um Conselho Municipal da cidade que foi criado no Art.57, p.21 e 22. Esse grupo de cidadãos nunca se reuniu, por informação dos funcionários públicos da prefeitura, e precisa ser renovado para a apreciação deste e dos próximos projetos que envolvem decisões que alteram o plano de 2019.

A seguir, apresentam-se as críticas, em especial dos itens de atributos de valores que, no formulário indicado pela prefeitura de Fagundes Varela, são somente assinalados e não possuem explicação descritiva no plano diretor. Em primeiro lugar, retoma-se o quadro de atributos solicitados.

Figura 131 - Quadro de atributos - anexo do Plano Diretor

9- VALORES PARA INVENTARIZAÇÃO										
Arquitetônico		Referência		Construtivo		Paisagístico		Funcional		Legal
Morfológico	x	Historiográfico	x	Técnico	x	Contextual	x	Uso Original	x	Federal
Historiográfico	x	Antiguidade	x	Constituição	x	Conjunto	x	Reciclagem	x	Estadual
Raridade	x	Bibliográfico	x	Risco	x	Cenográfico	x	Uso peculiar	x	Municipal
Estruturante	x	Afetivo	x	Conservação	x	M. Visual	x			
Compatibilidade	x	Locacional	x							
Integridade	x	Grau de Valoração								22 pontos

Fonte: Plano Diretor de 2019 do município de Fagundes Varela, preenchido pela autora,

Destaca-se que, para assinalar esses itens, a autora seguiu o conhecimento adquirido nas teorias apresentadas anteriormente. A pontuação, utilizada em diversos planos diretores da região estabelece que tem valor histórico que possui mais de 20 pontos assinalados, no entanto o plano diretor de Fagundes Varela não possui este número de modo claro. A seguir, serão descritos cada um dos itens conforme entendimento prévio da pesquisa:

- a) Arquitetônico Morfológico:** o conceito de morfologia é mais associado ao espaço urbano e se caracteriza pela distribuição de vias, edificações, praças, parques entre outros. No entanto, para o autor Lamas (2016, p.37), o termo morfologia designa “a configuração da estrutura exterior de um objeto”. Este estaria ligado a um grupo de partes que constrói o espaço urbano. Implica na leitura e observação do objeto junto aos elementos urbanos. A tipologia arquitetônica do moinho é linear e diferenciada, pois os silos se encontram dentro da edificação. As conexões funcionais se caracterizam pela sequência de máquinas e do processo. Esse conceito pode estar relacionado ao valor arquitetônico de Curtis (2003), em especial sobre a monumentalidade que o Moinho assume no espaço paisagístico e junto à estrada estadual ERS 355, principal acesso a Fagundes Varela.
- b) Arquitetônico Historiográfico:** a edificação faz parte da história e da memória coletiva do município. Aqui, pode ser interpretado como valor de antiguidade, tradicional e também de identidade e diversidade cultural. Similar a essa construção, não existe outra na região e em bom estado de conservação contendo as máquinas e mobiliário móvel no interior.

- c) Arquitetônico Raridade:** foi pontuado devido ao local ser diferenciado e possuir uma construção particular no meio rural de Fagundes Varela. considerou-se que o moinho é composto à direita por edificação em madeira; no centro, em alvenaria; e à esquerda, possui anexa a residência familiar também em alvenaria, construída no início do século XX. Não existe uma tipologia similar na região, os outros moinhos são construídos em edificações verticais de até 3 ou 4 andares.
- d) Arquitetônico Estruturante:** nos conceitos descritos na tabela, uma edificação estruturante é aquela que tem integridade, isto é, se adequa ao perfil do local paisagístico cultural onde está inserida. Para Lamas (2016), a criação do espaço da arquitetura é formal e ocorre onde existem as edificações e suas conexões urbanas. É o espaço paisagístico apropriado pelo homem, onde ele habita, vive e trabalha. Interessante é também pensar a edificação em harmonia com a paisagem no seu entorno, coesa com o arroio Vicente Rosa e a colina que a emoldura. Retirar essa edificação do local traria um vazio visual e histórico para as pessoas que transitam pela ERS 355.
- e) Arquitetônico compatibilidade:** este item pode ser relacionado com a compatibilidade com a estrutura urbana. O espaço ocupado pelo moinho é a encosta da colina, em uma parte plana que culmina na estrada aberta já na época da imigração no final do século XIX. Os moinhos necessitavam de uma fonte de água para mover a mó, por isso os locais escolhidos sempre eram próximos a rios e em especial corredeiras facilitando a propulsão das rodas. No caso do Melatti, a queda de água servia para movimentar as turbinas por queda livre.
- f) Arquitetônico Integridade:** este item pode ser relacionado à autenticidade do conjunto formado pelo moinho, que não foi descaracterizado. Somente destoa a garagem (posicionada à direita do primeiro edifício em madeira), construída por volta dos anos de 1990 para guardar o carro de Egydio Melatti. No entanto, a edificação se encontra afastada do conjunto, é mais baixa e não prejudica as edificações históricas.
- g) Referência Historiográfica:** segundo a história do município contada por Rigo (1999), o moinho Melatti era pertencente à família Franquini e foi adquirido pelo imigrante italiano Cristoforo no início do século XX. Após, foi administrado

pelos filhos Ernesto, Santo e Raimundo. A narrativa anteriormente descrita corrobora a importância dessa continuidade.

- h) **Referência de Antiguidade:** pelos parâmetros de Curtis (2003), a edificação precisa ter sido construída antes dos anos de 1930. Pelos dados fornecidos em depoimentos do Sr. Melatti, comprovados pelas escrituras analisadas, o avô Cristoforo adquiriu o moinho por volta dos anos de 1920. Portanto, o Moinho já tem mais de 100 anos de existência.
- i) **Referência Bibliográfica:** Não existe valoração de Riegl, Curtis ou Barranha para este item, mas importa mencionar que a narrativa histórica inicia com as fontes, e estas podem ser documentação escrita publicada ou não. Além de ter referência do livro escrito por Argel Rigo (1999), existe o recorte do livro onde Ernesto Melatti (pai do Egydio) em entrevista, descreve a vida da profissão de moleiro e como os pais vieram de navio da Itália. Foram analisados documentos presentes no Moinho como escrituras, livro-caixa e notas fiscais. Além disso, existem vários livros que descrevem a colônia de Alfredo Chaves, que abrangia os municípios atuais de Veranópolis e Fagundes Varela (anteriormente chamada de Bella Vista).
- j) **Referência Afetiva:** Neste aspecto, pode ser mencionado o valor evocativo de Curtis (2003) e, em especial, o termo significado de Barranha (2016). O moinho Melatti é uma representação visual quando se pesquisa Fagundes Varela. Ademais, foi palco de encontros sociais de agricultores aguardando as sacas de farinha pronta de seus grãos.
- k) **Referência locacional:** Pode estar ligado ao valor ambiental, mas em especial ao de integridade física⁶⁶ da edificação histórica com o entorno imediato.
- l) **Construtivo técnico:** Este item tem a ver com os saberes e modos de construir dos primeiros imigrantes representados nesta edificação. Nas pedras basalto, nos tijolos confeccionados no moinho, na manipulação das madeiras que se encontram nas paredes, na estrutura, nos assoalhos e esquadrias.
- m) **Construtivo constituição:** Os materiais utilizados na edificação são provenientes do local e caracterizam como eram manuseados na época da construção. Atualmente o telhado da construção principal é de telhas de

⁶⁶ Integridade: faz-se importante salientar que a calamidade de maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, não danificou o moinho e a residência, o que corrobora a ideia de solidez e integridade (informação oral fornecida por Bernardete Melatti, 2024);

cerâmica do tipo francesa, utilizada em várias construções no Brasil em meados de 1930.

- n) **Construtivo Risco:** O risco de desaparecimento, para Curtis (2003), vem da especulação imobiliária e do urbanismo, por vezes necessário em cidades de grande porte (como no caso de Porto Alegre). Esse risco imobiliário não se aplica ao conjunto do moinho. Outro risco analisado seria se a questão construtiva pode ser ameaçada pela a degradação dos materiais e instalações elétricas inadequadas. No Moinho, isso ocorre pelos fios de luz aparentes e deteriorados, assim como nas madeiras, em especial vigas e pilares estruturais, que estão sendo atacadas por xilófagos.
- o) **Construtivo Conservação:** Para Curtis (2003), são construções conservadas que não necessitam de rápidas intervenções. De um modo geral, o Moinho tem sido mantido pela família que já realizou reparos no telhado e em algumas madeiras; no entanto, se torna urgente, no espaço de 2 a 3 anos, intervir na conservação, em especial elétrica e das madeiras mencionadas no item anterior. Isso significa que a edificação industrial não está em ruínas.
- p) **Paisagístico Contextual:** A teoria que aporta este conceito é a de Barranha (2016) e inclui a importância do contexto, tanto em questões geográficas e históricas, como de acessos.
- q) **Paisagístico Conjunto:** Aqui, também Barranha (2016) aponta integridade como o conjunto de edificação e paisagismo que tem vegetação característica do local.
- r) **Paisagístico Cenográfico:** Este item questiona se local tem visibilidade e é possível contemplar o local sem interferência de novas construções. O moinho faz parte de um cenário que remete ao início do século passado e que poderia ser um palco para filmes de época.
- s) **Paisagístico M. Visual:** Este termo não é possível decifrar, em que M. poderia estar para “memória” ou “morfologia” visual. Talvez o mais significativo seja memória, pois o moinho fica registrado na mente de quem visita ou até quem simplesmente passa por sua paisagem marcante. De qualquer modo, na pesquisa também foram abordados os aspectos de composição visual.

- t) **Funcional uso original:** É relacionado aos atributos de uso. O Moinho terminou suas atividades em 2013, mas pode ser ativado a qualquer momento, uma vez que possui todo o maquinário intacto.
- u) **Funcional reciclagem:** Pode ocorrer a reciclagem tanto da edificação quanto do maquinário, pois ainda não está em ruína, e pode ser totalmente recuperado.
- v) **Funcional uso peculiar:** O caráter de uso peculiar existe no Moinho pela parte de alvenaria ter sido construída inicialmente para moradia e após transformada em moinho.
- t) **Legal - Federal, Estadual e Municipal:** os valores a nível legal, iniciando pela esfera municipal, estadual e federal, não puderam ser assinalados, pois não existe proteção do poder público sobre o imóvel. Após ser decretada a salvaguarda (por decreto lei) a nível municipal, será solicitada, através de ficha de inventário do IPHAE, a proteção a nível estadual.

Na finalização da tabela existe um dado numérico que é o “grau de valoração”. A soma de todos os pontos assinalados é que gera este número, no entanto, em nenhum item do plano diretor descreve o quanto precisa resultar essa soma para que o imóvel seja considerado um bem patrimonial de interesse público.

Outra questão relevante na ficha municipal é que ela não contém o levantamento técnico como plantas baixas, cortes e vistas. Esses dados são importantes devido a futuras intervenções, podendo ocorrer descaracterizações da edificação por não possuir registros desse tipo no documento que corrobora o decreto lei.




A seguir, apresenta-se o fichamento que foi preenchido inicialmente, por orientação do IPHAE- RS. Esse inventário possui um manual de preenchimento que auxilia os profissionais na informação correta dos dados. Existem dois formulários: o inicial contém dados dos atributos de valor que precisam ser descritivos. As informações preenchidas facilitam a avaliação pelo órgão público que irá emitir a importância de salvaguarda do imóvel. O segundo formulário, M02, é o de levantamento técnico da edificação. Como apresentação do material, foi escrito o texto a seguir, que identifica os colaboradores que auxiliaram no preenchimento dos formulários.

O preenchimento faz parte da tese de doutorado de Margit Arnold Fensterseifer Doutoranda do PPGHIS-Programa de pós-graduação em história da Universidade de

Caxias do Sul- UCS). Apoiar esta pesquisa a produtora cultural Daniela Sandrin Copat. Fazem parte desta pesquisa também as egressas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UCS-CARVI - Universidade de Caxias do Sul - Campus da Região dos Vinhedos em Bento Gonçalves: Gisele Gusberti, moradora de Fagundes Varela, Tainara Macari da Luz e Letícia Maria Zardo, titulares de bolsa científica da FAPERGS no campo de pesquisa de Patrimônio Industrial, e a orientadora de doutorado, Dra. Eliana Relat, que é historiadora.




A seguir, estão apresentadas as fichas de modo simplificado, pois vários dados são coincidentes com os da ficha municipal.

Quadro 10 - Inventário do IPHAE-RS

M01- Atributos	M01-Continuação de Atributos p.2																				
<div style="text-align: center;"> <p>Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul Secretaria de Cultura</p>  <p>SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL</p> <p>M01 BENS EDIFICADOS</p> <p>INVENTÁRIO</p> </div> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left;">Instâncias: Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Instância Histórica</td> </tr> <tr> <td style="width: 20%;">Referência historiográfica</td> <td>Os moinhos de grãos participaram de forma direta da alimentação dos primeiros imigrantes que necessitavam beneficiar seus grãos (produção agrícola familiar).</td> </tr> <tr> <td>Valor de antiguidade</td> <td>A primeira construção no espaço físico data do final do século XIX, em madeira de araucária, no início do século XX foi ampliado em alvenaria de tijolos.</td> </tr> <tr> <td>Significado Social</td> <td>Este espaço servia de encontro social, pois os imigrantes vinham trazer os grãos e esperavam a moagem. Nesse tempo conversavam e cantavam e até dormiam no local. Uma curiosidade é a existência sempre de gatos (ecológicos) que auxiliam no controle de roedores (constantemente devido ao farto alimento que são os grãos e seus resíduos). A religiosidade é evidente com a presença de uma capelinha com Santa Catarina, onde o proprietário devoto Egídio Meilati faz suas preces todas as manhãs dedicando a família e a proteção do moinho.</td> </tr> <tr> <td>Memória Coletiva</td> <td>O fechamento das atividades em 2013 afirma a importância coletiva para os agricultores perderam o ponto de encontro e com saudade lembram do local, que além de beneficiar seus grãos cultivados podiam conversar e conviver no local. O espaço ampliado onde está localizada a edificação facilitava a espera, por vezes de mais de 8 horas até o beneficiamento. Outra questão de importância coletiva é o fornecimento de energia (através da gerada pelo moinho) durante 15 anos para o aglomerado urbano de Fagundes Varela, na época distrito da cidade vizinha de Veranópolis. A família construiu uma residência no lado esquerdo do moinho, onde atualmente residem e recebem familiares, amigos e visitantes em geral com café farto de biscoitos, bolos, pães, geleias caseiras, queijos e salames.</td> </tr> </tbody> </table>	Instâncias: Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados		Instância Histórica		Referência historiográfica	Os moinhos de grãos participaram de forma direta da alimentação dos primeiros imigrantes que necessitavam beneficiar seus grãos (produção agrícola familiar).	Valor de antiguidade	A primeira construção no espaço físico data do final do século XIX, em madeira de araucária, no início do século XX foi ampliado em alvenaria de tijolos.	Significado Social	Este espaço servia de encontro social, pois os imigrantes vinham trazer os grãos e esperavam a moagem. Nesse tempo conversavam e cantavam e até dormiam no local. Uma curiosidade é a existência sempre de gatos (ecológicos) que auxiliam no controle de roedores (constantemente devido ao farto alimento que são os grãos e seus resíduos). A religiosidade é evidente com a presença de uma capelinha com Santa Catarina, onde o proprietário devoto Egídio Meilati faz suas preces todas as manhãs dedicando a família e a proteção do moinho.	Memória Coletiva	O fechamento das atividades em 2013 afirma a importância coletiva para os agricultores perderam o ponto de encontro e com saudade lembram do local, que além de beneficiar seus grãos cultivados podiam conversar e conviver no local. O espaço ampliado onde está localizada a edificação facilitava a espera, por vezes de mais de 8 horas até o beneficiamento. Outra questão de importância coletiva é o fornecimento de energia (através da gerada pelo moinho) durante 15 anos para o aglomerado urbano de Fagundes Varela, na época distrito da cidade vizinha de Veranópolis. A família construiu uma residência no lado esquerdo do moinho, onde atualmente residem e recebem familiares, amigos e visitantes em geral com café farto de biscoitos, bolos, pães, geleias caseiras, queijos e salames.	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left;">Instância Morfológica</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="width: 20%;">Valor arquitetônico</td> <td>A construção é vernacular. Remete às edificações características dos primeiros italianos na região serrana do Rio Grande do Sul. Tecnologias de alvenaria com tijolos feitos no local e as tábuas e vigas de araucária manejadas manualmente e arguidas para os telos com a ajuda de varrões. Os entreposos são de madeira e a estrutura da cobertura também é de madeira (já foi reforçada pois o peso das telhas francesas vergou as tábuas originais).</td> </tr> <tr> <td>Referência estético-arquitetônica</td> <td>A construção tem similaridade com as construções residenciais. Até porque a família, antes da construção residencial na lateral esquerda ser construída, morava dentro do moinho. Interessante observar que o primeiro moinho onde estão as turbinas para a geração de energia é uma construção em madeira. A construção mais recente, do início do século XX, é de alvenaria estrutural com paredes de 40 a 50 cm de espessura.</td> </tr> <tr> <td>Recorrência regional</td> <td>Todos os moinhos desta época têm maquinário, silos e tubos de madeira. São instalados próximo a córregos de água com queda livre que propulsionam os sistemas de geração de energia, que neste caso é realizado por uma represa e turbinas. A construção inicial de madeira que data do final do século XIX tem construções similares em todo o estado do RS, a exemplo do primeiro moinho construído por imigrantes em Carlos Barbosa. Moinho São José, este com roda d'água de madeira. Comparativo a seguir: <div style="text-align: center;">  <p>Fonte: Achetudonaserra (2024)</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Fonte: da autora (2023)</p> </div> </td> </tr> </tbody> </table>	Instância Morfológica		Valor arquitetônico	A construção é vernacular. Remete às edificações características dos primeiros italianos na região serrana do Rio Grande do Sul. Tecnologias de alvenaria com tijolos feitos no local e as tábuas e vigas de araucária manejadas manualmente e arguidas para os telos com a ajuda de varrões. Os entreposos são de madeira e a estrutura da cobertura também é de madeira (já foi reforçada pois o peso das telhas francesas vergou as tábuas originais).	Referência estético-arquitetônica	A construção tem similaridade com as construções residenciais. Até porque a família, antes da construção residencial na lateral esquerda ser construída, morava dentro do moinho. Interessante observar que o primeiro moinho onde estão as turbinas para a geração de energia é uma construção em madeira. A construção mais recente, do início do século XX, é de alvenaria estrutural com paredes de 40 a 50 cm de espessura.	Recorrência regional	Todos os moinhos desta época têm maquinário, silos e tubos de madeira. São instalados próximo a córregos de água com queda livre que propulsionam os sistemas de geração de energia, que neste caso é realizado por uma represa e turbinas. A construção inicial de madeira que data do final do século XIX tem construções similares em todo o estado do RS, a exemplo do primeiro moinho construído por imigrantes em Carlos Barbosa. Moinho São José, este com roda d'água de madeira. Comparativo a seguir: <div style="text-align: center;">  <p>Fonte: Achetudonaserra (2024)</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Fonte: da autora (2023)</p> </div>
Instâncias: Valores de seleção estabelecidos aos bens inventariados																					
Instância Histórica																					
Referência historiográfica	Os moinhos de grãos participaram de forma direta da alimentação dos primeiros imigrantes que necessitavam beneficiar seus grãos (produção agrícola familiar).																				
Valor de antiguidade	A primeira construção no espaço físico data do final do século XIX, em madeira de araucária, no início do século XX foi ampliado em alvenaria de tijolos.																				
Significado Social	Este espaço servia de encontro social, pois os imigrantes vinham trazer os grãos e esperavam a moagem. Nesse tempo conversavam e cantavam e até dormiam no local. Uma curiosidade é a existência sempre de gatos (ecológicos) que auxiliam no controle de roedores (constantemente devido ao farto alimento que são os grãos e seus resíduos). A religiosidade é evidente com a presença de uma capelinha com Santa Catarina, onde o proprietário devoto Egídio Meilati faz suas preces todas as manhãs dedicando a família e a proteção do moinho.																				
Memória Coletiva	O fechamento das atividades em 2013 afirma a importância coletiva para os agricultores perderam o ponto de encontro e com saudade lembram do local, que além de beneficiar seus grãos cultivados podiam conversar e conviver no local. O espaço ampliado onde está localizada a edificação facilitava a espera, por vezes de mais de 8 horas até o beneficiamento. Outra questão de importância coletiva é o fornecimento de energia (através da gerada pelo moinho) durante 15 anos para o aglomerado urbano de Fagundes Varela, na época distrito da cidade vizinha de Veranópolis. A família construiu uma residência no lado esquerdo do moinho, onde atualmente residem e recebem familiares, amigos e visitantes em geral com café farto de biscoitos, bolos, pães, geleias caseiras, queijos e salames.																				
Instância Morfológica																					
Valor arquitetônico	A construção é vernacular. Remete às edificações características dos primeiros italianos na região serrana do Rio Grande do Sul. Tecnologias de alvenaria com tijolos feitos no local e as tábuas e vigas de araucária manejadas manualmente e arguidas para os telos com a ajuda de varrões. Os entreposos são de madeira e a estrutura da cobertura também é de madeira (já foi reforçada pois o peso das telhas francesas vergou as tábuas originais).																				
Referência estético-arquitetônica	A construção tem similaridade com as construções residenciais. Até porque a família, antes da construção residencial na lateral esquerda ser construída, morava dentro do moinho. Interessante observar que o primeiro moinho onde estão as turbinas para a geração de energia é uma construção em madeira. A construção mais recente, do início do século XX, é de alvenaria estrutural com paredes de 40 a 50 cm de espessura.																				
Recorrência regional	Todos os moinhos desta época têm maquinário, silos e tubos de madeira. São instalados próximo a córregos de água com queda livre que propulsionam os sistemas de geração de energia, que neste caso é realizado por uma represa e turbinas. A construção inicial de madeira que data do final do século XIX tem construções similares em todo o estado do RS, a exemplo do primeiro moinho construído por imigrantes em Carlos Barbosa. Moinho São José, este com roda d'água de madeira. Comparativo a seguir: <div style="text-align: center;">  <p>Fonte: Achetudonaserra (2024)</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Fonte: da autora (2023)</p> </div>																				

[continua]

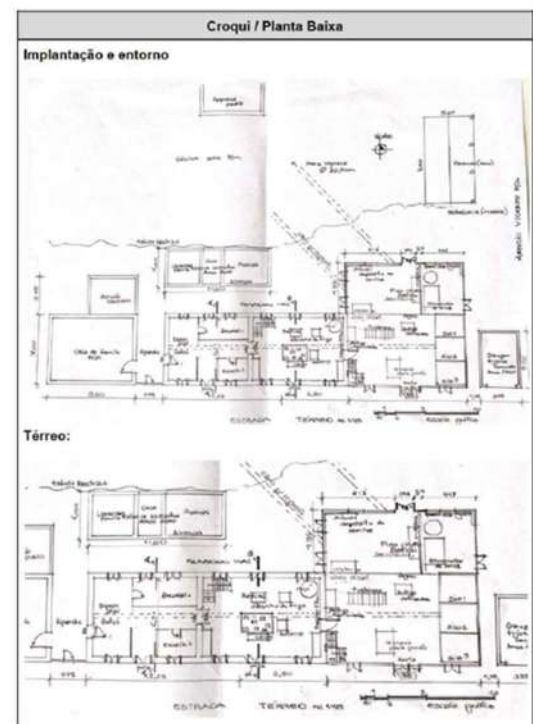
[continuação]

M01 - continuação atributos folha 3	M01 - Continuação folha 4																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Instância Funcional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Compatibilização com a estrutura urbana</td> <td>O local causa uma surpresa em meio a uma estrada de colônia asfaltada e em meio a colônias e espaços rurais. É um marco para a localidade emoldurada por uma colina verde (figura/fundo) e ao lado da cascata do Arroio Vicente Rosa. Encontra-se em um local de fácil acesso para os colonos que precisavam da manufatura dos grãos e ensacar a produção para consumo próprio e venda.</td> </tr> <tr> <td>Potencial de reciclagem</td> <td>Atualmente os proprietários do Moinho possuem uma fábrica de discos caseiros em uma edificação adicionada na parte posterior da edificação histórica. O local pode receber um café colonial, um espaço de alimentação. O entorno pode ser utilizado para um espaço de lazer aproveitando a água da cascata e trilha na colina atrás do Moinho.</td> </tr> <tr> <th colspan="2">Instância Técnica</th> </tr> <tr> <td>Raridade na técnica construtiva e materiais</td> <td>O maquinário foi todo desenvolvido pelos proprietários e elaborado por fábricas da região e até de São Paulo. Os mecanismos de geração de energia são inovadores para a época (turbinas). Os sistemas manuais de armazenamento e retirada da farinha pronta também são diferenciados. Também existe uma placa de madeira onde era anotado a lápis as sacas entregues por cada agricultor, e no final de semana apagada com carvão do fogão a lenha.</td> </tr> <tr> <td>Estado de conservação</td> <td>O espaço está íntegro, e todo o maquinário é possível de ser reativado. As madeiras que constituem assoalho, tetos e entrepisos quase não possuem xilófagos. O fato de ter sido desativado nos anos de 2013 poderá trazer a deterioração das máquinas utilizadas para o refino de farinhas e o descasque do arroz.</td> </tr> </tbody> </table>	Instância Funcional		Compatibilização com a estrutura urbana	O local causa uma surpresa em meio a uma estrada de colônia asfaltada e em meio a colônias e espaços rurais. É um marco para a localidade emoldurada por uma colina verde (figura/fundo) e ao lado da cascata do Arroio Vicente Rosa. Encontra-se em um local de fácil acesso para os colonos que precisavam da manufatura dos grãos e ensacar a produção para consumo próprio e venda.	Potencial de reciclagem	Atualmente os proprietários do Moinho possuem uma fábrica de discos caseiros em uma edificação adicionada na parte posterior da edificação histórica. O local pode receber um café colonial, um espaço de alimentação. O entorno pode ser utilizado para um espaço de lazer aproveitando a água da cascata e trilha na colina atrás do Moinho.	Instância Técnica		Raridade na técnica construtiva e materiais	O maquinário foi todo desenvolvido pelos proprietários e elaborado por fábricas da região e até de São Paulo. Os mecanismos de geração de energia são inovadores para a época (turbinas). Os sistemas manuais de armazenamento e retirada da farinha pronta também são diferenciados. Também existe uma placa de madeira onde era anotado a lápis as sacas entregues por cada agricultor, e no final de semana apagada com carvão do fogão a lenha.	Estado de conservação	O espaço está íntegro, e todo o maquinário é possível de ser reativado. As madeiras que constituem assoalho, tetos e entrepisos quase não possuem xilófagos. O fato de ter sido desativado nos anos de 2013 poderá trazer a deterioração das máquinas utilizadas para o refino de farinhas e o descasque do arroz.	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Instância Paisagística</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Compatibilização com a paisagem urbana</td> <td>O moinho é ligado ao aglomerado urbano de Fagundes Varela através da via e também de uma ciclovia. Mas o que mais é interessante é o alargamento viário e o efeito surpresa em meio a um espaço rural de poucas edificações.</td> </tr> <tr> <td>Conjunto de unidades – cenário</td> <td>O cenário é rural e de beleza cultural interessante devido a edificação estar emoldurada por uma colina e possuir na lateral um correio de águas em meio a pedras de basalto que afloram na superfície.</td> </tr> <tr> <td>Elemento referencial</td> <td>A ponte do arroio Vicente Rosa e a dimensão da edificação que é linear e representa um pavilhão contínuo, interrompida por um alpendre que conecta a moradia atual dos proprietários octogenários.</td> </tr> <tr> <th colspan="2">Instância Legal</th> </tr> <tr> <td>Proteção federal</td> <td>não tem</td> </tr> <tr> <td>Proteção estadual</td> <td>não tem</td> </tr> <tr> <td>Proteção municipal</td> <td>Bem inventariado pelo decreto lei (ANEXO 3)</td> </tr> </tbody> </table>	Instância Paisagística		Compatibilização com a paisagem urbana	O moinho é ligado ao aglomerado urbano de Fagundes Varela através da via e também de uma ciclovia. Mas o que mais é interessante é o alargamento viário e o efeito surpresa em meio a um espaço rural de poucas edificações.	Conjunto de unidades – cenário	O cenário é rural e de beleza cultural interessante devido a edificação estar emoldurada por uma colina e possuir na lateral um correio de águas em meio a pedras de basalto que afloram na superfície.	Elemento referencial	A ponte do arroio Vicente Rosa e a dimensão da edificação que é linear e representa um pavilhão contínuo, interrompida por um alpendre que conecta a moradia atual dos proprietários octogenários.	Instância Legal		Proteção federal	não tem	Proteção estadual	não tem	Proteção municipal	Bem inventariado pelo decreto lei (ANEXO 3)		
Instância Funcional																															
Compatibilização com a estrutura urbana	O local causa uma surpresa em meio a uma estrada de colônia asfaltada e em meio a colônias e espaços rurais. É um marco para a localidade emoldurada por uma colina verde (figura/fundo) e ao lado da cascata do Arroio Vicente Rosa. Encontra-se em um local de fácil acesso para os colonos que precisavam da manufatura dos grãos e ensacar a produção para consumo próprio e venda.																														
Potencial de reciclagem	Atualmente os proprietários do Moinho possuem uma fábrica de discos caseiros em uma edificação adicionada na parte posterior da edificação histórica. O local pode receber um café colonial, um espaço de alimentação. O entorno pode ser utilizado para um espaço de lazer aproveitando a água da cascata e trilha na colina atrás do Moinho.																														
Instância Técnica																															
Raridade na técnica construtiva e materiais	O maquinário foi todo desenvolvido pelos proprietários e elaborado por fábricas da região e até de São Paulo. Os mecanismos de geração de energia são inovadores para a época (turbinas). Os sistemas manuais de armazenamento e retirada da farinha pronta também são diferenciados. Também existe uma placa de madeira onde era anotado a lápis as sacas entregues por cada agricultor, e no final de semana apagada com carvão do fogão a lenha.																														
Estado de conservação	O espaço está íntegro, e todo o maquinário é possível de ser reativado. As madeiras que constituem assoalho, tetos e entrepisos quase não possuem xilófagos. O fato de ter sido desativado nos anos de 2013 poderá trazer a deterioração das máquinas utilizadas para o refino de farinhas e o descasque do arroz.																														
Instância Paisagística																															
Compatibilização com a paisagem urbana	O moinho é ligado ao aglomerado urbano de Fagundes Varela através da via e também de uma ciclovia. Mas o que mais é interessante é o alargamento viário e o efeito surpresa em meio a um espaço rural de poucas edificações.																														
Conjunto de unidades – cenário	O cenário é rural e de beleza cultural interessante devido a edificação estar emoldurada por uma colina e possuir na lateral um correio de águas em meio a pedras de basalto que afloram na superfície.																														
Elemento referencial	A ponte do arroio Vicente Rosa e a dimensão da edificação que é linear e representa um pavilhão contínuo, interrompida por um alpendre que conecta a moradia atual dos proprietários octogenários.																														
Instância Legal																															
Proteção federal	não tem																														
Proteção estadual	não tem																														
Proteção municipal	Bem inventariado pelo decreto lei (ANEXO 3)																														
Identificação folha 01	Identificação folha 02																														
<p style="text-align: center;">FICHAMENTO INVENTARIADO - IPHAE</p> <p style="text-align: center;"><small>Sistema do Estado do Rio Grande do Sul</small> Secretaria de Cultura</p> <p style="text-align: center;">IPHAE <small>INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE CENÁRIO</small></p> <p style="text-align: center;">SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL M01 BENS EDIFICADOS <small>INVENTÁRIO</small></p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Município</td> <td>Fagundes Varela</td> </tr> <tr> <td>Localidade</td> <td>Fagundes Varela (zona rural) RS</td> </tr> <tr> <td>Ficha N°</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Denominação do bem</td> <td>Moinho Melati (moagem de grãos: trigo, milho e descasque de arroz)</td> </tr> <tr> <td>Endereço/localização</td> <td>Fagundes Varela – RS</td> </tr> <tr> <td>Proprietário</td> <td>Egydio Melati</td> </tr> <tr> <td>Uso original e atual</td> <td>Moinho e antigamente moradia</td> </tr> <tr> <td>Latitude</td> <td>-28.881153</td> </tr> <tr> <td>Longitude</td> <td>-51.669792</td> </tr> <tr> <td>Erro horizontal</td> <td>Não existe</td> </tr> <tr> <td>Proteção existente</td> <td>Não existe</td> </tr> <tr> <td>Proteção proposta</td> <td>Inventário e futuro tombamento Com grau de preservação 1, devido a edificação ainda ser original e não foi descaracterizada;</td> </tr> <tr> <td>Bens móveis</td> <td>Junto ao Moinho (à esquerda) fica a residência da família construída em meados de 1930. Além disso existe uma garagem na lateral direita construída em tijolos de concreto nos anos de 1990 para abrigar o carro do Sr Melati.</td> </tr> </tbody> </table>	Município	Fagundes Varela	Localidade	Fagundes Varela (zona rural) RS	Ficha N°		Denominação do bem	Moinho Melati (moagem de grãos: trigo, milho e descasque de arroz)	Endereço/localização	Fagundes Varela – RS	Proprietário	Egydio Melati	Uso original e atual	Moinho e antigamente moradia	Latitude	-28.881153	Longitude	-51.669792	Erro horizontal	Não existe	Proteção existente	Não existe	Proteção proposta	Inventário e futuro tombamento Com grau de preservação 1, devido a edificação ainda ser original e não foi descaracterizada;	Bens móveis	Junto ao Moinho (à esquerda) fica a residência da família construída em meados de 1930. Além disso existe uma garagem na lateral direita construída em tijolos de concreto nos anos de 1990 para abrigar o carro do Sr Melati.	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Análise Arquitetônica</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A construção do Moinho ocorre em duas partes, a inicial de madeira onde estão instaladas as turbinas para geração de energia. Esta edificação tem a fundação em pilares de tijolos de alvenaria onde são apoiados os barotes que estruturam o assoalho que possui tábuas de 30 a 40 cm de largura. Nesta edificação no térreo, há vários alçapões com escadas para a manutenção no porão das turbinas e cintas de lona. A construção mais recente de alvenaria com paredes externas estruturais de alvenaria de 47cm de largura que estabiliza a edificação como um todo.</td> </tr> <tr> <th>Planta de situação atualizada</th> </tr> <tr> <td>  <p style="text-align: center;"><small>Google Earth, 2023</small></p> </td> </tr> </tbody> </table>	Análise Arquitetônica	A construção do Moinho ocorre em duas partes, a inicial de madeira onde estão instaladas as turbinas para geração de energia. Esta edificação tem a fundação em pilares de tijolos de alvenaria onde são apoiados os barotes que estruturam o assoalho que possui tábuas de 30 a 40 cm de largura. Nesta edificação no térreo, há vários alçapões com escadas para a manutenção no porão das turbinas e cintas de lona. A construção mais recente de alvenaria com paredes externas estruturais de alvenaria de 47cm de largura que estabiliza a edificação como um todo.	Planta de situação atualizada	 <p style="text-align: center;"><small>Google Earth, 2023</small></p>
Município	Fagundes Varela																														
Localidade	Fagundes Varela (zona rural) RS																														
Ficha N°																															
Denominação do bem	Moinho Melati (moagem de grãos: trigo, milho e descasque de arroz)																														
Endereço/localização	Fagundes Varela – RS																														
Proprietário	Egydio Melati																														
Uso original e atual	Moinho e antigamente moradia																														
Latitude	-28.881153																														
Longitude	-51.669792																														
Erro horizontal	Não existe																														
Proteção existente	Não existe																														
Proteção proposta	Inventário e futuro tombamento Com grau de preservação 1, devido a edificação ainda ser original e não foi descaracterizada;																														
Bens móveis	Junto ao Moinho (à esquerda) fica a residência da família construída em meados de 1930. Além disso existe uma garagem na lateral direita construída em tijolos de concreto nos anos de 1990 para abrigar o carro do Sr Melati.																														
Análise Arquitetônica																															
A construção do Moinho ocorre em duas partes, a inicial de madeira onde estão instaladas as turbinas para geração de energia. Esta edificação tem a fundação em pilares de tijolos de alvenaria onde são apoiados os barotes que estruturam o assoalho que possui tábuas de 30 a 40 cm de largura. Nesta edificação no térreo, há vários alçapões com escadas para a manutenção no porão das turbinas e cintas de lona. A construção mais recente de alvenaria com paredes externas estruturais de alvenaria de 47cm de largura que estabiliza a edificação como um todo.																															
Planta de situação atualizada																															
 <p style="text-align: center;"><small>Google Earth, 2023</small></p>																															

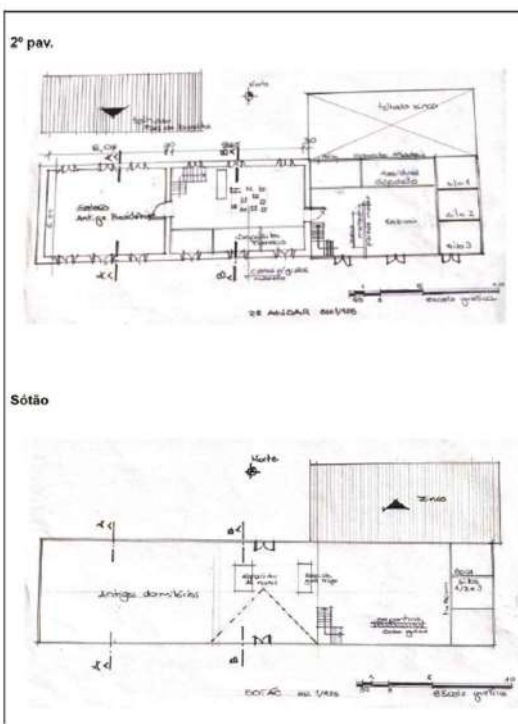
[continua]

[continuação]

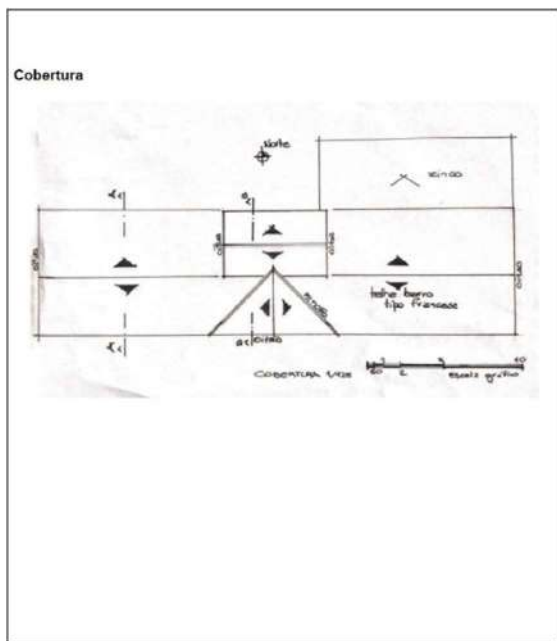
Identificação folha 03



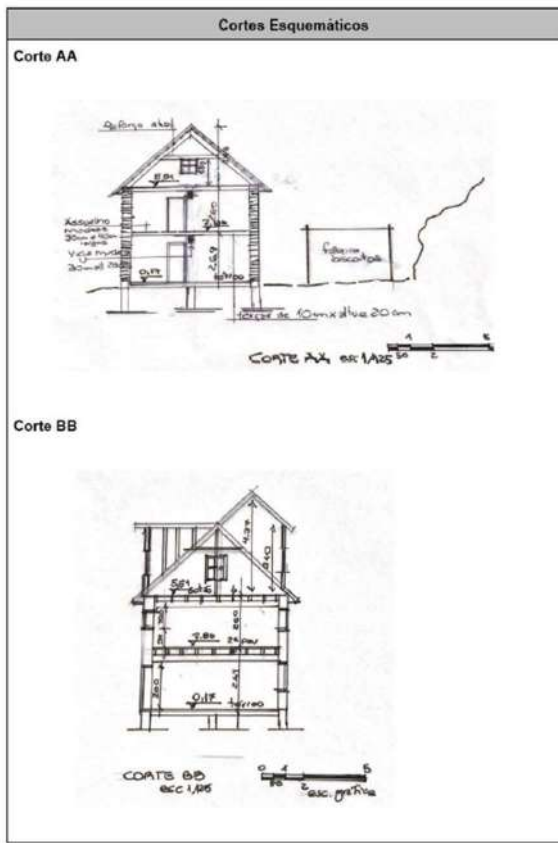
Identificação folha 04



Identificação folha 5

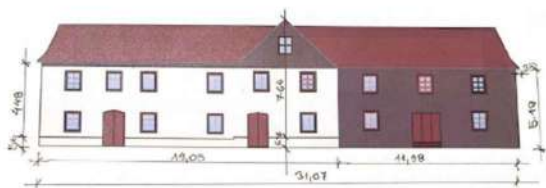
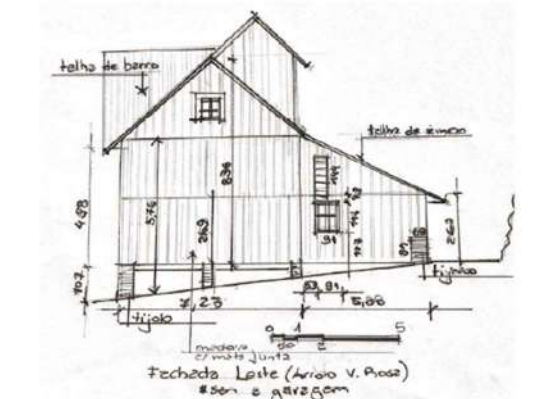


Identificação folha 6



[continua]

[continuação]

Identificação folha 7	Identificação folha 8										
<p style="text-align: center;">Croqui / Fachadas</p> <p>Fachada principal SUL</p>  <p>Fachada Leste (Arroio Vicente Rosa, sem a garagem-adição)</p>  <p style="text-align: center;">Fachada Leste (Arroio V. Rosa) sem a garagem</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="820 315 1098 376">Fontes</td> <td data-bbox="1101 315 1378 376">Bibliografia local de historiadores, entrevista oral, documentos existentes: escrituras, livros caixa, notas fiscais;</td> </tr> <tr> <td data-bbox="820 380 1098 427">Locais pesquisados</td> <td data-bbox="1101 380 1378 427">prefeitura de Fagundes Varela e Veranópolis e moradores locais;</td> </tr> <tr> <td data-bbox="820 432 1098 562">Observações</td> <td data-bbox="1101 432 1378 562">A pesquisa ainda prossegue e foram descritas por Leticia os videos registros de depoimentos do Sr Egidio Melati que ainda criança acompanhou o avô Cristoforo Melati (imigrante italiano, que veio ao Brasil no final do século XIX) na construção do moinho;</td> </tr> <tr> <td data-bbox="820 589 1098 636">Responsável pelo inventário</td> <td data-bbox="1101 589 1378 636">Leticia Maria Zardo, Tainara Macari da Luz e Margit Arnold Fensterseifer</td> </tr> <tr> <td data-bbox="820 640 1098 665">Data</td> <td data-bbox="1101 640 1378 665">20 de agosto de 2023</td> </tr> </table>	Fontes	Bibliografia local de historiadores, entrevista oral, documentos existentes: escrituras, livros caixa, notas fiscais;	Locais pesquisados	prefeitura de Fagundes Varela e Veranópolis e moradores locais;	Observações	A pesquisa ainda prossegue e foram descritas por Leticia os videos registros de depoimentos do Sr Egidio Melati que ainda criança acompanhou o avô Cristoforo Melati (imigrante italiano, que veio ao Brasil no final do século XIX) na construção do moinho;	Responsável pelo inventário	Leticia Maria Zardo, Tainara Macari da Luz e Margit Arnold Fensterseifer	Data	20 de agosto de 2023
Fontes	Bibliografia local de historiadores, entrevista oral, documentos existentes: escrituras, livros caixa, notas fiscais;										
Locais pesquisados	prefeitura de Fagundes Varela e Veranópolis e moradores locais;										
Observações	A pesquisa ainda prossegue e foram descritas por Leticia os videos registros de depoimentos do Sr Egidio Melati que ainda criança acompanhou o avô Cristoforo Melati (imigrante italiano, que veio ao Brasil no final do século XIX) na construção do moinho;										
Responsável pelo inventário	Leticia Maria Zardo, Tainara Macari da Luz e Margit Arnold Fensterseifer										
Data	20 de agosto de 2023										

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Também foram anexadas aos formulários mais de 20 imagens do moinho e seu entorno. Junto a esses formulários é também solicitada pelo IPHAE-RS a declaração do grau de proteção dos bens inventariados. O moinho tem grau um (1), conforme os critérios estabelecidos, que corresponde ao que segue:

Conservação rigorosa - imóveis de grande importância histórica e/ou arquitetônica ou que mantêm a maioria das características originais, sofrendo poucas alterações ao longo do tempo, sendo, entretanto, passíveis de restauro. Devem ser conservados integralmente. (IPHAE-RS)

Pela narrativa apresentada nesta pesquisa é possível chegar a essa conclusão, e não lhe atribuir o grau 2, que faz referência a imóveis cujo interior foi modificado, ou 3, relativo a imóveis que já sofreram descaracterização no interior, mas que mantêm a própria fachada e volumetria compatíveis ao conjunto histórico.

Pode-se concluir que o inventário do IPHAE-RS apresenta itens importantes para um inventário a nível estadual, permitindo que sejam identificadas as qualidades também com o levantamento técnico e fotográfico.

O fichamento, que é o Anexo 2 do Decreto-Lei 02/2016 do Conselho de Patrimônio Histórico da cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, também chamado de lei de incentivo à preservação, solicita o preenchimento da ficha anteriormente proposta por esta autora, na dissertação de mestrado no ano de 2016.

Por isso, a seguir, também foram preenchidos os campos que diferenciam esta ficha das preenchidas no passado. Os diferenciais na identificação do patrimônio, assim como as perguntas direcionadas que auxiliam na valoração na salvaguarda, foram especialmente considerados. A seguir, encontra-se a ficha preenchida:

Quadro 11 - Levantamento de edificação



Identificação geral do imóvel (máximo três linhas)

A edificação é o Moinho da família Melatti construído em 1910 e possui três partes, na lateral direita o espaço industrial em madeira, a parte central, antiga residência da família e atual uso industrial e na lateral esquerda a residência atual da família construída nos anos de 1940. Este é considerado um Patrimônio industrial e possui todas as máquinas no local, as primeiras e as últimas a serem utilizadas quando o espaço foi desativado em 2012.

Localização do imóvel

• Logradouro	
Coordenadas cartográficas	-28.881201, -51.670147
Orientação solar	Fachada principal a sul
Bairro ou distrito	Linha Visconde de Pelotas
Cidade	Fagundes Varela
Estado	Rio Grande do Sul
Tamanho do terreno	Aproximadamente 100X100m
Medidas gerais do imóvel	50,00m na fachada e 15 a 20 de profundidade;
Função de uso inicial e atual	

Entorno – especificar na localização (representação gráfica) e fotografar

Implantação com localização dos visuais:		
Vizinho – lateral direita	Arroio Vicente Rosa, conhecido por Arroio Melatti	
Vizinho – lateral esquerda	Casa rural e área agrícola	

[continua]




[continuação]

Vizinho – frontal	Área rural e massa vegetal	
Vizinho – fundos	Área rural e colina (represa)	
Paisagem, visual	Primeira surpresa quando se chega na ponte do arroio;	
Observações a considerar	<ul style="list-style-type: none"> - A construção é monumental no contexto rural por ser linear; - A imagem de fundos do moinho também é impactante; 	 

Representação gráfica geral com medidas (anexo, sempre em PDF). Sendo possível, anexar plantas originais;

Pranchas	Escala sugerida	Observações
Situação	1/1000	Quadro 7
Localização	1/200	Quadro 7
Plantas baixas	1/50 ou 1/100	Quadro 7
Cortes transversal e longitudinal	1/50	Quadro 8
Fachada principal e todas que forem importantes para a preservação	1/50	Quadro 8

Elementos Construtivos:

Tipo	Tipos e materiais utilizados	Técnica construtiva
Pisos 	Assoalho, basalto, chão batido e cimento alisado;	Assoalho de tábuas sem encaixe macho e fêmea e alguns com mata-junta. Basalto com pedras irregulares e regulares. Chão batido, é a terra bem socada com pilão.
 	Curioso: vários recortes no assoalho onde em alguns tem alçapão para acessar o subsolo;	Camada de cimento, areia e brita somente largada sobre piso compactado e alisada com uma guia de madeira;



[continua]

[continuação]

<p>Vedações esquadrias</p>		<p>Todas as esquadrias e portas são de abrir e a maior parte em duas folhas;</p>	<p>Esquadrias em madeira com vidros comuns e aplicados com massa de vidraceiro. Nas portas a utilização de almofadas;</p> <p>Esquadrias tampões, que correm na parte interna, executados em tábuas como as paredes;</p>
			
<p>Teto</p>		<p>Todos os tetos são a parte inferior dos assoalhos, com exceção do sótão, que tem o madeiramento e as telhas aparentes.</p>	<p>O teto da expedição é o único com mata junta para vedar as frestas evitando a descida de sujeira do andar superior;</p>
			
<p>Paredes</p>		<p>Em madeira; algumas em alvenaria de tijolos com reboco</p>	<p>As paredes de madeira não são duplas e possuem frestas.</p> <p>As paredes externas de alvenaria têm quase 60 cm de espessura no térreo e depois diminuem para 40cm no 2º piso.</p> <p>As paredes divisórias internas têm 40cm de espessura. Alguns tijolos foram elaborados no local junto ao moinho e queimados em fornos de tijolos;</p>
			
<p>Revestimentos de parede</p>		<p>Argamassas de cal e areia em todas as paredes de tijolos;</p>	<p>Aplicadas sobre os tijolos que também são rejuntados com cal e areia</p>

[continua]

[continuação]

<p>Tintas e similares</p>		<p>Tinta à base cal Tinta a óleo Tinta PVA</p>	<p>A edificação é toda pintada com tinta à base de cal com pigmentos minerais, além da pintura dos rebocos, as paredes também foram pintadas desta cor.</p> <p>As esquadrias e portas são pintadas com tinta a óleo na cor marrom.</p> <p>Na expedição todas as madeiras foram pintadas com tinta à óleo na cor camurça.</p>
			<p>As escadas são todas em madeira e as duas não tem pintura (estão em madeira natural). A da expedição foi pintada em tinta a óleo. Tem degraus curtos e muito altos.</p>
<p>Escadas</p> 	 	<p>Madeira em número de quatro unidades, uma no subsolo e três dentro da edificação.</p>	
<p>Telhado estrutura</p> 	<p>Madeiras sem tesouras, somente com caibros e ripas. Foi realizado um reforço recente com uma travessa que une os caibros.</p>	<p>Caibros em seqüência de metro em metro com ripas de 5X5cm que de 40 em 40 cm recebem as telhas.</p>	
<p>Telhado acabamento</p> 	<p>Telha cerâmica e telhado de zinco</p>	<p>Este telhado pode ter sido todo de zinco, mas no início do século XX, já existiam olarias que fabricavam as telhas tipo francesas.</p> <p>No depósito de lenha o telhado foi reformado e é de zinco;</p>	






[continua]

[continuação]


Ornamentos		Quadros religiosos e um quadro de visitantes da Itália.	Vários oratórios com santas, orações e santinhos.
			
Símbolos		* Religiosos * Marcas das indústrias de máquinas:	Nos oratórios, em especial Santa Ana protetora das rodas e dos moinhos (rodas, turbinas, mó que gira). Na turbina, no descascador de arroz, no refino de trigo.
			
Instalações elétricas		Somente fiação aparente	Todos os elementos são expostos e os mais significativos são as antigas porcelanas;
			

[continuação]

[continuação]

<p>Instalações hidráulicas</p> 		<p>Existem descidas pluviais das calhas que são mais recentes; Uma pia pequena na circulação; Tanque e fonte de água para beber; Água e canalização metálica para as turbinas;</p>	<p>A água corre no tanque da residência, corria para movimentar as turbinas e após volta para o Arroio conforme documento que Cristoforo assinou, assegurando a volta da água para a fonte;</p>
			
			
<p>Banheiros e Cozinhas</p>	<p>não há</p>		

Objetos e mobiliário;

Objetos	Tipos e materiais utilizados	Técnica de manufatura
<p>Luminárias</p> 	<p>Bicos de luz</p>	<p>Lâmpadas penduradas em porcelanas;</p>


[continua]

[continuação]

<p>Móveis (máquina)</p>		<p>Equipamentos para a produção de farinhas:</p>	<p>Conjunto de turbinas roldanas, caldeira, duas máquinas de descasque de arroz, duas máquinas antigas de refino de trigo, duas máquinas mais novas de refino de trigo, mó para farinha de milho.</p>
			
			
<p>Mobiliário solto</p> 		<p>Mesas, silos pequenos para armazenagem de farelos e farinha pronta, armário de mantimentos.</p> <p>Mesa de serralheiro e mesa de marcenaria;</p>	<p>Este mobiliário é todo em madeira e está bem conservado,</p>
			
			

[continua]

[continuação]

<p>Adornos</p> 	<p>duas sacolas penduradas</p>	<p>confeccionadas em <i>dressa</i>, técnica trazida pelos imigrantes italianos, feitas pela avó Annunciata.</p>
<p>Esculturas e símbolos</p>		<p>Eram carimbadas as sacas de farinha de grãos comprados pelo moinho; saquinho da última farinha de milho produzida.</p>
		
<p>Outros móveis e utensílios</p> 	<p>Porta com sistema rústico de fechamento</p>	<p>Porta toda em tábuas de pinho (araucária) e que fecha sozinha no acesso para o salão, antigos dormitórios.</p>
<p>Detalhes</p> 	<p>Tábua para anotar entrada e saída e pagamento</p>	<p>Era de madeira escrito em lápis e apagado com carvão todas as noites.</p>

[continua]

[continuação]

História do imóvel.

Qual o detalhe construtivo que melhor caracteriza a época da construção? Explique por quê.
As vigas de araucária, pois além de atingirem vãos longos sem apoio de pilares, eram simbólicos pelo auxílio dos vizinhos para erguer este material, pois não havia sistemas de guindastes.
Qual a importância deste imóvel dentro do contexto urbano?
O moinho Melatti é uma das construções mais antigas e preservadas. O frigorífico também desta época somente possui algumas edificações e outras foram demolidas para dar lugar a prefeitura municipal. A localização em zona rural e o amor da família pelo local é que permitem que o moinho tenha vida longa e futura. Além disso, as turbinas durante 15 anos forneceram luz ao aglomerado urbano durante à noite.
Como a disposição do imóvel no terreno caracteriza as implantações da época?
A ideia de instalar o moinho junto a estrada para um escoamento mais fácil para a região foi ideia de Cristoforo, e a implantação tinha a necessidade de se localizar a beira do Arroio Vicente Rosa e em topografia que possibilitasse a diferença de altura adequada para construir uma represa permitindo que água descesse as turbinas com muita pressão.
Como este imóvel se relaciona com o entorno atual do espaço urbano?
Junto a estrada de asfalto, o local tem uma massa vegetal intensa, e está fora do espaço urbano de Fagundes Varela, no entanto acessível pela ciclovia e pelos 2 quilômetros que levam ao aglomerado urbano.
Como eram distribuídos os ambientes dentro do imóvel e como eram os principais fluxos e usos das pessoas no local?
A organização de entrada dos grãos e a distribuição das atividades tem uma linha de produção organizada e legível o alpendre junto a moradia da família também permite o acesso fácil ao moinho.
Como as medidas internas e externas caracterizam um modo de vida da época? (pé-direito, espaços diversos, largura e comprimento, medidas das esquadrias e portas).
São ambientes amplos e que permitiam divisões internas conforme a necessidade. O pé direito mais alto no térreo e janelas em paredes opostas permitem uma boa circulação de ar. O pé direito mais baixo no 2º pavimento traz o aconchego que os dormitórios necessitavam.
Como eram os procedimentos de construção, mão de obra e técnicas construtivas?
A mão de obra era local, os tijolos foram fabricados no moinho, o sistema de estruturas de madeira e aplicação de tábuas era simples e rápido. O assoalho permite instalações de aberturas como alçapão e fendas para turbinas. Os vizinhos sempre auxiliam os outros nas construções.
Os materiais eram locais, nacionais ou importados?
Os materiais são locais, por isso o uso intensivo da madeira de araucária. Tijolos com argila local e fundações com pedras de basalto, também existentes na região.
Existem símbolos, esculturas ou outros adereços a que eles se referem?
A religiosidade tem representação importante nas paredes do moinho, documentações diversas em português da época do início do século XX, os carimbos, as balanças desde a primeira estão no local.
Observações
Atualmente o local tem vários pertences da família como um berço de vime, madeiras gradeadas para a manutenção e pipas pequenas para vinho. Também existe a fonte de água potável, o tanque de lavar roupa de água que corre sem parar.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Junto a essa tabela deveriam acrescentar-se os atributos de valor com a descrição das características que corroboram o valor para a salvaguarda do patrimônio. Um elenco de atributos será desenvolvido nas conclusões.

Mesmo com o fichamento da prefeitura de Bento Gonçalves, pode-se afirmar que essas fichas de inventário trazem apenas as características dos bens imóveis.

No caso do moinho, os equipamentos e máquinas do processo industrial também precisam ser inventariados, evitando a venda para antiquários e, em pior circunstância, como ferro velho. Por isso, a pesquisa propõe como exemplo o fichamento de uma das máquinas como bem integrado à arquitetura industrial.

Para desenvolver um inventário de bens móveis integrados à arquitetura pode-se utilizar o Manual para Elaboração de Projetos do IPHAN (2019), cujo objetivo principal é orientar o restauro e as intervenções dos objetos inventariados. As diretrizes iniciam com uma elaboração de um registro minucioso do bem móvel. O item dois é a identificação e conhecimento do bem, em que está incluída uma pesquisa histórica. O próximo item é a ficha técnica, que precisa conter: descrição do objeto e sua importância no espaço integrado; título do conferido ao bem; categoria (no caso do moinho, maquinários de bens industriais), autor ou fabricante com o local onde foi produzido; dimensões; e peso. Os itens finais são técnicas; material; proprietário; local onde está armazenado ou ambiente de guarda (no caso, em que local está na linha de processo industrial); e se existe proteção legal. Também solicita que sejam observadas marcas e inscrições; se está seguro (ou apresenta riscos no manejo e exposição); e o estado de conservação deste objeto, a ser classificado como “bom, razoável ou ruim”. Entende-se que esses itens descritos poderiam estar aglutinados, facilitando a leitura da ficha técnica com objetividade, como é o caso do item “descrição do objeto”, que poderia estar incluso na apresentação deste. Em sequência, há um espaço para as análises iconográficas e iconológicas, que podem ser acompanhadas de registros fotográficos. A análise estética é ligada em especial às obras de arte; no entanto, as máquinas também representam o estilo e técnica de uma época. A identificação de técnica construtiva e de materiais, por sua vez, poderia já estar incluída no item de ficha técnica, que inclui tais características. Finalmente, a ficha é ilustrada com um desenho técnico representativo do bem, que inclui as principais medidas e detalhes. Essa representação gráfica e os registros fotográficos podem auxiliar, caso haja necessidade de um futuro restauro ou até utilização da máquina com fins de produções em pequena escala, somente para demonstração histórica e turística. Nos objetos de patrimônio industrial, cabe desenhar o layout da produção, assim como as setas de direcionamento da atividade. Nos croquis manuais, pode haver cortes e elevações, assim como sistemas estruturais de fixação.

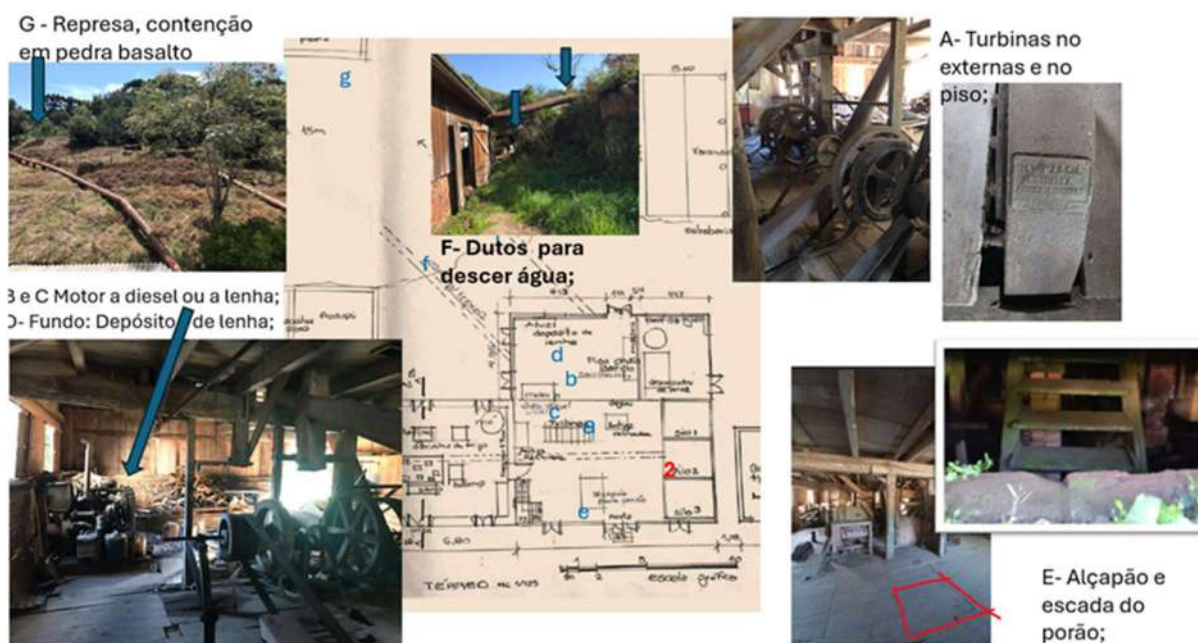
Com um enfoque detalhado em relação aos bens móveis, cabe ressaltar ainda o documento de 2009 do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de

Minas Gerais - IEPHA/MG, com o título “Inventário de Proteção do Acervo Cultural De Minas Gerais – IPAC/MG: Roteiro de Preenchimento”. Esse material traz orientações no item quatro (4): “Bens móveis e Bens Integrados”, e inicia com uma ficha técnica incluindo local, proprietários e título. O tópico seguinte é a “designação”, isto é, o nome do espaço onde está localizado o objeto; se houver mais itens no mesmo ambiente, estes são descritos conforme a direção em relação àquele: à direita ou à esquerda. Essa descrição seria facilitada com uma representação de planta baixa contendo o layout além das imagens dos objetos anexados. Em seguida, descreve-se a espécie, ou seja, cada um dos itens conforme o seu uso, por exemplo mobiliário, pinturas, lustres, entre outros. Também são solicitados a data aproximada de manufatura, “origem e procedência”, e outros itens técnicos já inclusos no manual do IPHAN (2019). O inventário propõe, igualmente, roteiros de apreciação, que vinculam objetos à sua posição no espaço onde está armazenado. Esta seria uma metodologia condizente para registrar o inventário de máquinas e equipamentos em um espaço industrial histórico, indicando etapas de produção como roteiros de “linha de produção”. Constata-se, no entanto, que uma representação em imagem facilita a identificação das máquinas e sua importância na sequência do processo.

A identificação das máquinas ainda existentes na edificação inventariada do moinho Melatti já foi apresentada na narrativa dos diversos processos que nele ocorriam. A descrição da ficha individual de cada máquina é a primeira etapa da identificação do objeto na linha de produção.

A peça escolhida para um exemplo de inventário de mobiliário industrial foi uma turbina que faz parte do processo de produção de energia. Na imagem a seguir, há uma planta baixa esquemática do moinho, localizando a turbina:

Figura 132 - Processo de produção: localização da turbina



A seguir uma ficha elaborada pela autora, baseada nas solicitações do manual do IPHAN para bens móveis:

Quadro 12 - Ficha de inventário da turbina

Espaço 2 - ENERGIA - TURBINA

● Identificação geral do bem móvel

A **Turbina** faz parte do conjunto de geração de energia que inicia com uma represa no alto da colina, após passar tubos de metal á pressão da água em queda livre, aciona roldanas que através de cintas de lona propulsionam as turbinas que ficam semienterradas no piso de madeira no térreo e subsolo do Moinho. A turbina é o final do processo que gera a energia para todo o maquinário

● Localização

Moinho Melatti - Fagundes Varela- RS

Térreo da edificação

MOINHO MELATTI- Fagundes Varela- Rio Grande do Sul - planta geral

- 1- Galgagem do lado direito acima da casa de farinha
- 2- Espaço Energia:
 - a) Turbinas
 - b) Motor a lenha
 - c) Motor a diesel
 - d) Chaminé de lenha
- 3- Refino da Farinha e expedição;
- 4- Escritório e depósito;
- 5- Fábrica atual de biscoito;
- 6- Residência familiar;
- 7- Antigo estábulo;
- 8- Estrada;



Recorte da seção

Turbina

Roldanas com cintas de lona



Turbina encaixada no piso



Turbina no conjunto

[continua]

[continuação]

● Turbina especificações:



Especificações:

Função	1) Etapa final do processo geração de energia que propulsiona as outras máquinas; 2) Pela documentação e depoimentos esta energia produzida atendeu várias famílias de Fagundes Varela por 15 anos durante a noite;
Sistema	<p>A queda d'água com pressão gira a turbina que alimenta um gerador, é um processo mais moderno que as antigas rodas d'água que moviam os moinhos, pois não dependem da vazão das águas dos rios;</p>
Categoria	Turbinas Hidráulicas são equipamentos projetados para transformar força e pressão da água em energia elétrica. A turbina foi inventada em 1847 por James Bicheno Francis. Disponível: https://www.hidroenergia.com.br/blog/tipos-turbinas-hidraulicas/ acesso em 3 de junho de 2024.
Materialidade	Anel em ferro fundido maciço com eixo também em ferro;
Marca, fabricante	H. Wirz & CIA. Estrella (RS) Fabrica de Machinas e fundição Número estampado: A-53 e 14134 Wirz – Nascido em 25.02.1882 no cantão de Lucerna, o engenheiro Hans Wirz e a esposa Maria Elisabeth da Argóvia chegaram em Porto Alegre em 1909. Em 1922 ele adquiriu a metalúrgica de Germano Göllner, em Estrela-RS, formando sociedade com Luís Inácio Müssnich. Juntos eles criaram a industrial Turbinas Hidráulicas H. Wirz & Cia, que adquiriu fama internacional; https://www.swissinfo.ch/por/sociedade/su%3%ad%3%a7os-no-brasil_novas-his%3%b3rias-de-uma-antiga-migra%3%a7%3%a3o/44038526 . Estrela fica a 105 km da cidade de Fagundes Varela. Nota-se que mesmo nesta época com dificuldades de comunicação Cristoforo adquire este equipamento desta empresa.
Dimensões aproximadas	1,00 de diâmetro, peso aproximado de 500 kg;
Estado de conservação	Está em bom estado e funcionou até os anos 2000, quando o moinho já trabalhava com luz elétrica e motor a lenha;
Estilo	Na época eram comuns as manufaturas em ferro fundido através de moldes e que não necessitavam de tecnologias mais avançadas;
Data	Esta peça pode ter sido fabricada no ano de 1906, início da empresa de Hanz Wirz e quando o proprietário Cristoforo Melatti construiu o Moinho no lote 80 de Fagundes Varela;

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Essa descrição da turbina traz muitas curiosidades e remete a histórias de outros imigrantes como o já citado Hans Wirz, engenheiro suíço que chega ao Brasil no final do século XIX e se instala na cidade de Estrela (distante 105 km de Fagundes Varela), onde inaugura uma fábrica de turbinas hidráulicas. Esta indústria encerrou as atividades somente no ano de 2022, tendo completado mais de 100 anos de existência.

Todos os equipamentos do moinho necessitam ser registrados. O modelo acima apresentado poderia ser um padrão que auxiliaria no restauro individual, além de evitar a retirada desses objetos, significativos nos processos industriais adotados. É oportuno reiterar, mais uma vez, que um dos diferenciais mais notáveis do moinho Melatti é exatamente possuir todos os equipamentos ainda locados nos ambientes das linhas de produção específicas, cuja salvaguarda é, portanto, de fundamental importância.

5.4 DIRETRIZES A SEREM ADOTADAS NO RESTAURO E INTERVENÇÃO DO MOINHO

As ações de restauro e intervenção precisam ocorrer nos patrimônios históricos, fundamentadas nas indicações das cartas patrimoniais, com ênfase nas cartas de Nizhny Tagil (2003), Dublin (2011) e Sevilha (2019). Igualmente, devem apoiar-se nas diretrizes específicas da modalidade industrial, propostas por Kühn (2008). Inicia-se esta seção considerando duas cartas patrimoniais que são base para as anteriormente citadas, as de Atenas (1931) e Veneza (1964). À medida que se apresentam as recomendações das cartas, descreve-se também a relação destas com o objeto da pesquisa: a intervenção que será realizada no local do moinho irá utilizar as metodologias e recomendações contidas nessas cartas, assim como as instruções do programa Monumenta do IPHAN (2020).

É interessante mencionar, de modo a reiterar a necessidade, que as cartas apresentam a documentação de inventário como ferramenta de conservação; neste caso em especial, faz-se o registro das atividades de conservação, restauro e intervenção, de modo que se permitam novas intervenções em futura necessidade. A Carta de Veneza (1964, p. 4) encerra o documento com a solicitação anterior descrita no artigo 16º:

Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa sobre a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.

Kühl (2008, p.46) também certifica a necessidade de inventariar e documentar, para fundamentar as análises, com o desenvolvimento de “inventários sistemáticos, alicerçados em processos cognitivos oferecidos pelas ciências humanas” em um trabalho multidisciplinar com abrangência ampla de informação, em especial nos patrimônios históricos industriais. Essa documentação, com registro pleno, auxilia na preservação de edifícios representativos da identidade das comunidades, pois avalia o caráter “histórico, formal, memorial e simbólico” (KÜHL, 2008, p.46). Esta pesquisa apresenta o preenchimento de três registros de inventário: municipal, estadual (Rio Grande do Sul), além da ficha de Bento Gonçalves (Decreto-Lei 02/2016).

Retornando às diretrizes da carta de Atenas (1931, p.1), elaboradas pós Primeira Guerra Mundial, constam-se “princípios e doutrinas para a proteção dos bens”. Primeiramente, a carta esclarece que cada caso tem uma solução, no entanto, o ideal é evitar as reconstituições integrais priorizando a manutenção. Essa orientação pode causar interpretações diferentes por parte dos profissionais envolvidos nos restauros, pois permite uma escolha de solução por vezes não adequada. A carta também menciona que, se a edificação estiver muito danificada, as intervenções não devem prejudicar o estilo da época. A partir desse documento, ressalta-se a regulamentação legal no Brasil para a proteção patrimonial com a criação da Lei constitucional de 1937. Tal legislação corrobora o descrito nas diretrizes do documento, afirmando que “os estados precisam ter legislação específica para “proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico” (1931, p. 1). Ela também valoriza os conjuntos urbanos, assim como a preservação do entorno do patrimônio individual histórico edificado. A ideia de futura intervenção no moinho é, de fato, preservar sua autenticidade, o espaço no entorno e possibilitar uma atividade econômica que auxilie nas manutenções futuras.

Após a Segunda Guerra Mundial, quando muitas edificações históricas se perderam, foram realizados vários estudos na área de restauro, que resultaram nas

diretrizes da Carta de Veneza em Brandi⁶⁷. A carta evidencia a importância do que foi referido na Carta de Atenas (1931) e aprofunda alguns conceitos, como o de “restauração”, descrito como:

Uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conceituais, todo o trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2 e 3).

No caso do moinho, a restauração, devido ao estado de conservação geral, necessitará de pequenos reparos a serem realizados. As manifestações de patologias encontradas estão esclarecidas com suas possíveis soluções em texto a seguir. A outra questão pertinente, no caso, é que a intervenção que vier a ser realizada precisa preservar e valorizar a paisagem natural que envolve a edificação, inclusive a represa, os dutos e a estrebaria.

Em outro parágrafo, ainda na Carta de Atenas (1931, p.2), são indicados os materiais para consolidação⁶⁸. No documento é indicado o concreto armado⁶⁹ como a técnica ideal para tornar resistentes estruturas que estão em colapso. Atualmente, até como meio de construções mais limpas, são indicadas estruturas metálicas para consolidação. Já a Carta de Veneza (1964, art.10º, p.3) esclarece que “quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.”

As consolidações que serão necessárias no moinho estão relacionadas ao novo uso que ocorrerá no ambiente interno. Também se faz necessária uma análise

⁶⁷ Cesare Brandi – “Italiano nascido em Siena, Cesare Brandi era formado em Direito e Ciências Humanas. Em 1930 iniciou seus trabalhos como supervisor de monumentos e galerias e na Administração das Antiguidades e Belas Artes em sua cidade natal. Por volta de 1934 Brandi atuou também na Universidade de Roma, bem como em outras instituições como escritor, crítico e palestrante, sempre envolvido com a arte, história e restauração, assunto que o fascinava desde a infância”. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5946>. Acesso em: 5 jul. 2024.

⁶⁸ Consolidação significa restituir ou mesmo incrementar a resistência e durabilidade de estruturas, empregando, no caso de restauros de patrimônio, materiais discretos e de técnicas contemporâneas.

⁶⁹ O concreto armado é uma técnica que foi criada no final do século XIX. E sua utilização foi intensificada nos anos de 1930 em edificações preferencialmente comerciais e residenciais pelo seu desempenho em vãos livres e possibilidade de construções verticais (EBINGHAUS, 1939).

química e técnica em relação às vigas e pilares de madeira que já foram atacados por xilófagos. Caso o laudo exija, serão necessários reforços metálicos nesses elementos estruturais. As técnicas de conservação que serão adotadas atenderão às cartas no sentido de que os materiais novos, necessários a esse trabalho, deverão ser sempre reconhecíveis. Em restauros recentes, indica-se que os novos materiais necessários a serem utilizados sejam diferentes dos originais; no entanto, é necessário que sejam aplicados de modo harmônico, evitando o contraste para não evidenciar as adições, desvalorizando o bem patrimonial. Esse conceito de harmonia é indicado também a necessidade de construções de apoio ao novo uso como sanitários, cozinhas e elevadores, ou até novas salas que precisam ser discretas no conjunto.

No parágrafo IV da Carta de Atenas, são descritas as diretrizes de requalificação, com o seguinte texto no quinto artigo:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes (CARTA DE ATENAS, 1931, p.2).

Analisando as possibilidades de novo uso para o moinho, com a ideia de auxiliar na manutenção adquirindo recursos, estão a seguir descritas as alternativas possíveis, sem a descaracterização e com o mínimo de intervenções. As opções aqui propostas estão relacionadas à atividade industrial do moinho, enfatizando a história e a identidade do local.

A primeira proposta é tornar o espaço um museu interativo, com recursos digitais, inclusive jogos para o público infantil e jovem, em que seja possibilitado ao visitante (estudante, curioso e turista) conhecer os antigos processos de moagem de grãos. Em algum espaço programado, também estarão disponíveis para visualização as antigas escrituras e documentos, assim como fotos, projetos e livros-caixa. A manipulação destes documentos somente será viável com solicitação prévia e argumentada, evitando a deterioração dos arquivos.

Uma segunda opção seria viabilizar a produção em pequena escala, exclusiva para a venda local, de farinha de milho moída na pedra. Essa moagem pode ser realizada durante a visita. A terceira proposta é viabilizar um espaço alimentício, como um café, com venda de produtos agroindustriais do município, incluídos os biscoitos da família Melatti. O café pode ter um funcionamento diário com serviços de

self-service. A introdução de um bistrô ou restaurante, atualmente, somente pode ser viabilizada nos finais de semana, pois ainda é reduzido o fluxo de turistas e visitantes.

Outra ideia possível é um espaço para cursos culinários, dirigido para a comunidade de Fagundes Varela e região. As oficinas podem ser de biscoitos, pães e outros produtos relacionados aos grãos que eram manipulados no moinho, como milho, trigo e arroz. Os cursos podem também ser direcionados a estudantes do ensino fundamental e médio, e para adultos e estudantes das áreas de Gastronomia, Nutrição e Engenharia de Alimentos da região, podendo servir de estágio obrigatório ou horas complementares dos cursos.

Em opção final, também poderia pensar-se no espaço como uma pousada rural, ocupando salões que estão vazios. Sobre essa alternativa, no entanto, é importante dizer que o centro urbano de Fagundes Varela possui uma edificação hoteleira que poderia ser restaurada para esta finalidade já que tem a tipologia de hospedagem. De qualquer modo, para Kühl, importa que haja “mínimas intervenções, deve se intervir imprescindivelmente, com constância e com certo grau de ingerência, em processos de manutenção, conservação ou restauro, para que se possa assegurar a sobrevivência do monumento” (2008, p.133).

Na parte externa, em especial na estrebaria, pode-se, durante os meses de verão, permitir o banho no arroio Vicente Rosa, e trilhas com roteiros guiados pelas suas margens. Para Kühl (2008, p.123) o “turismo ecológico, no Brasil, tem maior presença nos meios de comunicação do que o turismo cultural”; nesse caso, o uso dos espaços abertos pode aguçar o interesse instrutivo presente no moinho. Para realização dessa atividade ao ar livre, os visitantes necessitariam de um espaço de sanitários e chuveiros com armários para guardar pertences, que poderiam estar presentes na edificação que abrigava os animais. A instalação de máquinas com alimentos e bebidas facilita a questão de gerência do espaço. O cuidado com a preservação do meio ambiente precisa ser constante, evitando danos na paisagem. Na imagem a seguir, como ponto histórico afetivo, vê-se um grupo de pessoas no arroio em 1967, corroborando seu uso como balneário, anteriormente sugerido:

Figura 133 - Pessoas no arroio Vicente Rosa (1967)



Fonte: autor desconhecido, disponível em grupo no Facebook: Eu nasci em Fagundes Varela (2024)

Além da requalificação e novo uso, é pertinente descrever as orientações das cartas específicas de patrimônio industrial. Inicialmente, a carta de Nizhny Tagil, elaborada em 2003 e disponível no site do TICCIB – Brasil, Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial, explica, nas primeiras linhas, que a era industrial deixou vestígios materiais representativos de importância fundamental, como:

edifícios e as estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003, p.1)

O texto menciona o termo arqueologia industrial, que abrange diversas ciências e estuda os vestígios materiais e imateriais dos elementos constituintes dos processos industriais. Está incluso, ainda, o estudo das relações de trabalho e do presente e passado industriais. São expressos os valores do patrimônio industrial, como o valor do testemunho e de sua relação com a história, o valor social, representando homens e mulheres nos processos, o valor de sítio histórico (com a

paisagem industrial), e o valor de raridade em termos de produção e/ou de pioneirismo.

Os valores industriais estão presentes no moinho em seu valor de testemunho, pois representa um período em que várias famílias dependiam deste para a subsistência. O valor social, além da atividade econômica, permitiu relações amigáveis entre produtor e consumidores, e uniu laços familiares sob o mesmo teto, garantindo o sustento de todos com as atividades de moagem. O valor de sítio histórico existe à medida que, no entorno do moinho, restam vestígios, ainda em bom estado de conservação, que conjuntamente permitem o entendimento do funcionamento da atividade industrial. O valor de raridade está na presença de todas as máquinas e equipamentos no local, e ainda pelo sistema inovador de turbinas para a geração de energia, com mais de 100 anos de utilização.

A importância da identificação e inventário, já tratados em outras cartas, inclui, no documento de Nizhny Tagil, a necessidade, para o patrimônio industrial, nos itens VII e VIII, de medidas legais “suficientemente sólidas para assegurar a sua conservação” (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003 p.1). No item VIII, produto desta pesquisa, recomenda colocar “em prática medidas legais, administrativas e financeiras para conservar a sua autenticidade”. No item IV sobre a proteção legal, a carta destaca que esses patrimônios precisam ser incluídos na esfera cultural local, e que as máquinas e equipamentos também necessitam ser protegidos. A proteção legal do moinho, a nível municipal, foi concedida, no entanto, não há legislação municipal para a proteção do mobiliário industrial.

Outro item significativo em relação ao moinho e que deve ser atendido é a autenticidade, ou seja, os novos usos com vistas a sustentabilidade do espaço devem respeitar o conjunto industrial. No item V de manutenção e conservação da mesma carta, é importante o termo reversibilidade, isto é, mais do que o impacto mínimo nas intervenções, estas devem ser possíveis de operar sem prejudicar a edificação original. Além disso, contratação de profissionais especializados no restauro é imprescindível.

O penúltimo item da carta trata da importância da educação e da formação de profissionais a nível de especialização, técnico e universitário. Como encerramento, a carta trata de “apresentação e interpretação”, sugerindo a ação do poder público na divulgação dos bens industriais por várias mídias e em especial as digitais, e também no incentivo de museus técnico-industriais. Também por isso, um dos objetivos

principais da intervenção no moinho é a conservação de todo mobiliário como museu, a apresentação de jogos educativos, de vídeos com Egydio Melatti apresentando o local, entre outros.

Em segundo lugar estão as orientações descritas pelos princípios de Dublin, na Irlanda, durante a 17ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 28 de novembro de 2011. Inicialmente, o documento explica que ainda existem muitos patrimônios industriais em atividade, revelando uma continuidade histórica pois “a industrialização ainda é um processo ativo” (2011, n.p.). A ênfase do texto está no peso igualitário do material e do imaterial, que consta na citação a seguir:

O patrimônio material associado a tecnologias e processos industriais, engenharia, arquitetura e planejamento urbano, soma-se um patrimônio imaterial incorporado às habilidades técnicas, memórias e na vida social dos trabalhadores e de suas comunidades.

A essência dos princípios de Dublin está nos conceitos da Revolução Industrial, que são: “desenvolvimento e utilização de processos e tecnologia com respeito à produção, transporte, geração de energia, intercâmbios comerciais e novos padrões sociais e culturais” (n.p.) Por essas características, são ampliadas as relações do espaço industrial para o contexto social do entorno e também regional através das logísticas de entrega das produções. O moinho trouxe divisas regionais e a história social ainda acompanha a família, moradores e visitantes. O próximo item alerta sobre o risco de perda desses patrimônios, pois o custo de manutenção de sítios industriais é elevado, dificultando a preservação. Este é exatamente o caso do moinho, que necessita uma atividade econômica que lhe confira sustentabilidade, evitando a deterioração do local e dos equipamentos. A questão da especulação imobiliária não é pertinente ao moinho, por estar em zona rural.

A carta de Dublin discorre ainda sobre os avanços na conscientização de preservação dos espaços industriais apoiados pelo ICOMOS, mencionando o comitê TICCIH que “adotou a Carta de Nizhny Tagil (2003) sobre o Patrimônio Industrial como o primeiro texto de referência internacional para orientar a proteção e conservação nesse campo” (CARTA DE DUBLIN, 2011,n.p.).

Após essa apresentação, há os princípios que definem patrimônio histórico-industrial, abrangendo todos os itens que a ele pertencem. Segundo os especialistas, as pesquisas precisam abranger aspectos históricos, socioeconômicos e tecnológicos. Também traz uma reflexão sobre a matéria prima que sempre é extraída

da natureza, necessária pela ligação da indústria com o meio em que ela se encontra. O moinho Melatti, nesse sentido, está diretamente ligado ao campo e ao cultivo quando utiliza a produção agrícola como matéria prima, localizada nas proximidades da área, por isso sua localização junto a estrada e no meio rural, facilitando acessos. Também é incentivada a pesquisa com documentação aprofundada que revele a importância do complexo industrial em sua temporalidade.

A carta apresenta também a preocupação com a retirada das máquinas inoperantes, que deixam de representar os momentos históricos do processo industrial. No caso do moinho Melatti, a utilização esporádica das máquinas evita o termo “obsolescência”, pois estão desativadas há mais de dez anos. Para a ativação ou restauro o documento recomenda a não retirar do local o maquinário, o que não é necessário no caso do moinho. Finalmente são indicadas as ações educativas e culturais, mais importantes que o turismo predatório, que não se aprofunda nas particularidades que essa modalidade de salvaguarda traz à sociedade.

Em terceiro lugar, está a Carta de Sevilha, escrita no ano de 2018 com o subtítulo “os desafios do século 21”. Nela, são apresentadas as principais questões tratadas, como o valor cultural das atividades produtivas no âmbito material e imaterial, os impactos territoriais, sociais e ambientais gerados pela produção industrial, assim como o crescente interesse em manter os patrimônios industriais com memória coletiva e os problemas decorrentes do aumento de bens protegidos.

Também incluídas na pauta do documento estão: “a falta de consenso estabelecendo indicadores corretos para a atribuição de valores para os bens patrimoniais” (CARTA DE SEVILHA, 2008, p.16), as diferentes soluções, sem diretrizes padrão nas intervenções, e a apresentação de boas práticas com aplicações adequadas na preservação e salvaguarda do patrimônio industrial. Importa destacar que todos os itens apontados foram descritos nesta pesquisa, especialmente as questões de atributos de valores relacionados à preservação do moinho.

A carta menciona que os itens listados acima trazem contradições da prática de preservar, entre os envolvidos no processo como proprietários, usuários, visitantes e os profissionais da intervenção. Com efeito, esses impasses foram constantes na pesquisa, além da necessidade de apaziguar as relações entre poder público e família.

A análise científica de todo bem é incentivada, assim como as descrições de relações humanas, comerciais, ambientais que são determinantes nos processos

industriais capitalistas. A narrativa aqui desenvolvida, que acompanha o moinho, é tão extensa quanto os processos de projeto de restauro do espaço. As descrições são parte do patrimônio imaterial contido dentro do espaço físico. Esses depoimentos levam a mais curiosidades em relação aos outros empreendedores Melatti presentes em várias regiões do Brasil, e à necessidade de conhecer mais com as pesquisas na Itália, em Motta Baluffi.

Entre as temáticas analisadas ainda estão: estabelecer critérios claros nas intervenções arquitetônicas, seja na edificação como no paisagismo, criação de novos modelos de registro, questão criticada e levantada nesta pesquisa com a inclusão de um fichamento para as máquinas e os processos. O tema que prossegue inclui as atividades femininas nos processos fabris, uma vez que se sabe, em especial pela história oral, que as mulheres de imigrantes trabalhavam intensamente, tanto nas lidas domésticas, quanto na agricultura, na confecção de roupas e artesanatos como sacolas e cestas de palha para carregar produtos.

O assunto seguinte da Carta de Sevilha é a obsolescência dos espaços industriais. Sobre o moinho Melatti, sabe-se que este não se adequou às exigências das normas de saúde, não adaptou os dutos de madeira para aço inoxidável, o que é um fator positivo em termos de preservação histórica. A reflexão traz ainda a ideia de renovar modelos de museus e exposições dos antigos processos. Também é incentivada a memória do trabalho, assim como os acertos e conflitos gerados. Depois disso, trata do estímulo à divulgação de boas práticas de projeto, gestão dos espaços industriais de salvaguarda e as definições de novos usos possíveis, estabelecendo um acervo de boas práticas já finalizadas. No caso deste trabalho, novos usos são propostos ao moinho, e a viabilização destas atividades requer que o poder público, municipal e regional auxilie com programas educacionais, roteiros turísticos, divulgação e disponibilidade de boa infraestrutura para receber visitantes de outras regiões. A última temática que a carta propõe é pensar o patrimônio industrial uma apropriação de toda uma comunidade. O moinho é pertencente a Fagundes Varela há muitos anos, pois muitas lembranças de infância, dos avós e de amigos estão ligadas a este local.

A carta encerra com várias recomendações baseadas nas reflexões anteriormente descritas. De forma sintetizada: a construção de conhecimento se faz com multidisciplinaridade; deve incentivar a articulação da indústria com o poder público, em especial com facilidades na infraestrutura; espaços ocupados pela

indústria são submetidos a evolução constante, no entanto precisam dar continuidade a produção econômica própria; o caráter cultural da indústria é estabelecido pelo reconhecimento de valores. As últimas recomendações são: cuidados com o meio natural, viabilidades de transformação e resistência associado ao valor cultural; memória e relações de trabalho; o papel das mulheres na indústria; bens móveis e seu valor de representação; identificar o valor de legibilidade e de autenticidade da edificação e sítio; propor novos usos com coerência; incentivo a processos ativos de museologia; possibilitar acesso e pesquisas da documentação existente; considerar o aspecto cultural intrínseco aos espaços industriais a preservar; e, finalmente, conhecer as formas de conexões da Espanha com outros países que dominou.

A carta também recomenda metodologias e ferramentas de pesquisa: a colaboração entre pesquisadores de diversas áreas na construção do conhecimento; o reconhecimento da história da engenharia no campo industrial; a investigação rigorosa e compartilhada trazendo características de todas as ciências; e, ainda, a consideração da abrangência regional, sem desprezar o global. Sugere também que seja estabelecida a temporalidade associada à época, que sejam revisitas metodologias específicas de catalogação da tipologia e reconhecidos os aspectos geográficos e arqueológicos. No contexto geral, recomenda entender tramas, traçados e infraestrutura, os depoimentos orais são considerados, em especial, no âmbito social e se houver falta de documentos materiais; adequar os espaços às novas tecnologias de proteção ao meio ambiente; manter a legibilidade industrial mesmo com a inserção de novos usos. Para os estudiosos, a intervenção deve ocorrer de modo gradual com revisão de técnicos especializados, documentando todas as etapas da execução, em que a conservação preventiva é sempre preferível. A mesma carta afirma que espaços industriais tem potencialidade para espaços públicos. A metodologia, ainda, propõe que de forma proativa sejam sugeridos modos de gestão assertiva. Junto à caracterização dos trabalhadores, interessa descrever as questões salariais e de qualidade de vida e a necessidade de relacionar as mulheres nas linhas de produção. Como última recomendação, tem-se que ocorram, em especial nos centros urbanos, diálogos entre o setor imobiliário e o de preservação.

A carta termina com algumas propostas práticas para o governo espanhol: elaborar um programa de memória e cultura do trabalho, incentivos fiscais e fomentos para as intervenções. Ademais, recomenda a catalogação por parte dos municípios

das indústrias a preservar; o trabalho na reabilitação dos espaços com fins públicos; e a geração de políticas públicas para preservar os patrimônios industriais. Segundo o documento, os sindicatos precisam manter arquivos relacionados à memória do trabalho, assim como os inventários já realizados possam estar disponíveis para pesquisas. Nos planos diretores das cidades, precisa constar o mapeamento das áreas industriais a preservar; e as atuais indústrias também precisam ser catalogadas pois a obsolescência ocorre com rapidez na atualidade.

O décimo terceiro item descreve a preocupação com os bens móveis que são facilmente descartados, e precisam ser registrados com a tutela do poder público. Os próximos itens são a exigência de profissionais especializados para trabalhar nessas intervenções, incluindo como conteúdo obrigatório nas universidades a educação patrimonial com ênfase na tipologia industrial. Ainda na aplicação prática, sugere direcionar os espaços para um turismo consciente que informe a história, o contexto temporal e social, além da visita; fomentar a cultura com dados sobre a memória do trabalho; integrar aos ambientes os saberes e tecnologias não mais utilizadas; e incentivar que os projetos de requalificação tenham técnicas ecológicas e sustentáveis. O documento descreve que:

As administrações devem traçar estratégias próprias que incorporem o patrimônio Industrial como um recurso ativo para o desenvolvimento econômico, cultural, local e regional e social, implantando programas de inovação experimental (CARTA DE SEVILHA, 2011, p.33).

Em resumo, as indústrias devem, portanto, permanecer em seus locais de implantação, ou por seu valor histórico, ou pelo seu valor de continuidade, a serviço da comunidade. Para isso ser viável, são necessários a nível nacional os referidos inventários e catalogação, além da valoração, que convence à salvaguarda. A nível internacional, interessaria abrir linhas de financiamento para as reabilitações. As recomendações expressam também a prioridade de manutenção dos bens industriais de forma que a requalificação possa auxiliar na manutenção econômica dos locais que devem ser abertos ao público com apresentação histórica de modo interessante e, se possível, interativo.

Essa carta, embora já tenha quase 14 anos de existência, permanece atual, no sentido que abrange itens inerentes às produções industriais, como os trabalhadores, os proprietários, o espaço físico, tanto a edificação quanto o mobiliário

(máquinas, equipamentos e móveis de apoio), e também saberes e tecnologias que representam as atividades em sua época.

As reflexões desta pesquisa seguem com algumas sugestões de reparos imediatos na edificação para que não se perca o moinho e seus arredores. No entanto, para avaliar estes reparos é preciso determinar as causas das manifestações patológicas, e a partir delas propor sugestões. Para as adições são necessários anteprojetos com anuência dos proprietários e apoio do poder público, tanto no âmbito da educação patrimonial, como no roteiro turístico-cultural a serem implementados. Sobre isso, Bull descreve: “Alguns princípios essenciais permeiam [...] proposições: ênfase na manutenção e conservação; intervir o mínimo possível; respeitar, de modo geral, as adições feitas ao longo dos séculos” (Charles Bull apud Kühl, 2008, p.156).

Nesse mesmo movimento, existem, segundo Kühl (2008), várias teorias que apoiam as decisões projetuais. Uma delas é quanto a refazer partes demolidas, em que precisa haver “distinguilidade na intervenção, ou seja, recomposição com materiais ligeiramente diferenciados e com formas simplificadas”. Também é proposta a anastilose⁷⁰, que seria recolocações de materiais que estão no local, mas foram removidos por alguma razão. Também é expresso no texto a palavra “consonância”, isto é, trabalhar de modo harmônico, não agressivo e respeitoso com o conjunto (KÜHL, 2008, p.164). De fato, é importante que o arquiteto seja sensível ao espaço, podendo, em implantações sem uma distribuição equilibrada e com diversos elementos de estilos diferentes, criar um modelo que unifique as edificações. Os elementos adicionados, de preferência, precisam ser afastados da edificação histórica, mas, se não for possível, podem unir-se a ela de maneira discreta.


A partir dessas diretrizes das cartas e da obra de Kühl, estão apresentadas as propostas de intervenção no moinho Melatti, iniciando pelo restauro de partes da edificação que estão em processos de deterioração. A intervenção mais urgente é a da parte elétrica, que está deteriorada e pode causar um curto-circuito com conseqüente incêndio. Para isso, precisa ser elaborado um projeto elétrico, baseado em zonas de uso do projeto de restauro. O restauro indicará os pontos necessários, para, então, instalar a nova rede elétrica. De todo modo, os fios que lá estão

⁷⁰ Anastilose é o procedimento de reconstrução no qual os elementos originais encontrados desmembrados são recolocados em seus devidos lugares no maior grau possível. Disponível em <https://saojoaomarcos.com.br/wp-content/uploads/2020/08/JogosOnline-Anastilose.pdf>. Acesso em 7 de julho de 2024.




instalados devem ser limpos e desativados, mas nunca arrancados, pois contam a história de um local que, por muito tempo, não se serviu de energia elétrica. Lembra-se que, inicialmente, toda a energia gerada era direcionada para as máquinas e para o fornecimento à noite de luz para os vizinhos, na zona urbana. Toda a nova instalação será sobreposta e aparente em tubos galvanizados, assim como interruptores, tomadas e iluminação.

Após a urgência da parte elétrica estão listadas as principais manifestações patológicas (diagnóstico) e possíveis soluções a partir do programa Monumenta (IPHAN). A recuperação dos materiais está diretamente ligada à autenticidade e manutenção da edificação original. Também precisa ser esclarecido que este é um trabalho multidisciplinar que exige a presença de técnicos, além do arquiteto e urbanista, como engenheiro civil, químico, biólogos além de profissionais técnicos especializados como carpinteiros, restauradores (em especial de máquinas), operários de fábricas de esquadrias. A tabela a seguir traz alguns materiais analisados com a metodologia de listar a manifestação patológica com imagem ilustrativa, agente e efeito, necessidade de investigação e solução possível.

Quadro 13 - Manifestações patológicas, investigação e soluções iniciais



Manifestação patológica	Agente e Efeito	Necessita de investigação	Soluções iniciais possíveis
FUNDAÇÕES			
<p>Tijolos</p> 	<p>Agente água com a umidade.</p> <p>Efeito: pontos de limo e sujidades; teias de aranha e pó.</p> <p>Acomodação do solo.</p> <p>Descolamento de rejuntas.</p>	<p>Prova de carga: engenharia civil e arqueologia.</p> <p>Estudos de composição química dos rejuntas.</p>	<p>Limpar com água e sabão e se necessário vinagre branco ou sal, pode utilizar-se jato de água médio.</p> <p>Limpar limo.</p> <p>Refazer os rejuntas de preferência com mistura de cal e areia como são os originais.</p> <p>Realizar reforços se necessário com pilares de concreto armado conforme cálculo estrutural.</p> <p>Pintar com hidrofugante fosco.</p>

[continua]

<p>Tijolos sem rejuntas</p> 	<p>Agente: raios solares.</p> <p>Efeito: falta de rejuntas, alguns tijolos deslocados.</p> <p>Umidade ascendente do solo.</p>	<p>Prova de carga: engenharia civil e arqueologia.</p>	<p>Limpar com água e sabão.</p> <p>Refazer os rejuntas de preferência com mistura de cal e areia como são os originais, somente onde são necessários.</p> <p>Pintar com hidrofugante fosco.</p> <p>Escavar drenos, neste ponto do terreno há muitas pedras.</p>
<p>Vigas de madeira de pinho, araucária</p> 	<p>Agente raios solares, lado norte da edificação.</p> <p>Efeito: madeira acinzentada e rachaduras.</p> <p>Agente água, umidade.</p> <p>Efeitos: limos e rachaduras degradação pelo ácido carbônico.</p> <p>Causas biológicas ataque de xilófagos e fungos.</p>	<p>Provas de carga-resistência, à compressão, à flexão, corte e dureza. (engenharia civil e a arqueologia).</p> <p>Laudo técnico com biólogo para investigar o tipo de xilófago.</p>	<p>Proceder a limpeza das madeiras com água e sabão neutro, retirando fungos (se necessitar usar água e sal);</p> <p>Construir drenos para absorver a água evitando a umidade;</p> <p>Passar inseticida apropriado ao inseto encontrado;</p> <p>Após testes de carga proceder a reforços que podem ser metálicos;</p> <p>Proteger a madeira com hidrofugante pigmentado (tem mais resistência às intempéries).</p>
<p>Pedras de basalto Fundação</p> 	<p>Agente: ausência de sol, movimentação do solo.</p> <p>Efeito: limo e frestas no encontro com alvenaria de tijolos.</p>	<p>Prova de carga engenharia civil.</p>	<p>Abrir uma valeta de 30cm de largura e 50 a 60cm de profundidade para verificar as fundações e após impermeabilizar e instalar um dreno evitando a penetração de águas da chuva;</p> <p>Proceder a limpeza com água e sabão e proteger com impermeabilização transparente;</p>

[continua]

[continuação]

PAREDES			
<p>Madeira de pinho: araucária externa</p>  	<p><u>Parede Sul:</u> Agente: umidade, chuva e não tem incidência solar. Efeitos: manchas escuras, crosta negra e apodrecimento.</p> <p><u>Parede Leste/Norte:</u> Agente: incidência solar intensa, umidade com proximidade da terra. Efeito: madeiras manchadas e algumas empenadas.</p>	<p>Laudo técnico com biólogo para investigar se tem ataque de xilófagos e o tipo, nestes dois casos não se percebem furinhos no material.</p> <p>Durante os trabalhos de manutenção por carpinteiro especializado em restauro verificar se as tábuas estão firmes.</p>	<p>Proceder a serviços de limpeza com água e sabão neutro.</p> <p>Firmar as madeiras.</p> <p>Passar inseticida específico indicado pelo Biólogo.</p> <p>Na base junto a terra instalar um sistema drenante (britas ou pedras) para evitar os respingos de chuva.</p> <p>Proteger a madeira com hidrofugante pigmentado (tem mais resistência às intempéries).</p> <p>Se houver necessidade trabalhar com anastilose (madeiras da estrebaria em parede não visível podem ser utilizadas).</p> <p>Obs.: Na fachada Sul a emenda inferior das tábuas ocorreu devido a apodrecimento da base, e já se igual em cor a tábua sequente.</p>
<p>Madeira de araucária Interna</p> 	<p>Agente: xilófagos e sem proteção de pintura, infiltrações de água por não ter vedação nas matal-juntas da fachada.</p> <p>Efeito: manchas e muitos furos.</p>	<p>Laudo técnico com biólogo para investigar se tem ataque de xilófagos e o tipo.</p> <p>Trabalhos de manutenção por carpinteiro especializado em restauro verificar se as tábuas estão firmes.</p>	<p>Proceder a serviços de limpeza com água e sabão neutro.</p> <p>Firmar as madeiras e proceder as trocas necessárias.</p> <p>Passar inseticida específico indicado pelo Biólogo.</p> <p>Proteger as paredes com selador fosco transparente, facilitando a manutenção.</p>


[continua]

[continuação]

<p>Alvenaria Externa</p>  	<p><u>Parede Sul</u></p> <p>Agente: ausência de sol.</p> <p>Efeito: limo e umidade ascendente junto a base.</p> <p>Agente: água de chuva.</p> <p>Efeito: infiltra água nas soleiras das esquadrias causando rachaduras no reboco.</p> <p><u>Parede Norte</u></p> <p>Agente: ausência de sol no térreo e presença de sol no 2º pavimento.</p> <p>Efeito: limo, manchas, crosta negra e no superior, desbotamento da alvenaria e das esquadrias de madeira.</p>	<p>Laudo técnico verificando se o reboco está solto, pode ser de um pedreiro habilitado.</p> <p>Verificar rachaduras.</p> <p>Laudo químico para descobrir a fórmula dos materiais utilizados no reboco.</p>	<p>Proceder a serviços de limpeza com água e sabão neutro.</p> <p>Telar as rachaduras;</p> <p>Se encontrada a fórmula do reboco inicial podem-se fazer retoques onde está oco.</p> <p>Impermeabilizar a base de alvenaria junto a fundação.</p> <p>Rebaixar a calçada, trabalhando com rampas acessíveis nos acessos.</p> <p>Na fachada norte proceder a uma valeta para drenagem, evitando a umidade ascendente;</p> <p>Se o projeto indicar pintura trabalhar com tintas de base mineral ou a base de cal;</p>
<p>Alvenaria Interna</p> 	<p>Agente: movimentação da estrutura e fundação.</p> <p>Efeito: reboco caindo e tijolos também em especial junto a viga estrutural de madeira.</p> <p>Agente: fumaça do andar térreo, da caldeira;</p> <p>Efeito reboco escurecido.</p>	<p>Laudo técnico de engenharia civil aferindo a estabilidade da parede.</p> <p>Laudo técnico verificando se o reboco está solto.</p>	<p>A ideia é deixar os tijolos aparentes pis é o único local interno onde pode-se ver os tijolos utilizados;</p> <p>Se houver necessidade, trabalhar com cintas e estruturas metálicas para estabilizar a parede;</p> <p>Parafusar placas de vidro ou acrílico nos tijolos aparentes evitando acidentes.</p>



[continua]

[continuação]

ESTRUTURA			
<p>Vigas e pilares de madeira de pinho araucária:</p> 	<p>Agente: ataque de xilófagos.</p> <p>Efeito: furos nas vigas e pilares, enfraquecimento dos sistemas estruturais de apoio dos entrepisos.</p> <p>Na primeira imagem a madeira está natural e tem o ataque de xilófagos.</p> <p>Agente: aplicação de tintas inadequadas.</p> <p>Efeito: Na 2ª imagem (salão), pintura realizada com cal e pó tingidor azul. Na 3ª imagem (circulação térreo), tinta com transparência azul escura (à base de água). Na 4ª imagem (expedição) as vigas foram pintadas com tinta óleo, não se sabe se foram atacados os xilófagos, antes da pintura.</p>	<p>Laudo técnico com biólogo para investigar se tem ataque de xilófagos e o tipo.</p> <p>Provas de carga-resistência, à compressão, à flexão, corte e dureza (engenharia civil).</p> <p>Testes de remoção das tintas.</p>	<p>Proceder a serviços de limpeza com água e sabão neutro.</p> <p>Conforme forem os testes de remoção das tintas e avaliando a mão de obra, irá optar-se por uma solução adequada.</p> <p>A pintura a óleo da expedição não é aconselhável retirar com receio a prejudicar as madeiras;</p> <p>Há uma opção de deixar a pintura como está no salão e circulação trabalhando uma harmonização de cor, sempre adequada ao material e que não prejudique a integridade deste.</p> <p>Passar inseticida específico indicado pelo biólogo.</p> <p>Conforme laudo serão reforçadas as vigas e pilares de madeira com perfis e cintas de metal.</p> <p>Nas vigas que estão naturais, avaliar as rachaduras e realizar a consolidação necessária.</p>

[continua]

[continuação]

ESQUADRIAS			
<p>Janelas e Portas</p>  	<p><u>Lado Sul</u></p> <p>Agente: sem incidência de luz solar.</p> <p>Efeito: a tinta não está desbotada e as janelas parecem bem.</p> <p>Agente: uso.</p> <p>Efeito: algumas estão com travas e dobradiças emperradas;</p> <p>Agente: chuva;</p> <p>Efeito: algumas rachaduras nas guarnições, soleiras com infiltração de água;</p> <p><u>Segunda imagem</u></p> <p>Agente, sol e sombra.</p> <p>Efeito: desbotamento e massa de vidraceiro ressecada; entupimento das drenagens nas soleiras de madeira.</p>	<p>Realizar um laudo, junto a profissional habilitado (marceneiro ou empresa de esquadrias) para cada esquadria existente;</p> <p>Serão listadas: funcionalidade, estado do material, possibilidades de restauro sem troca da esquadria, vidros, massa de vidraceiro, vedação, soleira, drenos e acabamentos.</p>	<p>Reparo em todas as esquadrias conforme o laudo tiver indicado.</p> <p>Em alguns locais, onde houver necessidade serão instaladas telas rolos (cozinhas ou espaços de alimentação).</p> <p>Em locais que necessitar isolamento acústico podem ser instaladas esquadria suplementar que não prejudique a histórica.</p> <p>Evitar a retirada dos tampões presentes no depósito de lenha.</p> <p>Após lavadas e recuperadas pode-se pintar (já que não estão em madeira natural) com um produto à base de copolímeros acrílicos em emulsão, pigmentado na cor imbuia pois são absorvedores de raios ultravioletas, agente fosqueante, biocidas não metálicos, água e aditivos.</p>


[continua]

[continuação]

PISOS			
<p style="text-align: center;">Assoalhos</p> 	<p>Agente: desgaste por tráfego de produtos e pessoas.</p> <p>Efeito: acinzentado e áspero.</p> <p>Agente: remoções e adições.</p> <p>Efeito: emendas grosseiras e desníveis.</p> <p>Agente: ataque de xilófagos.</p> <p>Efeito: furos.</p> <p>Agente: excesso de cera ou produtos sobre as madeiras.</p> <p>Agente: falta de mata junta na parte inferior do assoalho.</p> <p>Efeito: queda de sujeira e pó.</p>	<p>Provas de carga-resistência, à compressão, à flexão, corte e dureza (engenharia civil).</p> <p>Laudo técnico com biólogo para investigar se tem ataque de xilófagos e o tipo;</p>	<p>O álcool deve ser incolor, límpido, etílico puro, graduação 96°GL.</p> <p>Conforme for indicado no laudo, consertar as tábuas soltas, frágeis (rachaduras com risco de colapso) e proceder na troca por madeiras de pinho, em especial nas emendas.</p> <p>Passar inseticida específico indicado pelo biólogo.</p> <p>Proceder a um lixamento com abrasão baixa e depois passar óleo de linhaça líquido, de cor amarelo-âmbar.</p> <p>A princípio os furos não são fechados e se indica para fechamento de frestas a massa F12 na cor da madeira.</p> <p>Aplicar mata-junta onde não existe.</p>
<p style="text-align: center;">Pisos de concreto</p> 	<p>Agente: piso executado de modo rápido, provavelmente sobre chão batido.</p> <p>Efeito: muito áspero, acumula sujeira e é de difícil manutenção.</p>	<p>Realizar testes de aderência com cimento queimado ou tintas de piso transparentes e foscas;</p>	<p>Escolher a alternativa que menos danifique o que já existe e que facilita futuras manutenções do piso.</p>
<p style="text-align: center;">Chão batido e basalto</p> 	<p>Agente: trânsito frequente e pesado.</p> <p>Efeito: irregularidades no piso de terra e nas pedras basalto existem muitas quebradas.</p>	<p>Fazer testes de resistência dos pisos</p>	<p>Preservar o piso restaurando as partes e alisando o chão batido.</p> <p>Lavar o basalto e, após restauração, instalar uma passarela de vidro e deck de madeira para que os visitantes transitem sem ulteriores danos.</p> <p>Manter a originalidade dos espaços que não são acessados.</p>

[continua]

[continuação]

<p>Calçada de Basalto</p> 	<p>Agente: não tem incidência de sol e acúmulo de água de chuva devido a não ter os caimentos necessários para o escoamento, calhas com deságue direto na calçada.</p> <p>Efeito: basalto com limo, escorregadio e paredes junto a calçada com muita infiltração ascendente:</p>	<p>Numerar todas as pedras, permitindo o processo de anastilose.</p>	<p>Retirar todas as pedras de basalto. Proceder a uma drenagem junto às paredes da edificação histórica.</p> <p>Lavar o basalto, sem tratamento de pinturas, evitando quedas, mas não pode.</p> <p>Na reconstrução da calçada proceder às normas de acessibilidade, construindo rampas de acessibilidade e instalando pisos táteis.</p> <p>Construir caixas de recolhimento da água dos tubos pluviais.</p> <p>Essa intervenção deve manter as paredes mais saudáveis, sem infiltrações e limos.</p>
---	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Esses são os materiais principais e urgentes a serem restaurados e recuperados para que, em seguida, possa-se pensar em alternativas de novo uso, pois o mais importante é salvaguardar o que já se tem. No entanto, comparado a outras edificações em abandono e ruína, o moinho está bem conservado. O telhado não foi mencionado pois já foi reformado⁷¹ (não é restauro), e não traz problemas à edificação neste momento.

Destaca-se ainda que não se pode utilizar lava jato e jato de areia nas limpezas de patrimônio. Existem máquinas com jatos de microesferas de cristal que não são abrasivas e conseguem limpar sem danificar as superfícies. Quanto aos materiais de limpeza, não é recomendado o uso de água sanitária e produtos similares. A ideia de deixar a fachada na cor natural e sem pintura que cubra a pátina do tempo, pode ser aplicada neste caso. Após a limpeza de todas as fachadas será aplicado um selante

⁷¹ Reforma no caso de Patrimônios Históricos é uma intervenção que não se apropria das diretrizes de restauro das cartas e cadernos técnicos, descaracterizando as edificações e por vezes até auxiliado por profissionais não especialistas naquela tipologia ou somente contratando mão de obra para realizar o procedimento. Atualmente a lei que trata das reformas é a NBR 16280. Disponível em <https://www.sienge.com.br/blog/nbr16280/> Acesso em 8 jul. 2024.

transparente para auxiliar na impermeabilização evitando uma deterioração da alvenaria e reboco.

A parede norte do moinho e, em especial, a de alvenaria, tem muito limo e umidade na parte inferior junto a fundação. A fábrica de biscoitos, uma nova construção adicionada à edificação histórica, faz sombra na parte inferior dessa parede. O parreiral não prejudica a parede, pois somente tem suas folhas, floração e frutos durante os meses quentes de outubro a março.

As escadas de madeira devem ser restauradas de modo original, instalando alguns reforços para poderem ser utilizadas. No entanto, uma das adições necessárias será a instalação de uma nova escada adequada às normas de incêndio e um elevador para acessibilidade em todos os andares. Quando essa nova circulação vertical estiver em funcionamento, a ideia é fechar as escadas e deixá-las como vitrines da história do moinho.

A adição mais importante e que já se mostra necessária é um bloco de sanitários, que sejam inclusive acessíveis. O projeto de intervenção e restauro precisará atender a essa demanda com respeito à edificação histórica e ao meio ambiente, com sistemas de esgoto adequados e ecológicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se, como ponto de partida deste trabalho, que o Moinho Melatti, edificação histórica da cidade de Fagundes Varela, necessitava de documentação para inventário, pois a comunidade local já o reconhecia como Patrimônio industrial de interesse municipal. O fato de o inventário ter sido encaminhado à Câmara de Vereadores e, em menos de 3 meses, já ter sido aprovado e sancionado o Decreto-Lei (Anexo 1) comprova essa aprovação pública. Esse é um precedente para que outros imóveis também de valor histórico venham a ser inventariados, em especial os de propriedade privada. É evidente, no entanto, que dependem de pesquisas aprofundadas para que se estabeleça sua importância histórica e social.

O aporte teórico auxiliou na elaboração e construção das narrativas. A organização de dados comprova o fato de o moinho ser um imóvel importante para a comunidade, tanto em termos sociais como históricos. A micro história, relacionada com as conexões do local com a região é conhecida a partir da materialidade, da curiosidade, da intenção de se familiarizar com os imigrantes italianos da família Melatti. Analisar o espaço em termos multidisciplinares considerando a arquitetura, o urbano, os entornos, aspectos geográficos, econômicos, religiosos e políticos traz uma dimensão maior do que se imagina quando somente observam-se as construções e o maquinário paralisado desde 2012 e que ainda está no local.

Além disso, o fato de ter-se tido acesso a documentos desde a chegada de Cristoforo Melatti elucidou de modo objetivo algumas dúvidas relacionadas aos diversos depoimentos. A particularidade desse moinho está também na sua relação afetiva e social que motiva muitos a lembrar com carinho dos avós, primos e tios, e das brincadeiras, dos bailes, dos encontros, da religiosidade e da produção de alimento, tão importante para a manutenção de vidas nas comunidades servidas. A identidade está nos modos de construir, nos símbolos, nas práticas de higiene, no moer os grãos, na geração de energia e nas relações amigáveis da família Melatti.

Percebe-se também que apenas realizar um levantamento técnico de uma edificação de mais de 100 anos não é suficiente para a construção da história local. O caráter cultural está representado pelas memórias que foram descritas, em especial as da família proprietária do moinho. Também é evidente a preocupação de Cristoforo em abrigar e sustentar todos os familiares junto ao moinho. Além disso, esse fato comprova que somente houve a mão de obra familiar, e que não houve trabalhadores

contratados na história da empresa. A mecanização do moinho agilizava todos os processos facilitando a exigência de força braçal. No entanto, para que fossem possíveis novas edificações (ou acréscimos), os vizinhos auxiliaram na construção, levantando toras de madeira, erguendo paredes e abrindo valas.

Pela narrativa minuciosa, e talvez ainda a completar, percebe-se o quanto é necessário registrar as características intrínsecas ao patrimônio, e que para elaborar inventários é significativo levantar muitos dados, alguns deles capazes de surpreender, inclusive, os familiares envolvidos. Aprofundar-se nas salvaguardas requer amplo conhecimento dos patrimônios, especialmente os históricos industriais, ainda tão esquecidos.

Entende-se, ainda, que a atribuição de valores é um item superficial nos inventários de imóveis a preservar. Constata-se que o ideal seria que todo o pesquisador e profissional que preenchesse essas características tivesse conhecimento suficiente do objeto a ser avaliado. Além disso, não é possível que um somatório de graus de valoração defina qual imóvel deve ter sua salvaguarda garantida. Os atributos de valores a seguir são sugeridos por esta pesquisadora como adições às fichas de inventário (inclusive, na ficha municipal de Bento Gonçalves). Resumidamente, e com uma síntese de relação ao moinho, são apresentados os itens a seguir:

- a) Valor de memória coletiva e identidade: o moinho traz memórias de infância, de família, do trabalho, das dificuldades e dos avanços tecnológicos.
- b) Valor construtivo (pode estar recorrência regional, estilo arquitetônico): o moinho traz os saberes da construção da época, utiliza materiais da região e curiosamente representa uma grande casa familiar.
- c) Valor histórico: o moinho faz parte da história do município, da família Melatti e remete a outras histórias como a dos fabricantes e fornecedores das máquinas.
- d) Valor de uso e requalificação: o moinho pode ser requalificado como diversos usos e inclusive voltar a moer de modo artesanal e em poucas quantidades.
- e) Valor atual: o moinho atualmente já é local de visitação e tem como atrativo a presença de Egydio Melatti, que narra todas as atividades, os processos e como se utilizava as máquinas. Perpetuar essas narrativas e permitir que as atuais e próximas geraoes sejam contempladas pelo Egydio   possível com os registros fílmicos e o acesso de visitao orientada no espaço.

- f) Valor regional: o moinho possui suas conexões através das estradas e amplia o negócio com a construção de outro espaço próximo.
- g) Valor paisagístico, cenário e geografia: o moinho faz parte harmônica com a natureza pois se adequa ao entorno. Além disso, a posição geográfica, tanto em relação ao Arroio Vicente Rosa, como junto a ERS 355, é estratégica. A implantação de todas as edificações no platô com a colina na parte posterior foi planejada de forma adequada para que, em queda livre, a água pudesse gerar energia através das turbinas.
- h) Valor político, econômico e social: Cristoforo Melatti era atuante na comunidade, pois, como testemunha, assina quase todos os registros de época (escrituras, casamentos, nascimentos e óbitos). O moinho era um ator na economia da região; era essencial no refino de farinhas, além de gerar energia por mais de 15 anos para o aglomerado urbano. Os encontros sociais eram frequentes no moinho, pelos bailes mencionados por Ernesto, e também na espera pela moagem dos grãos.
- i) Valor de reciclagem, novo uso e adequação ao urbano: o moinho tem afastamento da ERS 355, possui espaços vazios para novos usos e pode ser reativado de forma artesanal.
- j) Grau de conservação e possibilidade de intervenção: o moinho está conservado e a intervenção deve respeitar todo o maquinário e os materiais originais.
- k) Valor interno - mobiliário original: o moinho tem todo o maquinário original, inclusive balanças. Evitar a venda para antiquários e sucatas é uma salvaguarda urgente nos patrimônios históricos industriais.

O valor de antiguidade não foi listado pelo fato de que uma edificação que possui características de uma época, como é o caso do moinho, pode ter em torno de 50 anos, que já possui o atributo. Antiguidade, portanto, não representa significado ou identificação de uma edificação histórica. O fato de descrever a proteção legal que o imóvel possui não deveria ser uma avaliação e sim uma solicitação de preservação. Os itens de valoração descritos anteriormente são compatíveis com a salvaguarda de patrimônios históricos industriais.

A narrativa da história do moinho possibilitou descrever vários dados que somente estavam na oralidade. A localização regional com seus aspectos característicos leva a entender a pujança que esse moinho alcançou em sua

abrangência. A leitura dos documentos, a interpretação de fotos, a leitura de livros, mesmo não relacionados diretamente ao moinho, elucidaram aspectos da identidade cultural dos imigrantes italianos e suas atitudes progressistas e ao mesmo tempo tradicionais no âmbito social. A ocupação de lotes pelos Melatti também revela a importância que, primeiro, Carlo, Francisco e Cristoforo, e, depois, Giuseppe tiveram no desenvolvimento da colônia de Bella Vista. Foi interessante também conhecer alguns rumos que a família Melatti tomou devido ao grande número de seus membros: vários descendentes precisaram encontrar trabalho em outras localidades. A elaboração da árvore genealógica poderá ser completada pelos outros familiares, já que o objetivo do diagrama feito para este trabalho era chegar nos proprietários atuais.

A página no Facebook denominada “Eu nasci em Fagundes Varela” também revelou particularidades da comunidade e, em especial, o carinho em relação ao moinho Melatti. A entrevista de Ernesto também revela facetas do social, da religião e costumes da época. O moinho pertence ao município de Fagundes Varela, anteriormente Bella Vista, por isso, foi importante a análise do plano diretor, conhecendo em especial os capítulos que são inerentes à preservação dos patrimônios.

Os processos industriais de moagem, explicados de modo oral por Egydio Melatti, foram apresentados de modo a construir as etapas e entender o caminho dos grãos no espaço: o milho, o arroz e o trigo. A sequência foi ilustrada com imagens e croquis, como forma de registrar o processo e de garantir que não se altere em uma futura intervenção. Também foram apontados aspectos de religiosidade presentes, assim como anotações, talonários entre outros. Notou-se ainda a presença dos gatos desde o início das atividades do moinho como companhia, mas em especial para o controle de roedores, frequentes nestes locais de armazenagem de grãos. Foi evidenciada com documentação específica, a interação do moinho com a comunidade através do fornecimento de energia elétrica através das turbinas.

Os aspectos construtivos revelaram as práticas e saberes dos imigrantes italianos que, em forma de cooperativa, erguiam suas edificações. Elementos individuais e marcantes foram especificados e, inclusive, relacionados aos vizinhos e amigos dos Melatti, fornecedores de matéria prima bruta e beneficiada. Essa descrição realizada de cada item também servirá como aporte em projetos de restauração e intervenções, valorizando cada parte constituinte da edificação.

A valorização do espaço físico do moinho também ocorrerá se houver um roteiro atraente e diferenciado para conduzir o visitante. Por isso, a análise de percepções visuais revelou as forças e fraquezas desse encaminhamento. A necessidade de intervenções ao longo do trajeto e a valorização da paisagem característica ao longo da ERS 355 é uma demanda não apenas de cunho turístico, mas também cultural e educacional. A valorização das matas nativas, em especial das Araucárias, que foram fundamentais nas moradias e construções, as placas indicativas com menção a história e as famílias residentes são algumas melhorias observadas e propostas.

O esclarecimento do conceito de inventário e tombamento foi fundamental devido às dúvidas do proprietário e da família quanto às implicações legais destes processos, em especial quanto ao direito de propriedade privada. O impasse é uma constante pois o bem de interesse histórico e social tem suas limitações em termos de intervenção. No entanto, à medida que este registro ocorre, as possibilidades de auxílios na preservação são evidentes e proporcionam o que Egydio Melatti e família desejam: perpetuar a edificação com as memórias de Cristoforo, dos filhos e dos netos para futuras gerações.

A partir do convencimento, foram elaboradas três fichas de inventário: a nível municipal, a nível estadual (que será requerido em futuro próximo) e outra conforme o modelo gerado na dissertação de mestrado desta autora, que é Decreto-Lei em Bento Gonçalves. O preenchimento foi facilitado pelas informações contidas na narrativa multidisciplinar apresentada. Na sequência, foi elaborada uma ficha individual de patrimônio móvel industrial que deve ser aplicado a cada máquina e equipamento existente no moinho para que não sejam retirados do local.

Encerrando a pesquisa, foram apresentadas algumas sugestões de reutilização do moinho sem a retirada das máquinas nos processos. Essas ideias, no entanto, precisam ser estabelecidas junto à família, em um roteiro coerente com a municipalidade. Para o restauro, foram descritas algumas diretrizes de cartas patrimoniais com itens direcionados a patrimônios históricos industriais. As soluções das manifestações patológicas foram detalhadas com base nos cadernos técnicos do IPHAN (2020). A partir dessas observações, foi possível identificar que o mais urgente na conservação e manutenção do moinho é a parte elétrica, evitando danos irreversíveis na edificação.

Enfim, na salvaguarda do patrimônio cultural são interessantes também as indagações que Salvadori (2008) traz sobre como é possível valorar os patrimônios, com a seguinte pergunta baseada nos questionamentos do autor Mário Prata (PRATA, s/d apud SALVADORI, 2008, p. 12): “O que é historicamente significativo? Para quem? Em que momento do presente - e por quais razões - determinados bens são avaliados como historicamente relevantes? Que circunstâncias promovem o esquecimento?”.

A narrativa responde às questões anteriores: o moinho Melatti é historicamente significativo para a comunidade, para a região e a nível nacional, um patrimônio industrial que está completo (em termos de edificação e maquinários), uma história escrita e o registro de uma oralidade de Egydio Melatti em vídeos.

A nível municipal, agora já inventariado, torna-se importante para os estudantes, os turistas culturais e pesquisadores. No presente, representa ainda uma cultura no modo de apropriar-se do espaço físico, de ter mudado o cotidiano das pessoas que dele fizeram parte e ainda pode mostrar como eram realizados os processos de moagem de grãos. O esquecimento pode ser gerado pela falta de registros, pelo desinteresse, pela falta de proteção legal, pelo descuido e por desconsiderar a história e a cultura.

No fim deste trabalho, porém, permanecem alguns questionamentos, que se espera sejam ânimo para outras investigações e aprofundamentos: quantos bens a preservar, em especial patrimônios históricos industriais, necessitam de pesquisas mais profundas? Quantos já foram aniquilados pelo desprezo dos familiares e das próprias comunidades, talvez por falta de conhecimento e de educação patrimonial? A mesma educação patrimonial não seria necessária e adequada para arquitetos e urbanistas que somente focam suas intervenções nas edificações, esquecendo do quanto a história, o historiador e outras disciplinas auxiliam no entendimento dos saberes? Esta pesquisa pode indicar algumas formas de interpretar, auxiliando nos inventários, nos atributos de valores e nas indicações de restauro e de intervenção.

Todos os anexos, imagens complementares e documentos digitalizados estão disponíveis em pasta específica no site da autora www.margit.com.br.

REFERÊNCIAS

AGROPÓS. **Conheça os principais moinhos de grãos e suas funcionalidades.** Disponível em: <https://agropos.com.br/moinhos-de-graos/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

AGUIAR, José. **Cor e cidade histórica:** estudos cromáticos e conservação do património. Porto: FAUP Publicações, 2002.

ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, Pablo. **Museos pedagógicos universitarios en ciudades educadoras del tiempo presente:** divulgación del patrimonio histórico educativo. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 31, e0201, set./dez. 2020.

ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias. **A presença dos moinhos hidráulicos no Brasil.** Anais do Museu Paulista, v. 23, n. 1, jan./jun. 2015.

ARCHDAILY, revista de Arquitetura. **Museu do Pão Colognese Brasil.** Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-8579/museu-do-pao-moinho-colognese-brasil-arquitetura/500ee7d728ba0d0cc7000c9a-ilopolis-bread-museum-brasil-arquitetura-image?next_project=no. Acesso em: 21 mar. 2023.

BARRANHA, Helena. **Patrimônio cultural** - conceitos e critérios fundamentais. Lisboa, 2016.

BARROS, José d' Assunção. **Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias.** Secuencia, n. 103, p. 1-30, jan./abr. 2019.

BATISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos:** vida, história, cantos, comidas e estórias. 2. ed. Caxias do Sul: Editora da UCS, 1990.

BOURDIN, Alain. A Questão Local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

CAMPAGNOLO, Ivana Coelho et al. **Monte Belo do Sul constrói sua história.** Porto Alegre: Evangraf, 1996.

CAPRARA, Bernardete S.; LUCHESE, Terciane Ângela. **Bento Gonçalves**: história e memória: distrito de Tuiuti. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2001. 98 p.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, julho de 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

CARTA DE SEVILHA. **Carta de Sevilha sobre Patrimônio Industrial**. Aprovada em julho de 2018. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-sevilha-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

CENAS PERDIDAS. Salão Parochial, Monte Belo do Sul, RS. 2017. Disponível em: <http://cenasperdidas.blogspot.com/2017/11/salao-parochial-monte-belo-do-sulrs2017.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura**: forma, espaço e ordem. Trad. Alvamar Helena Lamparelli. São Paulo: M. Fontes, 2008. 399 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, Campus Marília, 2001. 282 p.

CONSOLIDE SUA MARCA. Registro de marcas em Fagundes Varela-RS. Disponível em: <https://www.consolidesuamarca.com.br/registro-de-marcas-fagundes-varela-rs>. Acesso em: 21 abr. 2023.

COREDE SERRA. **Municípios**. Disponível em: <https://www.coredeserra.org.br/pagina/municipios>. Acesso em: 9 maio 2023.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil**. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2003. 496 p.

EBINGHAUS, Hugo. **Der Hochbau** (A construção). Berlim: Univerfittätsdruderei, Siezen, 1939. p. 1133.

EU NASCI EM FAGUNDES VARELA. Grupo no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/eunascifagundesvarela>. Acesso em: 09 ago. 2024.

FAMILYSEARCH. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FIDÉLIS, Dalcin B. **Semblantes de pioneiros**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1961.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Porto Alegre: Movimento, 1975. 83 p.

GARCIA, Luis Alberto Ferreira. **A organização industrial da moagem de trigo no Brasil**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências, área economia aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1997.

GEOGRAFIA. Mapa Região Sul. Disponível em: <http://www-geografia.blogspot.com/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

GROSS, Paulo. Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer, Bento Gonçalves, 14 dez. 2020.

GUERRA, Maria Luiza Pinto Lemos. **Oficina - os saberes do pão**: uma modalidade educativa. *Perspectiva*, v. 15, n. 27, p. 205-211, 1997.

GUSBERTI, Gisele. **Potenciais turísticos e culturais do município de Fagundes Varela-RS**. 2020. Relatório de Estágio Obrigatório - Universidade de Caxias do Sul. Orientadora: Margit Arnold Fensterseifer.

HALBWACHS, Maurício. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBGE. Fagundes Varela. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/fagundes-varela/panorama>. Acesso em: 30 abr. 2023.

INCEU. **Inventário de configurações de espaços urbanos**. Supervisão, Marco Teórico e Metodologia: Maria Elaine Kohlsdorf. Brasília: IPHAN, 2001.

IPHAN. História - Santa Tereza (RS). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1540/>. Acesso em: 02 set. 2021.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural. In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane M. **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras**: história, memória e preservação. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 16-30.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: UnB, 1996. 253 p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KUVASNEY, Eliane. **Uso de mapas históricos na pesquisa sobre a cidade de São Paulo**: predominância de mapas disponíveis digitalmente e mapas autorreferenciais. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/34437>. Acesso em: 06 set. 2021.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. 590 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 77-102.

LIMA, Henrique Espada. Micro-histórias e além: uma conclusão. In: LIMA, H. E. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 365-389.

LUZ, Tainara Macari da. **Moinho Melati de Fagundes Varela**: diagnóstico e caracterização de um patrimônio industrial. 2022. Relatório Técnico-Científico - FAPERGS. Orientadora: Dra. Eliana Relá; Coorientadora: Margit Arnold Fensterseifer.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 211 p.

MANN, Jacob. **Der Neubau** (O edifício novo). Munique: Univ.-Druderei, 1939. 621 p.

MARIAZINHA. Rede de ensino. Disponível em: <https://redeensino.edu.br/serie/a-importancia-da-qualidade-do-pao-na-industria-pao-duro/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado Imperial. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 399 p.

MAZO, Jeovah Meirelles; FENSTERSEIFER, Paulo Gilberto. A herança dos antigos: um estudo sobre a materialidade e as manifestações culturais dos imigrantes italianos em Fagundes Varela-RS. **Anais do 28º Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios**, Florianópolis: ANPUH, 2015.

MILLER, Caroline Elizabeth; MARIANINI, Juliana Cristiane. A restauração e o restauro: de John Ruskin a Viollet-Le-Duc. In: **A arquitetura de restauro**: releitura

de referências de projetos realizados no centro de São Paulo. São Paulo: FAU USP, 2009. p. 34-39.

MIRANDA, Isabel. **Resignificação de espaços urbanos**. São Paulo: Educus, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto história**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PAIVA, Adriano Souza. Da forma urbana à cidade: considerações sobre a morfologia e a estruturação urbana. **Revista Emancipação**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 231-244, jul./dez. 2017.

PAYSAGES D'ARCHITECTURE. Patrimônio cultural - conceitos e critérios fundamentais. Lisboa, 2016. Disponível em: <https://paysagesarchitecture.com/wp-content/uploads/2018/04/patrimonio-cultural.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

REGO, Paulo dos Santos. **A história do pão e do trigo no Brasil**. Rio de Janeiro: História Viva, 2001.

RIBERTO, Maria do Carmo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Distrito de Tuiuti, Bento Gonçalves - 100 anos**: subsídios históricos. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2002.

RIGO, Argel; MONTEMEZZO, Lourdes Roseli Razera (colab.). História de Fagundes Varela: 1888-1999. Fagundes Varela, RS: Prefeitura Municipal de Fagundes Varela, 1999. 168 p.

SABBATINI, Mário. PELEGRINI, Giovan Batista. LA REGIONE DI COLONIZZIAZONE ITALIANA IN RIO GRANDE DO SUL. Gli insediamenti nelle aree rural. Cultura Cooperativa Editrice, Firenze, 1975.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. História, Ensino e Patrimônio. Rio de Janeiro: Junqueira & Marin, 2008

SANDLER, Marilene. **As cidades do Brasil**: fundamentos históricos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SCHERER, Ana; DALLABRIDA, Norberto. Por uma história da educação escolar nas regiões de imigração alemã e italiana no sul do Brasil: uma introdução. In: DALLABRIDA, Norberto; SCHERER, Ana. **História da educação nas regiões de imigração alemã e italiana no sul do Brasil**. Florianópolis: Insular, 2018. p. 7-16.

SEDLMEIER, Oliver. **Der Industriebau** (A construção industrial). Hamburgo: Auflage Verlag, 1939. p. 987.

SIMÃO, Claudia Espellet. Configuração urbana da cidade e relações de poder. Estudo comparativo entre Rio de Janeiro e Havana colonial (séculos XVIII e XIX). **Topoi**, v. 8, n. 14, p. 193-216, jan./jun. 2007.

TAMBORINI, Ricardo; LAZARETTI, Iraci Seibel; STEFANELLO, Nilson. **Monte Belo do Sul: um pequeno paraíso que emerge das entranhas da terra**. Porto Alegre: Pallotti, 1998. 96 p.

TEIXEIRA, Lilian Fessler Vaz. **A cidade como obra: território, patrimônio e cidade no Brasil dos séculos XIX e XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

TISCALLIS, Marcello. **História, memória e identidade cultural: o estudo dos processos sociais e políticos na conservação do patrimônio industrial**. História e Cultura, v. 5, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2016.

UNIAO DAS VILAS. História do bairro de Monte Belo do Sul, RS. Disponível em: <https://uniaodasvilas.org.br/historia/monte-belo-do-sul-rs>. Acesso em: 21 mar. 2023.

VIANA, Ana Lúcia Duarte Lanna; BRUAND, Yves. Contribuições para o estudo da história urbana das cidades mineiras: a tradição colonial. In: **Anais do Seminário Internacional América Latina na História Contemporânea**, Campinas: Unicamp, 2015.

VILLON, Jacques. **Patrimônio cultural: conceitos e critérios fundamentais**. In: O livro da arquitetura. 6. ed. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. p. 22-27.

ZANINI, José Luiz. **A presença de estrangeiros no espaço da Província de São Pedro: a imigração italiana**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - RELATO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

A Primeira ideia da família Melatti era que fosse elaborado um documentário sobre Egídio Melatti contando as atividades do Moinho, dentro da edificação histórica. Esta pesquisadora, junto com a produtora cultural Daniela Sandrin Copat, tentaram um fomento cultural para viabilizar esse projeto. O projeto foi aprovado, no entanto não houve verba federal para este vídeo registro. A equipe de filmagem que seria contratada, sensibilizada pela idade do Sr Egydio, aceitou realizar as filmagens. As captações foram realizadas no dia 23 de novembro de 2023, e estão arquivadas na nuvem da empresa até conseguirmos realizar e pagar pelo vídeo registro. A maior parte desses fomentos culturais estão diretamente ligados ao inventário com interesse social, no mínimo a nível municipal, da edificação. A empresa é a Level Seven que estimou um valor aproximado em 2023 de R\$40.000,00 para gravações e edições do material. Participaram das gravações a narradora e entrevistadora⁷² autônoma Historiadora Angela Marini, a equipe de filmagem da empresa Level Seven: o fotógrafo e produtor executivo do vídeo, Ernani Savaris, e o Arquiteto e Urbanista Ronaldo Ferrari, ambos sócios da empresa junto a Tiago Poletto. Também foram preenchidas todas as lacunas do processo e justificativas para que se conseguisse a verba necessária. Como os objetivos do projeto estão a compra de uma TV LCD, disponível no acesso do Moinho com as explicações de Egídio. Assim como, fazendo parte do processo de educação patrimonial, este vídeo seria apresentado em três universidades, assim como em escolas de ensino médio de Fagundes Varela e região. Dentro desse contexto é evidente a valorização do patrimônio cultural nas gerações mais jovens e na formação de profissionais, tanto de História quanto de Arquitetura e Urbanismo. Após essas apresentações seriam avaliadas as críticas e o vídeo poderia ser reeditado. A partir deste material poderia ser incentivada a visita cultural e turística ao espaço.

⁷² A entrevista de Ângela foi realizada com um roteiro de perguntas formuladas por esta pesquisadora, e que estão no apêndice 2;

Ernani e Daniela

Foto: Ronaldo Ferrari (2023)

Angela, Terezinha, Egydio e Ernani

Foto: Ronaldo Ferrari (2023)

Ronaldo, Daniela e Angela

Foto: da autora (2023)

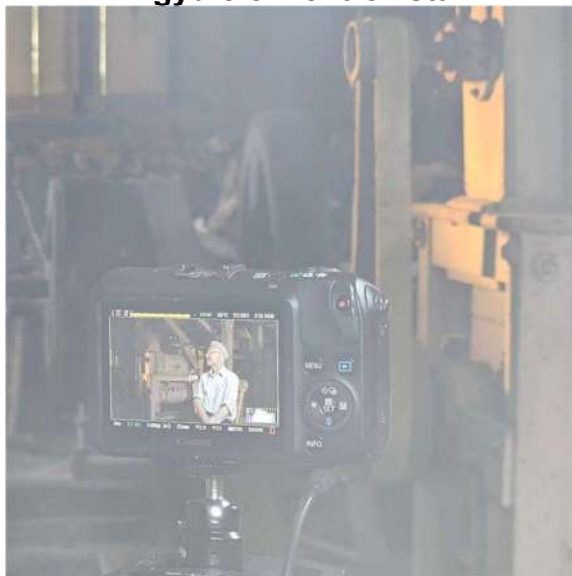
Egydio em entrevista

Foto: Ronaldo Ferrari (2023)

A pesquisa também foi enriquecida pela participação de duas bolsistas, Tainara Macari da Luz e Letícia Zardo, ambas estudantes de Arquitetura e Urbanismo que auxiliaram nos levantamentos técnicos, no acervo das documentações e na organização de dados coletados.

Durante a coleta de dados técnicos estiveram presentes a orientadora desta pesquisa, Dra. Eliana Rela, e a bolsista Letícia. A família sempre recebe a todos com uma mesa farta de café da manhã com biscoitos feitos em casa, chá, café e leite quentinhos. A seguir registro do encontro:

Da esquerda para a direita: Bolsista (atual arquiteta e urbanista) Letícia Maria Zardo, Dra. Eliana Rela, Margit, Bernardete, Terezinha Marca, Egydio, Elma e Icléia Melatti:



Foto: ZARDO, 2022.

Também é interessante salientar que, no mês de dezembro de 2023, esta pesquisadora, juntamente com duas produtoras culturais, Daniela Sandrin Copat e Maria Dalcin, e a historiadora e restauradora Angela Marini, submeteram a Casa Tesser (uma edificação histórica de Faria Lemos - Bento Gonçalves datada de 1878, que é somente inventariada pelo município) à Lei Rouanet com finalidade de restauro, por estar em estado de quase ruína. No final de fevereiro de 2024, obtivemos o resultado positivo para o projeto e obras iniciais de restauro. Essa ação é importante pois a família do Moinho Melatti ficou entusiasmada com o resultado e foi mais um ponto positivo para inventariar a edificação em Fagundes Varela, sob pretexto que também poderemos ter êxito na submissão do projeto de restauro do Moinho. Na imagem a seguir a primeira visita de Daniela ao Moinho:

Varanda do moinho da esquerda para a direita: Daniela, Bernadete, Tia Elma, Icléia Melatti, Margit e o casal Melatti



Fonte: Selfie de Daniela Sandrin Copat, 2023.

Na mesma ocasião em frente ao Moinho Melatti, há uma foto desta pesquisadora com Egidio e Daniela Sandrin Copat:



Fonte: Foto de Icléia Melatti, 2023.

Foram efetuadas várias visitas técnicas ao local. Também ocorreram mais de quatro reuniões com o poder público, no município de Fagundes Varela. As primeiras reuniões foram com a Secretária de Cultura e Educação, Aline Moreschi. As seguintes, foram com a arquiteta e urbanista da prefeitura, mestre em urbanismo, Luise Dalla Libera. Outra reunião ainda foi com o Prefeito Municipal Nelton Carlos Conte para acordar junto à família (representadas por Egídio e Bernadete) o inventário de interesse Municipal do Moinho. Em penúltima reunião foi acordado que esta autora iria desenvolver um fichamento para o moinho já que as técnicas da prefeitura não disponibilizar o material para este fim. Quando foi entregue o material no mês de fevereiro de 2024, a secretária da câmara de vereadores respondeu que existia uma ficha a ser preenchida no plano diretor desenvolvido no ano de 2019, e que precisaria ser feita outra documentação para ser apresentada ao poder público. No mês de abril do corrente ano, esta pesquisadora entregou o material todo em mãos para os dois poderes públicos: o executivo e o legislativo representado pelo Prefeito

Municipal Nelson Conte e pelo presidente da Câmara Municipal de vereadores Volnei Cattivelli. Também estiveram presentes na reunião a secretária de cultura e educação Aline Moreschi e a arquiteta e urbanista, da prefeitura, Me. Luise Dalla Libera. Na imagem a seguir, vê-se a reunião com o poder executivo, em dezembro de 2023, acordando o inventário municipal do moinho:



Fonte: Foto de Karen Varela (secretária do Prefeito Nelson Conte), 2023.

Da esquerda para a direita, em pé: Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, Aline Moreschi Vivan, Mestre, Arquiteta e Urbanista da prefeitura, Luise Dalla Libera, Prefeito Municipal Nelson Carlos Conte, Margit, Produtora Cultural Daniela Sandrin Copat. Sentados: Bernardete Melatti, Egydio Melatti e Icléia Melatti.

O convencimento de Egydio Melatti para inventariar o moinho foi exaustivo, já que, pelo entendimento da família com o inventário, existiria a perda de propriedade do imóvel. Negaram o tombamento pois, pela ideia deles, a perda de propriedade seria certa. No entanto, o processo dentro dos trâmites legais, câmara de vereadores e poder executivo foram tranquilos, até pela comunidade pelo sentimento de pertencimento e entender que o moinho é um local que precisa contar a história local. Antes da aprovação na câmara municipal a representante do judiciário advogada

Marina Roman (responsável pelo jurídico da prefeitura de Fagundes Varela) entrou em contato para os procedimentos legais pois como é a primeira vez que se registra esta tipologia de patrimônio precisava de orientação: projeto lei ou decreto lei. Esta pesquisadora buscou informações com colegas da área como a arquiteta e urbanista responsável pelo museu em Bento Gonçalves, Cristiane Bertocco, e a historiadora responsável pelo museu em Jaraguá do Sul, Rosângela Melatti. De imediato mandaram documentação esclarecendo que o documento deveria ser Decreto Lei. O decreto lei enviado foi o formulado pela equipe da Prefeitura de Pelotas, que possui legislações municipais de proteção ao patrimônio municipal de modo organizado e funcional.

Muitas visitas também foram realizadas ao moinho, como as do grupo de pesquisadoras italianas que visitou a Universidade de Caxias do Sul, em 2023. A seguir registro da visita ao moinho quando o Egydio pode praticar seu italiano no diálogo com elas:



Da esquerda para a direita: Produtora Cultural Daniela S. Copat, Historiadora Angela Marini, Dra. Lorena Rocca, Dra. Carlota Silano e Dra. Silvia Stocco (italianas) Bernardete Melatti, Egydio e Terezinha Melatti, Margit, Dra. Juliane Petry Panozzo Cescon e Lucas Troglio, doutorando do PPGHS-UCS.

Há mais imagens dessa visita, em que Egydio e a autora estão explicando as partes do moinho e os funcionamentos para as pesquisadoras:



Fonte: Fotos de Daniela Sandrin Copat (2023)

Imagem da esquerda: Egydio, Sílvia Stocco, Carlota Silano, Angela Marini e Bernardete Melatti. À direita Lucas Troglio, Carlota Silano e Margit.

Quando esta pesquisa estava encerrando e ainda necessitava de depoimentos de outros familiares ou moradores do local, no mês de maio, ocorreu a maior calamidade natural da história conhecida do estado do Rio Grande do Sul. A dificuldade de se dirigir para essa região tornou-se imensa, já que a rodovia BR-470, entre Bento Gonçalves e Veranópolis ficou intransitável, e levará, dentro das melhores expectativas, seis meses para a recuperação. Outro acesso para Fagundes Varela poderia ser pelo Município de Cotiporã ou Guaporé, que são divisas de Fagundes Varela, no entanto duas pontes de ligação: Bento Gonçalves/Cotiporã e Bento

Gonçalves/ Santa Bárbara e também foram destruídas pelo Rio das Antas, que recebe todos afluentes da região como o Rio Carreiro e outros. Com a impossibilidade de estar presente em Fagundes Varela para esses depoimentos, a pesquisa precisou tomar novos rumos. Em Bento Gonçalves, existem muitas pessoas de sobrenome Melatti. Iniciou-se pela ex-funcionária da UCS, Marlene Melatti Benedetti, que indicou os sobrinhos Dirceu e Tânia Melatti. Além dessas pessoas foi indicada uma historiadora chamada Rosângela Melatti que é funcionária de um museu na cidade de Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Assim foi possível levantar, a partir de depoimentos além da família diretamente envolvida com o moinho, outras questões relevantes que foram corroboradas com a documentação analisada existente. Foi possível com esses dados esclarecer as questões de propriedade atual do moinho, e o porquê da existência de um outro Moinho Melatti junto ao Rio Retiro, entre Veranópolis e Cotiporã.

Durante as pesquisas para o moinho Melatti, foi desenvolvido um projeto em paralelo, por esta pesquisadora e as produtoras culturais e uma historiadora, para o restauro da edificação histórica presente no município de Bento Gonçalves no distrito de Faria Lemos chamada de Casa Tesser. O processo foi elaborado e foi submetido à Lei Rouanet, tendo sido posteriormente aprovado, mesmo que o imóvel somente possuísse inventário de interesse do município e não fosse tombado. Na época da elaboração do material para envio, solicitei à minha sobrinha arquiteta e urbanista do IPHAN em São Luís do Maranhão, Mariana Fensterseifer da Silva, um fichamento de inventário desenvolvido pelo Instituto. Ela levou quase 30 dias para me responder e enviou um material que foi desenvolvido para um imóvel do Nordeste, antes dos anos 2000, que é um fichamento simples para assinalar características do imóvel. Nesse processo, foi utilizada a ficha técnica elaborada pelo IPHAE do Estado do Rio Grande do Sul, que é bem elaborada e descritiva.

Agradeço aos funcionários da prefeitura, em especial: secretária de educação e cultura, Aline, e a arquiteta e urbanista, Luise. Luise, quando foram entregues os papéis para o poder público em abril de 2024, dedicou-se a reunir o conselho municipal (muitos anos sem haver reuniões e troca de membros) para que pudessem avaliar o inventário. Igualmente, agradeço ao prefeito, Nelson, e ao presidente da Câmara. Deixo meu agradecimento também aos entrevistados tão disponíveis, sempre: Dirceu e Tânia Melatti (filhos de Liduíno e Tereza) e Marlene Melatti Benedetti (filha de Silvestre); também a historiadora Rosângela Melatti (do Museu Municipal de

Jaraguá do Sul), neta de Francesco, filho de Giuseppe Melatti e Stefana, ambos imigrantes italianos.

Finalmente, registro um agradecimento em especial ao querido casal que sempre nos recebe com tanto carinho e que revelou as histórias, os processos industriais e os temores de perder a propriedade tanto para o poder público, quanto para a deterioração que o tempo acaba trazendo quando não se consegue utilizar o espaço e realizar manutenções necessárias. A seguir, há uma imagem do casal, disponível na página “Eu nasci em Fagundes Varela”, do Facebook, além de outra foto, feita em época de Natal durante uma visita à residência da família.



Fonte: “Eu nasci em Fagundes Varela” (2012) e foto de Daniela C. Sandrin (2023)

Esta pesquisa precisa ter continuidade, pois há necessidade de registro de todas as máquinas e equipamentos que se encontram no moinho. Ademais, no município há outros espaços que merecem a aplicação do Decreto Lei de Inventário iniciado com esta pesquisa. Dentre elas, no centro urbano, está o salão comunitário construído para que a comunidade pudesse realizar comícios, comemorações e assistir filmes, que está em estado de ruína no espaço interno. Há também o Hotel Paschoa, desativado, que é um marco histórico no município: Foi fundado em 1957 por Roberto Dalla Libera. Igualmente, o antigo hospital, que também foi escola, agora

está sem uso. Existem também residências de madeira, pedra e alvenaria no interior de Fagundes Varela que também precisam de atenção especial para a salvaguarda da identidade e memória da comunidade.

Ficam também algumas dúvidas questionadas pela família Melatti. Quem foi Sante Melatti que chegou ao Brasil dois anos antes (pelos registros dos lotes)? E quem é Rosa Melatti? Talvez uma namorada que Giuseppe deixou na Itália? Ou talvez um irmão de Carlo que tenha permanecido na Itália? Pelas características da imagem, remonta o final do século XIX, pois o vestuário é característico desse período. Verifica-se também a escrita “JUZEPE” e não Giuseppe, como é conhecido no Brasil. E a escrita é em letras de máquina de escrever, colada na imagem, provável que tenha sido escrito mais tarde como identificação. Essas perguntas talvez possam ser respondidas quando Dirceu Melatti for a Motta Baluffi, na Cremona, Itália, e assim desvendar algumas histórias ainda desconhecidas dos Melatti. A seguir a foto do casal encontrada em acervos pessoais da linhagem de Giuseppe:



Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: “Eu nasci em Fagundes Varela” (2024)

APÊNDICE 2 - DIA DAS GRAVAÇÕES COM EGYDIO MELATTI

Perguntas sugeridas pela autora para a narradora e entrevistadora historiadora Angela Marini.

Geração de Energia:

- a) Qual foi o primeiro sistema de geração de energia? tinha a roda d'água?
- b) Qual a importância da água neste processo fabril?
- c) O sistema de turbinas foi ideia do avô Cristóforo? E a represa de água foi construída pela família? Os vizinhos auxiliaram? As pedras são do local mesmo?
- d) Quando eram períodos de seca no Arroio Vicente Rosa como era movimentado o moinho? (motor a óleo diesel)
- e) Fale do período que o moinho gerava energia elétrica para abastecer a cidade de Fagundes Varela;
- f) Mostre os alçapões de acesso das turbinas;
- g) Foi utilizada a caldeira a lenha em algum momento?

Explicar o processo e as máquinas:

- a) Processo do arroz, de onde vinha o arroz cultivado?
- b) Processo do milho, chegada, armazenagem e técnica fabril;
- c) Os silos eram para o milho e o trigo, farinha pronta ou grãos?
- d) De onde vêm as máquinas e a serpentina e alguns equipamentos foram pensados pelo avô Cristóforo?
- e) Mostre como era o controle manual de entrada e saída dos grãos e farinha pronta(tabuinhas);
- f) Onde eram depositadas as pequenas quantidades?

Ensacar:

- a) O saco era de algodão ou outro material?
- b) E quando era carimbado? Somente para a produção própria ou para pequenos agricultores também?
- c) Desde 2012, um dos agricultores tem levado os grãos para Moer?

Mão de obra familiar:

- a) Quantas pessoas chegaram a trabalhar no local?
- b) A moradia era no salão e no sótão e a casa na lateral construída após os anos de 1930 era propriedade de quem?
- c) Sempre houve gatos para o controle de roedores?
- d) Discorra sobre a vinda do avô Cristóforo da Itália, e de seu pai Ernesto e dos outros tios trabalhadores do Moinho também:
- e) A família se dispersou? a partir de que ano somente o senhor trabalhava no moinho?

Socialização:

- a) Sobre as famílias que vinham trazer os grãos;
- b) Dormiam às vezes em frente ao moinho para espalhar a moagem? o que faziam? conversavam, cantavam, jogavam cartas ou truco?
- c) Conte como conheceu a Sua esposa Terezinha e do casamento no salão do Moinho que depois foi transformado em moradia;

Apoios do Moinho:

- a) A ferraria trabalhava somente para o Moinho? Consertava rodas de carretas?
- b) A mesa de marcenaria também atendia somente a manutenção do Moinho?

Construção

- a) Poderia explicar como foi a construção do Moinho? Qual foi a primeira parte e a segunda?
- b) As madeiras são de araucária? A lateral da direita foi construída toda em madeira e é a inicial do Moinho?
- c) De onde vieram os tijolos das paredes e as telhas de barro? As telhas são originais ou já foram trocadas?
- d) As esquadrias já foram trocadas? Algumas são originais?
- e) As canalizações de madeira foram construídas no local ou vieram de outro fornecedor.

APÊNDICE 3 - JUSTIFICATIVA ENTREGUE AO PREFEITO MUNICIPAL E PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE FAGUNDES VARELA

Ilmo. Sr. Prefeito Municipal Nelton Carlos Conte
de Fagundes Varela, RS

Solicita-se neste documento que o Moinho Melatti seja inventariado com os outros imóveis já listados no Plano Diretor. A ação visa preservar a edificação que é um dos símbolos de Fagundes Varela em termos de cultura, importância social e econômica. O Moinho é de propriedade do Sr. Egidio Melatti (que assina documento em anexo). Este imóvel sendo inventariado, por interesse da Comunidade local, poderá ser restaurado e conservado com incentivos das leis de cultura. O proprietário tem interesse em que seja preservada a história e divulgada para visitantes no local. Atualmente, o Sr. Egidio Melatti recebe os visitantes, curiosos e turistas com atenção especial contando como foi construído, como funcionavam as máquinas e como o Moinho gerou energia para o espaço urbano de Fagundes Varela. Solicita-se, um caráter de urgência, se possível, pois o espaço está bem conservado, mas requer prestação no restauro de instalações elétricas e tratamento para insetos xilófagos (que deterioram as madeiras).

O Patrimônio histórico edificado, e neste caso o Moinho, é tudo o que nos é transmitido como uma herança. A identidade de uma comunidade é definida pelo conjunto de conhecimentos e de realizações ao longo do tempo, formando sua história. No local também existe documentação escrita que está sendo pesquisada e que também faz parte do acervo.

A ideia que a partir deste inventário a nível municipal (que precisa ser anexado ao plano diretor) possa-se solicitar o inventário a nível estadual para que a edificação possa ter mais respaldo quando forem solicitados recursos a nível estadual ou nacional.

Ainda em pesquisa nos estudos do plano diretor, para fins de validação do Moinho Melatti como inventário do município, corroboram:

A seção I, p.7 do Plano diretor Municipal, com o título de: "Da Conceituação e dos Princípios": No artigo 2º descreve que "observadas as disposições pertinentes da constituição federal e estadual, da Lei Orgânica do Município do estatuto da cidade e da legislação agrária e ambiental, a promoção do desenvolvimento econômico e social do município de Fagundes Varela se rege pelos seguintes princípios: No inciso VI: descreve

que: "a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, como recurso a ser usado para o desenvolvimento" do município.

Na seção II, artigo 3º com o título de "Das Diretrizes Gerais" também está descrito no inciso VI, p.8: "Preservação do patrimônio natural e o patrimônio cultural, material e imaterial, como fonte de desenvolvimento, de atividades produtivas, estudo e pesquisa, considerados como elementos fundamentais da identidade histórica e cultural do município; Nesta seção no parágrafo único descreve que "As diretrizes previstas... serão sempre adequadas à realidade local e usos harmônicos do espaço urbano e Rural, garantindo a consonância dos direitos individuais com a função social da propriedade e o desenvolvimento sustentável do município".

Pode se encaixar também para inventariar o Moinho Melatti que se encontra na zona rural do município em terreno junto a rodovia o capítulo III que versa "Da política de zoneamento de usos" na seção I "do zoneamento" no Art. 6º p.9 Considera "as possibilidades e limitações reais do município visará: no inciso I letra b "Estímulo a ocupação desse espaço preferencialmente junto às rodovias de acesso, com atividades mistas, preferencialmente de grande porte". E também no inciso II- "Preservar as características ambientais, fundiárias e culturais com estímulo à expansão e consolidação das atividades produtivas primárias e ao desenvolvimento do Turismo".

O Moinho Melatti está localizado fora da área demarcada em recorte do mapa anexo 7, conforme figura 1 a seguir: Áreas municipais de Interesse público do plano diretor inserido a seguir, onde constam as principais distâncias do Moinho às edificações de interesse como também o pórtico de acesso a Fagundes Varela:

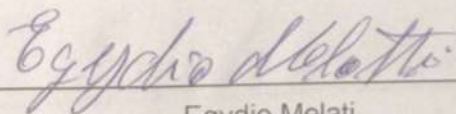
ANEXOS**ANEXO 1 - REQUERIMENTO ASSINADO POR EGYDIO MELATTI**

Excelentíssimo Sr Nilton Carlos Conte
Prefeito do Município de Fagundes Varela

Eu, Egydio Melatti, RG 1012831441, CPF 068 477 570 00, residente na cidade de Fagundes Varela, na RS-355, CEP 95333-000, proprietário do Moinho Melatti, solicito através deste documento e seus anexos (Identificação e Inventário do imóvel) que a câmara municipal avalie e possa através de um decreto lei inventariar o Moinho Melatti. Este processo de inventário oficial que será concedido pela municipalidade, permitirá que a edificação histórica possa participar de programas de fomento para que seja possível salvaguardar o bem, restaurando e requalificando o espaço de modo que as gerações atuais e futuras possam usufruir da história do local. A narrativa do Moinho traz consigo um caráter social pois foi essencial para a comunidade que através do processo de moagem obtinha as farinhas para consumo próprio e venda. A identificação e dados coletados são parte da tese de doutorado da mestre em História, Arquiteta e Urbanista Margit Arnold Fensterseifer.

Nestes termos,
Solicito deferimento.

Fagundes Varela, 8 de abril de 2024



Egydio Melati

ANEXO 2 – DECRETO-LEI 2048, DE 3 DE JULHO DE 2024



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE FAGUNDES VARELA

LEI Nº 2.408 DE 03 DE JULHO DE 2024

DECLARA COMO BEM INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE FAGUNDES VARELA O MOINHO MELATTI.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Fagundes Varela aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarado bem integrante do patrimônio histórico e cultural do Município de Fagundes Varela, nos termos do artigo 216 da Constituição Federal, artigos 221, 222 e 223 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e artigos 187, 189 e 191, da Lei Orgânica Municipal, o Moinho Melatti, localizado na Linha Visconde de Pelotas.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, com a colaboração da comunidade, empreenderá vigilância para a conservação do bem qualificado no artigo 1º, adotando todas as formas de acautelamento, conservação e preservação de sua integridade e características, conforme dispõe o artigo 192 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fagundes Varela, 03 de julho de 2024.

NELTON CARLOS CONTE
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: NELTON CARLOS CONTE
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://tagundesvarela.rs.gov.br/verificacao>



ANEXO 3 - DECRETO LEI BENTO GONÇALVES-RS FOLHA 01

<div data-bbox="344 405 453 495" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="458 412 632 477" data-label="Text"> <p>COMPAHC Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural Bento Gonçalves-RS</p> </div> <div data-bbox="414 512 584 535" data-label="Section-Header"> <p>Resolução 002/2016</p> </div> <div data-bbox="252 560 750 604" data-label="Section-Header"> <p>Resolução para incentivo à preservação e revitalização de bens integrantes do Patrimônio Histórico e Cultural Edificado</p> </div> <div data-bbox="229 624 772 739" data-label="Text"> <p>O Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves, reunido em 17 de agosto de 2016, conforme Ata 06/2016, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 4.445, de 03 de setembro de 2008 e Decreto nº 6.707, de 09 de dezembro de 2008, aprova a seguinte resolução:</p> </div> <div data-bbox="229 743 772 880" data-label="Text"> <p>Tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 10.116, de 23 de Março de 1994, que institui a Lei do Desenvolvimento Urbano, no Artigo 40, referente à preservação e identificação de "Prédios, monumentos, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira";</p> </div> <div data-bbox="229 884 772 1158" data-label="Text"> <p>Tendo em vista a previsão, nos artigos 61, 62 e 289 a 296 da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano e rural do município de Bento Gonçalves, institui o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Bento Gonçalves e dá outras providências, do instrumento das Operações Consorciadas, "com o objetivo de viabilizar empreendimentos de interesse do Município, e com vistas a alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, valorização ambiental, preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como transformações urbanísticas para o desenvolvimento do turismo, o Município poderá desenvolver operações consorciadas com outros órgãos da administração Estadual, Federal e com a iniciativa privada";</p> </div> <div data-bbox="229 1164 772 1321" data-label="Text"> <p>Tendo em vista a necessidade de regramento dos incentivos à preservação e revitalização dos bens tombados, inventariados e de interesse histórico, arquitetônico e paisagístico integrantes do "estilo arquitetônico predominante", cujos projetos são analisados no COMPAHC, conforme Artigo 3º da Lei Municipal nº 4.445, de 03 de setembro de 2008, bem como Artigos 62, 122 e 296 da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, de acordo com os princípios de isonomia e eficiência;</p> </div> <div data-bbox="237 1352 761 1388" data-label="Text"> <p>Rua Marechal Floriano, 85 - 8º andar - Centro - Bento Gonçalves/RS. - Fone: 3055 - 7188 E-mail: compahc.bento@gmail.com</p> </div>	<div data-bbox="938 387 1046 477" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="1051 394 1225 459" data-label="Text"> <p>COMPAHC Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural Bento Gonçalves-RS</p> </div> <div data-bbox="820 474 1369 564" data-label="Text"> <p>Tendo em vista as conclusões da Comissão de Patrimônio reunida entre os anos 2010 e 2012, bem como os debates realizados na Comissão Técnica de atualização do Inventário e na Comissão de Desenvolvimento do Patrimônio Cultural, reunidas no ano de 2015;</p> </div> <div data-bbox="820 571 1369 707" data-label="Text"> <p>Considerando a necessidade de uma Lei positiva e focada no incentivo à preservação, permitindo benefícios aos proprietários de imóveis com bens tombados, inventariados e de interesse histórico, arquitetônico e paisagístico integrantes do "estilo arquitetônico predominante", com o intuito de possuir aceitação na sociedade, mas que possa cobrir lacunas da legislação vigente;</p> </div> <div data-bbox="820 714 1369 784" data-label="Text"> <p>Tendo em vista o texto e recomendações referentes ao projeto de lei, aprovados na reunião do COMPAHC de 04 de maio de 2016, conforme Ata 03/2016 e Resolução COMPAHC 001/2016;</p> </div> <div data-bbox="820 790 1369 927" data-label="Text"> <p>O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural aprova a seguinte resolução, que dispõe sobre as operações consorciadas e incentivos à preservação e revitalização de bens integrantes do Patrimônio Histórico e Cultural Edificado do Município de Bento Gonçalves, com fins à preservação e revitalização da paisagem e dá outras providências, que deverá também ser encaminhada como projeto de lei complementar:</p> </div> <div data-bbox="979 938 1203 956" data-label="Section-Header"> <p>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR</p> </div> <div data-bbox="1032 967 1369 1064" data-label="Text"> <p>Dispõe sobre as operações consorciadas e incentivos à preservação e revitalização de bens integrantes do Patrimônio Histórico e Cultural Edificado do Município de Bento Gonçalves, com fins à preservação e revitalização da paisagem e dá outras providências.</p> </div> <div data-bbox="820 1075 1369 1155" data-label="Text"> <p>Art. 1º - A preservação do patrimônio histórico e cultural edificado urbano e rural é um direito inalienável do cidadão, sendo sua realização responsabilidade de todos, especialmente do Poder Público, das instituições, das pessoas jurídicas e das pessoas físicas que, de qualquer modo e a qualquer tempo, fruem ou acessam esse patrimônio.</p> </div> <div data-bbox="820 1164 1369 1279" data-label="Text"> <p>Art. 2º - A Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural urbano e rural será incentivada através de operações consorciadas, tendo o objetivo de viabilizar empreendimentos de interesse do Município, com vistas a alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais, valorização ambiental, preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como transformações urbanísticas para o desenvolvimento do turismo, em parceria com outros órgãos da administração Estadual, Federal e com a iniciativa privada.</p> </div> <div data-bbox="820 1288 1369 1339" data-label="Text"> <p>Art. 3º - São imóveis objeto de preservação, recuperação e revitalização em virtude de valor cultural, histórico, arquitetônico e paisagístico aptos a receber incentivos através desta lei:</p> </div> <div data-bbox="829 1348 1361 1382" data-label="Text"> <p>Rua Marechal Floriano, 85 - 8º andar - Centro - Bento Gonçalves/RS. - Fone: 3055 - 7188 E-mail: compahc.bento@gmail.com</p> </div>
---	---

[continua]

[continuação]

 <p>COMPAHC Comissão Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural Bento Gonçalves-RS</p> <p>I - Os bens edificados tombados ou integrantes remanescentes do Inventário do Patrimônio Cultural Edificado do Rio Grande do Sul em Bento Gonçalves (IPHAN, IPHAE - 1996);</p> <p>II - Os bens edificados integrantes das Zonas de Preservação ao Patrimônio Histórico e Cultural - ZPPHC conforme Art. 62 e Anexo 3 da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, ou outra que venha a substituí-las;</p> <p>III - As edificações de interesse patrimonial localizadas na Zona Comercial Central (ZCC), em Roteiros Turísticos e Aglomerados Urbanos de Bento Gonçalves, que se enquadrem no "estilo arquitetônico predominante", conforme Art. 296 da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, mediante análise técnica do IPURB, alicerçada pelo COMPAHC.</p> <p>Parágrafo único - Ficam especialmente consideradas características dos imóveis objetos de preservação, as fachadas públicas e a volumetria dos bens constantes do inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Bento Gonçalves;</p> <p>Art. 4º - A aprovação de intervenções em Imóveis de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural será antecedida de levantamento cadastral do imóvel, que deverá contar com dados históricos, arquitetônicos e paisagísticos, conforme Anexo 1, elaborado por responsável técnico habilitado, contando com a colaboração do proprietário, o qual deverá ser avaliado por profissional do IPURB, o qual poderá complementar as informações e indicar a atribuição do nível de preservação, que deverá ser aprovada pelo COMPAHC.</p> <p>Art. 5º - Aos imóveis objetos de preservação, recuperação e revitalização em virtude de valor cultural, histórico, arquitetônico e paisagístico, de acordo com a avaliação do setor de Patrimônio Histórico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, com a aprovação do COMPAHC, será atribuído um dos quatro níveis de preservação, assim definidos:</p> <p>I - Nível 1: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas, de referência histórica e social para a comunidade local. Os bens enquadrados neste nível não poderão, em hipótese alguma, serem destruídos, descaracterizados ou inutilizados, podendo vir ou não a ser tombados. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade.</p> <p>II - Nível 2: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação de suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas, ou seja, a preservação integral de sua(s) fachada(s) pública(s) e volumetria, as quais possibilitam a leitura tipológica do prédio. Poderão sofrer intervenções internas, desde que mantidas e respeitadas suas características estruturais e externas. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade.</p> <p>III - Nível 3: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam sua preservação devido às características de acompanhamento e complementaridade de imóveis classificados como de nível 1 (um) ou 2 (dois). Poderão sofrer intervenções internas e externas para qualificar e melhorar sua composição arquitetônica e urbana, acrescentando ou não novos elementos, desde que não descaracterizando sua volumetria e ambiência, já configuradas e de extrema importância para o contexto urbano da cidade.</p> <p>IV - Nível 4: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural cujas características arquitetônicas, artísticas e decorativas não apresentam caráter de excepcionalidade, acompanhamento e complementaridade arquitetônica</p> <p>Rua Marechal Floriano, 85 - 8º andar - Centro - Bento Gonçalves/RS. - Fone: 3055 - 7188 E-mail: compahc.bento@gmail.com</p>	 <p>COMPAHC Comissão Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural Bento Gonçalves-RS</p> <p>ou, tendo este caráter, encontram-se em tal grau de descaracterização que podem vir a ser modificadas sem acarretar maiores perdas ao patrimônio histórico e cultural da cidade. Assim, os bens enquadrados neste nível poderão sofrer alterações internas e externas, acrescentando ou não novos elementos e demolições parciais.</p> <p>§ 1º - Os bens integrantes do inventário vigente e ZPPHC, referentes ao inciso I do Art. 3º, deverão ser enquadrados nos níveis 1 ou 2, salvo quando tenham sido objeto de demolição parcial anterior a esta lei.</p> <p>§ 2º - Os bens imóveis referentes aos incisos II e III do Art. 3º poderão ser enquadrados em um dos quatro níveis, de acordo com os valores identificados na ficha cadastral.</p> <p>§ 3º - A preservação volumétrica prevista nos níveis 1, 2 e 3 será conceituada como a conservação dos elementos arquitetônicos originais referente à volumetria da edificação, caracterizada pelo aspecto tridimensional do edifício, composto pelas paredes externas, fachadas e cobertura, em suas formas, dimensões e materialidade originais. As demolições parciais - preservação de fachada - somente serão permitidas no nível 4 de preservação, em casos excepcionais.</p> <p>Art. 6º - Poderão ser realizados, nos imóveis objetos de preservação, recuperação e revitalização em virtude de valor cultural, histórico, arquitetônico ou paisagístico, os seguintes tipos de intervenção:</p> <p>I - conservação: a intervenção, de natureza preventiva que consiste na manutenção do estado preservado do bem cultural;</p> <p>II - reparação: a intervenção, de natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação dos elementos integrantes visando à permanência de sua integridade, ou estabelecer a sua conformidade com o conjunto;</p> <p>III - restauração: a intervenção, de natureza corretiva, que consiste na reconstituição de sua feição original, mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados, ou do expurgo de elementos estranhos;</p> <p>IV - consolidação: a intervenção de natureza corretiva que consiste na obtenção de estabilidade estrutural de bem cultural;</p> <p>V - reciclagem: a intervenção que consiste no reaproveitamento do bem cultural, adaptando-o para usos compatíveis com sua tipologia formal e características ambientais, sem prejuízo de sua linguagem ou natureza, mediante atitudes de conservação, reparação e restauração acrescentando ou não novos elementos necessários à nova utilização.</p> <p>Art. 7º - As intervenções junto a imóveis objetos de preservação, recuperação e revitalização em virtude de valor cultural, histórico, arquitetônico ou paisagístico, poderão ser incentivadas através das seguintes medidas:</p> <p>I - concessão de majoração de até 50% (cinquenta por cento) na indenização por solo criado, conforme parágrafo único do Art. 62 da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, proporcional à área preservada, de acordo com o nível de preservação atribuído;</p> <p>Rua Marechal Floriano, 85 - 8º andar - Centro - Bento Gonçalves/RS. - Fone: 3055 - 7188 E-mail: compahc.bento@gmail.com</p>
---	---


[continua]


[continuação]

 <p>II - alteração das características de uso e ocupação do solo (altura e recuos), bem como alterações nas normas de edificação, considerado o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Estudo de Impacto de Inovações (EII), delas decorrentes;</p> <p>III - a emissão de Certidão de Patrimônio Histórico para fins de regularização de edificações objetos de preservação junto ao Registro de Imóveis, quando estas não estiverem averbadas.</p> <p>IV - a concessão de desconto no IPTU do imóvel, num percentual máximo de 30% (trinta por cento), como contrapartida pela conservação preventiva anual dos imóveis, e de isenção de IPTU como contrapartida durante obras de restauro em bens enquadrados no nível 1 e 2 de preservação.</p> <p>§ 1º - O incentivo citado no inciso II (relação altura e recuos) somente poderá ser concedido mediante neutralização do impacto da inovação junto ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Estudo de Impacto de Inovações (EII), como forma de compensação a renúncia de outro dispositivo do mesmo tipo com fins à preservação do imóvel e à qualificação da paisagem urbana.</p> <p>§ 2º - O incentivo citado no inciso II referente à altura somente poderá ser concedido na Zona Comercial Central (ZCC), que é Zona de densificação controlada e de proteção do patrimônio histórico e cultural, como compensação à preservação de um bem inventariado de níveis 1 e 2, com fins à preservação do imóvel e qualificação da paisagem urbana.</p> <p>§ 2º - O incentivo de desconto e isenção de IPTU somente será concedido mediante aprovação do COMPAHC, proporcionalmente ao nível de preservação, renovado anualmente, com base na comprovação das obras realizadas, que deverão ser previamente aprovadas no IPURB e executadas por responsável técnico habilitado.</p> <p>§ 3º - O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC - emitirá resolução definindo os critérios para concessão dos benefícios citados, no prazo de 60 dias após a aprovação desta lei.</p> <p>Art. 8º - Os projetos de intervenções junto a imóveis objetos de preservação, recuperação e revitalização em virtude de valor cultural, histórico, arquitetônico ou paisagístico, submetidos à apreciação do IPURB e aprovação do COMPAHC, deverão apresentar, no estudo de viabilidade, os seguintes documentos:</p> <p>I - Definição da área de intervenção e das áreas de influência do empreendimento;</p> <p>II - Histórico da edificação e sua relação com o entorno, através do preenchimento da ficha de descrição do imóvel (Anexo 1);</p> <p>III - Conceito, justificativa e finalidade da intervenção;</p> <p>IV - Programa de ocupação da área;</p> <p>V - Anteprojeto da proposta com croquis e perspectivas;</p> <p>VI - Estudo prévio de impacto de vizinhança ou estudo de impacto de inovações quando for o caso;</p> <p>VII - Estimativa de custo das obras a serem realizadas, quando for o caso;</p> <p>VIII - Solicitação da contrapartida referente à utilização dos incentivos previstos no artigo 7º da presente Lei.</p> <p>Art. 9º - Em caso de realização de obra em imóvel objeto de preservação conforme Art. 3º desta lei, sem autorização do Município ou em desacordo com o projeto aprovado, sejam pessoas físicas ou jurídicas, serão aplicadas as penalidades previstas no Capítulo III da Lei Complementar nº 06, de 15 de julho de 1996.</p> <p>Rua Marechal Floriano, 85 - 8º andar - Centro - Bento Gonçalves/RS. - Fone: 3055 - 7188 E-mail: compahc.bento@gmail.com</p>	 <p>§ 1º - Sem prejuízo de outras penalidades, em caso de início de obra sem autorização do Município, será exigida sua paralisação imediata até que o projeto obtenha aprovação, de forma a evitar prejuízos à preservação do imóvel;</p> <p>§ 2º - Na hipótese de destruição, inutilização ou alteração de imóvel previsto no Art. 3º desta lei, ficará sujeito a imposição de penalidade, constante no título com acréscimo de 80%, sem prejuízo de comunicação do fato ao MP, para fins de responsabilização;</p> <p>§ 3º - Havendo mais de um responsável pelas agressões referidas, será solidária a responsabilidade pelo pagamento referente à penalidade;</p> <p>§ 4º - Em caso de descumprimento da proposta de preservação acordada com o COMPAHC, que resulte em destruição ou descaracterização do imóvel, mesmo que parcial, os benefícios concedidos serão suspensos.</p> <p>Art. 10º - O proprietário ou usuário a qualquer título, de imóvel que utilizar dos incentivos citados, assumirá a obrigação de manter o mesmo preservado e conservado, atendendo à legislação vigente e ao direito social da propriedade.</p> <p>A presente resolução entra em vigor a partir de sua aprovação, substituindo a Resolução 001/2016, valendo como regramento de critérios analisados pelo conselho, devendo ser encaminhada às autoridades competentes para regulamentação, para que possa ser aplicada na totalidade.</p> <p>Bento Gonçalves, 17 de agosto de 2016.</p> <p>Cristiane Bertoco Presidente do COMPAHC</p> <p>Coordenadora da Comissão Técnica de atualização do Inventário do Patrimônio Cultural Edificado CAU A65793-0</p> <p>Margit Arnold Fensterseifer Vice-presidente do COMPAHC</p> <p>Fernando Oltramari Coordenador da Comissão de Desenvolvimento do Patrimônio Cultural</p> <p>Rua Marechal Floriano, 85 - 8º andar - Centro - Bento Gonçalves/RS. - Fone: 3055 - 7188 E-mail: compahc.bento@gmail.com</p>
--	---

[continua]

[continuação]

																			
Anexo I – Memorial Histórico – Ficha de descrição do imóvel																			
Ficha – Inventário para Patrimônio Materiais Todos os itens abaixo que estiverem marcados • devem ser exemplificados com fotos: • Identificação geral do imóvel (máximo 3 linhas)																			
<table border="1" style="width: 100%; height: 40px;"> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> </table>																			
Localização do imóvel																			
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>• Logradouro</td><td> </td></tr> <tr><td>Coordenadas cartográficas</td><td> </td></tr> <tr><td>Orientação solar</td><td> </td></tr> <tr><td>Bairro ou distrito</td><td> </td></tr> <tr><td>Cidade</td><td> </td></tr> <tr><td>Estado</td><td> </td></tr> <tr><td>Tamanho do terreno</td><td> </td></tr> <tr><td>Medidas gerais do imóvel</td><td> </td></tr> <tr><td>Função de uso inicial e atual</td><td> </td></tr> </table>		• Logradouro		Coordenadas cartográficas		Orientação solar		Bairro ou distrito		Cidade		Estado		Tamanho do terreno		Medidas gerais do imóvel		Função de uso inicial e atual	
• Logradouro																			
Coordenadas cartográficas																			
Orientação solar																			
Bairro ou distrito																			
Cidade																			
Estado																			
Tamanho do terreno																			
Medidas gerais do imóvel																			
Função de uso inicial e atual																			
• Entorno – especificar na localização (representação gráfica) e fotografar																			
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Vizinho lateral direita</td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>Vizinho lateral esquerda</td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>Vizinho frontal</td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>Vizinho fundos</td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>Paisagem, visual</td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td>Observações a considerar</td><td> </td><td> </td></tr> </table>		Vizinho lateral direita			Vizinho lateral esquerda			Vizinho frontal			Vizinho fundos			Paisagem, visual			Observações a considerar		
Vizinho lateral direita																			
Vizinho lateral esquerda																			
Vizinho frontal																			
Vizinho fundos																			
Paisagem, visual																			
Observações a considerar																			
Infraestrutura local (fotografar se necessário):																			
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td>Abastecimento de água</td><td> </td></tr> <tr><td>Rede elétrica ou outra</td><td> </td></tr> <tr><td>Esgoto pluvial e cloacal</td><td> </td></tr> <tr><td>Transportes coletivos</td><td> </td></tr> <tr><td>Atendimento as necessidades básicas:</td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td>Saúde</td></tr> <tr><td> </td><td>Alimentação</td></tr> <tr><td> </td><td>Comércio em geral</td></tr> </table>		Abastecimento de água		Rede elétrica ou outra		Esgoto pluvial e cloacal		Transportes coletivos		Atendimento as necessidades básicas:			Saúde		Alimentação		Comércio em geral		
Abastecimento de água																			
Rede elétrica ou outra																			
Esgoto pluvial e cloacal																			
Transportes coletivos																			
Atendimento as necessidades básicas:																			
	Saúde																		
	Alimentação																		
	Comércio em geral																		
Representação Gráfica GERAL com medidas (anexo, sempre em PDF) Sendo possível anexar plantas originais:																			
<table border="1" style="width: 100%;"> <tr><th>Pranchas</th><th>Escala sugerida</th><th>Observações</th></tr> <tr><td>Situação</td><td>1/1000</td><td> </td></tr> <tr><td>Localização</td><td>1/200</td><td> </td></tr> </table>		Pranchas	Escala sugerida	Observações	Situação	1/1000		Localização	1/200										
Pranchas	Escala sugerida	Observações																	
Situação	1/1000																		
Localização	1/200																		
Rua Marechal Floriano, 85 - 8º andar - Centro – Bento Gonçalves/RS. – Fone: 3055 – 7188 E-mail: compahc.bento@gmail.com																			

		
Plantas baixas	1/50 ou 1/100	
Cortes transversal e longitudinal	1/50	Com perfil do terreno
Fachada principal e todas que forem importantes para a preservação	1/50	Com distância dos vizinhos e representação gráfica esquemática dos vizinhos

Representação Gráfica dos detalhes construtivos, que caracterizem a época de construção;
Com medidas (anexo, sempre em PDF)

Elementos construtivos	Tipos e materiais utilizados	Técnica construtiva
Pisos		
Vedações- esquadrias		
Teto		
Paredes		
Revestimentos de parede		
Tintas e similares		
Telhado estrutura		
Telhado acabamento		
Chaminés		
Ornamentos		
Esculturas externas		
Simbolos		
Instalações elétricas		
Instalações hidráulicas		
Banheiros		
Cozinhas		
Outros		

Representação gráfica da posição e planta baixa dos mobiliários se houverem, com medidas;
• fotografar objetos ;

Objetos		
Luminárias		
Móveis fixos (pias, fogões, campelros e outros)		
Mobiliário solto		
Equipamentos (fogão, geladeira e outros)		
Tecidos cortinas, toalhas de mesas e outros		
Porta retratos, quadros e adornos		
Esculturas internas		
Outros móveis e utensílios		

Rua Marechal Floriano, 85 - 8º andar - Centro – Bento Gonçalves/RS. – Fone: 3055 – 7188
E-mail: compahc.bento@gmail.com

[continua]

[continuação]



COMPANH
Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
Bento Gonçalves-RS

Análise histórica- relacionar o levantamento técnico com a história local e ou o contexto histórico que determinou as escolhas construtivas:

Responder descritivamente:

Qual o detalhe construtivo que melhor caracteriza a época da construção, explique por que:
Qual a importância deste imóvel dentro do contexto urbano?
Como a disposição do imóvel no terreno caracteriza as implantações da época?
Como este imóvel se relaciona com o entorno atual do espaço urbano?
Como eram distribuídos os ambientes dentro do imóvel e como eram os principais fluxos e usos das pessoas no local?
Como as medidas internas e externas caracterizavam um modo de vida da época?(pé direito, espaços diversos largura e comprimento, medidas das esquadrias e portas).
Como eram os procedimentos de construção, mão de obra e técnicas construtivas?
Os materiais eram locais, nacionais ou importados?
Se existem símbolos, esculturas ou outros adereços a que eles se referem?
Observações

ANEXO 4 – DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O MOINHO MELATTI

Poster de Tainara Macari da Luz (2022)

2022

XXX Encontro de Jovens Pesquisadores

e XII Mostra Acadêmica de Inovação e Tecnologia





A UCS É PARA QUEM BUSCA INOVAR O FUTURO!

PROBIC-FAPERGS

PATRIMÔNIO CULTURAL, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA



Bolsista: Tainara Karina Macari da Luz Autoras: Prof.^a Dra. Eliana Relá e Prof.^a Margit Arnold Fensterseifer

INTRODUÇÃO / OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer e descrever a história do Moinho Melatti localizado no município de Fagundes Varela no Rio Grande do Sul. Esta edificação é considerada Patrimônio Industrial e encontra-se com todo instrumental e maquinário intactos.

Para isso, foi realizada a análise do local de inserção, sua relação com a cidade, bem como a análise de atributos de valor, verificando a narrativa de que o prédio é de fato um patrimônio cultural.

Além disso, a visita e os levantamentos, tanto arquitetônico, como da história permitem que futuramente possa-se compilar os dados em um documentário.

RESULTADOS

No decorrer da visita foram mostrados os maquinários que eram utilizados na moagem dos grãos de trigo e de milho. Muitas dessas máquinas ainda estavam em pleno funcionamento na data da visita (04/07/2022), apesar do moinho ter encerrado suas atividades em 2013. O maquinário funciona movido à uma turbina que aproveita a força da água vinda do arroio que se encontra no entorno.



Devido à força dessas turbinas, o moinho pode abastecer a cidade de Fagundes Varela por anos, segundo o proprietário e a Prefeitura Municipal. Em épocas de seca, a turbina era movida por uma caldeira a vapor, alimentada de lenha. A visita possibilitou o levantamento de algumas das medidas arquitetônicas do local, sendo possível iniciar a documentação gráfica que possibilitará o inventário da edificação.





MATERIAL E MÉTODOS

Para a metodologia deste trabalho, foram definidos os seguintes métodos de pesquisa:



QUANTO À ABRORDAGEM | PESQUISA QUALITATIVA
QUANTO À NATUREZA | PESQUISA APLICADA





QUANTO AOS OBJETIVOS | PESQUISA EXPLORATÓRIA



QUANTO AOS PROCEDIMENTOS | PESQUISA BIBLIO. E DE CAMPO

A pesquisa qualitativa busca-se produzir novas informações, sem preocupação com a representatividade numérica, como é o caso do levantamento de dados do moinho para qualificar-lo como patrimônio. A pesquisa aplicada busca a geração de conhecimento para a aplicação prática, que no estudo se refere ao possível tombamento da edificação. A pesquisa exploratória visa a diversificação, que foi desde pesquisa bibliográfica até entrevista em vídeo com o proprietário do moinho, sua esposa e filhas. A pesquisa bibliográfica e de campo, como o nome sugere foi definida para a análise de obras e materiais existentes para assuntos similares e para o levantamento arquitetônico e fotográfico do local.

RESULTADOS





Sr. Melatti- Proprietário Sôlito- Caixa de grãos Stendi- Favela de Trigo

Parte crucial dos resultados foi a entrevista em vídeo com Sr. Melatti, que no avanço da pesquisa, objetiva-se a construção de um documentário. A visita in loco foi realizada no dia 4 de julho de 2022 e resultou em pistas cruciais para a documentação da história do Moinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se entende que a análise completa de uma edificação com a complexidade do Moinho Melatti requer um período maior de tempo, mas o início aqui apresentado trouxe altas expectativas sobre as possibilidades de inventariamento e tombamento dessa edificação. É evidente o valor histórico e arquitetônico já nessa etapa de fichamento técnico, logo, fica compreensível o valor de patrimônio industrial que o Moinho Melatti possui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tofto. *Métodos de Pesquisa*. 1. ed, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. 120 p.

RIGO, Argel. *História de Fagundes Varela*. 2 ed, Fagundes Varela: Sales Editora, 2005.

APOIO: FAPERGS

ANEXO 5 - PAGAMENTO PELO LOTE 78 - 1896

Declaro que os Colonos Melati Francisco e Fm.
entregaram-me total 114 mo qual contrato o seguinte:

Lote 78

Melati Francisco e Fm. da 2.ª P. 2.ª P. Corte de Sep.
do Brasil, trabalham na estrada geral do Barro Preto e go-
vernou 243.815 \$\$. Muzitos e quaranta, tres mil octo e
to e quinze mil. 7. 1. 909. J. Cerato e carregam.
é nada mais continua José Aurora. Bella. Nota
10 de outubro 96.

Toga 2100 de cello 1ª. Titulo

ANEXO 7 - ESCRITURA MANUSCRITA DE 1943 - ERNESTO MELATTI

Alfredo

República dos Estados Unidos do Brasil

— Registro de Imóveis —

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — MUNICIPIO DE Alfredo Chaves

DAICIR RODRIGUES DA SILVA

Oficial do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da cidade de A. Chaves, Termo da Comarca de Bento Gonçalves, etc.

CERTIFICO que à fls. 30 do livro No. 3"K" foi feita-----hoje, sob No. 6723 a transcrição do Imóvel seguinte: - Partes dos Lotes Rurais nºs 78 e 80, da Linha Viscende de Peletas, no 3º distrito deste Município. AREA MAIOR EM CONJUNTO APROXIMADAMENTE:- 302.500mq.- AREA MENOR:- 35.105mq 13, com as confrontações da area maior a saber: NORTE, com terras do mesmo lote; SUL, com a travessã de frente; LESTE, com o lote 76 e OESTE, o/ e lote 82.-

ADQUIRENTE:- Ernesto Melatti, casado, industrialista, residente no 3º distrito deste Município (nada mais dizia quante a nacionalidade)-----

TRANSMITENTES:- Espólio de Cristofele Melatti e Desistencia de Giuseppi Melatti; Carelina Melatti Buzzacchi s/m Luigi Estefano Buzzacchi; Linda Melatti Tenelle s/m João Tenelle e Genevefa Melatti Matiuiz s/m Angele Jesu Matiuiz (nada mais dizia a certidãe)-----


VALOR:- Cr. \$ 1.276,53-----

REGISTRO ANTERIOR:- Lº 3"J" fl 67 nº 6288-----

FORMA:- Certidãe de Partilha, extraída dos autos respetive, subscrita, rubricada e assinada, pelo escrivãe de Civil e Crime, Juri e Execuções Criminaes deste Município, Sr. André Jacob Resckh, em 30 de Março de 1944.-----

TITULO:- Partilha Judicial, julgada per sentença de Exmo. Sr. Dr. João P. Ribiere, Juiz de Direito da Comarca de "Bento Geang" digo Bento Gonçalves, que data de 23 de Março de 1944-----


CONDIÇÕES:- As de estile. OBS:- Paguei es seles devides-----



O referido é verdade e dou fé.

Alfredo Rodrigues da Silva
14/3/43

O Oficial *Alfredo Rodrigues da Silva*



ANEXO 8- CONTRATO DE ENERGIA 1934

-SEGUNDO TRASLADO-

Livre numero 16 Fls. 165 v. 166

CONTRATO PUBLICO QUE fazem entre si, como primeiros contratantes, Dels Arcari, Carlos Tarasconi, João Lunardi, Amilcare Sottili e Angelo José Mattius e suas mulheres Santa Maria Rosa Grechi Arcari, Amabile Cerri Tarasconi, Brígida Giotto Lunardi, Victoria Fasini Sottili e Geneefa Melatti Mattius e, como segundos contratantes, Cristofolo Melatti e sua mulher Annunziata Bocchi Melatti, como adena te se declara:

NAEM TANTO quanto este publico contrato viros que do anno de mil novecentos e trinta e quatro, no dia primeiro do mes de Dezembro, nesta sede de Bella Vista, terceiro distrito de Alfredo Chaves, Estado do Rio Grande do Sul, neste cartorio, perante mim, escrivão districtal provisório e as testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: de uma parte, como primeiros outorgantes e reciprocamente outorgados contratantes Luis Arcari, italiano, industrialista; Carlos Tarasconi, brasileiro, commerciante; João Lunardi, italiano, commerciante; Amilcare Sottili, italiano, commerciante e Angelo José Mattius, brasileiro, industrialista, e suas mãheres, respectivamente, Santa Maria Rosa Grechi Arcari, brasileira; Amabile Cerri Tarasconi, brasileira; Brígida Giotto Lunardi, italiana; Victoria Fasini Sottili, italiana e Geneefa Melatti Mattius, brasileira, ellas de servicos domesticos, todas residentes e domiciliadas nesta sede, e de outra parte, como segundos outorgantes, digo, como segundos outorgados e reciprocamente outorgantes contratantes Cristofolo Melatti e sua mulher Annunziata Bocchi Melatti, esta de labores domesticos, aquella industrialista, ambos italianos, residentes e domiciliados neste termo, pessoas todas reconhecidas pelas proprias de mim escrivão districtal provisório e das testemunhas abaixo assignadas de que dou fé. Por outorgantes e outorgados me foi dito que haviam contratado, nesta data, o seguinte: PRIMEIRA.- Pelos segundos contratantes Cristofolo Melatti e sua mulher Annunziata Bocchi Melatti, me

dal dito perante as mesmas testemunhas que sendo elles senhores e possuidores de uma turbina, situada no lote numero setenta e sete, da linha Visconde de Pelotas, deste districto, obrigan-se a dar, diariamente, forca sufficiente para vinte e cinco (-25-) kilowatts, medidos nesta sede, cuja energia começará todos os dias ao amolecer, terminando ao amanhecer, salvo no verão, quando fôr secco, que poderão, querendo, suspender a forca ás vinte e quatro horas, ou seja, a meia noite. SEGUNDA.- O prazo para o presente contrato será de quinze (-15-) annos, a começar da data deste, para terminar no igual dia e mes do anno de mil novecentos e quarenta e nove (-1949-). TERCEIRA.- Os primeiros obrigan-se a pagar aos segundos contratantes, mensalmente, a quantia de duzentos e oitenta mil réis (-280.000-), pagaveis até o dia dez (-10-) de cada mez que se vencer e, no caso em que sejam gastos mais de setecentos e cinquenta (-750-) kilowatts mensaes, os primeiros contratantes obrigan-se a pagar o excesso, a razão de trezentos setenta e três (-373-) réis ao kilowatt. QUARTA.- Os primeiros contratantes entrarão com todo o material electrico necessario, como seja, rede, dynamo gerador de energia, etc., entrando os segundos contratantes com a respectiva turbina, manutenção da mesma e manter até findar o prazo deste contrato o dynamo no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações de uso regular e accidente imprevisto. QUINTA.- A simples falta de pagamento na epocha determinada, por si só constituirá a mora, por forca do presente contrato a independente de qualquer interpeleção judicial. SEXTA.- Os segundos contratantes obrigan-se por este contrato a não levantar-o, antes de seu vencimento, seja qual fôr o pretexto, que para tal fim allegar, salvo o caso de falta de pagamento na epocha acima estipulada. SETIMA.- Tanto os primeiros como os segundos contratantes obrigan-se a respeitar o presente contrato, tal qual como se acha redigido, inscrevendo a parte que dár releição ao mesmo, na multa de dez contos de réis (-10.000.000-), que será cobrada de conformidade com as leis do Pais. OITAVA.- No caso de morte de qualquer um dos contra-

[continua]

[continuação]

tantes, o contrato será levado ao fim do prazo acima estipulado.
 BONA.-Os segundos outorgantes se poderão vender o imóvel onde
 funciona a cunha contratada, e quem assumir as condições integra-
 es de todas as cláusulas constantes deste contrato. DECIMA.- Tanto
 os primeiros como os segundos contratantes, elegem como fóro do
 contrato o de Alfredo Chaves, afim de nelle serem demandadas pa-
 ra execução e cumprimento de todas as obrigações, não obstante
 qualquer mudança de domicilio.-A pedido das partes lavrei esta
 escriptura, que paga sello federal proporcional, por se haver si-
 do hoje distribuída, e qual, feita, lida e sendo lida, na presença das
 testemunhas, e aceitaram, outorgaram e assignam com as testemunhas
 Amadeo Giacomoni, industrialista, e Pedro Zambon, sapateiro, ambos
 brasileiros, residentes nesta cida, reconhecidas de mim Venturino
 Pacin, escriptão districtal provisório, que a escrevi, dou fé e as-
 signo. Bella Vista, 1º de Dezembro de 1924 (assignados) Luiz Arca-
 ri, Santa Maria Rosa Grechi Arcari, Carlos Tarasconi, Amabile Cer-
 ri Tarasconi, João Lunardi, Brigida Giotto Lunardi, Amilcare Sotti-
 li, Victoria Pasini Sottili, Angelo José Mattiuz, Genesefa Melatti
 Mattiuz, Cristofolo Melatti, Annunziata Bouchi Melatti, Amadeo Gi-
 comoni, Pedro Zambon e Venturino Pacin. Sobre oito estampilha fe-
 deraes, no valor de cento e cinquenta e tres mil e duzentos réis
 (-1538200), inutilizadas na forma da lei. Nada mais conata. data
 supra. De *Venturino Pacin*, escriptão districtal provisório, o dac-
 tylographel, conferi, está conforme, subscreevi, data, dou fé e as-
 signo em publico e raso.

Boletim de 1924
Com testemunhas e as mudas
Resolvidas em 1924
Escritura de 1924

L. 1000
 S. 2.201
 S. 12.201

Venturino Pacin
 Escrivão districtal
 - co -
 distr. de Alfredo Chaves

S. 214 (Portoalle) L. de Reg. Empresso
 Pg 123 Pg. 10 de Dezembro de 1924
Amadeo Giacomoni
Off. de Reg. Empresso
 Pg. 123 de Reg. de Testes, Arquivos
 Pg. 123 de Reg. de 1924
Alfredo Chaves 1000 de Dezembro de 1924
Amadeo Giacomoni
Off. de Reg. Empresso
 Pg. 123 de 1924

	época de seca por caldeira. Possuía produção diária de 30 sacos de farinha de trigo e 15 de milho. Hoje está paralisado e pertence aos netos de Cristófolo. (RIGO, 1999)
Materiais de construção:	Alvenaria portante e madeira.
Originalidade:	Possui as características originais.
Descrição do atrativo:	Instalações do antigo moinho e cascata do arroio Melatti. Também está integrada a Agroindústria Q'Delícia.
Atividades praticadas hoje no local:	Residência.
Natureza da propriedade / evento:	Particular.
Distância do centro da cidade:	3 km.
Ponto de referência:	O próprio moinho.
Vias de acesso:	Asfaltadas
Acesso no local:	Próximo a via.
Estacionamento:	Espaço aberto na frente do local.
Sinalização:	Inexistente.
Estrutura existente:	Estrutura original do moinho.
Fluxo turístico atual:	Pessoas interessadas em patrimônio e história do local.
Segmento potencial:	Turismo Cultural.
Potencial de exploração turística:	Reativação do Moinho para fins turísticos; Contemplação da cascata.
Intervenções arquitetônicas e urbanísticas necessárias para a implementação:	Restauro do Moinho; Acesso a cascata; Desenvolver linha de produção – plantação do milho, moagem e produção dos biscoitos na Agroindústria Q'Delícia.
Exemplos já implementados em outras localidades:	Museu do Pão, Ilópolis. Para conhecer mais acesse http://www.ilopolis-rs.com.br/siteantigo/site/pagina.php?id=15

Sinalização:	Placa na via.
Estrutura existente:	Estrutura para produção.
Fluxo turístico atual:	Visitantes do moinho.
Segmento potencial:	Turismo Rural.
Potencial de exploração turística:	Comercialização de produtos
Intervenções arquitetônicas e urbanísticas necessárias para a implementação:	Linha de produção integrada ao moinho. Local para comercialização.
Exemplos já implementados em outras localidades:	Integração com o Moinho: Museu do Pão, Ilópolis. Para conhecer mais acesse http://www.ilopolis-rs.com.br/siteantigo/site/pagina.php?id=15